JORGE
CALDEIRA
NEM CÉU
NEM INFERNO
ENSAIOS PARA
UMA VISÃO RENOVADA DA
HISTÓRIA DO BRASIL
TRÊS
ESTRELAS

Nem céu nem inferno

Jorge Caldeira

Nem céu nem inferno

Ensaios para uma visão renovada da história do Brasil

TRÊS
ESTRELAS

Copyright 2015 Três Estrelas - selo editorial da Publifolha Editora Ltda.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, arquivada ou transmitida de nenhuma forma ou por nenhum meio sem a permissão expressa e por escrito da Publifolha Editora Ltda., detentora do selo editorial Três Estrelas.

editor Alcino Leite Neto
editora-assistente Rita Palmeira
produção gráfica Íris Polachini
capa Mateus Valadares
projeto gráfico do miolo Mayumi Okuyama
editoração eletrônica Jussara Fino
preparação e índice remissivo Paulo Werneck
revisão Cacilda Guerra e Carmen T. S. Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (cip) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Caldeira, Jorge
Nem céu nem inferno: ensaios para uma visão renovada da história do Brasil/Jorge Caldeira São Paulo: Três Estrelas, 2015.

ISBN 978-85-68493-19-9

1. Brasil - Aspectos políticos 2. Brasil - Colonização 3. Brasil - Condições econômicas 4. Brasil - Condições sociais 5. Brasil - História 6. Ensaios brasileiros 1. Título.

15-09061 CDD-981

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil: História social 981

Este livro segue as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), em vigor desde 1º de janeiro de 2009.

TRÊS ESTRELAS
Al. Barão de Limeira, 401, 6º andar
CEP 01202-900, São Paulo, SP
TeL: (11) 3224-2186/2187/2197
editora3estrelas@editora3estrelas.com.br
www.editora3estrelas.c0m.br

Sumário

Introdução

As complexidades do conceito “Brasil”

parte I Figuras

Jean de Léry e a teoria do valor tupinambá
Pero Lopes de Sousa e a tradição democrática colonial (ou Os intelectuais brasileiros não estamos preparados para a democracia)
Frei Vicente do Salvador e o caranguejo original
Clemente Alvares, o primeiro fundidor do Brasil
Diogo Antônio Feijó e a sociedade justa
José Bonifácio: uma perspectiva de liberdade
Visconde de Mauá e a Exposição aos credores
João Cândido e a Revolta da Chibata

parte II País, Estado e poder

Os templários e o Descobrimento
O Brasil visto de fora
Ecos do Parlamento
Legislação à brasileira
História resumida do voto no Brasil
O lugar do empreendedor
Povo local e universal
Intuições sobre a ausência do Brasil em O capital no século XXI

Notas
Bibliografia
Fontes dos textos

Introdução

As complexidades do conceito “Brasil”

Definir o que é o Brasil tem suas complexidades, a maior das quais costuma ser a escolha direta entre céu e inferno, certo e errado - como se a nação fosse apenas um pretexto para juízos morais. Há mais de três décadas, busco outro caminho e novos acessos e portas - sempre com resultados fugidios. Cada um dos dezesseis textos deste livro é testemunho de uma tentativa de atingir o inatingível, a totalidade de sentidos da história brasileira. Cada um deles, porém, é o registro de uma procura, que agora pode ser também compartilhada pelo leitor.

Foi o esforço de formar um bom atlas do país o que norteou a seleção dos textos. Eles tratam tanto de figuras públicas, na primeira parte, quanto de processos históricos gerais, na segunda. Os textos são independentes uns dos outros e podem ser lidos em qualquer ordem. Apenas uns poucos recorrem a alguma especialização. Desse modo, caro leitor, se algum dos ensaios não cair no seu gosto, sugiro que pule as páginas incômodas e siga adiante (recebendo, de antemão, os pedidos de desculpas do autor pela incapacidade de torná-lo atraente).

Alguns comentários sobre o conjunto dos textos.

O primeiro tem a ver com as mudanças mundiais acontecidas no intervalo em que foram escritos, um período de importantes transformações do objeto de análise e na vida do autor. Em 1981, quando comecei a publicar, o Brasil estava sob uma ditadura militar e o processo de globalização engatinhava: a China ainda ensaiava a futura vida urbana e industrial (sua economia era menor que a do Brasil) e Cuba era uma potência esportiva mundial. A União Europeia não passava de uma obra em gestação; a moeda única, um sonho distante.

Em 1989, as grandes estruturas da Guerra Fria ruíram. O sustentáculo geopolítico da divisão ideológica planetária entre uma esquerda que construiria o socialismo e uma direita identificada com a manutenção do

capitalismo desapareceu. Sobraram escombros mentais, ainda hoje influentes no pensamento brasileiro.

No ponto de partida, “ecologia” era um termo de emprego técnico restrito. Desde a conferência internacional Eco-92, no Rio de Janeiro, tornou-se objeto da primeira tentativa de gestão global de uma realidade crítica por todos os governos e habitantes do planeta, com todos os desafios que isso acarretava.

Quando eu era muito jovem, nos anos 1960, frequentava a casa do artista plástico Waldemar Cordeiro, um visionário que acreditava em arte feita por computador - geringonça naquele tempo existente apenas em laboratórios universitários de pesquisa de ponta ou ambientes igualmente restritos. O conjunto de protocolos World Wide Web foi tornado público e livre em 1993.

Esse brevíssimo resumo descreve as influências vindas de fora do tema Brasil. Também aconteceram aquelas internas, vividas pelo autor. Sendo esta a minha primeira coletânea de ensaios, faz sentido traçar a muito resumida biografia intelectual que se segue e que o leitor também pode pular caso não se interesse por firulas individuais.

Quando comecei a pensar em escrever sobre o Brasil, ainda na primeira metade da década de 1970, mais de um terço das crianças brasileiras estava longe da escola, e a universidade era destinada a raros membros da elite.

Naquele tempo parecia haver uma certeza interpretativa: o Brasil histórico era uma colônia agroexportadora sem vida econômica e sem significativas estruturas sociais internas, e sua evolução posterior seria mera consequência dessa situação pregressa. Era a visão de Caio Prado Jr., com a variante de Celso Furtado. Além de ler a obra desses autores, tive a sorte de poder debater as produções, nessa mesma linha de pensamento, de João Manuel Cardoso de Mello e Jacob Gorender diretamente com eles; por motivos diversos, convivi com ambos nos anos 1970 e agradeço pelo que me deram.

A essa visão se contrapunha a de Fernando Henrique Cardoso, cujo clássico *Dependência e desenvolvimento na América Latina* afirmava que o mercado interno (e as opções políticas locais) também eram importantes para entender historicamente o país. O conjunto dos textos aqui reunidos

deve muito a essa possibilidade analítica - desenvolvida tanto na leitura da obra de Fernando Henrique Cardoso, a quem muito devo, como em constantes e enriquecedoras conversas pessoais com ele.

Essa base de interpretação inicial ganhou adendos relevantes, que já não dependiam diretamente das formulações dos mestres. Desde muito cedo, eu me vi diante de desafios analíticos que não poderiam ser resolvidos com elas.

Comecei estudando música popular. Era, além de objeto de estudo, assunto de boteco, em conversas quase diárias com Gilberto Felisberto Vasconcellos. Mergulhei de vez no tema quando passei a trabalhar (a partir de 1975) como redator da coleção História da Música Popular Brasileira, da Abril Cultural. Entre minhas tarefas estavam entrevistar pessoalmente os músicos que eram o tema de cada fascículo e escrever sua biografia. João da Bahiana, Pixinguinha, Donga, Ismael Silva, Nelson Cavaquinho, João Bosco, Paulinho da Viola, Caetano Veloso - esses poucos nomes dão uma ideia do que ganhei e do quanto aprendi ao conviver com eles.

Desse convívio até o projeto de transformar as impressões em um trabalho mais sistemático foi um pulo - que logo exigiria muito. Na época, a música popular era um assunto marginal nos estudos universitários, e a bibliografia era mínima. Quando a tomei como tema de meu primeiro livro *(Noel Rosa: de costas para o mar,* de 1981) e de meu mestrado (orientado por Gabriel Cohn e publicado com o título A *construção do samba,* de 2006), tive de enfrentar as dificuldades inerentes à opção pelo assunto, difícil de encaixar na grande interpretação. Precisei começar a formular métodos alternativos para analisar sistematicamente aquilo que a academia parecia desconhecer, coisa de pobres e analfabetos - mesmo estando na memória de todos os habitantes do país. Esses métodos devem muito à leitura de pioneiros na arte de registrar a cultura da fala na escrita; autores como Mário de Andrade e Câmara Cascudo foram guias essenciais naquele momento.

O trabalho de escrever sobre a cultura oral, a comunicação de massa, as relações simbólicas que transbordavam o domínio da escrita foi um alegre aprendizado. Lidei com códigos que permitiam falar sobre um Brasil em que o analista precisava necessariamente se submeter à fala, submeter a

interpretação teórica à observação do costume e a produção acadêmica à rua. Foi fundamental para expandir o horizonte de entendimento do país.

Outra ampliação se firmou quando passei a lidar com assuntos econômicos, inicialmente na esteira da pesquisa para *Mauâ, empresário do Império*, de 1995, e para o doutorado (orientado por Eduardo Kugelmas e que gerou o livro A *nação mercantilista).* Logo no início do trabalho, li *Homens de grossa aventura*, de João Fragoso e Manolo Florentino. Na essência, era uma pesquisa empírica, de forte teor quantitativo, na qual a estatística construía os pilares do argumento - e o resultado dos números contradizia frontalmente a tese da colônia dependente.

O trabalho remetia a uma mudança metodológica ocorrida após a publicação, em 1974, de *Time on the Cross*, de Stanley Engerman e Robert Fogel (ganhador de um Prêmio Nobel). Nesse estudo sobre a escravidão nos Estados Unidos, os dois pesquisadores trouxeram a estatística para o centro da história econômica - e as descobertas propiciadas por seu emprego revolucionaram o modo de compreendê-la. Criaram o atual padrão mundial de tratamento na área, embora isso não seja exatamente admirado no Brasil.

Minha atitude em relação à mudança foi tentar colecionar o máximo de dados quantitativos possível, ao menos para tentar criar um quadro coerente. E o quadro que aos poucos foi se formando mostrava que as demonstrações numéricas claramente apontavam na direção oposta à formulação consagrada de colônia dependente. Com a necessária prudência, passei a seguir esses indicativos para entender a história.

As descobertas indicavam a mesma direção das pesquisas sobre música: assim como na dinâmica cultural, o ritmo da economia brasileira tinha muito mais determinação interna que externa.

Então fiz uma aposta extrema: escrever a biografia de um homem do sertão do século XVII, o padre Guilherme Pompeu de Almeida - e o resultado foi o livro O *banqueiro do sertão*, publicado em 2006.

Segundo a versão interpretativa da colônia exportadora, a economia interior da colônia seria despida de dinâmica própria.

Eu tinha aprendido algo com as buscas quantitativas: os números ajudam muito a entender os traços históricos concretos daqueles que não dominavam a escrita, o grosso dos brasileiros. Por isso montei um banco de

dados com as relações comerciais que encontrava nos documentos. Eles mostraram enriquecimento - mas compreender os nexos de tudo isso exigiu mais.

Eu havia lido Roberto da Matta e Darcy Ribeiro, que empregavam seu conhecimento antropológico para o entendimento dos processos brasileiros como decorrentes das estruturas da cultura tupi, que ambos estudaram a fundo. Posteriormente, outro antropólogo, Eduardo Viveiros de Castro, construiu formulações ainda mais organizadas a respeito dessas estruturas, tendo como contraponto o todo da cultura ocidental.

A essas fontes devo as possibilidades que tive para buscar ampliar os modos de interpretar o Brasil. O livro de 2006 traz um conjunto de indícios econômicos que mostra que: a economia do sertão era mercantil; o mundo dos negócios era fundado em mecanismos informais (por exemplo, todo o sistema de crédito, mesmo em grandes transações, fundava-se na instituição do fiado); a democracia era o fundamento da vida política (dois dos ensaios deste livro desenvolvem o tema); a estratégia de atrair genros entregando uma filha em casamento era uma herança direta da cultura tupi e fonte da miscigenação brasileira. Tudo isso gerava uma economia dinâmica, uma política eficiente e uma sociedade inovadora - o contrário das previsões do modelo interpretativo vigente.

Àquela altura, esbocei uma visão consolidada do Brasil histórico. Em 2009 publiquei *História do Brasil com empreendedores*, que faz um balanço do percurso da história colonial e de alguns de seus modelos interpretativos. Pouca coisa da primeira noção, aquela da colônia exportadora, havia sobrado. Ao longo dos anos de pesquisa, o mundo antes desprezado nessa análise, aquilo que era chamado “setor interno” no jargão explicativo, ganhara uma dimensão crescente em meus trabalhos, até o ponto de se tornar fundamental.

Os textos aqui reunidos mostram meu caminho ao pensar sobre a história brasileira de forma que, nela, céu e inferno, litoral e sertão, alfabeto e fala, mercado e escambo, Estado e sociedade, externo e interno sejam vistos como partes de uma totalidade, não como opostos inconciliáveis.

Os ensaios refletem as idas e vindas de minha reflexão, não fórmulas acabadas. E, por isso mesmo, eles são também convites para que o leitor

eventualmente busque uma justa medida, um entendimento do Brasil dotado de equilíbrio - o mesmo equilíbrio com o qual um autor pode apenas sonhar.

PARTE I – Figuras

Jean de Léry e a teoria do valor tupinambá

Na década de 1550, o francês Jean de Léry passou um bom tempo na baía de Guanabara. Parte dele foi empregada em dialogar com João Calvino, que naquele momento vivia em Genebra. Enquanto participava da elaboração inicial da teologia protestante, Léry conversava com índios brasileiros. Tinha como intermediários alguns negociantes, de modo que pôde observar e descrever a principal atividade econômica local:

Quanto ao pau-brasil, direi que tem folhas semelhantes às do buxo, embora de um verde mais claro, e não dá frutos. Quanto ao modo de carregar os navios com essa mercadoria, direi que tanto por causa da dureza, e consequente dificuldade em derrubá-la, como por não existirem cavalos, asnos ou outros animais de carga para transportá-la, é ela arrastada por muitos homens. Se os estrangeiros que por aí viajam não fossem ajudados pelos selvagens não poderiam, nem sequer em um ano, carregar um navio de tamanho médio.[1]

O termo "ajudados" é relativamente bondoso em relação aos forasteiros. O processo de trabalho quase não tinha a participação deles:

Os selvagens, em troca de algumas roupas, camisas de linho, chapéus, facas, machados, cunhas de ferro e demais ferramentas trazidas por franceses e outros europeus, cortam, serram, racham, atoram e desbastam o pau-brasil, transportando-o nos ombros nus às vezes por duas ou três léguas de distância, através de montes e sítios escabrosos até chegarem à costa, junto aos navios ancorados, onde os marinheiros o recebem. Em verdade só cortam o pau-brasil depois que os franceses e portugueses começaram a frequentar o país. Anteriormente, como me foi dito por um ancião, derrubavam as árvores deitando-lhes fogo. Esse ancião tinha também suas inquietações:

> Os nossos tupinambás muito se admiram dos franceses e outros estrangeiros se darem ao trabalho de ir buscar os seus arabutãs. Uma vez um velho perguntou-me: "Por que vindes vós outros, maíres e peros

> [franceses e portugueses] buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira em vossa terra?". Respondi que tínhamos muita mas não daquela qualidade, e que não a queimávamos, como ele o supunha, mas dela extraíamos tinta para tingir, tal qual o faziam eles com os seus cordões de algodão e suas plumas. Retrucou o velho imediatamente: "E porventura precisais de muito?". "Sim", respondi-lhe, "pois no nosso país existem negociantes que possuem mais panos, facas, tesouras, espelhos e outras mercadorias do que podeis imaginar e um só deles compra todo o pau-brasil com que muitos navios voltam carregados". "Ah!", retrucou o selvagem, "tu me contas maravilhas", acrescentando depois de bem compreender o que eu lhe dissera: "Mas esse homem tão rico de que me falas não morre?". "Sim", disse eu, "morre como os outros". Mas os selvagens são grandes discursadores e costumam ir em qualquer assunto até o fim, por isso perguntou-me de novo: "E quando morrem, para quem fica o que deixam?". "Para seus filhos, se os têm", respondi. "Na falta destes, para os irmãos ou parentes mais próximos." "Na verdade", continuou o velho, que, como vereis, não era nenhum tolo, "agora vejo que vós outros maíres sois grandes loucos, pois atravessais o mar e sofreis grandes incômodos, como dizeis quando aqui chegais, e trabalhais tanto para amontoar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem! Não será a terra que vos nutriu suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos; mas estamos certos de que, depois da nossa morte, a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso descansamos sem maiores cuidados".

Para um teólogo que afirma a total incapacidade racional dos índios - pois não se convertiam ao ouvir as verdades da Bíblia -, a reprodução do argumento inteiro representa uma grande homenagem. O ato de transcrever os pensamentos dos índios a respeito de assuntos complicados como a economia era extremamente raro nos tempos de Jean de Léry. Tão raro que esse é um dos únicos textos do século XVI com a reprodução de ideias capazes de permitir uma compreensão do outro, um registro respeitável de um modo diverso de ver as coisas.

Esse trecho, especificamente, contém uma teoria do valor completa. Para o velho tupinambá, o grande axioma da economia era a preservação dos bens na Terra, capaz de guardar como ninguém os tesouros para alimentar e nutrir as gerações futuras. Sendo essa preservação o objetivo maior da atividade econômica, o ato de acumular bens sem necessidade aparece como insano, contrário à razão - daí sua classificação dos europeus como “grandes loucos”, que passariam o tempo saqueando a felicidade de seus descendentes.

O sentido maior da preservação permite tornar inteligíveis os outros pontos da teoria do valor tupinambá. Todo trabalho estava relacionado à preservação - e não era algo oposto a ela. Sendo assim, para os tupis não fazia sentido trabalhar quando isso representasse menos preservação. Já os europeus pensavam o trabalho como valor maior que a preservação e muitas vezes qualificavam os nativos como preguiçosos ou indolentes.

Basta o trecho de Léry descrevendo os trabalhos necessários ao corte e transporte do pau-brasil para notar que as coisas não eram bem assim: não apenas eles eram capazes de grandes trabalhos como os organizavam coletivamente, por vontade própria, conforme troca consensual com os franceses. Aqui há um importante dado econômico que passa oculto no texto: os termos de troca de artefatos por madeira eram estabelecidos em acordos, que eram cumpridos.

A possibilidade de comerciar com regularidade também só pode ser compreendida a partir do valor central da preservação. O trabalho investido pelos tupis na natureza era altamente produtivo. Essa produtividade começava com o domínio tecnológico do ambiente - tão sofisticado que apenas no século XX foi devidamente avaliado por cientistas.

Na época de Léry, os europeus apenas se espantaram com o imenso conhecimento que os índios da floresta tropical tinham das propriedades e dos usos farmacêuticos das plantas. Vindos de uma sociedade que mal começava a dominar com mais eficácia as fórmulas medicinais vegetais, os recém-chegados transformaram esse espanto em crítica: embora confiassem em compostos pseudoterapêuticos de ervas europeias, não podiam acreditar nas prescrições indígenas, que eram mais simples e baseavam-se em um número muito maior de espécies.

Enquanto os europeus conheciam o uso de cerca de uma centena de espécies, os nativos manipulavam em torno de 3 mil - que hoje são um tesouro da humanidade. Cerca de três quartos de todas as drogas medicinais de origem vegetal atualmente em uso provêm de fórmulas aperfeiçoadas pelos índios. Com exceção de algumas rubiáceas, não há nenhuma espécie empregada na moderna farmacopeia cujas propriedades não fossem conhecidas pelos índios - pelo contrário, há muitas espécies cujo uso eles conhecem, mas que permanecem desconhecidas pelos ocidentais.

Os índios desenvolveram remédios e drogas de todos os tipos. Eméticos (a ipecacuanha é o mais conhecido), purgantes (salsaparrilha, batata-de-purga, látex de fícus, entre outros), controladores de distúrbios gástricos, bálsamos cicatrizantes (jaborandi, por exemplo), adstringentes (cambará), anti-hemorrágicos, colírios, antitérmicos (sobretudo a quinina), antidiarreicos, antídotos, sedativos, afrodisíacos, anticoncepcionais, anestésicos etc.

A farmacopeia indígena incluía também drogas cerimoniais, algumas delas tendo sido difundidas no mundo ocidental; o tabaco é a mais conhecida. Os índios conheciam ainda uma grande variedade de venenos (entre eles, o curare e o timbó), além de tônicos e estimulantes como o guaraná e a erva-mate, que acabaram fazendo parte da dieta ocidental.

Os tupis obtiveram um diferencial tecnológico importante: a domesticação e o cultivo de espécies. Desenvolveram técnicas de cruzamento e hibridação para obter melhores sementes e variedades mais produtivas. Os europeus, quando chegaram ao continente, consideraram “primitiva” a agricultura dos índios, mas não demoraram a levar para seus países as sementes e as técnicas de cultivo desenvolvidas pelos ameríndios, que aperfeiçoaram a tecnologia de domesticação e cultivo de alguns produtos agrícolas hoje universais: milho, algodão, amendoim e tabaco - culturas que se espalharam por todo o planeta a partir dos cultivares domesticados pelos tupis. Foram ainda responsáveis pela domesticação, cultivo e posterior difusão do uso de produtos como mandioca, feijão, abóbora, pepino, chuchu, batata-doce, berinjela, alcachofra, pimentas, abacate, abacaxi, caju, mamão, maracujá e cacau.

A combinação da abundância tecnológica com o princípio da não

acumulação determinava um ritmo de vida próprio. Observar a natureza e conhecer os hábitos dos animais e as características das plantas era muito mais importante que a tentativa de guardar comida por um longo tempo. A natureza ainda ditava a vida nômade. Era preciso mudar-se quando diminuía a fertilidade do solo (o que acontecia em poucos anos nas áreas cultiváveis, pois eram abertas por queimadas), buscar novos territórios de caça, colocar as armadilhas no lugar certo, saber onde estavam os vários peixes em cada época do ano.

Nesse cenário de flexibilidade, pouco adiantava construir habitações permanentes. Era melhor fazer casas que pudessem ser abandonadas na hora de mudar o lugar das roças. Também não havia por que concentrar esforços acumulando bens de qualquer tipo, um peso a mais para carregar na hora da mudança.

Somando o valor econômico central (a preservação) ao domínio tecnológico, os tupis conseguiam, com um número pequeno de horas de trabalho, viver de maneira confortável - isto é, produzindo além do necessário para sobreviver, mantendo estoques seguros de alimentos. Estudos realizados por antropólogos no século XX mostraram que o número médio de horas diárias de trabalho necessárias para a manutenção desse padrão de vida não excedia três.

Por isso, os tupis tinham muito tempo livre. Não vendo nenhum sentido lógico em se extenuar para acumular bens, empregavam esse tempo para pensar na vida, descansar - e para participar de ricos rituais cerimoniais e de festas, nos quais era consumida parte dos excedentes.

Nesse ponto de sua evolução, os tupinambás passaram a fazer negócios regulares com os europeus e a discutir economia com pessoas como Jean de Léry - isso em um momento em que a Europa se transformava a partir do contato com a América. Também do outro lado havia uma teoria do valor hegemônica - que não era exatamente aquela que hoje predomina no Ocidente. A noção de natureza era importante, embora não desempenhasse um papel tão central quanto no modo de pensar tupinambá.

O teórico europeu com domínio indisputado no campo econômico de então era Aristóteles. E sua teoria do valor guardava um espaço relevante para a noção de natureza, uma vez que ele criticava fortemente a produção

voltada apenas para acumulação de bens. Pelo contrário, considerava necessário um limite para a acumulação, pelas razões que expôs em *Política:*

> As pessoas cujo objetivo é uma vida agradável perseguem-na medindo-a pelos prazeres do corpo, de tal forma que, como esses parecem depender da posse de bens, todas suas energias se concentram na atividade de enriquecer. Como seus desejos e prazeres são excessivos, se não conseguem obtê-los tentam chegar até eles por outros meios quaisquer, usando cada uma de suas faculdades de maneira contrária à natureza. Tais pessoas transformam todas essas faculdades em meios de proporcionar riqueza, na convicção de que a riqueza é o fim a atingir e que tudo mais deve contribuir para a consecução desse fim.[2]

Ao apontar essa tendência para o excesso, Aristóteles acreditava que havia a necessidade de colocar freios no enriquecimento - por meio da ação do Estado. Entre outras medidas, propôs que comerciantes e mercadores fossem excluídos do rol dos cidadãos - e portanto não tivessem nem seus direitos políticos nem seus interesses reconhecidos pelo governo. Propôs também que os governantes fossem escolhidos entre os nobres que não tivessem a riqueza como objetivo, portanto livres para tolher os interesses dos ricos.

Sendo bem-sucedido o controle, seria preservada a economia natural - aquela que produz bens de uso sem o emprego da moeda e sem a possibilidade de acumulação financeira. Assim, Aristóteles formulava uma teoria do valor que defendia uma economia híbrida: em parte dela, a mais importante, os homens buscam bens de uso na natureza e trocam os excedentes entre si, sem a mediação do dinheiro - por ser natural, seria moral; já a parte monetária, por ser “contrária à natureza”, seria algo sem valor moral, economia artificial.

Por mais de um milênio esse havia sido o padrão ocidental, de modo que se pode eventualmente imaginar que, no momento do encontro entre Léry e o chefe tupinambá, o primeiro tenha elogiado a sagacidade do entendimento do segundo tendo como modelo de comparação o paradigma

ocidental em economia.

O próprio encontro entre os dois, contudo, já marcava o início de uma mudança relevante. A América provocou uma guinada real da Europa na direção do enriquecimento - e de novas formulações sobre a noção de "natureza" no interior da teoria do valor. O maior expoente dessa reavaliação foi Adam Smith. O economista escocês foi o responsável pela formulação da vertente econômica das ideias iluministas - mas, sobretudo, por sua fundamentação moral. Na base da mudança está uma ideia do que seria "natural" em economia - inteiramente oposta à de Aristóteles:

> A divisão do trabalho é a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana que não tem em vista esta utilidade extensa: a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra. Não é nossa tarefa investigar aqui se essa propensão é simplesmente um dos princípios originais da natureza humana, sobre a qual nada mais restaria a dizer, ou se - como parece mais provável - é uma consequência necessária das faculdades de raciocinar e falar. De qualquer maneira, essa propensão encontra-se em todos os homens, não se encontrando em nenhuma outra raça de animais, que não parecem conhecer nem esta nem qualquer outra espécie de contratos.[3]

No lugar de homens que mantêm uma economia natural e controlam o comércio como uma esfera artificial, a natureza seria híbrida, formada em parte por matéria inanimada e seres incapazes de falar e raciocinar, em parte por seres humanos, indivíduos iguais entre si, definidos em contraste com os demais seres vivos e por sua "propensão inata" a trocar objetos. Por isso, toda a vida econômica adquire outro sentido: passa-se por inteiro no espaço humano, um espaço radicalmente separado do restante ao redor.

A atividade econômica assim pensada tem uma finalidade inteiramente diversa daquela definida no modelo anterior. Era uma mudança importante. Para Aristóteles, o mais forte arrancava a riqueza do mais fraco pelo despotismo, deixando para a esfera do mercado apenas as limitadas trocas em dinheiro. Para Adam Smith, trocar no mercado seria a atividade que

todos os seres humanos, iguais, manteriam, por sua natureza.

Surge assim uma nova definição do que seja produzir - e desaparecem as diferenças entre permuta (modo de trocar excedentes na economia natural) e comércio a dinheiro (modalidade da economia artificial). A produção para troca passa a ser pensada como aquilo que permite aos humanos construir uma civilização conforme a sua natureza:

> Em uma sociedade civilizada, o homem a todo momento necessita da ajuda e cooperação de grandes multidões, e sua vida inteira mal seria suficiente para conquistar a amizade de algumas pessoas. Tem a necessidade quase constante da ajuda dos semelhantes, e é inútil esperar essa ajuda simplesmente da benevolência alheia. Ele terá maior probabilidade de obter o que quer caso consiga interessar a seu favor a autoestima dos outros, mostrando que é vantajoso para eles fazer-lhe ou dar-lhe aquilo de que ele precisa. É isso que faz toda pessoa que propõe negócio a outra. Dê-me aquilo que eu quero e você terá aquilo que você quer - esse é o significado de qualquer oferta deste tipo. [...] Assim como é por negociação, escambo ou compra, que conseguimos uns dos outros a maior parte dos serviços recíprocos de que necessitamos, e assim obtemos quase tudo de que necessitamos, da mesma forma é essa mesma propensão ou tendência a permutar que gera a divisão do trabalho.[4]

Para que a tendência civilizada da natureza humana possa se realizar em sua plenitude, é necessária uma instituição social capaz de apoiá-la:

> Como é o poder de troca que leva à divisão do trabalho, a extensão dessa divisão deve ser sempre limitada por esse poder, ou, em outros termos, pela extensão do mercado. Quando o mercado é muito reduzido, ninguém pode sentir-se estimulado a dedicar-se inteiramente a uma ocupação, porque não poderá permutar toda parcela de excedente que ultrapassa seu consumo pessoal pela parcela de produção do trabalho alheio, da qual tem necessidade.[5]

A riqueza pela troca nos mercados, longe de ser condenável como era para Aristóteles, constitui elemento moral. Com ela os homens se tornam iguais, independentes por seu trabalho especializado, e se relacionam entre si por meio de contratos justos, pois capazes de atender a seus interesses. Assim, a ideia central do Iluminismo se estendeu da esfera política para a econômica: o mercado era o próprio contrato social em atividade permanente.

Nessa versão, o sentido moral da economia também era o oposto da definição do filósofo grego. A virtude estaria não em limitar as trocas no mercado, mas em produzir o máximo possível para a troca. Além de contratual, a produção de mercadorias seria virtuosa:

> Existe um tipo de trabalho que acrescenta algo ao valor do objeto sobre o qual é aplicado, e existe outro tipo, que não tem esse efeito. O primeiro, pelo fato de produzir valor, pode ser considerado produtivo; o segundo, trabalho improdutivo. Assim o trabalho de um manufaturador geralmente acrescenta algo ao valor dos materiais com os quais trabalha: o de sua própria manutenção e o lucro de seu patrão. Ao contrário, o trabalho de um criado doméstico não acrescenta valor algum a nada. Uma pessoa enriquece mantendo muitos operários, e empobrece mantendo muitos domésticos.[6]

O primeiro tipo de trabalho contém virtude porque o valor que cria é permanente:

> O trabalho do manufaturador fixa-se e realiza-se num objeto específico ou mercadoria vendável, a qual perdura, no mínimo, algum tempo após encerrado o trabalho. É, por assim dizer, uma certa quantidade de trabalho estocado e acumulado.[7]

Essa possibilidade de conter valor acumulado daria ao trabalho produtivo uma virtude maior que até mesmo o maior dos cargos públicos:

> O soberano, por exemplo, com todos os oficiais de justiça e guerra que

> servem sob suas ordens, todo o Exército e Marinha, são trabalhadores improdutivos. Servem ao Estado, sendo mantidos por uma parte da produção anual dos outros cidadãos. Seu serviço, por mais honroso, útil ou necessário que seja, não produz nada com que igual quantidade de serviço possa ser obtida.[8]

Enquanto, para Aristóteles, a virtude pública estava no controle dos negociantes pelos proprietários, ela agora aparece em outro lugar:

> A proporção entre capital e renda parece regular a proporção entre pessoas trabalhadoras e pessoas ociosas. Onde quer que predomine o capital, predomina o trabalho, e onde quer que predomine a renda, predomina a ociosidade. Os capitais são aumentados pela parcimônia e diminuídos pelo esbanjamento e pela má administração.[9]

O maior objetivo social passa a ser a manutenção de grandes mercados, os quais fazem a riqueza das nações - a soma das mercadorias acumuladas sem serem consumidas. Para isso, no âmbito público, o governo improdutivo deve ser limitado, e os esforços individuais de produzir para a troca devem ser incentivados.

Nessa nova maneira de pensar, a noção de “natureza” - agora o espaço dos seres irracionais e materiais - passa para um lugar muito secundário: fornece o suporte material no qual os homens podem deixar marcas permanentes com seu trabalho, e essas marcas constituem o valor, que se define a partir de sua troca nos mercados.

Essa posição de suporte material para o trabalho como centro da teoria do valor tinha consequências importantes. Ela deveria ser privilegiada por toda a política, seguida como um norte que estaria acima dos demais - até mesmo daqueles de coroa na cabeça. De ponto mais alto da sociedade - o ponto essencial para Aristóteles, porque atuaria como um freio para a economia artificial o Estado caía para uma posição secundária, a de esfera a ser limitada pelo mercado.

Adam Smith aplica na economia, analiticamente, a ideia iluminista de contrato social, ao definir as trocas monetárias entre agentes livres como o

centro civilizador que realiza a propensão natural do homem. Na via inversa, a noção de “natureza” vai do centro para a completa periferia. Do ponto de vista da criação de valor, todo o mundo físico e todas as formas de vida não humanas passam a ser considerados uma espécie de repositório à espera da mão do produtor. Nada do que existe nessa esfera tem valor, a não ser a partir do momento em que um homem se apodere de algo para imprimir a marca de valor - que se confunde com o trabalho que cria a mercadoria que vai ser trocada e gerar a riqueza.

A noção de “trabalho produtivo”, aquele que consiste em transformar o objeto natural em mercadoria, toma na formulação o lugar da “natureza” como ente central da razão. Aquilo que era “loucura” para o tupinambá se torna algo com o mesmo valor da terra em seu modo de pensar: acumular o máximo, ignorando qualquer limitação nas trocas entre o mundo humano e o não humano, é agora a forma racional por excelência da economia, aquela que produz a riqueza das nações. Por isso apenas a “natureza humana” é considerada na formulação da teoria do valor de Adam Smith.

Esse modo de pensar as coisas vem a ser um ponto de partida aceito por Karl Marx - e toda a sua crítica é no sentido de levar ainda mais adiante a magnitude da acumulação. A troca monetária contratual, em sua versão burguesa, que a define como fruto da natureza humana e obra eterna, é o ponto de partida (e não o ponto de refutação) da análise de Marx. Ele não parte, como Aristóteles ou Adam Smith, de uma ideia de “natureza” (com ou sem humanos), mas parte da montanha de mercadorias acumulada pela produção contratual. O *capital* começa com as seguintes palavras:

> A riqueza das sociedades onde impera o regime capitalista de produção aparece como um imenso arsenal de mercadorias, e a mercadoria é sua forma elementar. Por isso nossa análise começa pela análise da mercadoria.[10]

E, nessa análise, que tem como premissa o capitalismo, forma avançada de produção, o primeiro ponto a ser tratado sobre a mercadoria é o da separação entre a “materialidade” e as “medidas sociais para expressar quantidades”. A primeira constituirá o valor de uso das mercadorias; a

segunda, medida pelo “número de horas de trabalho socialmente necessárias para a produção”, constituirá o valor de troca da mercadoria. Essa última forma seria de tal ordem dominante na sociedade capitalista que Marx emprega como sinônimo dela apenas o substantivo “valor” - e incorpora a forma burguesa ao instrumento de análise. Mas não ao modo burguês.

Nessa categoria que parte da forma capitalista, a natureza - ao contrário do que pensava Aristóteles, que a pôs em relevo, ou Adam Smith, que ainda considerava as formas para além dos homens como necessárias - está excluída do valor em grau extremo. A dominação completa da produção para o mercado eliminaria qualquer sentido maior do conceito de natureza, além de abrir a possibilidade de explorá-la:

> A propriedade territorial pressupõe um monopólio de certas pessoas, que lhes dá o direito de dispor sobre certas porções do planeta como esferas privativas de sua vontade privada, com a exclusão de todas as demais. Partindo disso, trata-se de explorar seu valor econômico, ou seja, de valorizar esse monopólio com base na produção capitalista. Por si só, o poder jurídico que permite a essas pessoas usar e abusar de algumas porções do planeta não resolve nada. O emprego desse poder depende de condições econômicas alheias a sua vontade.[11]

Nessa régua a natureza não tem rigorosamente nenhum valor, não tem relevo algum na economia, por motivos bem claros: “A terra em geral, bem como todas as forças naturais não têm um valor, porque não representam nenhum trabalho materializado nelas”.[12] Com *todo o valor* advindo do trabalho, capital e rendas não passam de deduções deste, por meio da apropriação de mais-valia do trabalho assalariado, durante o processo de distribuição. E a instância na qual essa apropriação acontece, o mercado, ganha uma conceituação bastante diversa daquela dada por Adam Smith. Em vez de centro onde os homens realizam sua própria natureza por meio de contratos justos, a hm de satisfazer seus interesses, aparecerá como forma histórica (portanto, sem projetar a forma burguesa em todas as formas de sociedade):

> A concepção corrente considera as relações de distribuição como relações naturais, como relações que correspondem à natureza da produção social, expressas em leis da produção humana. [...] Mas à medida que a consciência humana se desenvolve e se torna mais crítica, mostra-se o seu caráter histórico.[13]

Essa possibilidade analítica permite enxergar limites para o mercado no capitalismo, exatamente porque as formas burguesas foram já incorporadas a ponto de se mostrarem históricas:

> A distribuição do trabalho social, no intercâmbio das matérias por ele produzidas, encontra uma travação social submetida à ação fortuita dos produtores capitalistas. Como tais produtores só se enfrentam como produtores de mercadorias, com cada um tentando vender pelo preço mais alto, resulta que a mercadoria só se impõe pela competição, pela pressão mútua exercida por uns sobre os outros, o que faz compensar mutuamente as divergências. A lei do valor só atua aqui como lei interna, que os agentes individuais consideram uma lei natural. É essa lei que impõe o equilíbrio social da produção em meio a flutuações fortuitas.[14]

Tanto as flutuações das crises como essa lei arcaica, com aparência de natural, eventualmente poderiam ser eliminadas da economia, com a substituição da instância do mercado por algo mais racional:

> A liberdade só pode consistir em que o homem socializado ou os produtores associados regulem racionalmente o intercâmbio de matérias com a natureza e o coloquem sob seu controle comum em vez de deixar-se dominar por ele como um poder cego, e façam isso com o menor gasto possível de forças e nas condições mais adequadas e dignas de sua natureza humana.[15]

A virtude econômica, aqui, aparece em âmbito muito diferente da pujança dos mercados preconizada por Adam Smith: no emprego superior

da razão. Só ele permitiria ultrapassar os limites primitivos e irracionais do mercado - e assim chegar ao que seria a realização da verdadeira natureza racional humana. Esta não teria a propensão para a troca como traço essencial, mas a dignidade capaz de presidir ao controle justo do intercâmbio de matérias com a natureza não humana, para além da selvageria do mercado.

Nesse sentido, as categorias de Marx apontam para uma contratualidade ainda maior que aquela tida como máxima por Adam Smith, a das trocas no mercado. O regime da liberdade seria o da extensão do mundo dos contratos entre seres livres para todas as trocas entre humanos e da exclusão da natureza da teoria do valor. Assim se pode entender não apenas a inserção das formas mercantis nos instrumentos de análise marxistas, mas até mesmo como elas permitem vislumbrar o mecanismo da superação do mercado, com a razão controlando a produção social.

Aqui se chega ao extremo oposto da teoria do valor tupinambá: a natureza seria apenas uma fonte de matérias sem valor próprio, sobre a qual o homem aplicaria suas ideias de justiça, tendo como instrumento o intercâmbio. A produção social seria ampliada em escala ainda maior que na produção mercantil do capitalismo, tirando o homem do reino da necessidade, da luta contra a natureza, das limitações das trocas com ela - o que seria a realização do socialismo, o reino da liberdade.

Antes que ele chegasse, no entanto, houve quem visse essa utopia como um passo atrás. Em texto de 1947, Theodor Adorno e Max Horkheimer escreveram:

> Assim a relação entre a necessidade e o reino da liberdade ficou sendo puramente quantitativa, mecânica. A natureza, definida como algo totalmente alheio, tornou-se totalitária, como na primeira mitologia, e absorveu a liberdade junto com o socialismo.[16]

A questão tratada em “Conceito de Iluminismo” é mais ampla que a do socialismo - o qual não passa de uma das partes do problema em discussão. Não apenas as ideias de Marx e seus seguidores alhearam a substância daquilo que o velho cacique tupinambá entendia como natureza - fonte da

vida para as gerações futuras, a ser integralmente preservada. O Iluminismo, que nascera com o projeto de eliminar os mitos sobre a natureza, chegava a seu oposto, tornava-se ele mesmo um mito. Desse modo, teria chegado ao eclipse o processo secular que levou, na teoria do valor, à inversão completa da relação entre natureza e valor.

Se Marx, iluminista que era, mostrou-se um otimista e pretendia tornar ainda maior o papel da razão na produção econômica, e com isso libertar o homem do reino da necessidade, Adorno e Horkheimer notaram que existia a possibilidade de ampliar quase ao infinito a produção material - passara a ser apenas um problema técnico -, mas isso não levava exatamente ao reino da liberdade:

> A partir de agora a matéria pode ser efetivamente dominada, sem apelo a forças ilusórias que a governem ou que nela habitem, sem apelo a propriedades ocultas. O que não se ajusta a medidas da calculabilidade e da utilidade é suspeito para o Iluminismo. Uma vez que pode se desenvolver sem ser perturbado pela opressão externa, nada mais há que possa lhe servir de freio. [...] Quaisquer que sejam os mitos para os quais a resistência possa apelar, esses mitos, pelo simples fato de se tornarem argumentos de contestação, aderem ao princípio da racionalidade demolidora. O Iluminismo se torna totalitário.[17]

Esse Iluminismo mítico, poder sem contraste, teria como espelho uma ideia de natureza tornada pura matéria a ser acumulada:

> O despertar do sujeito é pago pelo reconhecimento do poder como princípio de todas as relações. Frente à unidade de uma tal razão, a diferença entre Deus e o homem é reduzida à irrelevância. O Deus criador e o espírito organizador são iguais entre si enquanto senhores da natureza. No homem, o seu ser feito à imagem de Deus consiste na sua soberania sobre o que existe, no seu olhar de senhor, no comando. O mito passa a ser iluminação e a natureza, mera objetividade. O preço que os homens pagam pela multiplicação de seu poder é a sua alienação daquilo sobre o que exercem o poder. O Iluminismo se relaciona com as

> coisas como o ditador se relaciona com os homens. Este os conhece na medida em que os pode manipular; o homem de ciência conhece as coisas na medida em que as pode produzir.[18]

Na época em que o livro foi escrito apenas se avizinhava a possibilidade de imaginar que o pressuposto tanto para a ideia de socialismo tal como elaborada por Marx quanto para a de uma produção mercantil comandada pela técnica - a noção de que não havia limite quantitativo nas trocas entre o homem e a natureza, de modo que elas pudessem crescer ao infinito - ainda não era claro.

Desde os anos 1970, no entanto, quando cientistas começaram a se debruçar sobre a hipótese - e ecologistas tomaram os avisos como programa político -, as dúvidas sobre a validade da noção da troca infinita vêm se tornando cada vez mais plausíveis. E, com elas, a teoria do valor tupinambá, apresentada como curiosidade por Jean de Léry e vista como fantasia primitiva pelos séculos adiante, ganha um quê de realismo, uma teoria a ser considerada por uma razão renovada.

Pero Lopes de Sousa e a tradição democrática colonial

(ou Os intelectuais brasileiros não estamos preparados para a democracia)

Dia 22 de agosto de 1532. Pero Lopes de Sousa, comandante de uma das naus da frota chefiada por seu irmão, Martim Afonso de Sousa, anota em seu diário de bordo:

> A todos nos pareceu boa esta terra, que o capitão determinou povoar; e fez uma vila na ilha de São Vicente e repartiu gente e fez nela oficiais. Pôs tudo em boa obra de justiça, de que a gente toda tomou muita consolação com terem leis, viverem em comunicação das artes, serem cada um senhor do seu, vestirem as injúrias particulares e terem uma vida agradável.

Esse é o registro da inauguração do primeiro governo legal no território do atual Brasil. E é um registro feito pelo olhar de quem entendeu o evento a partir dos atos de um único sujeito, o capitão. Tudo aparece no texto como efeitos de seus poderes: povoar a terra, fazer vilas, repartir gente, trazer arte e civilização, vida agradável e fazer oficiais. Sua vontade atuaria sobre uma sociedade de sujeitos indeterminados, que entraram na história apenas porque seriam obedientes às ordens.

Esse era o modo de pensar da Idade Média, quando se concebia o poder legítimo como reservado a um soberano ungido pela divindade - do qual o capitão era representante direto. A adesão a essa perspectiva medieval faz o narrador deixar de lado até mesmo os eventos importantes do dia para aquela sociedade.

A escolha dos oficiais da vila, das autoridades que a comandariam, não emanou da vontade do capitão. O ato que atribuiu poderes aos oficiais foi a eleição deles, pela população, para compor a Câmara. Nesse caso, o capitão apenas reconheceu o resultado, dando posse aos eleitos.

Nos termos da ciência política, na fundação do governo oficial da vila havia duas soberanias em ação. Pero Lopes de Sousa descreve apenas a soberania de um rei divino, capaz de instaurar a ordem e a justiça no

mundo, ainda que por meio de prepostos. Mas há outra soberania, que o narrador exclui deliberadamente da história: a dos eleitores de São Vicente, que escolheram as autoridades pelo voto.

Por causa das crenças de Pero Lopes de Sousa, as duas soberanias ganham pesos muito diferentes. Ele descreve um palco onde o iluminado capitão faz um monólogo de governo - e põe a plateia de eleitores no escuro, fora da cena.

A pergunta é: será que esse modo de pensar, no qual a soberania popular e a democracia são secundárias por definição, desapareceu com o poder divino dos reis?

Um bom modo de avaliar é começar juntando os fatos, deixando o julgamento para depois. Como fato, a prática efetiva da eleição de autoridades, da democracia, começou naquele dia de agosto de 1532. A partir do ato eleitoral eclipsado pelo narrador, os tais oficiais, os primeiros eleitos, tomaram posse. Não eram exatamente nobres, mas pessoas cujas qualidades sociais Eduardo Bueno definiu, no título de um livro sobre o período, como “náufragos, traficantes e degredados”.

Ou seja, pessoas que dificilmente imaginamos como sujeitos de uma soberania coletiva, democratas com discernimento para escolher governantes que dirigissem a coletividade no caminho da lei e da tal “vida agradável” imaginada por Pero Lopes de Sousa.

Mais ainda: São Vicente - primeira vila criada no Brasil - era um local tão ermo que ninguém de “maior qualidade” jamais aparecia. Passaram-se 21 anos até que outra autoridade real, o governador Tomé de Sousa, aportasse ali, em 1553. Em 1º de junho, ele escreveu uma carta para d. João ui, em termos muito semelhantes aos do primeiro narrador:

> Ordenei outra vila no começo do mesmo campo de Santo André, e fiz dela capitão João Ramalho, que Martim Afonso achou nessa terra quando cá veio. Tem tantos filhos e netos e tantos descendentes que não ouso dizer a Vossa Alteza.

O pensamento do governador seguia com exatidão o molde de Pero Lopes de Sousa: como representante do rei, ele ordenava, e a vida política

civilizada emanava exclusivamente dessa ordem. Por isso, passa ao largo de um conjunto de fatos: nos 21 primeiros anos da vida de São Vicente sob a forma de vila portuguesa, os náufragos, traficantes e degredados fizeram eleições regulares, os eleitos tomaram posse como representantes de seus eleitores, deixaram o governo ao final do mandato de um ano e transferiram o poder a seus sucessores.

"Governar", para esses vereadores, significava exercer ao mesmo tempo três poderes: eles escreviam as leis, como os atuais membros do Poder Legislativo, comandavam sua aplicação, como os atuais detentores do Poder Executivo, e chefiavam a aplicação da justiça, nomeando juízes.

Como nos 21 anos de intervalo não apareceu um único representante da autoridade do rei, os vereadores foram a única autoridade legal e soberana a atuar em São Vicente - eram todo o governo. E governo sempre eleito.

Gente ainda mais rude se tornou a única autoridade de Santo André, a vila separada de São Vicente por Tomé de Sousa, depois de 1553. As atas dessa Câmara, ao contrário daquelas de São Vicente, perdidas em um incêndio, sobreviveram e estão publicadas. Sua leitura revela como funcionou uma democracia ao modo do tempo, contada por seus autores.

As atas trazem registros totalmente regulares. Como em São Vicente, as eleições acontecem na época aprazada, vereadores tomam posse, exercem poderes por um ano e entregam o cargo aos sucessores. E nenhum representante do poder divino do rei aparece ali por décadas.

Ainda bem. João Ramalho, o maior líder civil da vila, não era exatamente uma figura para ser descrita a um rei. Vivia pelos matos em aldeias, andava nu com suas trinta mulheres índias, comandava alianças e exércitos em guerra. Mesmo assim, volta e meia era eleito vereador, e vereador relativamente cordato no cumprimento de seus mandatos, como se pode constatar na leitura das atas da Câmara de Santo André - ou de sua continuação, depois que a vila mudou de nome, em abril de 1560, passando a se chamar São Paulo.

São Vicente e São Paulo continuaram sendo vilas isoladas. Por isso, a implementação rápida e regular de governos eleitos no Brasil não parece ter sido exatamente fruto de uma pregação de letrados clarividentes nem de representantes do rei divino que "ordenavam vilas" ou "faziam oficiais".

Era uma instituição política de inequívoca escolha daquele bando rude que vivia nos ermos.

A escolha não se limitou às duas vilas paulistas. No Brasil colonial, onde quer que se instalasse uma vila, o mecanismo da eleição funcionava como um relógio - com ou sem autoridade régia presente. A partir de 1541, as eleições passaram a se suceder em Olinda, onde vivia um donatário com plenos poderes de governo dados pelo rei, e que conviveu com a Câmara. A partir de 1549, as eleições aconteceram em Salvador, onde passou a viver o governador-geral, representante direto do rei na Colônia.

E assim foi. Em todo o período colonial não houve vila no Brasil, com ou sem autoridade real presente, em que as eleições deixassem de ser realizadas regularmente. Mesmo na presença de potentados militares (do tipo João Ramalho), econômicos (como Salvador de Sá, no Rio de Janeiro do século XVII) ou representantes do rei nas capitais, não há notícias de ter havido um único caso grave de ditadura local, de usurpação continuada dos poderes reservados aos camaristas.

Foi uma constante. De São Pedro do Rio Grande a São Paulo de Olivença, de Porto Seguro a Cáceres, nada era tão certo em qualquer vila quanto a existência de um governo local, composto por moradores eleitos.

As condições de vida da imensa maioria de todas essas vilas, regidas com alternância de poder, ao longo dos três séculos da era colonial, foram mais ou menos as mesmas de São Vicente, exceto, eventualmente, o estado da riqueza: povos mestiços, com raríssimos alfabetizados, vivendo isolados e longe da autoridade central; votando, no entanto, por sua vontade e sendo governados pelos eleitos.

Há uma pergunta cabível: os governantes locais mandavam? Comparados aos vereadores eleitos nas vilas de Portugal, mandavam muito mais. No Reino, apesar de as vilas elegerem os seus representantes, os poderes dos eleitos eram severamente limitados não apenas pelo rei, mas pelos direitos hereditários dos nobres, dos senhores de terra, do clero. Sobrava muito pouco para os vereadores.

Já na imensa maioria das vilas brasileiras, os poderes que se contrapunham aos mandatários eleitos eram muito menos presentes. Apenas governadores-gerais e capitães-mores se sobrepunham aos vereadores. Na

melhor das hipóteses, o poder de interferência deles era constante apenas na vila onde estavam - e intermitente aonde pudessem enviar representantes.

Por isso, no Brasil colonial, quanto mais distantes do governo central, maiores eram os poderes dos vereadores. Em tempos de isolamento, a Câmara de São Paulo chegou a decretar o valor da moeda, poder reservado ao monarca. Mais que isso, o decreto foi obedecido. Ao longo de toda a última década do século XVII, os moradores trocavam dinheiro no valor decretado pelos representantes, ignorando o valor determinado pelo monarca. Na dura hora de abrir a bolsa, confiavam mais nos mortais que elegiam do que no representante divino. A mesma Câmara declarou guerra, assinou tratados internacionais de comércio, expulsou os jesuítas - e foi obedecida em tudo isso.

Como já foi dito, as câmaras não constituíam o único poder da Colônia. Governadores-gerais ou capitães muitas e muitas vezes passaram por cima de câmaras e eleições, afrontaram a vontade dos moradores. E nem mesmo os vereadores eram exatamente o que hoje se qualificaria como democratas: defendiam a escravidão, cometiam injustiças, empregavam o poder em benefício próprio. Só alguns homens votavam. Mas a democracia existente, para a realidade da Idade Média, era um sistema de poder bem mais aberto que aquele dos feudos e senhores europeus do tempo.

No Brasil Colônia, os governos locais, por autoridades eleitas, foram uma estrutura de poder permanente, uma instituição geral e homogênea, um traço cultural essencial em uma realidade social. Foram governos com uma dose de consenso e consulta popular, portanto capazes de operar com legitimidade. Havia no Brasil um grau de soberania popular maior que na metrópole.

(Primeira nota, sem ser de rodapé: aqui, você, leitor, poderá sentir certo descompasso entre as afirmações dos últimos parágra fos e suas noções de história do Brasil. Certamente terá o direito de clamar por citações, por corroborações literárias das afirmações que ajudassem a diminuir esse desconforto. Não irá encontrá-las na maioria dos livros atuais nem nos sistemas usuais de busca eletrônica. Mas respire e reflita: é exatamente dessa ausência de citações que estamos tratando.)

O conjunto de fatos sustenta uma indagação. Será que a existência

empírica de milhões de votos e milhares de mandatos cumpridos durante a Colônia (apenas na São Paulo colonial, onde se perderam alguns livros de atas, o cuidadosíssimo Hernani Donato registrou 1.467 mandatos cumpridos) é grande a ponto de levar você, leitor de hoje, a acreditar que havia democracia no Brasil colonial?

O caminho para responder à pergunta pode não estar no universo dos fatos, mas dos valores que presidem o julgamento sobre eles. Já vimos um dos modos como funciona a negação da democracia como valor: o conjunto de fatos democráticos não tinha nenhum significado na visão de Pero Lopes de Sousa. Pessoas como ele acreditavam que um rei com poderes divinos era o único soberano legítimo, ignorando a intromissão dos súditos na arte de governar. Assim, não apenas milhares, mas milhões de votos e mandatos podem ficar de fora da história.

Em geral, imagina-se que esse modo de pensar desapareceu com a Idade Média. No século XVIII, a instituição da soberania popular, antes marginal, ganharia um novo lugar na teoria política. O Iluminismo desenvolveu a ideia de que a soberania legítima estava apenas no povo, e o governo deveria ser exercido em seu nome, por representantes eleitos - através de poderes divididos e especializados. De valor marginal, a soberania popular passou a ser o valor central das concepções de sistemas políticos. Inversamente, a ideia do poder divino passou a ser combatida como irracional.

Esse foi o início daquilo que Marx chamaria de democracia burguesa, e seus cultores, de democracia liberal. Quando o movimento dessa construção começou, na esteira de revoluções nacionais, havia já quase três séculos de eleições regulares no Brasil, o que basta para impedir a confusão entre tal conjunto de ideias e a vasta e geral prática de democracia nesse espaço - e, mais ainda, o termo “liberalismo”, surgido no século seguinte.

O termo pode ser aplicado ao tempo posterior ao Brasil independente, de 1822 em diante. Esse novo tempo, aliás, leva a um segundo conjunto de fatos democráticos, que deve ser sobreposto ao primeiro, já que no novo país as eleições locais continuaram a acontecer com a regularidade de sempre.

O Brasil independente somou duas instâncias eleitorais às antigas

eleições nas vilas. As províncias passaram a ter suas assembleias eleitas, com mandatários que controlavam orçamentos próprios e poderes regionais. No âmbito nacional, foi criado um Poder Legislativo - e deputados e senadores também passaram a ser eleitos.

De 1822 em diante, as assembleias provinciais funcionaram. E, de 1826 em diante, o Parlamento funcionou no Brasil quase com a mesma regularidade e continuidade das gestões de vereadores nas vilas. Tudo continuou na República, de modo que a legislatura em atuação em 2015, no Congresso Nacional, é a 55ª - e 52 delas foram completadas regularmente, com os eleitos tomando posse e passando o cargo a sucessores também eleitos.

Para quem tiver dúvidas sobre o que representa o número, basta dizer que o Parlamento brasileiro tem mais tempo de funcionamento regular como autoridade com o monopólio de legislar do que o francês (o qual só conquistou com firmeza esse poder a partir de 1875). Entre os grandes países do Ocidente, apenas a Inglaterra e os Estados Unidos elegem legisladores com tais poderes há mais tempo que o Brasil. E Portugal não se notabilizou exatamente pela tradição dessa instituição - de modo que ela não parece importada dessa fonte.

A despeito da soma de todos os fatos, votos e mandatos, ainda continuou havendo quem duvidasse da existência de democracia - agora a democracia liberal ou burguesa - no Brasil. Como a tábua de comparação mudou (havia então democracia em muitos países no Ocidente), novos argumentos puderam ser apresentados contra a ideia da democracia brasileira como valor. Um deles tinha como base um fato importante: a obra de implantar um governo com soberania oriunda apenas do povo - eliminando o monarca com poderes divinos - ficou pela metade no Brasil imperial.

A soberania popular não era a única fonte de poder nacional legítimo determinada na Constituição de 1824. Era apenas a fonte do poder dos deputados e senadores. Segundo a Carta, o imperador era soberano por força de fonte de poder, a mesma dos reis medievais: por ser pessoa divina. O exercício desse poder não dependia de eleição nem consulta, pois não era delegado pelo povo.

O imperador aparecia na lei como detentor privativo de um quarto poder, o Poder Moderador. A Carta definia esse poder como estando acima dos demais, além de reservar ao monarca a chefia do Executivo e do Judiciário. Assim, o Império foi o período de convívio de um Legislativo de soberania popular com um imperador medieval intocável, detentor de poder pessoal de origem divina e comandante exclusivo do Executivo e do Judiciário.

Em um primeiro momento, houve conflito entre o poder arbitrário e pessoal com aquele derivado da soberania popular. O primeiro se destacou até a abdicação de Pedro 1, em 1831, e o segundo, na Regência, que durou até 1840. D. Pedro 11 teve a sabedoria de reservar o exercício do Poder Executivo a deputados e senadores, e assim transformou em convívio o conflito explícito entre soberanias, mantendo um parlamentarismo que a lei não previa ao reservar o Executivo a representantes eleitos.

Funcionava assim: o gabinete tinha de conseguir maioria no Parlamento. Quando perdia, um novo ministério era apresentado, o Parlamento era dissolvido e eleições eram convocadas. O Poder Moderador ajudava: os novos ministros eram nomeados provisoriamente pelo imperador, promoviam a chamada derrubada - isto é, trocavam funcionários públicos ligados ao ministério caído por outros, seus aliados. O uso da máquina garantia vitórias eleitorais tranquilas.

A convivência deu certo até 1868, quando o imperador demitiu um ministério liberal com maioria no Parlamento, submetendo-se a um ultimato do conservador Duque de Caxias, que chefiava as tropas na Guerra do Paraguai.

Criticando a medida, o senador Nabuco de Araújo disse uma frase famosa, que ficou conhecida como “sorites de Nabuco”:

> O Poder Moderador pode chamar quem quiser para organizar o ministério; essa pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; essa eleição faz a maioria. Eis o sistema representativo de nosso país. Não é isso uma farsa, o verdadeiro absolutismo?

Alguns liberais acharam que sim, abandonaram o partido e fundaram o

Partido Republicano. O ponto máximo de seu programa era a abolição do Poder Moderador. Foi um partido eleitoralmente marginal até junho de 1889, quando o imperador demitiu o segundo ministério com maioria no Parlamento - dessa vez, o dos conservadores liderados por João Alfredo, que tinha feito a Abolição.

Foi a vez de os conservadores, que sempre defenderam as interpretações mais favoráveis ao emprego arbitrário do Poder Moderador, refletirem - nem sempre com a elegância de um Nabuco. No dia em que o novo chefe do ministério se apresentou ao Parlamento, um deputado conservador, o padre João Manuel, gritou do plenário em alto e bom som: “Viva a República!”.

Em um primeiro momento, o grito pareceu tão sem sentido como todos os outros. O novo ministério caprichou na derrubada e venceu as eleições. Manteve a regra: ao longo do Império, o Poder Moderador jamais perdeu uma eleição - a vontade popular jamais se impôs à vontade do imperador.

O poder dado pelo engajamento do Estado em um partido era muito maior que todos os outros truques de época para sabotar a soberania do povo. Não que inexistissem esses mecanismos. Toda a pletora de meios para falsear a vontade do eleitor - exclusão de pobres e mulheres, de analfabetos (introduzida no Brasil em 1879), pressão de autoridades, voto aberto, pancadaria, juízes eleitorais parciais, compra de votos - de fato existiu. Mas ela podia igualmente ser encontrada na mesma época em qualquer democracia do Ocidente, com diferenças não muito grandes no grau de aplicação.

Nem mesmo o mecanismo da intervenção de um monarca com poderes divinos, resquício de um ideal passado, era de todo estranho, sendo encontrado inclusive em espaços de grande progresso. Basta recordar o movimento de alternância entre repúblicas e imperadores com alta dose de poderes arbitrários (além de governar com parlamentos de poder muito reduzido e com eleições controladas) na França do século XIX. E aqui não se está falando, por exemplo, de Portugal e Espanha, onde os parlamentos mal funcionaram.

(Segunda nota que não é de rodapé: no caso dos mecanismos para limitar a soberania popular, existem bibliotecas inteiras dispo níveis para os

leitores brasileiros, tratando do Império e da República. Mas são quase inexistentes os trabalhos em que esses mecanismos são comparados aos seus similares estrangeiros, levando a pensar que as eleições dirigidas eram apenas obra de coronéis locais. A quem quiser tirar a média por conta própria e comparar com a mostrada acima, recomenda-se a consulta de todas as democracias consideradas “avançadas” nas bibliotecas igualmente disponíveis para os leitores.)

Em um resumo dos fatos, o espaço da soberania popular foi ampliado durante o Império. Autoridades provinciais e legisladores passaram a ser eleitos. Mesmo com uma Constituição muito restritiva, esses eleitos exerceram poderes bem maiores que os que tinham no papel. Inversamente, o emprego do Poder Moderador nos registros mais arbitrários levou às crises do Primeiro Reinado (1822-31) e à queda do Segundo (1889).

Dos fatos, passemos aos valores e à pergunta: havia democracia no Brasil imperial? Em um momento da história em que a democracia já era um valor universal, essa pergunta ganhava um novo significado. Antes, negar a soberania popular em interpretações valorativas era a regra. No mundo burguês, passou a ser exceção. Desse modo, intelectuais que julgavam os fatos da política precisavam se esforçar ainda mais para justificar uma resposta negativa para o caso brasileiro.

Um de seus bons argumentos, a sobrevivência de soberanias discricionárias ao modo medieval, caiu com o Império, ainda em 1889 - com ajuda do padre João Manuel. A República acabou de vez com a coexistência legal de duas soberanias e impôs a regra burguesa que se tornava universal: “Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido”. Apenas a partir desse momento o sistema de governo estruturou-se do ponto de vista jurídico como democracia liberal ou burguesa no Brasil, com o poder legítimo partindo exclusivamente da soberania popular.

As instâncias reservadas aos eleitos se ampliaram ainda mais. Continuaram as eleições locais, como no tempo colonial, com a introdução progressiva da separação entre o comandante executivo - o prefeito - e os vereadores. Continuaram as eleições de parlamentares para a nova esfera federal e para os novos estados. Continuaram as eleições de legisladores estaduais. Governadores de estado e presidente da República passaram a ser

eleitos. Na via inversa, as eleições para magistrados locais foram extintas, e o Judiciário se tornou o único poder sem influência do voto popular.

Os argumentos contra a democracia como valor, porém, não morreram com a extinção do Poder Moderador. Um novo argumento passou a ser empregado: uma coisa é a forma, outra, o conteúdo. O povo soberano na letra da lei pode não ser o povo soberano de fato.

Esse argumento ganha força quando se conta a história da República como a história da resistência, dentro do Poder Executivo, à submissão de seu ocupante máximo à vontade do povo soberano. O hábito fazia presidentes agirem como monarcas, dotados de poder superior ao vulgo. O instrumento que empregavam para se afirmar assim era uma variante daquele expediente dos tempos imperiais: forçar o resultado das eleições a partir das nomeações para cargos públicos - com o apoio de um Judiciário ainda pouco independente.

Dessa fonte provieram as permanentes tentativas de pressão, os gestos para afirmar o resultado eleitoral como consequência da força do governo dotado de vontade própria, de preferência contrária àquela do eleitor. O Executivo central, não o coronel local, foi o centro desse reacionarismo (ou seja, a tentativa de fazer sobreviver valores medievais de uma soberania arbitrária no comando) no período republicano - e com tais gestos o argumento da democracia inexistente.

A República também gerou argumentos de fato: a ditadura de Getúlio Vargas durante o Estado Novo foi o ponto mais baixo da democracia em toda a história - nunca, nem mesmo na Colônia, houve tempo sem governantes eleitos. Os militares pós-64 não chegaram a tanto: mantiveram o Congresso aberto quase o tempo todo, além de promover eleições locais. E mantiveram uma relação, ainda que inteiramente formal, com a soberania real do povo: não deixa de ser curioso observar como os generais se submeteram ao hábito do mandato limitado no tempo, dado “pelo povo”, e à alternância no poder - algo que foi estendido a seus nomeados.

Porém, para se negar a democracia como valor na República, é preciso também negar que a grande maioria dos presidentes foi eleita - e as condições das eleições melhoraram no correr do tempo. A coalizão democrática montada em torno das eleições diretas, em 1984, fez mais que

simplesmente remover um governo autoritário. Na eleição de Tancredo Neves havia embutida a promessa de um novo teor de soberania popular.

Foi, no entanto, na campanha pelo impedimento de Fernando Collor que esse teor se mostrou, ao marcar a primeira derrota de um presidente da República diretamente para o povo soberano, até mesmo sem a intermediação de uma eleição. A partir daí, a tentação da arbitrariedade do ocupante da cadeira permanece contida. Os chefes do Executivo realmente têm poder derivado da vontade dos eleitores e respeitam essa regra de ouro.

Esse momento estável permite pensar as estruturas regulares das instituições brasileiras de outro modo. O que sugiro aqui é que o voto e a democracia talvez tenham uma base de valor na história brasileira maior que aquela usualmente avaliada por seus intelectuais.

Seria o caso de concluir com um resumo do resumo histórico. Desde 1532, eleições regulares das autoridades locais perduram em todas as cidades construídas no atual território nacional. Esse é um fato histórico geral, regular, constante. No nível local, quase nunca houve autoridade que não fosse eleita.

É muito difícil atribuir esse comportamento geral à ação da autoridade central ou de uma elite letrada. Ele claramente nasceu nos tempos coloniais, antes da democracia burguesa, de baixo para cima, com apoio dos deserdados, contra os representantes do poder real - e também contra o desprezo de muitos narradores. Votar foi um valor da sociedade mestiça, não dos letrados, que tratavam o povo como pessoas insignificantes.

Pensando no Brasil Nação, há 188 anos de eleições de parlamentares e 174 anos de funcionamento regular do Congresso Nacional. Deputados e senadores brasileiros cumprem mandato em uma tradição que existe em raríssimas democracias ocidentais. Nos 122 anos de República, a grande maioria dos comandantes do Executivo foi eleita e entregou o cargo ao fim do mandato, nos estados e na federação.

Parece claro no nível dos fatos: a prática da democracia está impregnada na sociedade. O poder entregue por ela, através de eleições, a representantes eleitos que governam por mandatos temporários é fato regular na história brasileira em muitas instâncias. Essas instâncias se tornam mais amplas com o passar do tempo.

Voltamos então à pergunta central, relacionada a valores: existe democracia na história do Brasil?

Um relevante número de intelectuais afirma que não há democracia na história do Brasil. Em outras palavras, não consideram os fatos democráticos descritos até aqui como valor democrático para julgar a história.

Pero Lopes de Sousa é o protótipo do negador: imaginava que o exercício do governo exigia algo de que as pessoas comuns não dispunham, estava reservado a um detentor iluminado, capaz de ordenar por meio de desígnios que o vulgo desconhece.

Esse é um valor que sobreviveu no Brasil. Incluo a mim mesmo entre os incapazes de escapar totalmente desse modo de pensar medieval. O conjunto de fatos que reuni talvez não convença muitos de que a democracia é valor com base no Brasil histórico.

Porém, a pergunta pode ganhar outra forma: a falta de democracia na história seria um problema dos fatos da história ou da miopia dos intérpretes que elogiam capitães e escondem eleições?

Entre os intérpretes atuais, existem conservadores “de Primeiro Mundo”, que imaginam viver ao lado de um “povo do Terceiro Mundo”. E também revolucionários socialistas muito capazes de prosápia científica para justificar a pretensão de dirigir as “massas populares sem consciência” ao modo dos reis medievais.

Com tais instrumentos de julgamento, talvez os intelectuais brasileiros realmente não estejamos tão preparados para explicar a democracia como o povo está preparado para votar.

Frei Vicente do Salvador e o caranguejo original

“Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão eu não trato, porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se em andar arranhando ao longo do mar como caranguejos.”[1]

Essa é talvez a frase mais famosa de um livro publicado em 1627 por frei Vicente do Salvador, aliás o primeiro com o título de *História do Brasil* Sua sobrevivência multissecular é um portento: poucos trechos escritos por historiadores ultrapassam o período em que foram elaborados. A frase que se mantém viva traz embutida uma definição primordial, que permite explicar o “Brasil” de um modo que ainda hoje é forte.

As aspas são aqui necessárias. Para que o imenso valor da obra de frei Vicente do Salvador possa ser compreendido, é preciso promover, com o emprego delas, uma separação artificial de parte do sentido da palavra “Brasil” - começando pelo tempo. Hoje, os cidadãos a empregam para significar seu país como um todo. No momento em que a obra foi escrita, mesmo em seu sentido amplo, ela designava pouco mais que um espaço e uma comunidade incipientes, ambos ainda pouco estruturados como dependência secundária no imenso império ultramarino português.

Nesse contexto incerto, frei Vicente do Salvador empregava a palavra com um sentido ainda mais restrito que as pessoas do tempo: seu uso de “Brasil” embute um segundo corte, uma escolha consciente que cria uma definição específica. Uma rápida comparação com os procedimentos de outros autores de sua época ajuda a entender esse passo fundamental.

O primeiro a empregar o termo em um título foi Pero de Magalhães Gândavo. Em 1576, ele publicou a obra *História da Província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil.* Sua opção foi usar como nome principal do lugar aquele de fundo religioso, capaz de merecer do autor a consideração de ente histórico. A designação “vulgar” (ainda que o narrador, ao empregar o plural, se coloque entre os que assim chamam a província) também foi escolhida, embora de modo deliberado relegada a um segundo plano, posta no subtítulo. Para o autor, “Província Santa Cruz”

seria uma denominação elevada, com mérito suficiente - mas o nome de emprego geral pelas pessoas mais “baixas” já obrigava a uma menção.

O título encontrado por Gândavo ajuda muito a entender um ponto. A distinção entre o vulgar e o elevado era a grande marca definidora da cultura medieval, quando a escrita era apanágio de poucos, um instrumento que marcava, por si mesmo, uma posição social elevada para quem a dominava. Na via inversa, a dependência da fala, instrumento de comunicação do vulgo, era o sinal da presença de pessoas “inferiores”, incapazes de pensar de modo espiritualmente proveitoso - assim eram enquadrados os analfabetos.

A fala, contudo, era também uma voz difícil de ser calada por escritores, por mais capazes que fossem. O emprego da palavra “Brasil”, com a qual os meros falantes designavam a terra, podia ser encontrado nos livros que outros autores escreveram na época. Gabriel Soares de Sousa publicou, em 1587, *Notícias do Brasil;* Ambrósio Fernandes Brandônio lançou *Diálogos das grandezas do* Brasil em 1618. Ambos utilizavam apenas a palavra dos homens comuns, sem ter nenhum problema com isso - e seu emprego tinha a ver com o fato de que escreviam sobre a nova terra como um lugar que borrava essa distinção entre o digno e o vulgar.

Aderiam ao nome dado pelos falantes, mas não apenas a ele. Procuravam fazer uma narrativa contendo uma definição muito clara para a terra, de acordo com a nomeação dos falantes: um lugar aonde era possível chegar pobre e enriquecer, mudar de condição social. Assim, os escritores identificavam-se com os muitos analfabetos que, a partir do momento em que pisavam no litoral, iam, como se dizia então, “buscar remédio” para a pobreza - e o livro escrito era a prova de que tal remédio podia ser encontrado: os dois autores falavam dos que tinham enriquecido e recomendavam a terra para quem quisesse seguir o mesmo caminho.

A narrativa das maravilhas da América, que esses dois autores praticavam, era então um gênero literário relevante. E praticado por alfabetizados que defendiam um modo radicalmente novo de encarar o sentido da vida, o qual se confundia com as viagens pelas novas terras: o sentido de um empreendimento individual. O Brasil, no sentido vulgar da época, que eles adotam, seria também uma sociedade na qual os homens

nascidos em determinada posição social poderiam construir outra, com o seu próprio esforço, enriquecendo sem para isso importar a condição de nascimento.

Essa era uma grande novidade em todo o Ocidente naquele tempo, a ponto de construir uma literatura. As descrições do continente recém-tocado estavam tendo um impacto tremendo na cultura europeia. Para aqueles que gostam de boa leitura, esse impacto traduzido em palavras é o objeto de um clássico de Sérgio Buarque de Holanda intitulado Visão *do Paraíso.*

O fascínio que as palavras sobre as novas terras e suas riquezas exerceram na Europa pode ser medido pelo impacto de *Novus Mundus*, o livro de Américo Vespúcio sobre suas viagens intercontinentais. Lançado em 1503, quando a prensa de Gutenberg era ainda um instrumento de alta tecnologia e baixa velocidade, vendeu nada menos de 15 mil cópias pela Europa. Com isso, o piloto medíocre tornou-se autor de imenso prestígio literário em muitos países e acabaria mais famoso que jamais sonhou em vida, tendo seu nome dado ao continente pelos leitores maravilhados.

Depois de leituras como essas, até mesmo padres atiraram-se à voragem do Novo Mundo, o mundo que não seguia o imutável padrão da vida medieval. No Brasil, os religiosos que mais se aprofundaram no entendimento letrado da novidade humana do continente americano foram os jesuítas. Fizeram isso tendo a teologia como norte e a terra visitada como objeto. Escreviam com um olho na Bíblia, outro na natureza e nas pessoas. Conviviam com nativos nus - e escreviam sobre as implicações morais da inocência dos índios em relação ao Deus bíblico.

O padre Manuel da Nóbrega formulou, na década de 1550, a noção de que, embora não fossem cristãos nem se convertessem ao ouvir a Palavra, eles seriam seres racionais e teriam direito inato à liberdade - o que exigia considerar uma igualdade substantiva entre todos os homens, independentemente de estatuto de nascimento, local de vida, credo ou posição social. Essa ideia de igualdade, hoje corrente, era revolucionária em seu tempo.

Basta dizer que, na mesma época e no mesmo Brasil, o calvinista Jean de Léry convivia com nativos do Rio de Janeiro e tentava responder à mesmíssima pergunta teológica, com o mesmo método de diálogo com os

nativos. Chegou, porém, à conclusão exatamente oposta. Afirmou que os índios eram seres substantivamente desiguais aos cristãos, animais sem capacidade racional - pois não entendiam a Bíblia, por falta de capacidade de ler, nem se convertiam ao ouvir as verdades saídas da boca do pastor. Seriam, portanto, incapazes de merecer qualquer direito, devendo ser tratados como animais ou feras.

Em tal cenário se pode entender que o frei Vicente do Salvador, no próprio ato do emprego da palavra "Brasil" para designar seu objeto, tomava sua posição no alto debate sobre o estatuto ontológico das novas terras - de maneira própria. Em vez de levar para a Europa os modos de pensar surgidos a partir do contato com a experiência do Novo Mundo, como os enriquecidos, o padre jesuíta ou o pastor calvinista fizeram, ele tomou o caminho inverso, procurando narrar a experiência americana como reiteração dos eternos valores medievais que admirava.

Em vez de se misturar, separou-se. Procurou fazer a história da nova terra como a de uma ampliação do mundo da Idade Média, mantendo-se fiel à ruptura essencial entre o alto e o baixo, a nobreza e o povo, o meritório e o vulgar, a escrita e a fala. Tal credo aparece inteiro na justificativa que faz do emprego da palavra "Brasil" no título de seu livro:

> O capitão Pedro Alvares Cabral levantou a cruz no dia 3 de maio, quando se celebra a Santa Cruz em que Cristo morreu por nós, e por esta causa pôs nome à terra. Porém, o demônio, que com o sinal da Cruz perdeu todo o domínio que tinha sobre os homens, receando também perder o muito que tinha nos desta terra, trabalhou para que se esquecesse o primeiro nome e lhe ficasse o de Brasil, por causa de um pau de cor abrasada que há muito nesta terra e com que se tingem os panos. Com o que importava mais o nome um pau de tingir que aquele do sagrado lenho que deu toda a virtude a todos os sacramentos da Igreja.[2]

Pensando assim, frei Vicente do Salvador teria todos os motivos do mundo para proceder da mesma forma que o pioneiro Gândavo, recusando parcialmente o nome profano. Mas já não podia mais repetir o arranjo. No

intervalo entre a publicação dos dois livros, até o rei, chefe da Igreja naquela possessão, rendera-se às artes do demo, passando a nomear seu domínio com a palavra que definia a reles mercadoria. Para não desobedecer ao rei, o padre empregava o termo vulgar no título - embora alertando para as graves consequências do uso do termo profano:

> O nome de Brasil lhe ajuntaram ao Estado, e o chamam Estado do Brasil. [...] Disto dão culpa alguns aos reis de Portugal, outros aos povoadores: aos reis pelo pouco caso que têm de tão grande Estado, que nem o título dele quiseram, preferindo intitular-se senhores de Guiné por uma caravelinha que lá vai, nem houve um que o curasse, senão para colher rendas e direitos. E de mesmo modo se hão os povoadores, os quais, por mais arraigados que na terra estejam, tudo pretendem levar para Portugal. Se as fazendas e bens que possuem soubessem falar, diriam como os papagaios, para os quais as primeiras palavras que ensinam são: “Papagaio-real pera Portugal”. Ainda os que cá nasceram não são senhores, mas usufrutuários que desfrutam e deixam a terra destruída. Donde nasce também que nenhum homem nesta terra é repúblico, nela zela ou trata do bem comum, senão cada um do particular.[3]

Praticamente obrigado a se render ao termo vulgar que se tornara nome oficial do lugar, nem assim desistia da luta santa para reinstaurar a ordem divina - e para tal cruzada haveria de servir o esforço de fazer uma “História do Brasil”. Naquela porção do mundo, a mercadoria dominara os homens, que agora só pensavam em enriquecer; dominara até o rei, que só se preocupava com suas rendas. Mas o demo, com todas as suas artes, não iludira o bom padre, de modo que seu trabalho serviria para recolocar o mundo nos seus devidos trilhos eternos.

O historiador faz isso com uma forma que supõe ser a única capaz de reconstruir a coisa pública, zelar por aquilo que seria de todos. Pela palavra escrita a terra de analfabetos, índios, mercadores e usufrutuários reais conheceria seu momento de redenção. Com essa reposição simbólica, o raro alfabetizado da terra de analfabetos receberia sua paga. Não se enreda nas

tentações: é o homem das boas causas, o espírito que não decaiu no antro de amorais do Novo Mundo.

Essa posição elevada do contador da história - e elevada por contraste com o meio circundante, que é definido como baixo - é sintetizada na imagem do caranguejo. A carapuça de historiador, restaurador da ordem moral perdida pelos que chafurdam na mercadoria demoníaca, é apresentada como proteção contra o mundo iletrado e interesseiro que o cerca, a estrutura necessária para sobreviver em ambiente hostil. Permite a ele afirmar a história de um ponto de vista que poucos alcançam, criando imagens que o destacam da queda em pecado que há ao redor.

Porém, a imunidade contra os ardis da mercadoria cobra o seu preço. O caranguejo logo se vê diante de um paradoxo essencial: se, bem protegido pela casca letrada que adquiriu, ganha poderes para escrever distinguindo o bem do mal, perde ao separar-se da multidão. Para dar um caráter elevado ao objeto de seu estudo, ele despreza, com as pessoas de baixo, os seus saberes de analfabetos. Assim, cria-se uma desconexão significativa: o letrado só pode afirmar sobre “Brasil” aquilo que sabem alguns viventes dos estreitos limites litorâneos, os poucos que não se iludiram com as trapaças da terra.

A perda aparece por inteiro quando o bom padre afirma que é impossível falar da “largura que a terra tem para o sertão”. A falta desse conhecimento básico sobre o lugar que descreve não o peja, e ele afirma com orgulho: tudo se explica porque “não houve quem a andasse por negligência dos portugueses”, que apenas arranhariam a região costeira. O termo “portugueses” nessa frase não é inocente. No momento de descrever os maus costumes vulgares ele emprega “povoadores”. Lé com lé, cré com cré: os portugueses são definidos como “grandes conquistadores” e súditos de um monarca; os povoadores, como “usufrutuários que desfrutam e deixam a terra destruída”.

Nem todos os homens são iguais, e apenas aqueles de qualidade, do alto, teriam capacidade de produzir informações confiáveis para a história pela palavra escrita. Como eles só arranham o litoral, “não se conhece” o tamanho da terra. O fosso aberto pela distinção, pelo ato de narrar separando o alto do baixo, de não reconhecer os saberes vulgares, é imenso

- do tamanho do “sertão”. Vale notar que, nos tempos d’El Frei, esse termo já designa toda a porção do território que vai além do litoral, aquela porção que ele afirmava ser desconhecida.

De fato o era - mas apenas pelas pessoas de qualidade, os “portugueses” do “Brasil”, os nobres, da esfera elevada que era a única relevante para o historiador. Assim se faz a mágica de sua frase famosa, aquela que permite afirmar muito, e afirmar com orgulho e desprezo, sobre aquilo que se conhece pouco. A imagem do caranguejo cobre a imensa diferença entre o sabido e o incógnito - pelo padre-escritor, e não sobre “a largura do Brasil” em termos que ele diria vulgares.

Nem por serem ambiciosas ou analfabetas as pessoas do estrato social mais baixo deixavam de ter conhecimentos ou de produzir história a seu modo. Embora fossem - ao gosto do caranguejo - conhecimentos “inferiores”, indignos de registro seu histórico, vale a pena notar algo a respeito do conhecimento dos viajantes vulgares sobre a largura do território no tempo da história escrita pelo sacerdote.

Um século antes do livro, em 1526, o português Aleixo Garcia deixou Cananeia, entrou pela área do atual Paraná adentro, atravessou Mato Grosso, cruzou o Pantanal, o chaco paraguaio e foi até o atual Peru; morreu na volta, mas os relatos de sua epopeia e as amostras de prata inca que deixou chegaram rapidamente aos reis de Portugal e da Espanha.

Da Bahia, desde a década de 1570 havia incursões para o vale do São Francisco (uma delas, chefiada pelo irmão de Gabriel Soares de Sousa, chegou a um ponto onde obteve amostras de ouro, provavelmente no atual território de Minas Gerais). Todo o interior nordestino estava, no início do século XVII, sendo devassado por criadores de gado chefiados pelos descendentes de Garcia d'Avila que viviam em Salvador.

Do Rio de Janeiro, em 1599, o ruivo e inglês - além de escravo - Antonio Knivet partiu para o vale do São Francisco, subiu até sua nascente, desceu pelo interior do atual estado de São Paulo, entrou no Paraná e foi dar no mar em Santa Catarina.

Os moradores de São Paulo também saíam de casa e andavam sem negligência por vários sertões. Em 1585, Jerônimo Feitão chegou ao rio Iguaçu, no atual Paraná; no ano seguinte, Domingos Grou atravessou parte

do vale do rio São Francisco, passou-se para o rio Tocantins - e na primeira década do século XVII começaram repetidas incursões de paulistas que iam até a sua foz, próximo a Belém, e de lá voltavam para São Paulo subindo o Araguaia.

Em 1599, Jerônimo de Albuquerque Maranhão, filho de português e casado com a índia Ubi (batizada como Maria Arcoverde), estabeleceu-se no Rio Grande do Norte. Em 1614, saiu dali chefiando uma tropa de aliados dos parentes de sua mulher, entrou para o sertão, fundou Camocim (no atual Ceará), atravessou o Piauí, voltou ao litoral e expulsou os franceses do Maranhão, dominando São Luís. Uma parte de seu grupo foi mandada adiante e fundou Belém, em 1620. Na década seguinte da publicação do livro, Pedro Teixeira, saindo dali, subiu o Amazonas e chegou a Quito (atual capital do Equador), do outro lado do continente.

Esses poucos exemplos daquilo que ficou de fora da definição do caranguejo bastam para justificar uma dúvida atual: os ganhos, em valor moral, do historiador que se distingue no “Brasil” compensam as perdas em narrativa empírica sobre o Brasil?

Para frei Vicente do Salvador não havia dúvida que sim. O caranguejo original dizia que “não houve quem andasse pelos sertões”. A afirmação era imperiosa para criar a voz de uma consciência que deliberadamente se impõe um limite, aquele de só falar sobre a parte nobre da realidade ao redor. E fundava uma estratégia narrativa de grande eficiência: o historiador conta de maneira limitada, mas justifica a sua limitação definindo-a como distinção social.

Em vez de aparecer como incapaz de falar sobre a totalidade do objeto que pretende descrever - dominado pelos moradores supostamente incapazes da vida de republicanos (embora já votassem e vivessem sob a autoridade de governos locais eleitos) -, o narrador pretende enquadrar como incapazes de merecer confiança histórica aqueles que de fato conhecem os sertões.

Pensar um “Brasil” com tais juízos certamente gera elevada autoestima em quem assim procede. É um modo de colocar a si mesmo como um narrador elevado - e apresentar sua ignorância da realidade empírica local como o mais precioso dos ornatos da Razão. Na via inversa, o

conhecimento empírico que lhe falta aparece projetado como falha de caráter das pessoas vulgares, e não como defeito interpretativo do historiador.

Trata-se de uma construção intelectual de porte. Frei Vicente do Salvador define “Brasil” como um objeto sobre o qual pode predicar apenas quem está dentro da casca, quem escapa das artes do demo - e o muito que este opera é ignorado como algo que “não se conhece”. O maligno controlaria todas as veredas do grande sertão, criando ilusões fortes, capazes de impedir que o verdadeiro conhecimento da terra surja na boa consciência, produzindo uma não república.

Assim, o caranguejo primordial, a figura simbólica que exclui o mal, filtra para a história, repõe a crença medieval da diferença essencial entre seres humanos na dependência do domínio das letras. Metaforicamente, a capacidade de julgar o que merece ser escrito é a marca que separa o emissor categorizado, o sujeito letrado (que conhece a verdadeira natureza divina do lugar e a escrita), do conjunto humano que emprega a denominação mercantil e ilusória da terra e anda pelos sertões.

Falando de “Brasil”, o sujeito letrado que afirma de dentro da casca de caranguejo separa-se dos moradores iletrados por uma diferença essencial de qualidade. Sujeitos da narrativa sobre sertões ignotos e objetos empíricos que neles trafegam não serão jamais formadores de uma mesma democracia simbólica, pessoas da mesma substância racional, viventes no mesmo espaço e que partilham a mesma cultura - todos identificados pela vida no Brasil.

No “Brasil” nunca há “nós”, nunca acontece uma identidade substantiva entre sujeito e objeto expressa no gentílico. A totalidade, como nos tempos medievais, se compõe de partes intransponivelmente separadas por sua diferente qualidade. A única unidade possível é aquela formada pela soma de um sujeito consciente (e alfabetizado) e um objeto inconsciente e não produtor de conhecimento.

O ato de historiar ao modo do caranguejo vem a ser aquele de colocar nessa precisa relação de subordinação as partes distintas - e a criação desse todo de partes distintas, que não se tocam, mas se complementam, vem a ser exatamente aquilo que dá sentido ao ato de construir as frases. Como diria

Roberto da Matta, no “Brasil” cada um é posto em seu lugar: o sujeito emissor, no de detentor de um conhecimento; o objeto, no de parte incerta de um conjunto de insignificantes (no sentido de incapazes de gerar significado). O emissor comanda - mesmo que emita comandos que revelam ignorância - e os emitidos não apitam, mesmo sobre algo que conhecem largamente.

Caso essa imagem faça sentido, pode-se entender que o frei Vicente do Salvador não foi apenas o primeiro a empregar o título “História do Brasil”. Foi também o criador de um modelo excludente de interpretação. O método sobrevive enquanto se pensar como esse “Brasil” duplo, totalidade de conhecimento feita de uma fração elevada, literária, mas limitada por vontade do autor, e um gigantesco universo cujo sentido escaparia ao intelectual que escreve.

A identificação entre “Brasil” e a construção da superioridade moral imaginária do autor-intelectual, ainda que à custa de desprezar toda a substância empírica do objeto, sobrevive como marca fundamental do conservador, do antidemocrata, daquele que não reconhece (à direita e à esquerda) igualdade substantiva entre brasileiros. O Caranguejo Original é um espécime magistralmente eficaz da Teoria do Conhecimento, com profundas implicações para a história do Brasil.

Clemente Álvares, o primeiro fundidor do Brasil

A fundição de ferro foi a primeira indústria brasileira, e Clemente Álvares, possivelmente o mais antigo industrial do país - sem dúvida, o primeiro fundidor de São Paulo. Estava entre os pioneiros moradores do que então era um vilarejo cercado de muros e atacado por índios. Foi um morador tão pioneiro que nem ficaram conhecidos a data e local de seu nascimento - mas, com certeza, chegou ainda no século XVI. A primeira notícia segura sobre ele é de 15 de julho de 1599, e por ela se sabe que Álvares já era um industrial bem estabelecido. Na data, foi feito o testamento de sua primeira mulher, Maria Gonçalves. Ali aparecem avaliados entre os bens do casal a "safra e bigorna e ferragens tais e um torno e martelo e todos os adereços de ferraria".

Era o equipamento maior de sua indústria, e esta não estava instalada na minúscula vila, mas em um sítio distante, então chamado Birapoeira. O termo indicava uma região nas margens do rio Pinheiros, onde havia uma aldeia de índios e vastos sertões. Ali mesmo, Clemente Álvares construiu uma mistura de propriedade agrícola (criava gado e porcos) com indústria de fundição.

O conjunto permitiu ao pioneiro se transformar em um dos primeiros ricos de São Paulo. Todos os pontos de expressão dessa riqueza estavam no testamento. Na época, ser rico queria dizer, por exemplo, ser dono de tecidos importados de qualidade, coisa que poucos como ele conseguiam. Significava ter, além da propriedade rural, uma boa casa na cidade. E também ter rebanhos de vacas e porcos. Claro, para tudo isso era obrigatório um plantel de escravos índios. Mas, no papel de industrial, Álvares foi além. O testamento de Maria Gonçalves é o primeiro da cidade a trazer referências a joias de ouro, riqueza tão desejada como inacessível na época.

Para chegar a essa boa posição foram necessários muitos empreendimentos. Embora não houvesse menção no testamento, a fundição do Ibirapuera não era a única onde estava presente a marca de Clemente

Álvares. Ainda no século XVI ele se ligara a várias atividades do primeiro milionário de São Paulo, Afonso Sardinha - que também havia investido na região do rio Pinheiros.

Sardinha conseguiu chefiar uma grande aldeia de índios em Carapicuíba. Com o trabalho deles, plantou cana e montou um engenho de açúcar em Jurubatuba, na direção da nascente do rio. Ligou os pontos montando uma rota de transporte das produções de São Paulo para o litoral pela via do rio Grande. E completou o circuito entrando no comércio marítimo com a África (onde se compravam escravos) e Buenos Aires (de onde vinha a prata contrabandeada do Peru).

Na década de 1590, Clemente Álvares e um filho mameluco de Afonso Sardinha com o mesmo nome do pai - e ambos em uma expedição financiada por este - percorreram o grande arco de matas e serras que ia desde a Mantiqueira, ao norte de São Paulo, até a região de Sorocaba, a sudoeste da cidade. No caminho, foram descobrindo minas de ferro e ouro, das quais a mais famosa foi a do morro do Jaraguá - onde paulistas mineraram até o século XIX. Também encontraram uma rica mina de ferro em Araçoiaba, onde Afonso Sardinha mandou fazer uma fundição em 1597.

A promissora parceria durou pouco, já que os sócios tinham ideias um tanto diferentes sobre os caminhos para progredir. Sardinha era bem mais um comerciante que um industrial, e mais um político que um técnico. Sendo assim, nem mesmo pestanejou ao dar a fundição recém-construída de presente para o governo.

Em 1600, chegou a São Paulo o governador-geral do Brasil, d. Francisco de Sousa. Obcecado pela ideia de encontrar ouro, ele trouxe consigo alguns fundidores. Afonso Sardinha julgou mais prudente empregar o esforço minerador como um caminho para a boa vontade dos poderosos. Um filho do governador ficou com a fundição de Araçoiaba e um minerador recebeu subsídios para tentar fazer uma fundição estatal que concorreria com a de Clemente Alvares, no mesmo Ibirapuera.

A entrada de altas autoridades no negócio criou uma situação complicada para o pioneiro. Afonso Sardinha, que deu o presente ao governador, acabou passando para a história como o primeiro fundidor de São Paulo. Já a fundição que tinha apoio oficial para funcionar a duras

penas e com constantes subsídios no Ibirapuera, esta acabou sendo considerada por muitos historiadores como a primeira da cidade. O motivo é simples: uma combinação de desconhecimento do testamento de Maria Gonçalves com a leitura das atas da Câmara da cidade, nas quais a todo momento se pedia dinheiro para ajudar o empreendimento do protegido do governador.

Sendo empresário privado, restou a Clemente Alvares o consolo de ver bem-sucedidos os seus negócios, enquanto os concorrentes estatais tropicavam. Mercado havia, e muito. O ferro, na verdade, era o meio essencial das relações comerciais entre as sociedades indígena e portuguesa - e o grande objeto do desejo dos nativos. É muito fácil entender por quê: o trabalho mais duro dos índios era cortar árvores para abrir espaços para as roças. Derrubar uma árvore modesta, com tronco de trinta centímetros de diâmetro, era tarefa para dois dias com os machados de pedra - ou meia hora com um de ferro. Facas e anzóis tinham desempenho infinitamente superior aos similares locais. Sendo assim, não houve indígena que não fizesse o possível e o impossível para conseguir os novos equipamentos de alta tecnologia.

A diferença civilizatória trazida pela metalurgia logo foi percebida como o ponto fundamental de superioridade dos recém-chegados. Sem conhecer a natureza tropical, os europeus dependiam dos nativos para comer, andar e morar. Trocavam os meios necessários para prover tais necessidades basicamente por ferro. A carga básica de todos aqueles que se aventuravam nos sertões eram os chamados resgates de ferro. Em troca deles não faltava, como notou o padre Fernão Cardim, quem desse até mesmo “as próprias filhas” - nem faltou europeu ou mameluco que aceitasse prontamente uma oferta como essa, para desespero dos padres.

Enquanto não havia concorrência oficial ninguém ligou para o fato de que o ferro deveria ser produzido onde houvesse minério, isto é, em pleno sertão. No entanto, a partir do início do século XVII, a coisa mudou de figura. De repente, os vereadores começaram a ficar muito preocupados com isso. Enquanto Clemente Alvares trabalhava, iam surgindo nas reuniões dos vereadores recriminações contra pessoas que levavam forjas para os sertões, ao lado da aprovação de subsídios para a fundição oficial do

Ibirapuera. O argumento criado foi o receio de que os índios aprendessem a fundir - mas essa parece ser uma hipótese pouco provável.

As recriminações poderiam ser interpretadas de outra forma, quando se pensa no tipo de atividade de Clemente Álvares. Conhecedor dos segredos do sertão, ele tinha motivos de sobra para levar as suas atividades para lá. O domínio da técnica de fundição era bastante rudimentar no Brasil naquele momento. Entre os povos que chegaram à América, apenas os espanhóis já dominavam o uso da força hidráulica para mover foles, mesmo assim havia pouco tempo. Embora houvesse uns tantos espanhóis em São Paulo - e um deles, Martim Rodrigues Tenório, com o segundo casamento de Clemente Álvares, tivesse se tornado sogro do fundidor-, não há notícia de outra coisa que não fossem primitivos fornos de barro, não muito diferentes daqueles feitos pelos primeiros fundidores, um milênio antes de Cristo.

Com tal tecnologia, a equação econômica era trivial. Tornava-se fácil construir um forno de barro onde houvesse argila, e em qualquer ponto da imensa floresta tropical podia-se produzir carvão vegetal em quantidades praticamente ilimitadas. A maior dificuldade consistia na coleta e no transporte de minério, em um tempo em que as costas dos índios eram o modal que levava quase a totalidade da produção econômica. Construir e operar forjas nos sertões era a forma economicamente mais vantajosa - caso o empreendedor pudesse sobreviver naquele meio.

Vinha daí a grande vantagem comparativa do pioneiro em relação ao concorrente oficial. Montando o forno onde houvesse minério, ele tinha muito menos problemas de transporte - desde que se contentasse em viver no mato. Clemente Álvares era o único paulista naquela época a adquirir essa capacidade, que faltava na concorrência oficial. Tinha algumas dezenas de escravos indígenas e sabia sobreviver na selva. Enquanto isso, os seus concorrentes viviam pedindo aos vereadores que lhes fornecessem escravos índios dos aldeamentos municipais e força militar para protegê-los nas incursões para carregar minérios até a cidade.

Em 1619, Álvares entrou mais fundo no sertão. Conseguiu uma sesmaria em Voturuna, doze quilômetros adiante de Santana de Parnaíba - que nem vila era. Ali, em um imponente maciço, ele havia encontrado ferro e ouro vinte anos antes; a partir da obtenção da terra, começou a construir

uma nova fundição.

Nessa altura, pioraram seus problemas com a Câmara de São Paulo. Nos primeiros tempos, ele se elegera algumas vezes; agora, vivia às turras com as autoridades. Montar uma indústria no sertão significava levar a base das atividades econômicas dos negócios com os indígenas para fora da cidade. Essa mudança não agradava a nenhum comerciante, já que o fundidor recebia diretamente no sertão o produto das incursões - que iam se tornando uma espécie de distribuidores de ferro para os índios.

Havia uma lógica econômica na instalação no interior, e isso tornava a posição da Câmara difícil de sustentar. Quem via as coisas pelo lado privado seguia o caminho do sertão. Foi assim que Alvares ganhou um grande concorrente. A irmã de sua mulher casou-se com Cornélio de Arzão, fundidor flamengo trazido pelo governador-geral. Podendo escolher entre a cidade e o sertão, ele logo tomou o segundo caminho - e passou a fazer uma concorrência dura ao pioneiro em seu próprio campo. Com a morte do sogro de ambos, Arzão se tornou procurador da sogra e passou a disputar terras com Alvares.

Em 1624, em uma das etapas da briga, o escrivão foi notificar Álvares “na cadeia onde se achava preso”. A prisão, provavelmente pela insistência no negócio sertanejo, foi um ponto baixo na vida do pioneiro. Enquanto passava por esse revés, ele via a fundição do cunhado crescer bastante - apenas para que este fosse também perseguido.

Em 1628, Cornélio de Arzão se tornou um dos raros presos pela Inquisição em São Paulo. Contava para isso o fato de ser protestante, mas também o de ter montado em pleno sertão uma fundição mais sofisticada, talvez com foles movidos por força hidráulica.

Os inventariantes da Inquisição não puderam fazer mais que, depois de a analisarem, notar que “o engenho de ferro não se avaliou por não haver pessoa que o entenda”.

Mesmo com o tratamento pouco animador pelo poder público, a fundição de Clemente Alvares prosperou, assim como a de seu cunhado. Em Voturuna, índios foram ensinados a minerar e a produzir carvão. Nos fornos de barro, esses materiais eram dispostos em camadas alternadas, enquanto um fole manual atiçava a combustão.

Ao fim de muitas horas de trabalho, conseguia-se um material de baixa qualidade, do qual se extraía a escória a marteladas. Esse material, hoje considerado primitivo, atendia às necessidades de muitos consumidores. A maior parte dos que empregavam as cunhas e facas recebidas como resgate não tinha como reclamar de defeitos. E, para finalidades mais sofisticadas, como fazer pregos ou escopetas, era sempre possível realizar uma segunda fundição do material.

Essa possibilidade de tratamento mais sofisticado esteve na base de um novo movimento de expansão dos negócios de fundição em São Paulo. Filhos e genros de Clemente Alvares foram aprendendo a profissão na indústria de Voturuna - e acabaram por se instalar no que na época se chamavam “tendas de ferreiro”, na cidade de São Paulo. Possivelmente recebiam matéria-prima ou material pouco processado da propriedade paterna, já que em vários dos testamentos desses parentes aparece uma aparelhagem mais sofisticada que a do chefe do clã.

Nos testamentos aparece outra pista do movimento de volta à cidade: livros. Enquanto Clemente Alvares assinava com um sinal por não saber escrever, o seu sogro espanhol, a sua segunda mulher, os seus filhos e genros estiveram entre os primeiros paulistas a deixarem livros como herança. Com a morte de Maria Tenória e o terceiro casamento de Clemente Alvares, os últimos dos seus onze filhos deixaram Santana de Parnaíba e tomaram o rumo da cidade.

Enquanto isso, o já idoso Clemente Alvares ia se desfazendo de suas muitas propriedades para compor os dotes de casamento de suas filhas, entregar quinhões da herança materna para os filhos e levar a vida. No final da década de 1630, seus ativos tinham se concentrado naquele que se tornara o negócio de sua vida: a fundição de Voturuna e a casa na cidade em Santana de Parnaíba. Esses eram os maiores bens de seu inventário, aberto logo após a sua morte, em 1641.

Naquele momento, o fundidor pioneiro já não tinha nenhum membro da família morando naqueles sertões distantes; até mesmo a sua terceira mulher havia se mudado para São Paulo, para morar com um genro que era um fundidor de sucesso. E ninguém da família quis se voltar para lá. Apareceu alguém de fora, para continuar a obra do primeiro fundidor de

São Paulo: o capitão Guilherme Pompeu de Almeida, que biografei em meu livro O *banqueiro do sertão,* de 2006. A Clemente Alvares sobrou a honra de ter sido o primeiro fundidor de São Paulo, ainda que com muitas lutas e poucas homenagens.

Diogo Antônio Feijó e a sociedade justa

No dia 7 de abril de 1835, pela primeira vez na história do Brasil, houve uma eleição nacional para indicar o chefe do Poder Executivo. O escolhido iria substituir, como regente único, o imperador d. Pedro II, então com nove anos de idade, até que ele completasse a maioridade. Seria um cidadão com poderes de rei. Essa foi, em todo o período imperial, a única oportunidade que os brasileiros tiveram de escolher o homem que queriam à frente do governo do país. Também foi uma oportunidade única: a eleição ocorreu em um tempo em que não havia partidos políticos organizados, nem candidatos previamente indicados - tampouco unidade de pontos de vista. Qualquer cidadão podia ser eleito, em um pleito em dois turnos. Os votantes (assim eram chamados os eleitores comuns) de cada município escolhiam os seus eleitores (termo aplicado aos indicados pelos votantes); estes, em assembleia na capital de cada província, votavam livremente no nome que julgavam mais apropriado para o cargo. As listas com os votos de cada província eram enviadas para o Rio de Janeiro, onde era feita a soma; ganharia quem tivesse mais votos. Nesse cenário pouco marcado por partidos políticos ou organizações nacionais, escolhia-se mais um perfil pessoal que propriamente um programa.

O eleito foi o padre Diogo Antônio Feijó, um brasileiro comum: sem tradição de família em um país de dinastias familiares (sua certidão de batismo o apresentava como “filho de pais incógnitos”); sem dinheiro nem terras (tinha, na época, apenas uma casa em um subúrbio em São Paulo); e sem títulos de nobreza - os quais dava mostras de detestar. Se, na condição de religioso, tinha alguma influência na Igreja, ela era negativa: muitos padres o abominavam, pois Feijó se opunha publicamente ao celibato. Suas qualidades de orador eram escassas: voz baixa, mal articulada, com forte sotaque caipira. Não era exatamente bem-apessoado: cabeça grande, corpo pequeno e atarracado, no qual se destacavam as mãos fortes. Não era um apreciador da política de bastidores; suportava-a como a uma obrigação, e aproveitava todas as oportunidades possíveis para voltar ao “mato”, que

considerava o seu lugar. Para completar, não fez nenhum esforço de campanha para conquistar o cargo. Passou os meses que antecederam a eleição retirado em sua província natal, no exercício do contato com a vida das pessoas comuns.

Por que motivo então foi ele o escolhido? Em primeiro lugar, porque era um homem do Parlamento, um deputado importante. Constituição e Parlamento eram as instituições novas, nacionais, que se acrescentaram à administração monárquica herdada de Portugal com a fórmula da independência brasileira, comandada pelo herdeiro do trono português. Porém, enquanto a Constituição fora outorgada pelo imperador, a vida parlamentar era vista como a conquista de todos os brasileiros sobre o seu destino. Na época, o Parlamento contava apenas nove anos de existência. Embora recente, a importância da instituição revelou-se crucial. Com apenas cinco anos de funcionamento, o Parlamento foi o responsável pela renúncia de d. Pedro i e, desde 1831, era o único centro efetivo de poder no Brasil. Ser deputado, naquelas condições, era participar ativamente do destino do país. Do Parlamento saíam as ideias e os homens que comandavam a construção nacional, e Feijó, ao ser eleito, foi considerado o melhor deles. A maioria dos outros nomes lembrados na eleição também era de parlamentares - mas Feijó parecia ter ideias melhores sobre o futuro do país.

Quais eram essas ideias que o destacaram entre seus pares? As atividades a que se dedicou em sua província enquanto corria a campanha são um bom ponto de partida para chegarmos a elas. O retiro anual em São Paulo durante os meses de recesso do Parlamento (de novembro a abril) era um hábito que prezava, tanto pelo incômodo que lhe causava o clima quente do Rio de Janeiro como pela necessidade de ouvir os amigos, na maioria brasileiros tão comuns quanto ele. Assim, Feijó se inteirava a respeito de problemas e soluções para a província (em cuja administração colaborava) e preparava com calma as batalhas políticas nacionais - que dava muitos sinais de detestar, embora nunca tenha fugido delas. O retiro do verão de 1834-5 serviu para que ele se preparasse para a eventual eleição, probabilidade que ele não podia desprezar. Tendo sido deputado e, por indicação do Parlamento, ministro da Justiça, era reconhecido em todo o

país como um homem indispensável para a superação dos imensos problemas políticos e econômicos do momento. Fora um bom gerente da pesada herança deixada por d. Pedro 1 após sua abdicação em 1831, mas nem de longe os problemas tinham acabado. Em São Paulo, em vez de afiar seus argumentos em favor do otimismo, o padre Feijó mergulhou em um rigoroso exame de consciência. Analisou detidamente os problemas que sabia serem mais difíceis de resolver e traçou um quadro bastante realista da situação nacional.

Como resultado, o que se poderia chamar de seu programa de governo era, na verdade, uma lista de obstáculos a superar, mais que um rol de promessas anunciando um futuro grandioso. Em outras palavras, pensava em lutas, não em vitórias - pois não entretinha ilusões quanto a sair vencedor de todos os combates que a sua análise indicava como fundamentais. Mas as lutas que vislumbrava eram as que interessavam aos brasileiros, pois todas eram essenciais para transformar a herança colonial em um país de verdade. Como fazer isso?

No final de 1834, o senador Feijó experimentou uma nova forma de divulgar as suas ideias a respeito da situação nacional: publicou um pequeno jornal, impresso em São Paulo e destinado sobretudo a seus amigos na província. O título já revelava algo de suas preocupações: O *Justiceiro.* No artigo de fundo do número de estreia, intitulado “Golpe de vista sobre o atual estado do Brasil”, é justamente a partir da preocupação com a justiça, ou, mais precisamente, com a falta dela, que ele aponta os rumos que gostaria de imprimir ao Brasil.

Para Feijó, o Brasil da Colônia e do Primeiro Reinado se confundia com o lugar do despotismo, das prisões arbitrárias, dos privilégios dos ricos e poderosos, do abandono dos pobres, dos cargos públicos a serviço de interesses privados. Já o Brasil que imaginava era um país no qual imperariam a “liberdade, e a Constituição que a deveria garantir”. A tarefa do governo, portanto, deveria ser a eliminação dos inúmeros resquícios da velha ordem portuguesa, fechada e excludente, permitindo a implantação de uma nova ordem, brasileira, na qual o governo seria o fiador da justiça em um quadro constitucional.

A substituição do arbítrio pelo império da lei como etapa fundamental

da transformação da antiga colônia em um país digno desse nome é o tema central dos escritos e da atuação política de Diogo Antônio Feijó. Tão importante é esse objetivo para um homem público que, até os dias de hoje, ele continua a orientar políticos, juristas, escritores e cidadãos. Se a continuidade no tempo mostra a relevância dos temas a que Feijó dedicou o melhor de si, o quadro da época lhes dá outro caráter. Nos primórdios do Brasil independente, estava-se muito longe de haver consensos em torno da ideia de que a lei deveria garantir a liberdade, que os governantes deveriam se submeter à lei e que sua finalidade última era criar uma situação social justa. Na época, aqueles que pensavam assim eram uma exceção - e suas ideias, mais inovação de revolucionários que princípios assentados. E se esses princípios, derivados da filosofia iluminista, não eram unânimes, menos ainda eram as formas para colocá-los em prática.

Até mesmo o primeiro passo dessa mudança, criar leis que garantissem a liberdade, era um experimento incerto. Na época, apenas um país no mundo, os Estados Unidos, conhecia uma organização permanente dos poderes que se baseava na separação entre Executivo, Legislativo e Judiciário, definida por uma Constituição e garantida por eleições para os cargos públicos. Por todas as partes, fizeram-se outras tentativas, mas a maioria durou apenas o tempo de uma vaga revolucionária.

No caso brasileiro, essas dificuldades se complicavam com a própria estrutura da sociedade. O Brasil não escapava dos problemas mundiais para fundamentar o Estado nas ideias iluministas, e ainda enfrentava obstáculos adicionais: metade de seus 4 milhões de habitantes eram escravos ou índios, destituídos de direitos políticos efetivos; o grosso da elite detestava as novas ideias e acumulava poderes suficientes para se furtar ao alcance da lei; 97% da população era analfabeta; havia apenas um curso superior, recém-fundado; as comunicações eram precárias, dificultando imensamente a discussão de ideias. Mas, sobretudo, a administração colonial, herdada intacta, se pautava por princípios opostos aos que indivíduos como Feijó defendiam.

Nesse quadro, não há como negar o pioneirismo de Feijó, que se mostrou capaz de dar a suas ideias de liberdade e justiça densidade bastante para convencer muita gente. Ele dispunha, em relação aos outros

parlamentares, de uma apreciável vantagem: como ministro da Justiça, dera provas de sua determinação para aplicar as suas ideias à realidade. Conseguiu mostrar que, desde cedo, os brasileiros livres desejavam o caminho da lei e da democracia e se opunham à escravidão e à multidão de gente influente contrária a qualquer mudança.

Sua vitória na eleição de 1835 foi tanto a vitória de um desejo nacional como um indicativo de quem via melhor as possibilidades efetivas de realização no momento. Se tinha sido eleito pelo desejo de mudar, tinha sido eleito também porque os brasileiros sabiam muito bem que havia uma formidável quantidade de obstáculos a serem transpostos para que esse desejo se realizasse - e ele era o homem que poderia alcançar esse objetivo, mesmo que estivesse identificado com causas aparentemente impossíveis.

Feijó conhecia os riscos. Em seu artigo de estreia *ri O Justiceiro, os* obstáculos foram detalhados: abusos há séculos tolerados; prisões arbitrárias e sem julgamentos; deportações; morosidade da justiça; favorecimento dos ricos; proteção a compadres; humilhações dos pobres; monopólio para os cargos de direção por cortesãos ambiciosos; a herança de um monarca “alimentado 110 leite do despotismo”; uma Constituição imperfeita; crise econômica aguda; uma “aristocracia fantástica, despida de todos os atavios”; corrupção generalizada; e, sobretudo, a realidade iníqua da escravidão.

Implantar os novos princípios significava vencer hábitos velhos e arraigados, mais que debater ideias. Contra tantos riscos evidentes, uma pequena oportunidade. Para a sorte de Feijó, muitos dos defensores de ideias e hábitos absolutistas, exatamente por serem absolutistas, em geral desprezavam solenemente a necessidade de se eleger para mandar. Eram opositores que nem sequer disputavam eleições, consideradas uma irrelevância por aqueles mais interessados em abocanhar um cargo por indicação em conchavos na Corte que em arriscar seus nomes nas urnas.

Para os inúmeros brasileiros que cultivavam esses ideais arbitrários, poucos mandavam e o resto obedecia porque essa era uma lei de Deus ou da natureza, que não seria mudada nem pela vontade dos homens nem por leis escritas em um pedaço de papel, muito menos por eleições. Essa atitude sem dúvida facilitou o caminho de Feijó, que chegou ao poder justamente

pela via eleitoral - mas não facilitaria a sua ação no governo, como ele bem sabia, pois teria de levar em conta as ambições dessa gente na hora de governar.

A oportunidade, porém, não podia ser desperdiçada. Naquele momento, o relativo desprezo dos absolutistas pelo processo eleitoral abriu espaço não apenas para o eleito, mas para a própria instituição de onde ele vinha. O jovem Parlamento era a única organização política que apostava na construção do novo país imaginado por Feijó e seus eleitores. Era uma força coletiva. Centro de criação das leis, centro da liberdade garantida pela lei, onde se reuniam os homens que esperavam desenvolver o país novo, governando de outro modo, em nome do povo. Como representantes eleitos do povo, deste recebiam seu poder, sua autoridade, sua legitimidade. Um centro aberto a homens desvinculados do regime absolutista, pessoas comuns como Feijó. Mas, também por isso, centro de poder limitado, pela própria fórmula da independência, pois a permanência do monarca significou a permanência de tudo que o cercava: áulicos, manobras de bastidores, os atalhos para o poder que passavam pelas alcovas da Corte e não pelo voto.

Enquadrar na lei essa tradição despótica, esses representantes da tradição, eis qual foi a tarefa primordial de Feijó. Porém, mesmo com a Regência nas mãos do Parlamento, não se tratava de uma tarefa de fácil realização. O maior obstáculo não era a organização explícita dos partidários do despotismo. Representados pelo Partido Restaurador, que defendia a volta do monarca e de seus métodos de governo, eles formavam um grupo fraco no Parlamento, mas forte nas manobras de bastidores e influente na Corte que educava o futuro imperador. A maior força com que Feijó contava, a maioria do Parlamento, era insuficiente em muitos aspectos. Para implantar de fato as mudanças, era necessário ter força administrativa, não apenas parlamentar. Era preciso reproduzir a autoridade democrática, mas o grosso das pessoas que exerciam a autoridade não era democrata. Avaliando as possibilidades administrativas de alcançar os seus objetivos quando assumisse o cargo de regente, Feijó não vislumbrava um quadro otimista dos instrumentos à disposição do governante: “legislação má, completa e insuficiente”; “governo fraco” e “sem meios para fazer

efetivas as leis que tem”; “autoridades mal organizadas”; “cidadãos sem estímulos”; “povo sem educação”; um Judiciário “a fazer ainda piores as leis”.

Ele, porém, foi o escolhido para enfrentar os obstáculos e não podia fugir de sua responsabilidade pública, que encarava de modo peculiar. Feijó lidava com o medo. Esse sentimento esteve presente desde a sua primeira manifestação como homem público. Padre de província, sem nunca ter saído dos estreitos limites de poucas vilas de São Paulo, em 1821 foi eleito deputado às Cortes de Lisboa. Sem experiência parlamentar (algo comum a todos os deputados, já que aquela foi a primeira assembleia legislativa também em Portugal), e sem nenhuma experiência em cargos de mando (o que o destacava da imensa maioria dos deputados), passou calado os primeiros meses de seu mandato. Aprendia os rudimentos da mecânica parlamentar em meio a um clima pesado. Os deputados brasileiros eram minoria. Vinham cada um de uma província e não tiveram tempo para estabelecer contatos entre si nem elaborar planos em comum. Chegaram com os trabalhos legislativos quase encerrados, apenas para sacramentar uma Constituição já delineada enquanto eles viajavam para Portugal e que era contrária ao pensamento da maioria: reduzia, na prática, o Brasil à sua condição anterior à abertura dos portos, de mera colônia a ser explorada pela metrópole. Os brasileiros, empenhados em salvar a situação, sofriam. Eram vaiados no plenário, xingados na rua, injuriados na imprensa, perseguidos pela maioria portuguesa. Esse foi o cenário de seu discurso de estreia - um homem lidando com a consciência do medo:

> Não que eu não seja suscetível de medo. Já o tenho experimentado, e não duvido de ainda experimentar. E bem longe de o censurar, antes o julgo necessário, e concedido aos homens pelo Autor da Natureza para advertir os males, e obrigar a evitá-los. O valor e a coragem consistem em vencer o temor, quando convém afrontar perigos. Parece também que os terei quando chegar a ocasião.

Por maiores que fossem os perigos imaginados sob o domínio do medo, Feijó não se deixou paralisar por ele. Após considerar os motivos do medo,

e a resposta de sua consciência, afrontou o perigo. Propôs, na frente dos adversários, nada menos que a independência das províncias brasileiras, a suspensão dos atos do governo português e a retirada das tropas metropolitanas do território brasileiro. Saiu vaiado. Mas, contra a maioria, permaneceu firme até o fim. Recusou-se a assinar a Constituição com a qual não concordava. Pela ousadia, viu-se obrigado a fugir de Lisboa a bordo de um navio inglês e a enfrentar uma série de peripécias antes de por fim retornar ao Brasil - já então independente lançando manifestos pelo caminho.

Nos anos seguintes, o Feijó que temia foi praticamente eclipsado pelo homem que agia sobre o medo - nem sempre com sensatez. Queria a independência do Brasil, queria a Constituição, aceitava a fórmula monárquica. Mas o seu primeiro gesto no Brasil foi trombar de frente com o homem que transformava tudo isso em realidade, o ministro e deputado José Bonifácio de Andrada e Silva - que, além de tudo, era paulista como ele. Mais ainda, Feijó admirava Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, irmão do ministro e seu mestre nas Cortes de Lisboa. Se tudo isso os aproximava, a diferença estava em um detalhe: Bonifácio não gostava nem um pouco de pessoas que colocavam seus princípios liberais acima das necessidades do momento, enquanto Feijó detestava as pessoas que colocavam as necessidades do momento acima dos princípios liberais - e ambos eram iguais na intransigência com relação a essas crenças. Para que os dois bicudos não se beijassem, uns tantos comentários de Feijó sobre as atividades da Assembleia Constituinte brasileira (para a qual não havia sido eleito) bastaram para que Bonifácio o pusesse sob vigilância, fato considerado por Feijó um gesto despótico. Assim que soube da ordem, escreveu um protesto ao imperador contra o ministro. D. Pedro, interessado em se livrar de seu mais precioso auxiliar, já havia recebido Feijó em audiência, tendo oferecido a ele um cargo na Capela Real - cargo recusado, pois Feijó também era intransigente em não aceitar poderes que não viessem das urnas.

Se até José Bonifácio lhe parecia suspeito de despotismo, o que dizer então do imperador, que logo depois de receber Feijó começou a abandonar uma a uma as promessas liberais que sustentava? Demitiu e exilou sem

processo o próprio Bonifácio, fechou a Assembleia Constituinte e escreveu por sua conta a Constituição de 1824. Tornara-se com esses gestos um monarca absoluto. Como um mínimo disfarce para essa realidade, decidiu validar a sua Constituição nas muitas Câmaras Municipais, então os únicos órgãos eletivos em funcionamento no país. A grande maioria (exceto em Pernambuco, onde o fechamento da Constituinte provocou uma revolução, a Confederação do Equador) aceitou. A de Itu, em São Paulo, decidiu sugerir mudanças e emendas. Principal articulador do protesto? Diogo António Feijó.

O imperador ignorou o conteúdo, mas não a mensagem de reações como essa. Para tentar diminuir sua impopularidade, que crescia a cada decisão, d. Pedro 1 contava com o início do funcionamento do Parlamento brasileiro. Feijó foi eleito deputado. A partir de 1826, começou a tentar formular as leis que julgava mais importantes. Seus projetos e discursos permitiram revelar os caminhos que julgava necessário estabelecer primeiro. Em vez do debate político geral, brigava apenas pelo que lhe parecia mais importante: as mudanças práticas. Na Câmara ou na Assembleia Provincial paulista (da qual participava no intervalo entre as sessões na capital), apresentava e tentava aprovar projetos específicos. Educação; organização democrática dos poderes locais; tratamento dos índios, pobres e escravos; novas leis civis; solução da crise financeira eram os principais temas.

Apesar de bem-intencionado, Feijó revelou-se um deputado no geral pouquíssimo transigente. Por isso, não iria conhecer o sucesso inicial pela eficiência parlamentar. Nenhum de seus projetos foi adiante, pois ele tinha dificuldade em negociá-los, o que é essencial em um sistema de decisões coletivas. Também não era homem de discursos efusivos, que ganhasse nome com o uso da retórica; falava tão mal que muitas vezes nem mesmo os taquígrafos da Câmara o entendiam. Mesmo assim, acabou famoso, da forma como podem obter fama homens como ele nos parlamentos: pela polêmica gerada por suas posições. E a fama veio de uma polêmica que não era nem econômica, nem jurídica, nem educacional - ou seja, nenhuma das áreas nas quais ele talvez desejasse mais notoriedade. Envolvia, é certo, sua preocupação central: que a lei definisse os limites da liberdade, para garanti-la. Mas envolvia também a Igreja, e Feijó era padre. Um padre que

ficou famoso porque queria acabar com o celibato.

Que espécie de padre era então Feijó? Um padre secular, formado não nos seminários, mas nas ruas. Padre de baixo escalão, enfim. Essa era, na época, a única espécie de padre que poderia ser um homem com uma certidão de batismo como a dele: “Aos 17 de agosto de 1784, nesta Sé, batizei e pus os Santos Óleos a Diogo, filho de pais incógnitos, exposto na casa do Reverendíssimo Fernando Lopes de Camargo”. Um homem com os sinais da fé atestados juntamente com a marca indelével da bastardia, definidora de toda uma vida naqueles tempos em que o nascimento marcava a posição das pessoas até o fim de seus dias. Contrastando com o anonimato de origem do bebê sem sobrenome, há no documento apenas um nome completo: o do padre Fernando Lopes de Camargo, dono da casa onde foi exposto (onde sua existência e seu abandono pelos pais foram tornados públicos, segundo os termos da época). Nome de família tradicional e poderosa em São Paulo, do filho de um presidente da Câmara (o cargo mais alto para o qual, no Brasil colonial, uma pessoa podia ser eleita). Só mais de meio século depois da morte do regente a combinação entre anonimato e nomeada veio a se esclarecer: o menino Diogo era filho de Maria Joaquina de
Carvalho, irmã do padre, e possivelmente de Félix Antônio Feijó, irmão de um cunhado.

Seja como for, a marca de bastardia da certidão se impôs sobre a do sangue. Mesmo sendo de início recolhido na casa da família, na rua da Freira (atual rua Senador Feijó, no centro de São Paulo), o menino foi criado de forma que as aparências públicas de bastardo, nela impressas, se mantivessem. As marcas de seus passos, registradas pelo poder público nos censos da época de sua infância, se fizeram por meio da categoria do “agregado” (pessoa sem relação de parentesco, mas moradora e dependente do dono da casa). Nem sempre agregado da família Camargo, embora em alguns anos haja registro dele na rua da Freira, mas muitas vezes agregado de padres - do tio ou de amigos dele - que servissem em paróquias mais ou menos distantes. Em 1795, por exemplo, “Diogo, exposto de doze anos” foi registrado em Guaratinguetá, na casa do padre João Gonçalves Lima. A cidade era, na época, uma vila de fronteira, e um dos principais trabalhos do

padre era catequizar índios bravios, reunindo-os no aldeamento de Queluz (hoje, cidade de mesmo nome).

Não foi como neto de um presidente da Câmara, mas como agregado de padres de paróquias distantes que construiu sua vida. Aprendeu a ler com os padres que cuidavam dele, e com eles, um pouco aqui, outro tanto ali, também os rudimentos do ofício sacerdotal. Aperfeiçoou-os em São Paulo, onde voltaria a ser encontrado a partir de 1798, na lista dos moradores da rua da Freira, ao lado da mãe (“que vive de quitandas”, expressão dos censos da época para designar quituteiras) e de uma outra agregada, oito anos mais nova, sua irmã igualmente sem identidade parental, Maria Joaquina. Estudar por conta própria era o caminho da imensa maioria dos padres brasileiros da época. E ser padre por esse caminho era mais ganhar uma habilitação de funcionário público concursado que qualquer outra coisa. A primeira fase consistia em fazer algumas provas de conhecimento: retórica e gramática latina, concluídas em 1801. O saber, porém, não era tudo para a profissão. Com dezessete anos, Feijó era novo demais para ser ordenado, teria ainda de esperar as etapas seguintes do concurso. Mas, já querendo ser dono de sua vida, mudou-se para Campinas (então um vilarejo recém-fundado, chamado São Carlos, com pouco menos de 2 mil habitantes). Tentou fazer a única coisa que podia naquele momento para ganhar a vida: dar aulas. Os censos dos anos seguintes mostram o quanto isso era difícil: registram-no ora como professor, ora como pessoa que “vive de esmolar”. Uma situação que os beneficiados por seu saber tentavam remediar como podiam. Em 1804, um documento assinado pelos vereadores da vila pede que o jovem, “o qual só espera maturidade suficiente para subir ao sacerdócio”, receba um salário público, “por não sentir lucro ao menos para a sua módica subsistência”, apesar de ser “um excelente mestre ensinando”.

Sair dessa situação com a “subida ao sacerdócio” era passar da condição de professor para outra, bem melhor. Um padre, na estrutura portuguesa, era mais um funcionário graduado que um pastor de almas. Responsável pelas missas e pela catequese, é certo, mas também pelos registros paroquiais, que eram tanto eclesiásticos como civis (a certidão de batismo, por exemplo, tinha o valor da atual certidão de nascimento). Funcionário porque

seus ganhos não vinham apenas dos sacramentos (embora estes propiciassem rendas), mas também do Tesouro, responsável tanto pelo recolhimento do dízimo como pelo pagamento dos padres. Esse grande poder do governo sobre a organização da Igreja era uma característica peculiar do governo português. Ao contrário de quase todos os países católicos da época, o Estado português era quem administrava a Igreja, não o Vaticano. Era assim desde o século xv, quando Portugal recebeu de Roma o direito do padroado, isto é, de organizar a Igreja: todos os cargos e provimentos eclesiásticos (conezias, bispados etc.) eram criados e tinham os seus ocupantes indicados pelo rei, não pelo papa.

O saber demonstrado nos primeiros exames era apenas a primeira parte do caminho, a que poderia ser vencida pela competência individual. A ordenação exigia bem mais que isso. Exigia, por exemplo, a necessidade de se comprovar boa situação de origem familiar. Impossibilidade que Feijó tentou contornar anexando ao processo várias declarações, como a de José Branco Pereira, afirmando que era “de boa família” e “isento de crimes, erros e infâmias”, ou a de Francisco Mendes de Oliveira, que o dizia “de boa geração e ilustre família” - enfim, verdades talvez factuais, mas nunca legais.

Para vencer a dificuldade legal, foi preciso mais do que arranjos de terceiros. Feijó foi obrigado a fazer uma declaração de próprio punho, jurando que não era, “nem haveria de ser, imitador da incontinência de seus pais”. Em troca da humilhação, a aprovação lhe deu aquilo que nunca teve: uma identidade social em uma sociedade em que isso era fundamental. Passou a aparecer como “padre” nos censos campineiros a partir de 1805, mas ainda muito pobre: “vive de esmolas”, informam os documentos. Somente a partir de sua designação como presbítero, em 1808, é que sua situação econômica melhoraria um pouco: podia cobrar pelos sacramentos - batizados, casamentos etc. Pouco, mas o suficiente para que os censos o registrassem, nos anos seguintes, como pessoa que “vive de suas ordens”.

Um padre secular (isto é, autodidata e aprovado em exames civis) tinha lugar certo na estrutura administrativa, mas lugar secundário na estrutura hierárquica da carreira. Não precisava fazer voto de pobreza nem de obediência, como os padres formados nas ordens religiosas. Mas, sem a

proteção material e a formação espiritual garantidas pelas ordens, precisava ganhar a vida por conta própria. Para isso, mantinha os direitos civis de qualquer súdito do reino: podia ser proprietário, fazendeiro, comerciante, receber e deixar herança, votar e ser votado nas câmaras municipais, ser vereador - e sem precisar de autorização de ninguém. Um padre que era bem mais um cidadão comum que os atuais padres.

E foi como cidadão que sua vida mudou. Feijó recebeu uma herança da avó, suficiente para fazer como os que progrediam em Campinas na época: comprar terras e uma dúzia de escravos, montar um pequeno engenho de cana. Cuidar de um negócio próprio era o caminho de milhares de padres como ele: havia então padres mineradores, pequenos e grandes agricultores, comerciantes - proprietários de um escravo, ou de centenas. O progresso na vida terrena era tranquilamente admitido - e talvez até publicamente preferido ao progresso espiritual, a julgar pelos critérios censitários. Na segunda década do século, os recenseadores, que em geral marcavam o título mais alto, deixaram de lado o título clerical para registrar Feijó sucessivamente com os qualificativos de “lavrador”, “agricultor” e por fim “senhor de engenho”, já em 1817.

Se os padres brasileiros se pareciam com os leigos em muitas coisas, em uma delas, no entanto, eles estavam obrigados - também pelo governo - a seguir o Vaticano: não podiam se casar. Proibição que costumava ser ignorada em todo lugar, em especial pelos que não eram membros de ordens religiosas - pois estes eram obrigados e treinados para o voto de castidade desde cedo. Ricos ou pobres, muitos seculares tinham mulher e filhos. Estavam em todas as paróquias e estratos sociais. José Bonifácio, de família rica, tinha um irmão padre - e comerciante - que deixou dois filhos. Entre os deputados, o líder liberal José Martiniano de Alencar era padre e tinha mais de uma dezena de filhos, entre eles o escritor José de Alencar.

Os exemplos existiam aos milhares. A situação de todos era precária. A qualquer momento, o fato podia ser usado contra eles. Somente uma certa tolerância cínica os protegia. Quando esta falhava, havia rupturas que espalhavam manchas - às vezes até sobre inocentes. Mesmo na pequena Campinas, acontecia o inevitável: um padre, colega de Feijó, ligou-se a uma mulher casada que então abandonou o marido. Sem conseguir que a mulher

voltasse, o marido acabou processando não só o suposto amante, mas também o padre Feijó, por não se aproveitar de uma confissão para convencê-la a voltar para casa. Foi o suficiente para que, mesmo sendo inocentado depois, ele visse destruído o nome duramente construído na cidade: bastava a acusação de ser alcoviteiro (incentivador de sexo pecaminoso). Antes do processo, Feijó chegara a ser reconhecido como "senhor de engenho", com as consequências do prestígio local: era muitas vezes o orador principal das grandes cerimônias públicas da vila, como as missas para comemorar as aclamações de um soberano ou o nascimento de uma princesa. Com o processo, acusado e acossado, sua carreira foi destruída.

Mas Feijó encontrou uma das raríssimas oportunidades existentes no Brasil para um padre secular resolver problemas desse tipo com elevação espiritual. Mirou-se em uma espécie de espelho de santidade: o frei Jesuíno do Monte Carmelo. Era, como ele, um tipo marcado pela sina brasileira: sobrinho-bisneto de gente importante - Alexandre de Gusmão, secretário de d. João v (que reinou entre 1705 e 1750). Mas também era mulato, o que lhe vedava o acesso a quase tudo, inclusive às ordens religiosas. Consagrado como pintor sacro, quis entrar para a Ordem dos Carmelitas, para a qual decorava a igreja de Itu. Mas foi impedido pela origem - como todos os de sua cor. Eram raríssimos os brasileiros de nascença admitidos nas ordens religiosas - e quase nulo o número de mulatos, mamelucos ou filhos de pais desconhecidos que se tornaram jesuítas, beneditinos ou carmelitas.

Pertencer a uma ordem era um privilégio: elas tinham rendas próprias, garantidas pela exploração de grandes propriedades com muitos escravos; possuíam bons seminários, ofereciam condições de estudo teológico. Mas as vagas eram reservadas aos metropolitanos, estrangeiros e brasileiros bem-nascidos. A fé contava muito pouco. Para os padres seculares como Feijó, os "colegas" de ordem em geral reservavam um tratamento que não diferia muito daquele que as autoridades portuguesas dispensavam aos colonos brasileiros: imputar-lhes maldisfarçados preconceitos contra a sua situação "inferior", sendo as faltas contra a castidade uma das mais comuns. Argumentos eficientes, em geral aceitos por uma alta administração que considerava a colônia "naturalmente" inferior à metrópole. As ordens

tinham ligações diretas com o Vaticano, e seus padres transformavam essa vantagem em exclusividade para os cargos mais elevados.

Mesmo sendo notoriamente piedoso, bondoso, e tendo dedicado parte de sua vida a embelezar o templo carmelita de Itu, frei Jesuíno do Monte Carmelo era mulato e brasileiro - “defeitos” que, aos olhos da ordem, eram muito mais importantes que os dotes de sua fé. Sem poder se tornar um carmelita, ele montou, por conta própria, um arremedo de ordem religiosa. Juntou padres seculares em uma casa, onde estudavam e discutiam teologia, faziam caridade, preces e jejuns. Ficaram conhecidos como os Padres do Patrocínio, porque construíram a igreja de Nossa Senhora do Patrocínio.

Os bons exemplos que difundiam logo lhes granjearam simpatia de muitos fiéis: o número de seguidores aumentava a cada dia. E, com a influência, o ódio dos padres da alta hierarquia (em geral, ligados às ordens), monopolizadores até então dos estudos mais aprofundados de doutrina (só as ordens podiam manter seminários para formar padres; recusavam os locais e depois os acusavam de ignorância em matéria teológica). O sucesso dos patrocinistas punha para os donos dos cargos altos um problema: eram concorrentes em renda e influência espiritual. Não demorou e passaram a surgir da hierarquia acusações de heresia, subversão da ordem etc.

Com tudo isso, pode-se entender que o padre Diogo Antônio Feijó não fosse exatamente um apreciador das ordens religiosas nem da alta hierarquia da Igreja. E também que, sendo um cidadão brasileiro e, mais do que isso, um deputado brasileiro, desejasse de modo ardente que o poder público renovado, isto é, o domínio da lei, fizesse sua entrada também na questão religiosa. Para isso, o caminho no Parlamento era a discussão do direito do padroado, de definir onde estariam as fronteiras entre o governo brasileiro e o Vaticano. Feijó, compreensivelmente, queria ver a linha de limite o mais longe possível de Roma e de seus representantes visíveis: defendia uma reinterpretação mais lata dos diretos do padroado, com o aumento dos poderes do governo e a diminuição da influência romana. Queria atitudes firmes, como a sanção legal das bulas papais (que só valeriam após aprovação pelo governo) e a proibição da livre entrada de padres estrangeiros no país, com uma ampliação dos poderes do governo

brasileiro. Mas o que de fato colocava o deputado acima do padre era o desejo de que as leis não servissem para ratificar uma situação na qual os brasileiros eram tratados com preconceito - leis que fossem opostas ao comportamento estabelecido, que consistia em tachar os brasileiros de desviantes, justificando a superioridade, seja da metrópole, seja dos bem-nascidos.

A discussão sobre o fim do celibato se dá nesse contexto. Com a autorização para que os padres se casassem, ele buscava moralidade e fé pura, não o contrário:

> Quem tem mais zelo da religião ou caridade por seus irmãos? Quem deseja ver os seus ministros irrepreensíveis, derrogando-se uma lei que é razão da imoralidade dos mesmos, que os desacredita e os torna sem consideração, e que finalmente os condena à perdição, ou quem estupidamente satisfeito com a formalidade do celibato, insensível à desgraça de seus irmãos e o escândalo que cai sobre a religião, apenas vocifera?

Metaforicamente era essa a posição da maioria dos brasileiros na época. Independência, para eles, era o fim da sina de inferioridade dos aqui nascidos; o fim das marcas como a bastardia, o preconceito de cor, dos privilégios metropolitanos. Lutavam contra tudo isso ainda convivendo com a legislação colonial, que os discriminava e não tinha sido derrogada, com os preconceitos absolutistas e sobretudo com a escravidão. Mudar essa realidade era uma forma de redimir como bons cidadãos homens como Diogo Antônio Feijó, marcado desde o nascimento pela separação completa entre a situação legal e afetiva, obrigado a escrever contra sua própria mãe para poder se tornar padre - mesmo à custa de uma luta sem tréguas e com poucas esperanças, como a que se travou em torno dele depois de seu voto pela abolição do celibato, sob o argumento de que este se baseava em uma questão de disciplina, portanto da esfera governamental do padroado, não de fé, que seria da esfera romana.

Assim é possível entender não as críticas, que eram previsíveis, mas como Feijó não foi destruído por elas - e chegou a obter apoio variado, de

deputados (poucos, entre os quinze padres que tinham mandato no Parlamento), da imprensa liberal, que desejava a ampliação do padroado, e dos eleitores. Ser um padre contrário ao celibato nem sequer foi um fato relevante para que a maioria dos brasileiros confiasse em que ele deveria substituir o rei, que dirigia a religião no país. Em suma, a maioria dos brasileiros, tanto quanto Feijó, colocava a fé acima do casamento dos padres, as condições locais acima dos preconceitos europeus - e nessa inversão via a afirmação de sua transformação de colonos em cidadãos. Essa posição, é bom que se diga, era inclusive a dos adversários de Feijó. Mesmo nos momentos mais virulentos da polêmica, Feijó quase sempre teve sua fé profundamente reconhecida, mesmo pelos que discordavam dele. O mais poderoso de seus adversários, d. Romualdo Seixas, deputado, arcebispo de Salvador (o mais alto cargo eclesiástico brasileiro) e Marquês de Santa Cruz, o definia como homem “de virtudes morais muito elevadas”.

Todas as polêmicas parlamentares de Feijó, no entanto, funcionariam como um inocente ensaio para sua capacidade de enfrentar situações difíceis. Assim como muitos parlamentares de oposição, ele tinha ao menos um conforto para propor mudanças radicais durante o reinado de d. Pedro i: não tinha quase nenhuma esperança de as ver efetivadas, e por isso mesmo o álibi já estava dado de antemão - a culpa do fracasso recairia sobre o despotismo imperial. E, durante o Primeiro Reinado, o despotismo de d. Pedro i foi pródigo em providenciar fracassos para os deputados. Não havia ramo no qual não se esmerasse. Produziu fracassos diplomáticos, como o nefasto tratado de reconhecimento da Independência, de 1825; fracassos militares, na guerra com a Argentina, entre 1826 e 1828; fracassos econômicos, com a falência do Banco do Brasil e uma economia movida a moeda falsa; fracassos políticos, com sucessivas nomeações de ministérios que sucumbiam; fracassos morais, na época do esplendor de sua amante, a Marquesa de Santos; fracassos com seus aliados escravistas, ao aceitar o fim do tráfico de escravos. Todos eles eram alimento para a oposição no Parlamento - inócua até o dia em que tragou o imperador. Com a renúncia, o poder mudou de lado, e, com ele, a responsabilidade de resolver os problemas, que eram extremamente graves. Ser oposição a um imperador despótico era uma coisa; resolver os problemas que ele deixou, tarefa dos

parlamentares que sustentavam a Regência, era outra, bem diferente.

Nem todos os opositores perceberam a importante mudança. Muitos, os chamados liberais exaltados, achavam que a renúncia era apenas um passo no sentido de uma mudança maior. Por isso, intensificaram as reivindicações por uma República e pela democracia direta. Do lado contrário, houve algo semelhante: a nova ordem legal não era exatamente levada a sério pelos partidários do monarca, que passaram a ser chamados de “restauradores”, e eles não tinham nenhum pudor em afrontar as leis. Combatidos pelos dois lados, os que apostaram na responsabilidade de governar tinham de resolver todos os problemas deixados pelo imperador, que por si mesmos já alimentavam discórdias. Com pouca experiência e frágil base real, os moderados precisaram ter as suas primeiras lições de como ser governo em meio ao fogo cerrado.

Coube a Diogo Antônio Feijó, nomeado ministro da Justiça em julho de 1831, a parte mais dura da tarefa. Seria ele o encarregado da manutenção da ordem no país convulsionado. E a maior ameaça à ordem, naquele momento, era a explosiva combinação de um exército imenso (tinha sido enormemente ampliado durante a guerra com a Argentina, encerrada em 1828), sem disciplina (desde o final da guerra, os soldados tinham pouco mais a fazer que protestar contra o atraso frequente no pagamento dos salários em meio à crise econômica) e que dava ouvidos aos provocadores de plantão (as ideias contra a ordem vigente, tanto as dos restauradores quanto as dos mais exaltados, encontravam eco entre os militares irritados). O resultado foi uma sequência ininterrupta de motins, provocados ora por um grupo, ora por outro. Cada um deles possuía seus jornais, especializados nos mais grosseiros e caluniosos ataques contra o governo. Muitas vezes, era difícil distinguir a origem do ataque. Revolucionários e reacionários falavam a mesma linguagem: a ordem legal era um embuste, e os seus agentes, adversários dos projetos de ambos.

Tudo isso se refletia dentro do Parlamento, onde havia aliados dos dois grupos. Assim é que, dois dias depois de sua posse como ministro, Feijó já enfrentava na Câmara uma moção de censura - por suspeita de atos de despotismo. Uma semana mais e a saudação dos adversários veio mais viva: um motim em um batalhão de Infantaria, sufocado pela Guarda Municipal.

Eram apenas os ensaios. No dia 14 de julho, dez dias após a posse, a mistura explodiu. O grosso dos batalhões armados da cidade amotinou-se (o único fiel ao governo ficou no quartel, por temor de uma explosão). Os exaltados se uniram a eles para aumentar a lista de exigências: deportação de 89 brasileiros, entre os quais alguns senadores, destituição dos funcionários públicos suspeitos de não apoiarem as instituições livres, e proibição, por dez anos, da entrada de portugueses no Brasil. O Parlamento, para onde essas reivindicações foram mandadas, foi cercado pelos amotinados - mas manteve-se firme. Ficou em sessão permanente por seis dias, negociando o que podia e tentando ajudar o ministro da Justiça a encontrar uma saída.

Aos poucos, enquanto se escudava na ausência de determinação parlamentar para não dar respostas, Feijó foi convencendo parcelas das tropas a voltar para os quartéis. Enquanto isso, tomava atitudes radicais: dissolveu a polícia, desarmou a Guarda Municipal. Entregou o policiamento da cidade a um batalhão formado apenas por oficiais, os Voluntários da Pátria. Quando conseguiu algum controle, os parlamentares recusaram a petição. Era a inauguração de um novo estilo de governo: a revolta foi dominada sem medidas de exceção, sem censura à imprensa, sem prisões arbitrárias.

Mesmo com dificuldades imensas, Feijó iria governar dentro da lei e com o apoio dos liberais moderados, de modo forte. Dois terços do Exército e o grosso das tropas policiais foram demitidos. Para garantir a ordem no Rio de Janeiro, a população foi armada para cuidar de sua própria defesa. Em todo o país, a recém-criada Guarda Nacional, formada por cidadãos, assumiria o papel dos demitidos. Naquele momento, um dos mais preciosos colaboradores de Feijó foi o major Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, que dividia seu tempo entre o Exército, o treinamento militar de cidadãos, o controle dos motins que se sucediam e o apaziguamento dos ânimos.

Os sucessos começaram a aparecer: as revoltas eram dominadas, mas nenhum dos amotinados foi preso sem processo. Somente ficariam detidos os que fossem condenados na forma da lei. Houve condenações duras, muitas à morte, mas dentro da lei. Assim, a base de sustentação do governo

foi se ampliando: muitos cidadãos comuns passaram a se interessar pela possibilidade de apoiar o governo legal.

No entanto, a sequência revolta militar-reivindicações-domínio da revolta-processos e prisões legais-protestos ainda se repetiria muitas vezes, no Rio de Janeiro e fora dele. A partir de agosto, no entanto, a cada novo movimento, as forças contrárias estavam mais organizadas, resistiam melhor às pressões que vinham de todo lado. O ministro não era exatamente saudado pela imprensa adversária, mantida livre. Nos jornais exaltados, nem mesmo pequenas doenças de Feijó deixavam de ser motivo de troça; já para os órgãos restauradores, ele era "o Ministro de Satanás", "sedutor e alcoviteiro de donzelas em confessionários", "homem que viu a luz do dia em chiqueiro de porcos". A tudo isso Feijó respondia com seus novos métodos: proibindo prisões sem culpa; melhorando a alimentação dos presos pobres; responsabilizando juízes que mantinham pessoas presas injustamente; impedindo prisões arbitrárias; mandando juízes processar senhores de escravos que castigassem; tornando sem valor depoimentos que não fossem públicos, para evitar confissões fabricadas sob tortura.

Controlada a situação do lado dos exaltados, os motins continuaram - dessa vez, incentivados pelos restauradores. Seriam agora motins muitas vezes tramados no interior do Paço Imperial, por homens da Corte do imperador menino. Gente mais sofisticada, capaz de aliciar comandantes (muitas vezes admiradores do despotismo) em vez de atiçar soldados. Capaz de produzir revoltas não para reivindicar, mas para desgastar o governo. A primeira aconteceu no dia 3 de abril de 1832, chefiada por oficiais de duas fortalezas. Contra esse tipo de levante, com apoio do alto e organização dos chefes militares, eram necessários outros métodos. A ordem de Feijó para o major Lima e Silva foi curta e direta: "Passe- -os a ferro e a fogo". Vendo tal disposição na organização das tropas, os revoltosos se renderam. Duas semanas depois, voltaram à carga. Dessa vez, os revoltosos foram os próprios soldados encarregados de defender o Paço Imperial, o ninho dos restauradores, aliados a oficiais e a alguns chefes mercenários estrangeiros que tinham ficado no país - uma revolta logo sufocada com os métodos usualmente empregados para combater profissionais das armas.

Feijó sabia que a situação mudara. Uma coisa era enfrentar reivindicações civis em meio a tumultos militares, lideradas por pessoas às vezes bem-intencionadas, mas mal organizadas. Outra eram chefes administrativos e militares que não acreditavam no poder civil. Gente que mandava havia séculos, que sabia usar os grandes vazios legais do país, que estava protegida por cargos e prestígio social, que fiava a passagem da herança legal e institucional do despotismo para a esfera do Brasil independente. Contra essa gente, Feijó só via uma saída: uma rápida e ampla reforma legal, que extinguisse as leis despóticas ainda válidas e fosse capaz de lhes retirar a carapaça de legalidade que encobria seus atos.

Não se tratava de enquadrar quem não gostava da lei e queria mudá-la, mas quem se julgava acima dela. O problema é que tais ideias absolutistas tinham um apoio difuso na sociedade e no Parlamento: muitos eleitos, apesar de quererem um governo na lei, tinham melindres para abrir mão de posições autoritárias, aprendidas no trato com escravos, em suas próprias crenças de superioridade social, em seu desejo de serem nobres e não cidadãos. Contra isso, Feijó pouco podia - mas não deixaria de tentar. Assim que recomeçaram os trabalhos parlamentares de 1833, ele enviou um relatório de sua pasta no qual todos os problemas eram expostos com clareza, e as providências, pedidas quase com desespero - e no qual os seus adversários restauradores eram atacados de frente. A retórica forte, em especial contra José Bonifácio, acusado - sem provas - de liderar os restauradores e de participar da organização das revoltas, era, possivelmente, um sinal de desespero. Em vez de dividir os adversários, como tinha conseguido com os exaltados, a acusação do ministro os uniu e ajudou a ampliar sua força.

Transformada rapidamente em questão pessoal contra o Patriarca, a discussão economizou saliva de muitos restauradores (que puderam deixar a tarefa de combater Feijó para deputados que, embora liberais, eram também irmãos do acusado). A briga interna minou a base moderada: muitos liberais tinham respeito por José Bonifácio e pouco respeito por acusações sem provas. Em pouco mais de dois meses, veio o resultado do erro: embora Feijó tenha conseguido aprovar a retirada de Bonifácio do cargo de tutor na Câmara, perdeu a disputa no Senado. Em 26 de julho, pediu demissão. Seus

aliados ainda ensaiaram uma cartada desesperada: aprovar o conjunto de mudanças constitucionais que o mais importante ministro do governo propunha. Mas não conseguiram.

Feijó abandonou o governo, a Corte e seguiu para um de seus retiros em São Paulo. Deixava um governo que tinha conseguido estabelecer uma certa ordem; que atacara de frente o maior problema da economia, cortando gastos e amenizando a crise econômica; que introduzira disciplina no Orçamento; mas, sobretudo, que mostrara na prática que a obediência à ordem legal podia ser o caminho para sustentar na sociedade um governo. Deixava também um problema sem solução: como enquadrar nessa ordem o despotismo e a arbitrariedade que vinham do lado conservador? Um problema que nenhum dos ministérios que sucederam ao seu conseguiu resolver.

Enquanto a ameaça conservadora se confundia com a volta de d. Pedro 1, a quem muitos odiavam, ainda foi possível manter a crença de que a mudança seria possível. Feijó continuou na luta como parlamentar, sendo eleito senador pelo Rio de Janeiro em 1833. Os liberais ainda conseguiam vitórias. A Constituição foi reformada no ano seguinte, com a retirada de alguns traços mais evidentes de despotismo, e os poderes locais foram muito ampliados. Mas, longe de produzir nas províncias os mesmos resultados positivos da capital nos anos anteriores, a ampliação da margem legal dos poderes locais ofereceu boas armas para muitos partidários do despotismo. A realidade da escravidão era um grande fundamento para a ideia de que os homens não eram iguais. Longe da capital, as autoridades embebidas de despotismo podiam usar as franquias legais não para proteger os mais necessitados, mas para aumentar o grau de arbítrio com que governavam. Como resultado, explodiram revoltas locais por todo lado - e reações do governo que nada tinham de legalidade. Pelo contrário, as autoridades apelavam a todo o rosário de armas despóticas: prisões ilegais, perseguições, fuzilamentos, abandono de garantias individuais.

Ao mesmo tempo, o único resultado positivo do processo, a percepção de que as eleições seriam um caminho fundamental para a chegada ao poder, mudara de caráter. Conservadores de todo o país descobriram que era fácil manipular as eleições locais. Ganhar no voto com o poder

descentralizado passava a significar ganhar o poder legal para fazer o que sempre fizeram e estavam fazendo: ser absolutistas. Com a vantagem de praticar o ato liberal da eleição. Começava a era dos conflitos eleitorais, das violências no dia da escolha dos candidatos. Em vez de estender o espaço da liberdade, as leis iluministas eram empregadas como uma nova capa para o arbítrio. O que, paradoxalmente, resultou em uma adaptação local da ideia liberal: a seu modo, os conservadores tratavam de trazer o tipo de contribuição que estavam acostumados a dar para um sistema de poder baseado na eleição.

Essa mudança foi claramente percebida por Feijó em seu retiro paulistano de 1834-5, a partir de um fato: a morte de d. Pedro 1. Ela afastava o fantasma da Restauração, mas ao mesmo tempo colocava a nu o fato de que o desejo de arbítrio continuava forte, ao mesmo tempo que se esgotavam as forças liberais. Não é de espantar, portanto, que o regente eleito não fosse exatamente otimista. Em um tempo de mudanças rápidas, sua escolha já tinha um quê de passado. O apoio parlamentar era menor, as reticências quanto à sua sinceridade, maiores. Feijó teve as dificuldades de sempre ao tentar a aprovação das leis que julgava necessárias para instalar o império da Justiça e dificuldades maiores ainda para formar o ministério que poderia colocá-las em prática. A toda hora tinha de trocar ministros, e havia um número crescente de aliados que não queriam saber dos cargos. De alguma forma, sentiam as mudanças.

Caído o véu, ficava claro o problema: despótico e autoritário não era apenas o rei português. Monopólio e exploração não eram frutos apenas do sistema colonial. Agora vinha a hora da “nacionalização” de um sistema de poder que até então podia atribuir suas mazelas a fatores externos. Em vez da justiça, a lei consagraria a legalização das diferenças. No centro de tudo estava a escravidão, produtora permanente de relações assimétricas, dividindo o mundo da liberdade. Com a escravidão, a liberdade não podia servir para todos, mas só para alguns. Para um senhor de escravos, o espaço da lei era apenas o que existia para além de seu poder absoluto sobre o escravo e o que ele produzia. Um espaço limitado, onde até mesmo um homem probo e sinceramente liberal como Feijó era senhor de escravos - e o fato de tratá-los com humanidade era apenas uma questão de estilo.

Daí também por que o Brasil precisou mudar tão pouco para se tornar independente: bastou abrir um espaço intermediário no sistema de poder, através do Parlamento, para acomodar o grupo intermediário dos cidadãos livres, que Feijó representava e que antes ficava de fora do poder. Mas os tempos de domínio desse grupo estavam agora em perigo. Nem bem foi aceita pelos ex-restauradores a ideia do poder parlamentar e eles já surgiram como uma força no Congresso. Seu grande intérprete foi Bernardo Pereira de Vasconcelos, antigo companheiro de Feijó. Mudou de lado com a morte do imperador. Mudou o objetivo da política.

Vasconcelos deu a suas ideias o nome de Regresso. Desfiou o programa: um parlamento a serviço do tráfico de escravos e dos fazendeiros donos de escravos. Estabeleceu o objetivo: em vez de fazer avançar a esfera da lei e da liberdade, limitá-la. Moldou-lhe os métodos: oposição parlamentar cerrada, enfraquecimento diário do governo que queria estender a esfera da lei, condescendência com o arbítrio. Ganhou força: em 1836, as regras liberais trouxeram pencas de conservadores eleitos das províncias. Agora que eles se interessavam por eleições, o aumento do poder local facilitava a tarefa de ganhá-las com apelo à violência - garantidas pela Guarda Nacional, que foi transformada em muitos lugares em uma armada dos senhores.

Contra a situação, Feijó tinha poucas saídas: transigir ou endurecer. No primeiro caso poderia ficar facilmente no governo, indicando ministros adversários e assistindo do alto de sua cadeira à instalação do que propunham: em vez de leis para combater o arbítrio, leis para legalizá-lo. No segundo, poderia apenas cair com suas ideias. Em poucos meses de sessões, em 1837, o Parlamento tinha reduzido a nada o poder efetivo do regente - e se esmerava em criticar a sua ineficiência. Por motivos opostos, ficou na mesma posição do primeiro imperador - demolido pelo Legislativo, apelando para o poder pessoal na hora de nomear ministros. Mas, ao contrário deste, soube achar uma saída honrosa - buscar um substituto entre os adversários, depois que os aliados declinaram da possibilidade de suceder a ele. No dia 19 de setembro de 1837, depois de recusar um bispado oferecido pelo Vaticano e de nomear um regressista para o seu lugar, renunciou. Entre 1831 e 1835, o tráfico de escravos tinha sido praticamente

extinto no Brasil; em 1836, com o início da afirmação do regresso, 5 mil africanos foram trazidos; em 1837, primeiro com o governo paralisado e depois com os regressistas no poder, vieram 35 mil escravos, número que cresceria nos próximos anos.

O tradicional retiro em São Paulo, dessa vez, foi maior e teve outro significado. Em vez de reunir forças para novas batalhas, Diogo Antônio Feijó, com 53 anos de idade, começou a se preparar para a velhice e a morte. Acertou as suas contas, reviu amigos, comprou um sítio para terminar seus dias como produtor rural em Campinas, penitenciou-se do que considerou excessos em sua vida, fez as pazes com velhos desafetos, visitou parentes. Passou assim todo o ano de 1838, só voltando ao Rio de Janeiro no ano seguinte. Era agora quase uma figura do passado. Figura imponente, eleito presidente do Senado. Mas homem sem poder, capaz apenas de desafogar com relativa educação algumas mágoas, como as que guardava contra Bernardo Pereira de Vasconcelos, opositor feroz e ministro fracassado. Fracassado não por falta de maioria parlamentar, mas simplesmente porque o figurino liberal implantado em 1834, capaz de permitir a eleição de conservadores, dificultava o exercício autoritário do poder: governar dentro da lei, mesmo com apelo ao arbítrio, era ainda um problema para eles, tanto quanto o era para o antigo regente. Era preciso ainda mais arbítrio administrativo para que o sistema funcionasse - um problema para o qual ainda não tinham solução. As ironias possíveis de Feijó foram, assim, uma quase despedida da atuação parlamentar. De volta a São Paulo no fim das sessões, o guerreiro sofreu um derrame que o faria lutar por vários dias contra a morte e deixaria uma hemiplegia como sequela.

Enfrentou a doença com resignação e saiu dela um pouco como tinha começado na vida: como um padre de paróquia pequena no interior. Instalou um grande oratório na sala do sítio em Campinas, para rezar missas e fazer sermões aos domingos. Vinha o povo da terra, que se emocionava com as prédicas sobre Maria junto à cruz de Cristo, seu tema preferido. Tocava a propriedade como um homem pobre, com dificuldades para se sustentar na velhice.

Era senador, cargo vitalício na época, mas só receberia o salário se

estivesse presente nas sessões, o que agora era uma impossibilidade. Acompanhava apenas de longe os ecos da vida política: a maioridade do imperador, em 1840, golpe liberal que provocaria um breve intervalo no Regresso. Intervalo que, do ponto de vista pessoal, acabou sendo útil: os antigos amigos liberais conseguiram que lhe fosse aprovada uma pensão anual. Por causa dela, fez o supremo esforço de viajar até o Rio de Janeiro a cavalo: participou de umas poucas sessões do Senado, homenageou e foi homenageado pelo jovem imperador cujo trono protegeu. Mas logo voltou a seu sítio.

Sobretudo, inteirou-se das novidades, que não eram nada boas para os seus ideais. O golpe da Maioridade deu apenas uns poucos meses de poder aos liberais. Mas eles foram logo derrubados por regressistas, que, apoiados no imperador, finalmente descobriram como completar a sua obra de adaptação da realidade liberal às instituições protetoras do escravismo. Fariam, em vez da lei adequada para os cidadãos livres do país, leis para proteger os interesses de segurança e rentabilidade das grandes propriedades - em um momento em que o café produzia riqueza suficiente para alimentar otimismo com a compra maciça de escravos. O mecanismo, montado na essência pelo Visconde de Uruguai, seria submeter à Corte as indicações para os cargos de mando provinciais mais importantes. Com uma única lei, uma interpretação do Ato Adicional de 1834, que consagrava o fim da liberdade local, tudo foi mudado. O sistema de governo brasileiro herdaria parte da ordem estabelecida pelos liberais: a consolidação do poder do Congresso, do sistema eleitoral como veículo para troca nos cargos de mando. Ganharia, no entanto, fortes tons conservadores, com a perda de liberdade e de poder das instâncias locais de governo, e uma centralização tributária ainda mais violenta, que praticamente extinguia as oportunidades de desenvolvimento regional.

Todas essas mudanças, mais a anulação das eleições de 1840 (feitas com os liberais no governo e vencidas por estes), provocaram uma onda de indignação. O movimento foi mais forte nas províncias mais marcadamente liberais, em especial Minas Gerais e São Paulo. Situação perdida, gestos desesperados. Em pouco tempo, os liberais armaram uma revolução. Revolução quase sem esperança, mais estrebuchar que lutar, e que teve

entre seus adeptos um padre em cadeira de rodas, homem de 58 anos que jamais tinha participado de uma revolução em uma era de revoluções. Sempre defensor da legalidade - mas de uma legalidade que não oprimisse, antes desafogasse os brasileiros do peso das leis pouco adequadas, que obrigavam homens probos ao desrespeito e satisfaziam os seus algozes. Um defensor que via a lei como um contrapeso a um sistema de favores e arbítrio, enquanto as novas regras consagravam o oposto. Por causa disso, ainda juntou forças para arregimentar gente, preparar defesas, escrever proclamas.

Ironicamente, o homem mandado pelo governo para combater os revolucionários foi o Barão de Caxias, o aprendiz de Feijó - agora já com uma década de experiência contínua no assunto.

Não teve nenhuma dificuldade para desbaratar as tropas paulistas, arranjadas às pressas, e se dirigir à capital proclamada pelos revolucionários. No caminho, recebeu uma carta de Feijó, que respondeu no mesmo tom. Era quase um encontro de velhos amigos, que o tempo tinha colocado em campos opostos. Um encontro com as marcas da nova época. Cumpridor de ordens agora claramente despóticas, Caxias fez com Feijó o que se fazia nos tempos coloniais. Mesmo com imunidade parlamentar, como senador do Império, foi preso sem processo, exilado sem sentença em Vitória e mantido degredado sem julgamento.

Voltava-se ao tempo no qual o papel assinado por um chefe administrativo valia mais que a Constituição. Ordem a ser cumprida: Feijó, doente, foi deixado para morrer devagar. Só a muito custo outros senadores conseguiram que a ele, ao menos, fosse dado um processo - e a oportunidade de se defender. Levado para o Rio de Janeiro, cujo clima sempre lhe fez mal, entre crises cardíacas e respiratórias cada vez maiores, ele produziu a sua última peça: a defesa ao Senado. Defesa que teve como maior resposta a procrastinação. Enquanto Feijó morria, os conservadores faziam silêncio. Em vez da resposta pública, nem que fosse na forma de uma condenação, foi-lhe concedida uma licença para voltar à sua terra, apesar da violenta oposição de Bernardo Pereira de Vasconcelos, que nutria um maldisfarçado ódio por Feijó. Queria ir para Campinas, mas não teve forças. Ficou mesmo na casa da rua da Freira, a casa da família que

legalmente nunca foi a sua. Morreu após uma agonia de meses, acompanhada por toda a cidade, por todos os amigos da província que representou. Morria em São Paulo enquanto no Rio se debatia a sua condenação, com os adversários sempre implacáveis. Recitava, para os que iam visitá-lo entre as crises, seus versículos preferidos da Bíblia, até a noite de 10 de novembro de 1843.

Seu testamento, escrito em 1835, começa quase com as mesmas palavras da certidão de batismo: “Sou natural desta cidade, filho de pais incógnitos Nele, Feijó mandava libertar os seus escravos, deixava os bens para a irmã - os quais o inventário mostrou valerem, no total, menos da metade de seu salário anual como senador. Sua herança maior, no entanto, é o projeto pelo qual lutou por toda a vida, que outros usariam como exemplo: um país justo.

José Bonifácio: uma perspectiva de liberdade

Quase tudo o que se conhece de José Bonifácio de Andrada e Silva está concentrado em seus dois anos de atuação no Brasil, 1822 e 1823. Nesse curto período, ele construiu a justificada fama que está na origem desse conhecimento. Mas existe muito mais. José Bonifácio passou 45 dos seus 75 anos de vida no exterior. Era alguém conhecido no mundo inteiro, por seus trabalhos como cientista. Presenciou o Iluminismo no momento do seu nascimento e formulou algumas hipóteses sobre quais seriam as condições de existência da nação brasileira sob o princípio da liberdade.

José Bonifácio tinha formas muito especiais de pensar o lugar da liberdade na sociedade brasileira, que derivavam de seu profundo conhecimento tanto dos ideais iluministas como das características sociais dos brasileiros. Sinteticamente, poderia dizer que a formulação bonifaciana de um conceito de liberdade próprio do Brasil pode ser entendida a partir de uma só frase. Uma frase que decerto foi escrita antes da existência do Brasil independente. Portanto, foi escrita antes mesmo de ele se convencer da necessidade de transformar em país o espaço colonial português na América - até 1821 ele não achava necessária a separação de Portugal, embora tivesse a ideia de que a sociedade brasileira naquele período já fosse algo próprio.

Em algum momento da década de 1810, José Bonifácio escreveu a seguinte frase: “Nós não conhecemos diferenças nem dis- tinções na família humana, como brasileiros serão tratados por nós o chinês e o luso, o egípcio e o haitiano, o adorador do sol e de Maomé”. O que me encanta especialmente nessa definição é o fato de que ela coloca o conteúdo fundamental do pertencimento à categoria “brasileiros” em um território bastante especial.

Diferenças de raça ou de religião não são impedimentos para alguém ser brasileiro. Ao contrário, são o reconhecimento da liberdade de credo e da igualdade essencial entre os seres de todas as raças que fundamentariam a essência da definição dos “brasileiros”. Essa é uma definição ainda

aceitável como um grande ideal liberal no século XXi. Mas era, claramente, uma definição que ia muito além daquilo que se considerava possível, até mesmo como utopia, pelos liberais do século XIX.

E é assim porque a formulação de José Bonifácio embute uma concepção universal da capacidade humana para empregar a razão, não a atribuindo a raça ou religião. Ele pensava como se pensa hoje: todos os seres humanos são capazes de empregar a razão, e por isso têm direitos como cidadãos. Mas não era assim em seu tempo, e daí que, curiosamente, a expressão não definisse algo para todos os homens, apenas para os brasileiros.

Gostaria de chamar a atenção para esse detalhe. São os brasileiros, e não os humanos, que não consideram diferenças religiosas nem raciais na espécie humana. O que isso quer dizer? Quer dizer que José Bonifácio viu, naquele momento, algo na sociedade brasileira que tornava as ideias de liberdade e igualdade plausíveis para todos e que esse algo ainda não era universal, mas apenas possível entre brasileiros.

Para entender essa peculiaridade, é preciso pensar na óptica da época de José Bonifácio. A capacidade de emprego universal da razão não era uma crença comum no final do século XVIII e no início do século XIX, momento de afirmação do Iluminismo e de gestação do liberalismo.

A forma como José Bonifácio define o brasileiro, atribuindo-lhe a característica de viver em liberdade, respeitando a liberdade dos outros, é algo que causava profunda estranheza na época. Raça e religião vinham a ser os elementos fundantes dos Estados nacionais que estavam sendo criados sob a égide do Iluminismo.

Para entender o quanto eram importantes, bastam rápidas comparações com as definições empregadas na concepção do mais liberal dos Estados constituídos na época, os Estados Unidos. Uma das sabedorias que atribuímos hoje ao liberalismo americano foi a de separar Estado e religião.

Porém, se compararmos as ideias de José Bonifácio às dos pais da pátria americana, perceberemos que elas eram extremamente avançadas. Só para ficar em um exemplo mais evidente, que se tome a concepção de Thomas Jefferson. Não era apenas um traficante de escravos, mas alguém que acreditava que os negros não tinham a capacidade de usar a razão a ponto

de terem os direitos civis, isto é, de serem cidadãos capazes de pensar por si mesmos, podendo votar e serem votados. Criou, na Virgínia, legislações que tiravam o direito de voto dos negros livres.

Faço tal comparação apenas para evidenciar o quão inovadora era a posição de José Bonifácio ao seu tempo. Ele concebeu, de uma forma nova, muito mais ampla que aquela do Iluminismo de seu tempo, uma igualdade, substantiva e já existente, entre pessoas de diferentes raças e religiões corno ponto fulcral do exercício da liberdade.

Quando define como igualmente brasileiros os adoradores do sol ou de qualquer outra crença religiosa, ele está nos dizendo que todos aqueles que têm uma fé são interlocutores legítimos uns dos outros. Assim, a liberdade de credo se torna parte do universo da liberdade individual - e a substância dessa liberdade está no diálogo de homens com diferentes crenças entre si. O mesmo vale para as raças.

Esse ponto, que era próprio do olhar iluminista de José Bonifácio, estava fundado em suas observações do comportamento da sociedade brasileira. Enquanto os iluministas brasileiros se preocupavam com as dificuldades para fundar a liberdade em uma sociedade de analfabetos e escravos, o Patriarca encontrava saídas inesperadas ao analisar essa mesma realidade.

O real fundamento de liberdade que construiria a nação livre, para José Bonifácio, não era o conhecimento racional ou o uso da razão, mas o comportamento das pessoas, mesmo sendo iletradas. Se no Brasil não havia o conhecimento do Iluminismo, haveria a prática costumeira e efetiva da liberdade, a ponto de se poder fundar a nação sobre a base de liberdade que já se praticava na sociedade.

Mesmo reconhecendo a população como primitiva, na perspectiva de que existiam raríssimos letrados no país, José Bonifácio acreditava que o comportamento e a tolerância dos brasileiros iriam permitir o surgimento de um novo aspecto transformador que nos levaria adiante - algo que, naturalmente, não obteve consenso, nem na época nem hoje. Ele viu o fundamento da liberdade nos hábitos dos analfabetos e dos curibocas, não na formação das elites. A impressão que nós temos ainda é a dos textos clássicos do Iluminismo: a falta de cultura escrita como fundamento do

clientelismo, da dependência pessoal e da ausência de liberdade.

O que, no entanto, fundava essa diferença de visão? Na avaliação de José Bonifácio, os casamentos mistos, entre pessoas de raças e culturas diferentes, eram um valor essencial da sociedade, não um mero hábito. Para qualquer intelectual do Brasil na época, era relativamente fácil dizer que não passávamos de um punhado de mestiços analfabetos. A voz contrária desse sofisticado intelectual brasileiro reverberava dizendo que não: os tolerantes analfabetos fundamentavam não apenas a nossa liberdade, mas as possibilidades democráticas da nação e o lugar do Brasil no mundo.

Não era uma questão de difíceis consensos de ideias, mas de sólido consenso das práticas. A tolerância de todos com todos estaria garantida pelos casamentos mistos, que garantiriam a liberdade na nação, que então poderia ser fundada. Esses casamentos traziam, no nível pessoal, as soluções potenciais para os problemas mais difíceis. Soluções que iriam permitir a abolição progressiva da escravatura, a integração dos índios em uma sociedade nacional, a absorção de imigrantes. Mesmo que o presente fosse o da escravidão, da exploração e destituição das comunidades indígenas e da falta de imigração, um futuro poderia ser construído sobre essa base de tolerância.

Toda a modernização seria o resultado de uma nova integração, pelo hábito popular do casamento misto. Por ele estaríamos, inapelavelmente, nos misturando, miscigenando. A história mostrou que José Bonifácio não estava destituído de razão. Vivendo em uma sociedade desigual, mas com alto grau de tolerância, a duras penas conseguimos ultrapassar algumas das barreiras iniciais, como o analfabetismo, a escravidão, a atração de imigrantes, a manutenção da democracia, ainda que formal.

E José Bonifácio elegeu uma palavra curiosa para descrever o processo. Mineralogista que era, procurou uma metáfora do seu ramo: o processo da construção do Brasil seria o de “amalgamar tantos metais diversos”, com a finalidade de constituir um todo “único e inquebrável”, conforme definiu em sua “Representação sobre a escravatura”, em 1823:

> É tempo também que vamos acabando gradualmente com os últimos vestígios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar uma

> nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes. É da maior necessidade ir acabando com tanta heterogeneidade física e civil. Cuidemos, pois, desde já, em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários, em amalgamar tantos metais diversos, para que saia um todo homogêneo e compacto, que não se esfarele ao toque de qualquer convulsão política.

Enfim, um processo que reunisse “materiais” plurais e distintos para construir uma unidade cujo sentido essencial fosse o respeito à liberdade. O processo de prática da liberdade pela união com o diferente por meio do casamento teria, por sua vez, a responsabilidade de amalgamar a sociedade em um todo uniforme.

A metáfora de José Bonifácio nos ajuda a entender uma forma de Iluminismo universal. Enquanto a versão coeva limitava o espaço da liberdade à lei nacional, que garantia os direitos civis aos cidadãos o e os direitos políticos àqueles capazes de empregar a razão, a fórmula de José Bonifácio trazia embutida como ideal político os direitos universais garantidos pela tolerância.

Fórmulas como essa, que buscam induzir processos políticos de longo prazo, são especialmente importantes nos tempos atuais. Elas permitem pensar até mesmo em mudanças como a construção da comunidade europeia, feita por um processo pouco estudado e pouco pensado. Os construtores da União Europeia procuraram fazer justo o que José Bonifácio imaginava, amalgamar. Amalgamar não é fundir, é ajustar daqui e dali, moldar devagar, forjar pacientemente uma unidade na mistura. Os dirigentes da União Europeia sabidamente enfrentam e enfrentarão sérios problemas para que isso ocorra. Ainda assim, mudam fronteiras nacionais de decênios, direitos centenários e moedas multicentenárias como uma única arma: criar a tolerância para o diferente.

Caminhar para uma direção além da nação significa, porém, apagar muitos dos fundamentos dos Estados nacionais do século XIX, construídos sob uma interpretação mais rígida do Iluminismo. Para isso será preciso criar um novo conceito de liberdade, de cidadania, cujo formato provavelmente terá a ver com o amálgama de José Bonifácio.

O poder europeu é hoje plasmado por instituições que funcionam dessa forma, com uma política de moldar unidades distintas e transformá-las lentamente em uma única coisa, com uma única maneira de atuar e pensar. Nisso podemos enxergar como algumas ideias do pensamento liberal surgem como inusitadas e pouco comuns, mas depois servem para entendermos processos políticos sofisticados.

Por causa dessa força, vale a pena conhecer a evolução dos ideais de José Bonifácio ao se tornarem uma prática, durante o processo de construção política do Brasil.

Foram exatamente esses pensamentos, essas ideias e discussões que fizeram José Bonifácio chegar à condição de ministro de d. Pedro I**.** Mas foi mandado embora do cargo depois do primeiro ano de exercício do poder. A conclusão de muitos historiadores para essa curta vida no ministério foi de que as suas ideias, como acabar com a escravidão ou incluir os índios na sociedade o mais rápido possível, eram consideradas avançadas demais.

Quais eram, porém, as ideias que se opunham às de José Bonifácio naquele momento? D. Pedro i, que se dizia um amante da liberdade e até conhecia um pouco da teoria liberal de sua época, acreditava que o amálgama se limitava a todos aceitarem a monarquia no Brasil, com os republicanos saudando a importância do rei.

Os republicanos, por sua vez, tinham uma dúvida bastante razoável para ceder às investidas do amálgama político. Não era apenas o caso de herdar o trono, mas de herdar o Estado do Antigo Regime na sua totalidade.

José Bonifácio argumentava, para unir esses dois primeiros elementos discordes, que, se não houvesse um centro de forças que mantivesse a unidade do Brasil, tudo poderia ser posto a perder. Era o preço a pagar. O rei deveria aceitar um parlamento, casa adequada para construir instituições liberais, dignas de uma sociedade que vivesse em liberdade. E os liberais deveriam aceitar um rei. Com isso, conseguiu uma união política mínima, capaz de garantir a independência. Mas não foi capaz de ir adiante no amálgama político, pois, embora confiante no futuro desse processo, era minoria.

Para ele, o futuro se fundava na possibilidade de expandir a ideia de liberdade, de praticar a liberdade pelo comportamento. A força dessa crença

estava em colocar a fonte da liberdade na sociedade, não no estadista. A liberdade fundada no hábito do casamento misto era de todos, não uma concessão do Estado. Não há nada que o Estado possa ou deva acrescentar ao hábito, apenas respeitar. Seu papel é singelo dentro desse contexto. E o de meramente desobstruir os caminhos para que por eles possa transitar aquela liberdade que sabemos já existir.

E era essa crença, essa confiança na capacidade do cidadão comum de viver em liberdade e adotar sozinho o necessário para viver em liberdade, que movia José Bonifácio. Não movia seus adversários, todos eles pensando na liberdade como concessão de uma elite letrada - e ainda hoje talvez nos falte essa confiança.

O maior e mais robusto adversário da liberdade no Brasil é a herança do Antigo Regime, a suntuosa e opulenta sensação de que o Estado está acima da sociedade. Que o exercício da liberdade é fruto exclusivo da ação do governante. Uma concessão daquele que tem estudo, formação acadêmica e conhecimento de mundo suficiente para ensinar ao de baixo o que ele parece não saber.

A ideia de que a liberdade é concessão do alto remete diretamente a Aristóteles, à concepção de que os seres humanos seriam desiguais por natureza. E daí à crença conservadora de que a liberdade “excessiva” nos leva à bagunça e ao caos, e não a uma ordem social justa. Com tal ideário, o objetivo da justiça seria o de preservar distâncias, impedir a mistura entre quem é diferente, quem é separado pela natureza, quem é naturalmente da elite e quem naturalmente não pertence a ela.

Assim, a liberdade se transforma em concessão a ser fornecida em pequenas doses, por esmola, paternalismo ou pelo antigo e eficiente coronelismo. Essa é a fórmula brasileira do atraso.

A crença cega no Estado, visto como fonte da civilização, da ordem - e da sociedade que veste a pele do caos -, gera a ideia de que o estadista deve agir em contraste com a sociedade, ser um “pai do povo” - o povo pensado como uma criança que inspira eternos cuidados. Essa percepção atravessa as fronteiras de qualquer vertente ideológica brasileira, seja da extrema direita, seja daquilo que se pode chamar de extrema esquerda.

Todos dividem a crença de que a liberdade não frutifica na sociedade, só

na elite. Se não houver, como havia para José Bonifácio, a confiança em uma prática universal da liberdade, no amor a essa prática, haverá pouca força nas ideias liberais no Brasil.

Para avaliar o quanto se duvida da universalidade, basta uma frase corriqueira hoje: “Isso é coisa de Primeiro Mundo”. De fato, o que ela quer dizer? Quem trata de pronunciá-la se imagina acima dos outros, os do “Terceiro Mundo”. Mas, paradoxalmente, identifica o enunciante como alguém de uma sociedade dividida em castas - que, portanto, não é aquela do Primeiro Mundo. Assim, o que parece ser um argumento sobre a incapacidade da população “de baixo” de empregar a razão, um argumento “iluminista”, se mostra um argumento sobre a desigualdade natural dos homens, nos moldes do Antigo Regime. E um símbolo do atraso de quem pronuncia essa frase.

O que sustenta a continuidade dos enunciadores da frase por certo não é uma ideologia, não é uma forma política, muito menos um projeto do país. É simplesmente a certeza de que o clientelismo é melhor do que uma sociedade que trate todo mundo como cidadão. É a sustentação invisível de um mecanismo que arrecada 40% do PIB para investir 1%.

Daí a necessidade de recorrer sempre a José Bonifácio. Penso agora em uma pergunta que me foi feita por Sérgio Lewin. Até que ponto as ideias e os conceitos que possuímos sobre a liberdade influenciam a vida e a situação atual do Brasil? Se for para responder diretamente a essa questão, eu diria que, estando certo José Bonifácio, podemos confiar que durante muito tempo o brasileiro comum quer e recebe bem qualquer política na qual a liberdade seja de fato praticada. E o faz com muita facilidade, e sempre preferirá isso a um clientelismo de qualquer natureza, se isso lhe for ofertado com coerência.

Existe um número considerável de barreiras para essa oferta. A principal está dentro de nós, em nossa própria incapacidade de acreditar que todos os brasileiros amem a liberdade. Lembro-me de uma cena do filme O *anjo exterminador,* da fase mexicana do diretor espanhol Luis Buñuel. Algumas pessoas da alta sociedade estão reunidas para um jantar em uma mansão e ficam presas em uma sala de portas abertas. Não conseguem deixar o ambiente em que se encontram. Nada os impede de atravessar a

porta e regressar à vida fora da sala de jantar. Mas simplesmente não conseguem. A única certeza que todos têm é que, por mais que desejem atravessar a porta pelas próprias pernas, estas não os levarão a lugar nenhum.

Em relação à ideia de liberdade, o pensamento conservador está mais ou menos nessa posição. Para vencer a resistência, é preciso apenas confiar e começar a andar. Liberdade se pratica.

Vivemos um outro momento da história, no qual os últimos resquícios da Idade Média no mundo político vêm sendo varridos. Manter esses resquícios faz sentido na Inglaterra, já que os cidadãos ingleses acham razoável pagar a conta da carruagem da rainha para relembrar suas tradições. Agora, que a sociedade brasileira ache razoável pagar a conta de um Estado mercantilista é outra coisa. Para quê?

A questão central de política econômica e da democracia no Brasil não é socialismo versus capitalismo; é simplesmente Idade Média *versus* Idade Moderna. A quantidade de instituições medievais é grande no Brasil. E manter uma instituição medieval custa caro e não traz nenhum resultado positivo. O Brasil não precisa mais de caciques, o Brasil não precisa mais de feitores, o Brasil não precisa mais de coronéis.

Quem acredita que a ideia de liberdade é importante precisa acreditar também que ela é universal. Que será aceita por todos, sem distinções, e que sempre será possível encontrar um discurso plenamente adequado àquilo que a maioria já pratica. Está na hora de voltar à confiança de José Bonifácio na capacidade do brasileiro comum de amar a liberdade.

Visconde de Mauá e a *Exposição aos credores*

Autor: um senhor de 64 anos de idade, que vive em desespero. Local: Fazenda Atalaia, no estado do Rio de Janeiro. Tempo de execução da obra: quinze dias, na maior parte dos quais teve de interromper o trabalho, atacado por crises violentas de enxaqueca. Momento: julho de 1878, imediatamente após a decretação da falência da empresa Mauá & Cia. Intenção original: provar a credores prejudicados com a falência que o empresário mereceu a confiança nele depositada. Resultado posterior: na avaliação do economista Celso Furtado, um dos quinze livros básicos para entender o Brasil.

As condições precárias em que foi escrita *Exposição aos credores,* sua finalidade episódica, conjuntural, jamais indicariam o destino posterior da obra de Irineu Evangelista de Sousa, o Visconde de Mauá. Se ao improvisado escritor faltavam tempo e vontade de fazer literatura ou análise, as condições do momento ajudavam a dar intensidade às suas palavras. Da fazenda onde acompanhava o marido desesperado, Maria Joaquina de Sousa, também sobrinha do autor, escrevia a uma filha: “Teu pai envelheceu dez anos nestas quatro semanas. Tenho me esforçado para consolá-lo, mas é difícil quando se tem razão e se reconhece que [a falência] foi uma grande injustiça”.

Injustiça: esse o sentimento intensamente envolvido na obra. Daí que ela implique, acima de tudo, um julgamento moral: onde estaria a razão, que deveria presidir à justiça - no homem que escrevia ou nas circunstâncias que o arrastaram a escrever como falido?

A falência dava nova forma à questão. O livro era uma novidade para aquele senhor. Ele escrevia muito, todos os dias. Mas a sua especialidade eram as cartas comerciais. De vez em quando, por exigência da situação, escrevia um ou outro artigo de jornal, quase sempre para se defender de ataques. O debate de ideias desempenhava um papel bastante secundário em suas prioridades de empresário. Para Mauá, muito mais importante que a gramática sempre fora a prática, a construção de obras visíveis, sólidas. E

uma resposta a argumentos, para ele, exigia ações reais. Ele se acostumara a vida inteira a responder às críticas com inaugurações ou com lucros, os quais considerava os argumentos mais consistentes deste mundo. Por isso, não respondia: vencia. Achava que a vitória era sinônimo de justiça no campo dos debates, ignorando outro tipo de consideração. Tal sentimento, evidentemente, não era compartilhado pelos que deixava no caminho. Para esses, injustas eram as vitórias do empresário, e justas as suas próprias ideias.

Naqueles quinze dias de 1878, Irineu Evangelista de Sousa enfrentava o fato de assumir em definitivo o papel público de empresário derrotado. Uma situação dolorosa que, por cinco décadas, rondara como mera eventualidade - e da qual escapara incólume. Mas escapara unicamente por estar em uma posição de força para repelir com obras os ataques em massa que recebia das pessoas que enfrentava - e que se transformavam, depois das refregas, em gente com um ódio muitas vezes mal disfarçado pelo vencedor.

Mauá era essencialmente um lutador. Menino de fronteira, nascido em Arroio Grande, na divisa com o Uruguai, e órfão de pai aos cinco anos, aos nove foi mandado sozinho ao Rio de Janeiro para ganhar a vida. Começando como pequeno empregado do comércio, tornou-se gerente da empresa comercial do escocês Richard Carruthers, a quem considerava seu verdadeiro pai. Aos 23 anos, ficou sócio do ex-patrão; aos trinta, era o brasileiro mais rico do país. Desde que essa posição se tornou visível, ainda no período regencial, o dono da fortuna viu-se alvo de disputas e inveja.

Inveja fundada em derrotas diretas, mas também apoiada no comportamento empresarial de Mauá, que ia na contramão das crenças brasileiras da época sobre as fortunas e os trabalhos dos homens de fortuna. Em um país em que riqueza parecia sinônimo de posse de terras e escravos, Irineu ficou rico sem investir em terras e detestando a escravidão. Em um país em que a tradição das fortunas era o conservadorismo, Irineu era um liberal, um crítico feroz da política econômica. Para o grosso dos ricos do país - fazendeiros e, principalmente, os comissários que viviam às suas expensas -, a fortuna amealhada pelo empresário sempre foi “injusta”: injusta porque era fruto de cálculos que eles não conheciam; injusta porque premiava um tipo que lhes parecia pouco qualificado socialmente; injusta

porque se baseava em certas premissas de progresso - na direção do capitalismo - que todos eles detestavam; injusta porque volta e meia punha em perigo a ordem “natural” da escravidão, com promessas de riqueza para quem apostasse em empreendimentos diferentes da agricultura; injusta, enfim, porque condenava quem vivia do trabalho alheio e não do próprio suor.

A exceção da fortuna de Irineu ajudou a aumentar a inveja contra ele e a sustentar a pecha da “injustiça” da sua riqueza. Enquanto foi muito rico, o empresário teve as suas armas para barrar esses sentimentos. Foi chamado de argentário, interesseiro, inimigo da pátria, destruidor da solidez nacional. Em vez de discursos, conforme a sua regra, devolvia as críticas na forma de novos empreendimentos, com uma crença inabalável na capacidade de crescimento da economia brasileira, buscando constantemente novos melhoramentos materiais.

Protegia-se também com o manejo de símbolos caros aos adversários: aceitou alegremente o título de barão - operação que demonstrava, por si mesma, a natureza dos problemas. Recebeu o título em 1854, no dia da inauguração da primeira estrada de ferro brasileira, que ligava o porto de Estrela à raiz da serra de Petrópolis, em um trecho de catorze quilômetros. Mas amigos do imperador, que o agraciara, fizeram correr no mesmo dia a versão: Barão de Mauá porque, diziam, “algum mal, há”. Bom manejador dos símbolos, respondeu com um brasão que explicitava a natureza da diferença em relação aos nobres comuns. No lugar das marcas heráldicas tradicionais, o seu brasão apresentava locomotivas, barcos a vapor, lampiões a gás - os ícones da modernidade da época. Desse modo, o brasão se transformou em uma espécie de logotipo de suas empresas. Para completar, um dístico - “O trabalho estrénuo a tudo vence” - que nobilitava a origem pouco nobre do título, dado que, para o nobre, o trabalho manual é uma interdição.

No ano seguinte ao baronato, teve outra atitude típica não de um empresário, mas dos fazendeiros da elite agrária: usou a sua fortuna para eleger-se deputado federal pelo Rio Grande do Sul, sua província natal. Outra vez, valeu-se das armas mais fortes do adversário para mostrar as diferenças, não para ser igual. Não foi um político como os outros do

Império. Subiu à tribuna principalmente para se defender de ataques pessoais, justificar negócios, impedir os golpes mais evidentes que se tramavam contra ele; renunciou à tribuna quando os eleitores desaprovaram um voto que deu em plenário.

Em todos os adversários, o conjunto de atitudes do empresário-barão só fez acirrar ainda mais o ódio e as desconfianças. Que ele fosse um rico vulgar, vá lá. Mas que empregasse as armas da nobreza, ficasse em posição sobranceira, contivesse os ataques com o uso de sua fortuna, tudo isso aumentava-lhes a irritação.

Assim se entende por que o Barão de Mauá sofria tanto nos quinze dias em que escrevia sua *Exposição aos credores.* O sentido de sua vida tinha sido utilizar a colossal fortuna pessoal para indicar um caminho ao país, contra a vontade de muita gente. A decretação da falência, para seus numerosos adversários, era uma correção de rumo, um modo de fechar um desvio poderoso e sempre aberto no destino ordeiro que viam para o país. Era uma vitória duramente construída, por meio de um grande acordo político.

A montagem do acordo começara em 1875, com a decretação da moratória do empresário. Naquele momento, Mauá era dono de uma empresa com um capital que equivalia ao orçamento do Império - ou seja, reunia sozinho quase tantos ativos quantos tinha o governo brasileiro. Uma empresa gigantesca, montada em torno de uma casa comercial e bancária, em um país em que a moeda era escassa - e escassa porque os conservadores no governo sempre fizeram questão de adotar uma política econômica restritiva, que favorecia a vida boa de rentistas em detrimento do crescimento econômico. Assim, a empresa de Mauá era como uma baleia presa em uma pequena enseada: sempre sob o risco de falta de espaço para se movimentar. Várias vezes ele escapara das tentativas de seus adversários de fechar o cerco. Dessa vez, não escapou. Faltou-lhe dinheiro em caixa para manobrar. Um socorro de liquidez do Banco do Brasil seria suficiente para evitar o encalhe, mas foi negado.

Pelas leis da época, a falta de caixa tornava obrigatória a liquidação do negócio em três anos, e a liquidação foi decretada. Não importava que a empresa fosse sólida, nem que tivesse perspectivas econômicas muito boas.

Mauá foi obrigado a, em três anos, liquidar um patrimônio monumental, em um país em que a própria crise desencadeada pela moratória tornava mais precárias as condições de liquidez. Quase conseguiu o que parecia impossível, entre outras coisas porque suas empresas não tinham problemas econômicos: o ativo era superior ao passivo. Nos três anos de prazo, fez uma redução de 80% do passivo.

Com esse ótimo encaminhamento dos negócios e o total apoio dos credores, Mauá tinha de contornar apenas um obstáculo burocrático: obter a prorrogação da moratória. Mas a grande arma que ele empregava para se defender perdera a magia. A moratória foi um sinal: estavam rompidas as barreiras para os ataques de seus adversários. Nunca Mauá foi tão atacado como nesse período. Ainda assim, continuou como sempre. Mesmo curvado sob o peso da moratória, manteve sua posição de jamais responder a ataques pessoais. No máximo, em momentos íntimos, fazia observações de tudo que se passava em cartas para amigos. Em uma delas, concluiu: “Em leão deitado, até burro dá coice”.

O coice que o derrubou veio de uma manobra de bastidores, com a qual os adversários se juntaram para impedir um bom desfecho para os negócios - uma possibilidade mais que razoável, em face do brilhante encaminhamento da liquidação. Era gente poderosa, que fazia valer contra Mauá cada interpretação de cada vírgula da lei. Venceram-no graças a um parágrafo do Código Comercial que obrigava a presença física dos credores para aprovar a prorrogação - e Mauá tinha credores não apenas em todo o Brasil, mas espalhados por vários países. As procurações desses credores não foram reconhecidas e a falência foi decretada.

Esse era o quadro do drama vivido nos quinze dias como escritor em um retiro rural. *Exposição aos credores* é a exposição do sentido de uma vida, mas é, sobretudo, a exposição de uma frustração: a do homem que construía, que sonhava um grande futuro econômico para o seu bolso e para o seu país - e não via diferença entre os dois resultados. Tudo o que considerava importante, tudo o que esperava de bom, perdera o sentido prático. Naquele momento não havia mais as armas de sempre, somente a pena. Com ela lutaria. Para a maioria dos brasileiros, sua falência parecia uma boa obra moral: o país se livrava de um mal, afastava um perigo.

Perigo traduzido na imagem demoníaca do empresário, que a falência parecia exorcizar. Era uma derrota não apenas pessoal: parecia uma prova evidente de que o caminho trilhado por Mauá não deveria ser seguido por outros.

Peça de defesa, a *Exposição aos credores* tem uma estrutura narrativa muito simples. Começa com um breve resumo de seus anos iniciais de vida, até o momento em que o empresário lança o seu primeiro empreendimento industrial, a fundição e o estaleiro da Ponta de Areia, em Niterói. A partir daí, em uma série de 25 capítulos curtos, descreve o desenvolvimento das 25 empresas que criou, dirigiu ou de que participou. O estilo é seco, direto, mais parecido com o dos jornais do século XX que com o dos livros de sua época. Em poucas palavras, o autor narra as circunstâncias, os cálculos de rentabilidade ou as razões que o levaram a cada negócio, bem como seus resultados. Quase nada de discussões laterais, raros elogios e lamentações. Apenas o último capítulo, referente a seu banco, destoa. Ali há uma discussão mais alentada. Todo o argumento sobre a falência se concentra nesse final.

Antes dele, é preciso considerar a estrutura geral. O pequeno livro chegou a ser depois publicado com o título de *Autobiografia*. Título curioso, que confunde uma lista de realizações com a narração da intimidade, mas título também compreensível. Para Mauá, de fato, as obras, as empresas se confundiam com o sentido de sua vida. As poucas páginas dedicadas a cada empresa resumiam anos de trabalhos, glórias e frustrações - o plano das obras e dos resultados financeiros era díretamente identificado com o dos desejos e sonhos pessoais. Nada além disso importava ao narrador, o que levou à troca póstuma do título, sem que nada parecesse estranho. Mas a mudança só foi possível porque essa associação se tornou algo imputável legitimamente a um empresário. Na época, era uma confusão impossível. Melhor dizendo, era algo quase inadmissível.

Mauá não pensava o livro como lista de realizações pessoais, a não ser por um subterfúgio: os argumentos de ordem pessoal eram justificativas perante os credores. Ele o escreveu para pedir desculpas públicas aos homens de quem tomou dinheiro emprestado e não pagou. Outros estão presentes apenas indiretamente: seus adversários com força suficiente para

impedir a liquidação das dívidas - e a manutenção da honra comercial do autor.

Como projeto literário, *Exposição aos credores* era uma obra de circunstância. Pouco mais que uma lista, de leitura fácil, sem pretensão maior. Impressa em uma pequena tipografia, para distribuição apenas a homens que tinham dinheiro a receber do empresário e em vez disso receberiam suas desculpas escritas. Mas tornou-se um clássico, um tipo especialíssimo de clássico. Não pode ser explicado, como os demais, somente por seu conteúdo. A secura da linguagem, a falta aparente de ideias interligadas impedem o caminho tradicional de análise, centrada no conteúdo. Para entender sua importância, é preciso acompanhar as suas metamorfoses entre os leitores, que foram muitas, elevando passo a passo o seu conceito. O tempo se encarregou de reverter o contexto da leitura e da avaliação crítica.

Na época da publicação, *Exposição aos credores* foi recebida como uma peça comercial. Razoável para os credores que acreditavam no empresário, mas para a opinião geral apenas a queixa de um indivíduo ganancioso, em boa hora afastado do domínio de grandes massas de dinheiro. No entanto, a voz queixosa do narrador aos poucos foi se associando a um sentimento nacional: o de que o Brasil é um país que desperdiça oportunidades, não consegue crescer, vai ficando para trás enquanto o mundo avança. Na via inversa, o mundo ao qual se opunha o indivíduo que remava contra a maré deixou de ter a importância que parecia ter em 1878. Nenhum brasileiro hoje levaria a sério um projeto cuja proposta fosse conter o desenvolvimento econômico para evitar prejuízos aos nobres proprietários de terras e seus sócios comerciantes. Nenhum brasileiro levaria a sério tentativas deliberadas de evitar que o país tivesse indústrias, consideradas “artificiais”, para não ameaçar a sua vocação natural para a agricultura e para que a destinação natural de todos os trabalhadores fosse um poço onde nenhum de seus direitos fosse reconhecido.

Assim, o que na época era drama pessoal pode muito bem ser visto atualmente como drama nacional. A sensação de frustração do empresário é a de todos os brasileiros com a situação do país. A descrição das barreiras que encontrou é a dos impedimentos do governo para a atividade

empresarial que irritariam muitos leitores posteriores.

Na última frase da obra há uma pista para o valor que permitiu a transcendência. Mauá termina sua *Exposição aos credores* com as seguintes palavras: “Pela parte que me toca, fui vencido, mas não convencido”. A frase é uma citação: o autor é o imperador d. Pedro 11, obrigado a reconhecer uma decisão do Vaticano com a qual não concordava. Remete o leitor à barreira que conteve o ímpeto empresarial: a própria monarquia. Remissão, diga-se de passagem, feita por um monarquista, incapaz de proferir uma única crítica direta ao governo de seu país, mesmo tendo todos os motivos para isso durante a vida. Mas que, naquele momento, não poderia deixar de apontar aquela que considerava a causa última de todo o desastre: o modo como o governo intervinha na economia.

Essa é a discussão de fundo em toda a obra. O argumento de Mauá é relativamente simples: fez tudo o que um empresário individual poderia fazer e parou porque o Estado não queria as empresas crescendo.

Sustenta a primeira parte do argumento no cerne da obra, a descrição de seus empreendimentos. O estaleiro da Ponta de Areia, primeira indústria do Brasil, que chegou a empregar 1.200 funcionários na década de 1850 e no qual foram produzidos 72 navios - mais guindastes; engenhos de açúcar; canos de ferro; motores; peças de bronze; além de pontes metálicas e uma infinidade de objetos; a primeira estrada de ferro do país; uma companhia de iluminação a gás no Rio de Janeiro; uma empresa de navegação na Amazônia; a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí e dezenas de outros empreendimentos menores no país. Mas não era só: Mauá tinha bancos e empresas no Uruguai, Argentina, Inglaterra e França. No auge de seus negócios, chegou a controlar um conjunto de dezessete empresas de sua propriedade espalhadas por seis países.

No mundo pós-Mauá, em que as multinacionais são comuns, entende-se com mais facilidade esse tipo de descrição. Mas, na época dos empreendimentos dele, esse tipo de estrutura era uma raridade. Eram os tempos do capitalismo concorrencial, quando o alcance das empresas era muito limitado. Mais ainda, era quase inexistente o mecanismo de fundar negócios a partir de um banco, empregado como instrumento de financiamento para grandes projetos empresariais do grupo. O negócio de

Mauá, em essência, era controlar um banco de investimentos e, ao mesmo tempo, as empresas financiadas por ele. Um negócio avançado até mesmo para a Inglaterra, então a maior potência capitalista do planeta.

Por causa dessa estrutura, os empreendimentos de Mauá sempre foram mais bem entendidos na Inglaterra do que no Brasil. Enquanto os homens mais ricos do país o odiavam, os maiores milionários ingleses faziam questão de investir nos projetos desenhados por aquele estranho tipo tropical. No século passado, Mauá sensibilizava gente que pensava no futuro - como Júlio Verne. O escritor francês o tornou personagem de seu livro *Viagem à Lua,* sobre um capitão que desenvolve um projeto de foguete lunar e imagina uma saída para as dificuldades a fim de que as pessoas ao redor o entendam. Faz um apelo aos homens de grande visão no mundo, que possam investir em algo como um foguete. Entre esses homens, inclui o Barão de Mauá, do Brasil.

Mauá apareceu aos olhos de Júlio Verne porque o tamanho de sua fortuna não podia ser ignorado nos grandes centros financeiros do planeta na época. Era dono de 6o milhões de dólares em 1867 - fortuna que, atualizada, giraria em torno de 15 bilhões de dólares. Por outro critério empregado para medir fortunas - a porcentagem da riqueza nacional em mãos de um único homem -, Mauá talvez tenha sido o empresário privado mais rico de toda a história da humanidade. Enfim, uma proeza que não podia ser ignorada e que levava os maiores banqueiros de Londres, os ministros ingleses que tinham visão de negócios, os nobres parisienses e alguns milionários norte-americanos a procurá-lo na hora de investir. O dinheiro do mundo, Mauá aplicava no Brasil. Montava empresas bem capitalizadas e administradas com excelência. Empresas que estavam entre as melhores do planeta, que davam lucros e dividendos para os que nelas empregavam dinheiro.

Essa dimensão internacional dos negócios de Mauá, no entanto, aparece quase borrada em *Exposição aos credores.* O empresário lança seu gemido praticamente apenas para os brasileiros. Pode parecer estranho, mas é explicável. Toda a grita no momento da moratória e da falência foi interna. Em Londres, no momento da moratória, o mais importante jornal local, *The Times,* publicou um editorial lamentando o acontecimento, reafirmando a

certeza de que se tratava de uma infelicidade acontecida a um homem honrado e pedindo aos eventuais credores que tivessem confiança em sua capacidade de honrar os compromissos. Esse caminho, com raras exceções, foi seguido pelos empresários estrangeiros - e ao fim dele tiveram o seu dinheiro de volta.

Daí por que a segunda metade da argumentação, desenvolvida no último capítulo, é o cerne da obra. O narrador centra o fracasso não na sua capacidade empresarial, mas nas barreiras institucionais existentes no Brasil para o progresso dos negócios. Em síntese, diz que a excessiva interferência do governo em negócios que ficariam melhor se dirigidos por particulares foi a causa última de sua falência.

Esse argumento vem sendo discutido há mais de um século. Enquanto o argumento tiver importância, o livro será relevante. Nele se concentra a parte substantiva das análises posteriores do volume, que o levaram da posição de panfleto à de clássico. Na época da publicação, para os detratores de Mauá vê-lo falar mal do governo parecia quase cinismo. A todo momento, eles apresentaram Mauá como uma figura oposta ao que pretendia ser: um favorecido pelo Estado, um homem que ganhou dinheiro com favores inconfessáveis - um argumento fácil de ser comprovado empiricamente. Da primeira à última empresa, havia concessões, envolvimento com a política fiscal, necessidade de negociar contratos. O grosso de suas empresas prestava serviços públicos; portanto, envolvia diretamente o governo, como concessionário e muitas vezes fornecedor de subsídios para os negócios.

A partir dessa constatação, divide-se a herança da obra de Mauá - e na própria continuidade da divisão está o sinal da importância do livro. Em uma vertente interpretativa estão os que consideram válido o argumento do autor e que, por isso, em geral apresentam Mauá como paladino da livre-iniciativa e do progresso, com a vida emperrada por governantes que ficariam melhor em algum século anterior ao XIX. Tradição iniciada por Alberto de Faria, que publicou em 1924 o livro *Mauá.* Em outra vertente, inaugurada por Edgardo de Castro Rebello, autor de *Mauá: restaurando a verdade*, dado à luz em 1932, a argumentação foi retrabalhada a partir de um instrumental marxista. Falso o empresário que se quer privado no

Brasil, porque não passa de um filho espúrio dos favores do Tesouro.

A *Exposição aos credores* passou pelo século XX como uma obra que assinala emblematicamente o papel do empresário privado na sociedade brasileira. Papel positivo e fundamental, para os liberais; retrógrado e desprovido de heroísmo, na via oposta.

Dessa duplicidade de vertentes de leitura deriva em parte a riqueza do livro de Mauá. Duplicidade que se expressa em sua estrutura: ao mesmo tempo confissão pessoal, gesto de dor de um homem e análise da vida econômica do país, com conclusões que transcendem a figura individual e projetam um problema.

A proximidade do século XXI, com o fim das barreiras ideológicas que garantiam a firmeza das vertentes interpretativas do século anterior - substituídas por um cenário tão geral como incerto em seus resultados, o da globalização -, permitiu um novo enquadramento para o livro. Várias reedições foram realizadas a partir dos anos 1980, com ensaios que mostravam a surpreendente atualidade do dilema original. O lugar central do Estado na economia brasileira, tão solidamente assegurado por Getúlio Vargas e tão extraordinariamente ampliado no regime militar, tornou-se o fulcro do drama brasileiro. Drama já presente no livro e que torna a sua leitura quase obrigatória.

A sobrevivência de um caso individual fortemente ancorado na discussão sobre o destino do país não pode, enfim, ser ignorada. Mais que dar razão ou não aos argumentos do empresário que sofria, o livro tem valor porque narra questões fundamentais para o Brasil. Nesse quadro, talvez compense olhar o valor do que diz Mauá para além do peso trazido pelas interpretações opostas que vigoraram no século XX.

Mauá não descreve a intervenção estatal como uma questão de princípio. Ao contrário, pensava nela como uma questão de oportunidade. O livro traz muitos trechos que clamam por ela, em que afirma que é uma obrigação do Estado apoiar os empresários nacionais. O que discute, isso sim, é a maneira como tal intervenção acontece. Trata-se, portanto, de uma discussão no campo das oportunidades e dos meios.

Apreciado com essa necessária limitação, o argumento central ganha outro significado. Não é discussão sobre ideologia, mas sobre atos práticos.

Clama, digamos assim, por uma intervenção “correta” do governo, aquela que permita o desenvolvimento das empresas, que não as limite - como julga ter acontecido em seu caso.

Assim chega-se ao fundo do argumento. Mauá atribuiu os seus problemas de 1878 a um ato governamental de 1854: a proibição de que organizasse sua empresa-mãe, o banco de investimentos, como uma empresa de capital aberto, cujos acionistas correriam riscos de capital. Por causa disso, em tudo o que fez, sempre esteve sujeito a riscos evitáveis. Sem poder recorrer ao capital de terceiros, ficava permanentemente descapitalizado, correndo riscos muito maiores.

Parece pouco, mas é um argumento forte. Mauá toca no grande problema estrutural de todas as empresas brasileiras até hoje: a ausência de um mercado de capitais desenvolvido que as suporte. Diz que esse mercado não se desenvolveu porque o governo atuou o tempo todo para impedir que fosse privado - e não porque o Brasil fosse um país pobre ern capitais ou em instrumentos humanos para geri-los.

Um simples golpe de vista sobre a estrutura das grandes empresas brasileiras, na época ou depois dela, permite ver que essa distorção importa. Empresa grande, no Brasil, quase só estatal ou familiar. Nas demais, domina o capital estrangeiro, que por trás das empresas possui acesso privilegiado a mercados de crédito internacionais. A única maneira “nacional” de compensar essa desvantagem é o apelo a uma sólida fortuna particular, em geral composta de ativos de elevado valor patrimonial e baixa liquidez. A face visível dessa saída é a presença de empresários brasileiros nas listas de homens mais ricos do mundo, em nítido contraste com a ausência de empresas brasileiras nas mesmas listas.

No centro dessa diferença está o mercado de capitais. Financiamento de longo prazo, no Brasil, só haverá se for feito por empresas financeiras estatais. Essa situação existe desde 1853, quando o governo imperial estatizou o Banco do Brasil, fundado dois anos antes por Mauá. O argumento central do movimento responsável pela estatização, dirigido pelo próprio imperador, era que havia risco demais em deixar o controle do mercado de capitais nas mãos de agentes privados - apresentados como aventureiros irresponsáveis. Mauá perdeu a batalha e o banco, mas não se

deu por satisfeito. No ano seguinte, reuniu capitais para montar um banco maior ainda - e nesse momento foi impedido de estruturar a empresa como uma sociedade anônima, vendo-se limitado na capitalização do negócio.

A forma quase obrigatória das grandes empresas, de qualquer ramo ou país, é a sociedade anônima. Essas empresas são grandes porque recorrem ao mercado de capitais para ganhar uma estrutura financeira à altura dos desafios que pretendem enfrentar.

As empresas brasileiras destoam bastante dessa tendência geral, mesmo quando a comparação é feita em números relativos. Quando necessitam do mercado de capitais, não encontram um mercado privado de acionistas ou de tomadores de bônus. Só lhes resta o Estado, seja por meio de suas instituições financeiras, seja por meio de favores fiscais ou fundos de pensão.

É certo que hoje isso é uma via obrigatória - como era obrigatória para Mauá desde 1854. O que diferencia o seu argumento da situação presente é uma hipótese: e se fosse diferente? Hipótese que ele, ao contrário dos que viriam depois, pôde apresentar no livro como possibilidade real. Afinal, tinha dinheiro, tinha capital - o que não teve, diz, foi permissão do governo para seguir o seu caminho.

Eis o nervo exposto: uma possibilidade, uma responsabilidade. Uma possibilidade que ganha ênfase dramática com o caso pessoal. Mais que a discussão finalista e teórica sobre o papel do Estado na economia está a grande questão, posta em forma pessoal: quem faz o progresso, o empresário ou os seus inimigos? Quem cuida melhor do interesse público: os empresários ou os governantes?

Por contraste, o tino empresarial de Mauá dá brilho a suas crenças e hipóteses - o resultado do negócio fala contra elas. O deslocamento entre o sentimento de grandeza e a frustração dá mais qualidade literária, drama e fluidez para a leitura.

Os tempos de globalização acrescentaram um elemento extra: a possibilidade de entregar o controle do desenvolvimento a agentes privados, que parecia enterrada desde a década de 1930, ressurgiu, com seus esplendores e misérias. Mas outra vez, aqui, uma leitura finalista do livro (isto é, como mera discussão de princípios sobre o papel do Estado na

economia) pode ocultar problemas relevantes.

O atraso da economia brasileira, a péssima distribuição da riqueza, o afastamento de grande parte da população dos benefícios do progresso são elementos relevantes na discussão atual. Relevantes não apenas pelas mazelas evidentes, mas também por se situarem em uma realidade em que a estatização do mercado de crédito foi um fato permanente.

Esse fato permite colocar o problema em outro patamar. A *Exposição aos credores* lida com uma outra questão que sobreviveu ao livro de maneira aguda: a forma peculiar de separar "público" e "privado" no Brasil. Mauá segue estritamente as definições liberais para separar tais espaços. Pública é a esfera da lei, e privada, a esfera da liberdade, que está para além da legalidade. Mais ainda, delimita idealmente o papel do Estado como guardião dessa separação, tendo como função primordial garantir a esfera da liberdade em termos econômicos, sancionando legalmente os interesses dos proprietários privados. O livro é uma afirmação desses ideais contra o comportamento concreto das autoridades. E, em outras palavras, um protesto contra a não adoção de tal doutrina.

A revolta contra o governo que domina os leitores liberais - e, na via inversa, a revolta contra as atitudes de Mauá que domina os leitores defensores da intervenção - se origina de um deslocamento, que o livro aponta. De fato, a separação entre as esferas do público e do privado no Brasil não segue as doutrinas liberais. Antes, deriva da distinção entre público e privado vinda do Antigo Regime, baseada sobretudo em Aristóteles. A linha de corte, em lugar de passar pela esfera da lei, deriva do acesso a uma condição estamental. Público, nessa visão, é o espaço do comércio e da riqueza monetária - um espaço que deve ser controlado por outro tipo de pessoas que não os comerciantes, mas os detentores de títulos estamentais. Para o filósofo grego, caso o espaço público fosse dominado pelos homens do dinheiro, desmoronaria uma ordem social que era garantida, sobretudo, pelos proprietários de terra. Assim, o trabalho manual do comércio, o contato com o dinheiro, embora fosse a marca distintiva da esfera pública, era também uma marca de desqualificação: quem lida com dinheiro deve ser excluído das decisões do Estado - uma esfera reservada com exclusividade aos nobres proprietários de terra.

Enquanto Mauá trabalha como apóstolo das definições liberais, seus adversários se pautam pelo esquema aristotélico. Lutam para impedir que um poder que imaginam reservado apenas a eles caia em mãos erradas. Agem não para impedir o progresso, mas para não perder um comando que lhes parece essencial para que exista ordem na sociedade, mesmo que isso custe o progresso.

É apenas nesse sentido que se podem entender as questões finalistas sobre o papel do Estado apresentadas em *Exposição aos credores.* Mas isso nos leva a uma nova inversão: agora o empresário parece um idealista, não o homem prático que sempre foi. Daí a suspeição de que apresente a sua hipótese em causa própria, não em busca do interesse geral.

Entra-se assim de volta no terreno da ética, no julgamento dos atos conforme o bem que podem trazer. Nesse campo, e não no das finalidades últimas, é que *Exposição aos credores* é efetivamente um livro exemplar sobre o Brasil: toca, como nenhum outro texto que trata da economia brasileira, em uma questão ética - qual é o correto caminho para colocar em ação empresários privados e governo para o desenvolvimento nacional? Mais que isso, apresenta, em uma leitura agradável, a maior parte dos dados necessários para uma resposta - e esse “agradável” é um desvio que ajuda a tornar convincente o argumento. A simpatia com o drama pessoal se confunde com a adesão ao argumento liberal. Isso, no entanto, está longe de invalidar o restante. Apesar da questão individual, os temas fundamentais do país estão presentes e são tocados de maneira profunda. Tanto quanto o autor, o leitor é levado a um dilema: vencer-se pela leitura ou convencer o narrador de seu erro. Questão que as mudanças econômicas ao longo de mais de um século deixaram intocada, drama vivo da interpretação econômica do país, ponto de separação de visões de mundo. Nos quinze dias mais duros de sua vida, Irineu Evangelista de Sousa foi capaz de exprimir o dilema de um século.

João Cândido e a Revolta da Chibata

Por ordem do marinheiro negro João Cândido, o Minas Gerais disparou um tiro de canhão na noite de 22 de novembro de 1910. O barulho foi ouvido no Clube da Tijuca, acima do som da orquestra, que tocava um trecho da ópera *Tannhäuser,* de Richard Wagner. Murmúrios percorreram o salão, onde acontecia um jantar de gala na presença do recém-empossado presidente da República, o marechal Hermes da Fonseca. A cerimônia, no entanto, continuou como se nada houvesse acontecido.

O mesmo tiro teve outro efeito na baía de Guanabara. Era o sinal longamente esperado por um grupo de marinheiros. Eles sabiam o que queriam: ser tratados como gente. E tinham um chefe, agora de lenço vermelho no pescoço, que dava ordens da ponte de comando do mais poderoso encouraçado do planeta. Com sua linguagem seca e precisa, um dia João Cândido resumiu seus atos. O depoimento começa assim:

> O castigo de 250 chibatadas no Marcelino Rodrigues precipitou tudo. O Comitê Geral resolveu deflagrar o movimento na mesma noite. O sinal seria a chamada de corneta das 22I1. Como o Minas Gerais era muito grande, tinha os toques de comando repetidos na proa e na popa. Naquela noite o clarim não pediu silêncio, mas combate. Cada um assumiu seu posto, e os oficiais foram presos nos camarotes. Não houve afobação, e cada canhão ficou guarnecido por cinco marinheiros com ordem de atirar para matar em quem tentasse impedir o levante.[1]

Havia, contudo, um oficial que estava fora - e que oficial. O comandante do navio, João Batista das Neves, teve um dia comprido. No meio da tarde, comandou sua última cerimônia a bordo. Mandou perfilar toda a tripulação no convés, oficiais de um lado, marujos do outro. O clarim deu o toque de silêncio, e o comandante Batista das Neves leu a proclamação pela qual condenava o marinheiro Marcelino Rodrigues de Meneses a 250 chibatadas. Então os oficiais tiraram as algemas do

condenado, arrancaram-lhe a camisa e amarraram-lhe as mãos no pé de carneiro. A um sinal do comandante, rufaram os tambores, e Alípio Apicuim, o carrasco de bordo, começou o serviço.

Ele tratava o açoite com cuidado, fixando pequenos pregos de aço em meio aos fios trançados, com apenas um pedaço da ponta para fora. Assim, conseguia furar a pele sem machucar os órgãos internos. Já no primeiro golpe, o sangue escorria. Gemidos eram para os heróis; gritos de dor, para quase todos. O som dos tambores encobria tudo. Os oficiais tinham de encarar não apenas a cena, mas também a tripulação. Tentavam superar o desafio pelo formalismo, vestindo uniformes de gala, com luvas e espadas. Antes mesmo da metade do castigo, o marinheiro desmaiou. E o carrasco continuou batendo no corpo inerte. O rosto dos marinheiros começou a estampar raiva - e alguns oficiais desviavam o olhar.

Entre os fracos não estava o comandante. Depois de encerrada a sessão, ele teve de tomar uma suave decisão social. A baía de Guanabara estava repleta de navios estrangeiros, reunidos para saudar o novo presidente, que tomara posse uma semana antes, em 15 de novembro. Só para aquela noite havia dois convites. De um lado, havia um jantar oferecido por João Lage aos oficiais do cruzador português Adamastor, que caíra nas graças do povo pela fama de ser “pequeno por fora e grande por dentro” - segundo dizia o palhaço Benjamin de Oliveira, astro do Circo Spinelli, em uma peça encomendada para agradar aos visitantes lusitanos e atrair a colônia portuguesa. E havia também o jantar a bordo do cruzador francês Duguay-Trouin - certamente uma ironia gaulesa, mandando para a festa um navio com o nome do pirata que saqueara o mesmo Rio de Janeiro, em 1711.

Entre o pequeno português e o francês cheio de empáfia, o comandante Batista das Neves escolheu o último. Eram pouco mais de 22h quando, voltando do jantar, subiu as escadas de bordo. Percebeu que havia um motim e reagiu. Quando se viu lutando em minoria, tentou se trancar na sala de armas. Quase na porta, foi morto a machadadas. Seus poucos aliados se renderam e receberam permissão para embarcar em uma lancha, levando os cadáveres.

João Cândido tinha o controle do navio - e da narrativa:

> As 22h50, quando acabou a luta no convés, mandei disparar o tiro de canhão, sinal combinado para chamar à fala os outros navios. Primeiro respondeu o São Paulo, seguido do Bahia. Expedi um rádio para o [Palácio do] Catete, informando que a esquadra estava revoltada para acabar com os castigos corporais. O resto foi rotina num navio de guerra.[2]

Em um tempo em que o rádio era segredo militar (a primeira emissora pública só começaria a transmitir doze anos mais tarde, em 1922, e mesmo assim em caráter experimental), havia apenas uma estação receptora na cidade, de uso exclusivo das Forças Armadas, no morro da Babilônia. Dali, a mensagem foi imediatamente levada ao palácio, chegando quase junto com o presidente da República, que voltava da festa, agora já preocupado com os vários tiros de canhão ouvidos. Assim que recebeu, leu o texto curto e grosso, no estilo do líder:

> Não queremos a volta da chibata. Isso pedimos ao presidente da República, ao ministro da Marinha. Queremos resposta já e já. Caso não tenhamos, bombardearemos a cidade e navios que não se revoltarem. Guarnições Minas Gerais, São Paulo e Bahia.[3]

Eram três navios entrando em três guerras.

A primeira era propriamente militar. Já havia um tiro, e agora se ameaçavam outros. O marechal Hermes chefiou uma reunião do ministério e decidiu não levar a sério a ameaça. Resolveu não responder ao ultimato - mesmo depois de ter escutado relatos de oficiais que correram dos primeiros navios amotinados, trazidos a sua presença pelo ministro da Marinha, Joaquim Marques Batista Leão. E mandou divulgar uma nota à imprensa avisando que, se os rebeldes não se rendessem, mandaria torpedear os navios revoltados. O presidente preferiu falar como comandante militar: exigiu obediência, mesmo sabendo que a revolta era extensa e que os marujos controlavam os canhões.

O resultado desse erro de avaliação teve uma testemunha notável: madrugada alta, o futuro escritor Oswald de Andrade, então com vinte anos,

saía de uma animada festa com as atrizes da Companhia Grassi. Assim que pisou na rua, tomou um susto. O povo já sabia de tudo:
Estranhei quando passou a trote um piquete de cavalaria. A estranheza cresceu quando ouvi falar a palavra “revolução” entre as pessoas que se juntavam na esquina. Revolução? Coisa assombrosa para a sede de emoção e conhecimento de minha mocidade. Perguntei como se passava a coisa e me apontaram para o mar. Apressei em alcançar a praça Paris. Aproximei-me do cais e, entre sinais verdes e vermelhos, escutei um prolongado soluço de sereia. Aquele grito lúgubre no mar escuro me dava a exata medida da subversão. Que seria?[4]

A manhã deu contornos mágicos aos pensamentos:

Era uma maravilhosa aurora de verão. A baía esplêndida, com seus morros e enseadas. E vi imediatamente na baía, em frente a mim, navios de guerra, todos de aço, que se dirigiam para a saída da barra. Reconheci o encouraçado Minas Gerais, que abria a marcha. Seguia-o o São Paulo, e mais outro. E todos ostentavam, numa verga do mastro dianteiro, uma pequenina bandeira triangular vermelha. Eu estava diante da revolução. Seria toda revolução uma aurora?[5]

Mas a realidade logo substituiu as divagações:

De repente, vi acender-se um ponto no costado do Minas Gerais e um estrondo ecoou perto de mim, acordando a cidade. Novo ponto de luz, novo estrondo. Um estilhaço de granada bateu perto, num poste da Light. Corri para me esconder. Era terrível o segundo que mediava entre o ponto aceso do canhão e o estrondo do disparo. Naquele minuto-século esperava me ver soterrado, parecia que era a mira do bombardeio. Comecei a correr para o morro da Glória. Varei uma casa fechada, onde uma moça correu para nos barrar a passagem - Aqui não é asilo. Mas é a revolução! Entrei pelo quintal.[6]

O conhecimento da realidade militar da revolução levou o escritor diretamente à segunda guerra, a da política:

> Corri até a casa de meu tio, em Botafogo. Ainda estavam todos dormindo, mas eu trazia uma notícia importante demais para não ser conhecida. Em minutos estava narrando para meu tio, Herculano Inglês de Sousa, em robe de chambre, o que havia visto. Trocamos opiniões. Concluímos que se tratava de uma explosão de ódios longamente alimentada contra a ditadura do caudilho Pinheiro Machado, reforçada com a posse do marechal Hermes na Presidência.[7]

A opção do governo não detonara apenas uma guerra militar. Abriu uma brecha para a guerra política - na qual as autoridades também não tiveram nenhuma iniciativa. O bombardeio era um desafio aberto ao presidente. Não houve resposta nem torpedeamento - de modo que a segunda luta, a da política, ficou inteiramente ao sabor da multiplicação dos boatos. Nesse campo, as explosões das granadas tiveram um efeito bem maior que acordar a cidade. Estrondaram boatos, cada vez mais aterrorizantes.

Em nenhum deles o governo aparecia bem, de modo que a população logo entrou em desespero. Começou uma retirada em massa do Rio de Janeiro. Todas as ruas que levavam para longe do centro se encheram de gente. Os pobres corriam para os subúrbios, os ricos para a Zona Sul. A pé, a cavalo, de carroça, todos tentavam fugir para longe do teatro de guerra. Os ricos mais assustados lotaram a estação Leopoldina: só na manhã do dia 23 de novembro, 3 mil pessoas fugiram para Petrópolis - o movimento obrigou a empresa a colocar doze composições extras na linha.

Enquanto isso, os três navios faziam manobras ao largo da baía. Pouco depois do meio-dia, cruzaram de novo a barra. Recolheram o grosso da tripulação de outros navios que aderiram à revolta - as embarcações mais poderosas entre as que sobraram na frota. Na maioria, *ficaram* apenas uns poucos artilheiros. Àquela altura, bastava a qualquer pessoa olhar para o mar e entender: havia uma esquadra naval sob sólido comando dos revoltosos.

E nada de ação do governo para torpedear os rebeldes.

A tática se tornou clara. Cruzadores na baía, parados, armados, mirando as fortalezas em terra. Os encouraçados Minas Gerais e São Paulo, mais o

cruzador Bahia, em movimento permanente e coordenado. Não se tornavam alvos fixos nem deixavam nada fora do alcance de seus canhões. Mesmo os tiros dados foram calculados, disparados apenas pelas peças de menor calibre, com mira mais precisa. O suficiente para mostrar à cidade que a ameaça era séria, e às fortalezas, que era melhor não reagir. Só um dos tiros se desviara do alvo, aceitando um prédio na cidade.

Tudo isso foi analisado em detalhes pelos oficiais da Marinha encarregados de comandar a reação prometida pelo presidente. Ao longo do dia, empregaram todo o seu conhecimento de técnica de manobras e táticas de guerra para esboçar uma reação. E o melhor que conseguiram não foi exatamente promissor.

Não acharam meios de retomar o controle dos cruzadores: para isso, teriam de abordar os navios no mar, vencer a luta contra os ocupantes, embarcar uma tripulação, colocar os navios em movimento - tudo ao alcance do fogo dos outros cruzadores e dos encouraçados.

A tática foi deixada de lado, de modo que só restava aos oficiais planejar a partir do controle dos destroieres. Além de pequenos, sua posição não era nada favorável: estavam ancorados no fundo da baía e teriam de passar pelos cruzadores antes de chegar aos encouraçados. Como não possuíam canhões com poder de perfurar a couraça das grandes embarcações, precisariam manobrar até encontrar uma posição para lançar torpedos com precisão - isso em uma baía com pouco espaço para manobras e sendo alvo fácil para canhões de navios maiores.

Para piorar as coisas, faltavam marinheiros até para os barcos pequenos - e em navios mercantes foi preciso improvisar alguns. Apareceram voluntários para o comando, que receberam carta branca do ministro. Tudo junto formava um plano. O ministro da Marinha deu ordem para que tudo fosse preparado - e foi ao Palácio do Catete para aprovar a ideia.

Assim que entrou na sala, já de noite, o ministro Joaquim Marques Batista Leão percebeu que teria muito trabalho para mostrar que a Marinha podia resolver o assunto torpedeando navios, como prometido na véspera ao presidente. Na mesa, além do marechal Hermes da Fonseca, estavam os ex-presidentes Rodrigues Alves e Campos Sales, o vice-presidente, Venceslau Brás, e o condestável do governo, senador Pinheiro Machado. Eram os

veteranos do poder tomando as decisões bem na frente de um presidente neófito. Diante do arriscado plano do ministro, não demoraram a impor outro caminho.

O marechal Hermes da Fonseca sabia: perdera um dia inteiro de iniciativa confiando na hierarquia da Marinha. Mas, mesmo sendo um político de pouca experiência, sabia que um presidente da República era mais que um comandante militar. Apostando na reação, perdeu mais que a autoridade de comandante das Forças Armadas: tinha sido fragorosamente derrotado na guerra política. O reconhecimento disso estava nas pessoas ao redor da mesa: ele já não decidia sozinho, mesmo sendo o presidente. E, naquela noite, aprendeu muito sobre a diferença entre comandar uma tropa e presidir uma nação.

Os políticos não tinham ficado parados, esperando a reação militar. Já na noite da véspera, assim que soube da revolta, o senador Pinheiro Machado mandou acordar em casa o deputado José Carlos de Carvalho. Gaúcho como ele, era também tenente da Marinha. Em pouco tempo, combinaram uma tática. Carvalho foi para casa, vestiu o uniforme de gala, chapéu armado e sobrecasaca. Pegou um carro e foi até o Arsenal de Marinha.

Chegou lá no início da madrugada, no momento em que era desembarcado o cadáver do comandante Batista Neves - que ele viu ser levado para uma sala onde se acumulavam duas dúzias de outros cadáveres de oficiais e marinheiros mortos na luta.

No meio do tumulto, Carvalho conseguiu não ser visto nem como oficial nem como aderente à revolta. Com sangue-frio, arrancou um lençol que envolvia um cadáver, transformando-o em bandeira branca. Convenceu alguns marujos a tripular uma lancha, hasteou o lençol e mandou tocar para o Minas Gerais. Conseguiu subir a bordo, apresentando-se como negociador.

Saiu dali para o São Paulo. Na ponte de comando, uma cena inusitada: o oficial de Marinha, em uniforme de gala, teve uma conversa com um marujo de uniforme branco e lenço vermelho no pescoço. João Cândido fez questão de deixar muito claros os seus métodos de comando. Mostrou o cofre do navio intacto e a adega vazia - mandou jogar fora todo o álcool de

bordo, para evitar efusões.

Explicou com extrema sobriedade os propósitos do movimento: era coisa de patriotas, cidadãos, gente que tinha orgulho da Marinha. Entregou um manifesto ao presidente da República, que começava assim:

Nós, marinheiros, cidadãos brasileiros e republicanos, não podendo mais suportar a escravidão na Marinha brasileira, a falta de proteção que a Pátria nos dá; e até então não nos chegou; rompemos o negro véu que nos cobria aos olhos do patriótico e enganado povo.[8]

Pelo português, vê-se que o manifesto não era exatamente produto da pena de um erudito. Era um português bem diferente do empregado na proclamação mandada pelo rádio do navio no dia 23, logo depois do desembarque do deputado, que dizia:

> Os marinheiros não têm outro intuito que não seja ver abolido de nossas corporações armadas o uso infamante da chibata. Do chefe da Nação, o ilustre marechal Hermes da Fonseca, cujo governo os marinheiros desejam seja coroado pela paz e o mais inexcedível brilho, só desejam os reclamantes a anistia geral, a abolição completa dos castigos corporais, para o engrandecimento moral de nossas classes armadas.[9]

Pela diferença gramatical, não é difícil imaginar que o comandante João Cândido e o deputado e oficial de Marinha José Carlos de Carvalho tenham traçado um programa comum. Esse programa foi exposto na reunião com o presidente.

Tanto quanto os oficiais de Marinha, os políticos foram surpreendidos pela negociação. Mas trabalharam mais depressa e melhor em uma solução para o problema - diretamente com quem interessava no momento, isto é, o verdadeiro almirante, com o controle não apenas dos canhões, mas da palavra que encaminha a solução. Melhor ainda, conseguiram tudo isso sem comprometer nem a si mesmos nem ao governo.

Desse modo, os presentes à mesa de reunião no Palácio do Catete tinham duas opções: apostar no plano de torpedeamento ou na anistia; apostar na palavra da hierarquia militar ou na de um marinheiro negro feito

almirante de esquadra - palavra esta empenhada apenas informalmente a um político.

Entre salvar a honra da Marinha, bancando o plano dos oficiais, e salvar a autoridade que ele mesmo fizera desaparecer com uma ameaça difícil de executar, o presidente da República capitulou. Mandou um emissário com a ordem escrita de sustar a aventura dos oficiais da Marinha e autorizou o encaminhamento da anistia. Naquele momento, perdia a terceira guerra, a maior de todas: aquela do orgulho.

O primeiro tiro dessa guerra foi disparado no início do governo de Afonso Pena, em 1906. Seu antecessor, Rodrigues Alves, destruíra meio Rio de Janeiro para rasgar avenidas - e mostrar ao mundo a modernidade do governo republicano. Já o próprio Pena escolheu a Marinha para criar sua imagem.

A encomenda do Minas Gerais foi uma notícia mundial, simplesmente porque se tratava de um país sem tradição comprando tecnologia de ponta. O encouraçado era produto direto do uso intensivo de aço especial, mais leve e resistente que o ferro. Permitia combinar canhões mais poderosos com uma couraça mais resistente. Havia apenas um no mundo, o britânico Dreadnought - tão moderno que seu nome se tornou sinônimo de encouraçado -, lançado ao mar em 1905.

Quando, em 1908, veio o lançamento do Minas Gerais, ele era o maior, o mais rápido, o mais bem armado e o mais caro navio do mundo. Tinha doze canhões de 12 polegadas, contra 10 do Dreadnought; a couraça chegava a 24 centímetros de espessura, contra 18 do britânico. Construído pelo estaleiro Vickers-Armstrong, em New Castle, na Inglaterra, custara 1,8 milhão de libras esterlinas - fora o armamento. O valor total da compra representava nada menos de 10% de todas as exportações brasileiras no ano da encomenda.

Pagava-se, porém, em orgulho. O Brasil tinha o aço mais rijo, os canhões maiores e mais grossos, capazes de cuspir fogo mais longe. Antes de navegar, o Minas Gerais já atingia alvos. Assim que soube da encomenda, o presidente argentino, Manoel Quintana, à beira da morte, chamou a sua casa seu vice e sucessor, José Alcorta, para dizer: “Não podemos permitir que outro país sul-americano nos avantaje em poder

naval. Nenhum sacrifício deve nos deter".

Depois da morte do presidente, o sucessor seguiu a recomendação. Mandou seu ministro do Exterior, Estanislau Zeballos, abrir um contencioso contra o Brasil. Sem nada sólido para reclamar, fez uma proposta inusitada: pediu oficialmente ao Brasil que entregasse o segundo encouraçado em construção à Argentina, em nome de um "equilíbrio naval". Há muitos anos, o Barão do Rio Branco, ministro brasileiro, não tinha diversão tão grande em seus trabalhos com o vizinho.

O sentimento de orgulho militar se estendeu. O ministro do Exército de Afonso Pena era o marechal Hermes da Fonseca, que tratou de fazer um plano semelhante ao naval. Acabou convidado pelo *Kaiser* alemão para assistir a manobras militares - e começou a aparecer como o homem capaz de encarnar a força - e a ser visto como candidato potencial à Presidência.

Enquanto tudo isso se passava, começava a construção do São Paulo e seguia o treinamento da tripulação do Minas Gerais na Inglaterra. Sendo um navio de alta tecnologia, tudo nele exigia destreza técnica. O armamento pesado exigia coordenação: o coice dos canhões era tão violento que os disparos tinham de seguir uma certa ordem. Havia um conjunto de portas estanques que precisavam ser manobradas com coordenação durante as batalhas. A marcha dependia do controle delicado de quatro turbinas a vapor. A comunicação por rádio exigia um profissional treinado - e o escolhido para a tarefa no Minas Gerais foi o marinheiro João Cândido.

A coordenação técnica necessária para operar o navio era tal que o almirantado inglês determinou novas normas para a distribuição do pessoal a bordo. Até então, mesmo os navios de ferro mantinham costumes seculares: capitães e oficiais ficavam instalados longe dos marinheiros e da ponte, seu local de trabalho. Havia duas classes de acomodações, de comida e de comportamento. O encouraçado, máquina tecnológica, foi o primeiro navio com outra distribuição: cabines do capitão e oficiais perto da ponte onde trabalhavam e cabines de marinheiros dentro da couraça - perto, portanto, dos oficiais. Alto e baixo conviviam de maneira mais íntima, dividindo até mesmo refeitórios. Os marinheiros viam os oficiais trabalhando e faziam trabalhos técnicos eles mesmos; os oficiais sempre tinham um marinheiro por perto.

A extensão dessa novidade técnica ficou restrita à tripulação, pois não tinha nada a ver com o orgulho nacional. Quando o navio chegou ao Rio de Janeiro, em 18 de abril de 1910, os jornais não falavam de outra coisa:

> A chegada do Minas Gerais foi o grande acontecimento que fez palpitar a alma nacional, porque não foi só o Rio de Janeiro que recebeu o formidável *dreadnought*, foi o Brasil inteiro que saudou no vulto agigantado do colosso dos mares sul-americanos o símbolo de sua própria pujança, a expressão concreta de sua energia como nação.

Nessa onda de pujança militar o ministro Hermes da Fonseca se tornou candidato e derrotou Rui Barbosa. A campanha ajudara a carregar ainda mais nas tintas do orgulho militar, pois o senador baiano chamou sua própria campanha de "civilista". O marechal ganhou a eleição mesmo passeando pela Europa - e fez questão de chegar ao Brasil com pompas militares.

A primeira viagem do São Paulo foi do estaleiro de Barrow-in-Furness para o porto de Cherbourg, na França. Ali o encouraçado apanhou um ilustre passageiro, o presidente eleito, marechal Hermes da Fonseca. Partiu para o Brasil, aonde chegou no dia 25 de outubro de 1910 - com outra festa apoteótica.

Com tudo isso se entende por que 24 de novembro de 1910, menos de um mês depois da chegada de Hermes da Fonseca a bordo do São Paulo, não tenha sido exatamente um dia para ele se orgulhar. Toda a solução do problema militar foi construída bem longe de seu alcance - e à custa do orgulho militar.

Para arrancar do Congresso Nacional uma lei em apenas um dia era preciso fazer acordos. E, nesses acordos, coube ao candidato derrotado nas urnas, o senador Rui Barbosa, apresentar e defender o projeto de anistia. Ele teve toda a educação possível: disse que, em princípio, era contra atender exigências de revoltosos armados, mas não via outra escolha quando "a condescendência é o único caminho aberto para a salvação pública". Entretanto, não deixou de notar que os marinheiros se comportavam como patriotas sensatos, lutando por uma causa justa, nem de comparar os oficiais

que mandavam chicotear a feitores de escravos, para, então, concluir:

> Extinguimos a escravidão sobre a raça negra. Mantemos, porém, a escravidão para negros e brancos na Armada, entre servidores da Pátria. A civilização de nosso país reclama um outro sistema para nossos homens de guerra.

Coube ao senador Pinheiro Machado a tarefa mais dura: convencer os colegas de situação. E foi radical:

> Nós todos, surpreendidos pelo levante, reconhecemos as justas causas que o geraram, nos inclinamos a proclamar a justiça das reclamações que o determinaram: alimentação escassa, serviço exagerado, castigos corporais, que não se coadunam mais com nosso regime liberal.[10]

Com *isso*, ele conseguiu arrancar a aprovação do projeto em duas horas - e o envio para a Câmara no mesmo dia.

Ali as coisas correram ainda mais rápido. O deputado José Carlos de Carvalho contou aos colegas sua experiência a bordo, com os detalhes do cofre guardado, bebida jogada fora e patriotismo dos marinheiros - sem se esquecer de descrever em detalhe o estado lamentável do marinheiro chicoteado, que comparou a “uma tainha lanhada para ser salgada”.

Foi o que bastou. Como já estava chegando a noite, os deputados encarregados de escrever um parecer pediram para adiar a votação até a manhã seguinte, mas autorizaram Carvalho a mandar uma mensagem para João Cândido: “Senado votou anistia. Câmara votará amanhã. Confiem no presidente da República”.[11]

A noite desse dia foi calma em terra e movimentada no mar. Enquanto o presidente da República ruminava suas derrotas, os marinheiros discutiam: dava para confiar em sua palavra? Os representantes do São Paulo e do Bahia achavam que não, João Cândido acreditava que sim. Depois de uma noite de intensos debates e manobras navais, convenceu-os de que sim.

Com a anistia aprovada na Câmara ainda de manhã, os três navios que ganharam três guerras começaram a fundear. As 13I1, a um sinal vindo do

Minas Gerais, as bandeiras vermelhas foram arriadas dos navios. A outro sinal, subiram bandeiras brasileiras até meio pau. O almirante João Cândido fez seu último gesto como comandante: uma breve homenagem aos mortos. Seguiu-se o toque de silêncio, enquanto ele retirava seu lenço vermelho.

Então, o capitão de mar e guerra João Pereira Leite entrou em uma lancha e partiu para o navio. João Cândido, formado junto com a tripulação, prestou continência, enquanto a banda tocava o Hino Nacional. Todos os navios foram devolvidos intactos.

A cidade estava mais que aliviada. Uma descoberta revolucionária tinha acontecido: a potência nacional não estava apenas nos canhões. Em artigo publicado em 27 de novembro, Gilberto Amado foi claro a respeito desse sentimento:

> Enfim podemos respirar livremente. O almirante João Cândido teve a benemerência de apenas exigir, para nos deixar viver, a anistia que o Congresso foi solícito em votar. Apenas a anistia, e os direitos preliminares de respeito humano que a bordo dos *dreadnoughts* parece ter sido timbre em desconhecer.[12]

Mais que direitos, a revolta revelara qualidades:

> Fora da baía, João Cândido, árbitro do Brasil, evoluía, fazia curvas complicadas; dentro, piruetava. O navio amado, orgulho de nosso patriotismo superficial, parecia inicialmente transmudado em navio fantasma, instrumento do mal. Entretanto, do assombro se foi à maravilha: Vejam como navegam os revoltosos! Que perícia magistral! E para esses marinheiros os oficiais pediam instrutores estrangeiros. Isso bastou para, cessada a hipótese do perigo, borbotar o fácil entusiasmo. Quase chegamos a abençoar a revolta, pela surpresa da revelação.

Assim Gilberto Amado a define:

> João Cândido, símbolo, é esta coisa divina: um especialista que não

> divaga; um profissional que sabe a sua profissão; que, ainda mais, não precisou de cursos na escola. João Cândido nos agradou por isso. Afora a competência técnica, sua conduta tem algo de extraordinário. É de uma simplicidade de puritano: nem fanfarronadas, nem embevecimentos.[13]

Essa revelação, sim, poderia levar a uma nova nação: “Submeter-se a João Cândido. Tem-se a impressão de que um século de civilização, todo nosso passado, a nossa história, se desmoronou”.[14]

Infelizmente, não foi bem assim. A ideia de um orgulho civil, orgulho de cidadãos iguais de uma nação - mesmo quando um deve obediência a outro -, era possível para um escritor naquele momento.

Os oficiais da Marinha, no entanto, tinham sido derrotados por um marinheiro - bem na frente dos comandantes de todas as marinhas do mundo, que assistiram de camarote à humilhação. Tinham também fracassado diante de seu comandante, o primeiro militar eleito presidente da República pelo voto popular. Pior, tinham contribuído para que este mesmo surgisse como fracassado diante dos políticos. Para completar, tudo foi resolvido pelos políticos que muitos odiavam.

Para enxergar o patriotismo e a competência dos marinheiros brasileiros a eles subordinados, os chefes precisavam reconhecer a sua própria incompetência, engolir o orgulho ferido. Admitir que um marinheiro negro sabia comandar — e que eles mesmos não sabiam comandar um navio de alta tecnologia sem o arcaico chicote. Que eles estavam atrasados, não os seus comandados.

Tinham razão os marinheiros que duvidavam da palavra do presidente, sob a qual fiaram a rendição, como suficiente para impor a anistia e impedir a vingança. Assim que voltaram ao comando, os oficiais trataram de providenciar um regime de terror capaz de provocar saudade da chibata.

Na noite de 9 de dezembro, depois de submetidos a maus-tratos em massa, os soldados do Batalhão Naval se revoltaram. Dessa vez era uma armadilha. A ilha das Cobras, onde estavam os amotinados, foi bombardeada impiedosamente, enquanto o presidente da República arrancava do Congresso a aprovação de estado de sítio. Quando os

parlamentares aprovaram a medida, o bombardeio parou - e 550 dos 600 fuzileiros foram massacrados.

A fúria não parou aí. Aproveitando o poder de exceção, os 22 líderes da Revolta da Chibata, apesar de anistiados, foram presos e trancados em uma masmorra forrada de cal, sem ventilação. A chave foi entregue ao comandante do local, que saiu para passear na cidade. Dois dias depois, quando voltou e a porta foi aberta, havia apenas cadáveres putrefatos e um único sobrevivente: João Cândido.

Foi levado para o hospital, e por isso escapou da armadilha pior. Na noite de Natal de 1910, duas centenas de marinheiros participantes da revolta foram embarcados no navio mercante Satélite, que partiu para o Norte. Antes mesmo da chegada a Recife, vários deles foram fuzilados e lançados ao mar. O restante da "carga" foi despejado sem roupas e sem meios nas barrancas do rio Amazonas.

João Cândido saiu do hospital para um hospício, do hospício para uma corte marcial - sob a acusação, entre outras, de manobrar o Minas Gerais depois da anistia. O julgamento demorou anos para acontecer. Mesmo inocentado, foi expulso da Marinha. Mesmo expulso da Marinha, foi perseguido em cada trabalho que encontrou. Acabou os seus dias como trabalhador braçal do porto. Sobreviveu ao Minas Gerais, vendido como sucata em 1953. Morreu aos 89 anos, em 1969. Teve, portanto, 59 anos de desventuras para medir o valor da palavra de um presidente da República, na qual confiou. Mas jamais deixou de se portar como um digno cidadão brasileiro.

PARTE II - País, Estado e poder

Os templários e o Descobrimento

Domingo, 8 de março de 1500, Lisboa. Terminada a missa campal, o rei, d. Manuel I, sobe ao altar, montado no cais da Torre de Belém, toma a bandeira da Ordem de Cristo e a entrega a Pedro Álvares Cabral. O capitão vai içá-la na principal nave da frota que partirá dali a pouco para a índia. Era uma esquadra respeitável, a maior já montada em Portugal, com treze navios e 1.500 homens. Além do tamanho, tinha outro detalhe incomum. O comandante não possuía a menor experiência como navegador. Cabral só estava no comando da esquadra porque era cavaleiro da Ordem de Cristo e, como tal, tinha duas missões: criar uma feitoria na índia e, no caminho, tomar posse de uma terra já conhecida, que mais tarde receberia o nome de Brasil.

A presença de Cabral à frente do empreendimento era indispensável, porque só a Ordem de Cristo, uma companhia religioso-militar autônoma em relação ao Estado e herdeira da misteriosa Ordem dos Templários, tinha autorização papal para ocupar -tal como nas Cruzadas - os territórios tomados dos infiéis (no caso brasileiro, os índios). Em 26 de abril de 1500, quatro dias depois de avistar a costa brasileira, o cavaleiro Pedro Álvares Cabral cumpriu a primeira parte de sua tarefa. Levantou onde hoje é Porto Seguro a bandeira da Ordem e mandou rezar a primeira missa no novo território. O futuro país estava sendo formalmente incorporado às propriedades da organização. O escrivão Pero Vaz de Caminha, que reparava em tudo, escreveu ao rei sobre a solenidade: “Ali estava com o capitão a bandeira da Ordem de Cristo, com a qual saíra de Belém, e que sempre esteve alta”. Para o monarca português, a primazia da Ordem era conveniente. É que atrás das descobertas dos novos cruzados vinham as riquezas que faziam a grandeza e a glória do reino de Portugal.

No começo do século XV, Portugal era um reino pobre. A riqueza estava na Itália, na Alemanha e em Flandres (hoje parte da Bélgica e da Holanda). Então como foi que os lusitanos encabeçaram a expansão europeia? A rica Ordem de Cristo foi o seu trunfo decisivo. Fundada por

franceses em Jerusalém em 1119, com o nome de Ordem dos Templários, acabou transferindo-se para Portugal em 1307, época em que o rei da França desfechou contra ela uma das mais sanguinárias perseguições da história. Quando o infante d. Henrique, terceiro filho do rei d. João 1, tornou-se grão-mestre da Ordem, em 1416, a organização encontrou respaldo para colocar em prática um antigo e ousado projeto: circum-navegar a África e chegar à Índia, ligando o Ocidente ao Oriente sem a intermediação dos muçulmanos, que controlavam os caminhos por terra entre os dois cantos do mundo.

No momento em que d. Henrique, à frente da Ordem de Cristo, decidiu dar a volta no continente africano, a ideia parecia um disparate. Havia pouca tecnologia para navegar em oceano aberto (o Mediterrâneo é um mar fechado) e nenhum conhecimento sobre como se orientar no Hemisfério Sul, porque só o céu do Hemisfério Norte estava mapeado. Mais ainda: acreditava-se que, ao sul, os mares estavam cheios de monstros terríveis. De onde teria vindo então a informação de que seria possível encontrar um novo caminho para o Oriente? Possivelmente dos templários, que, durante as Cruzadas, além de se especializarem no transporte marítimo de peregrinos para a Terra Santa, mantiveram intenso contato com viajantes de toda a Ásia.

A proposta visionária recebeu o aval do papa Martinho v, em 1418, na bula *Sane Charissimus*, que deu caráter de cruzada ao empreendimento. As terras tomadas aos infiéis passariam à Ordem de Cristo, que teria sobre elas tanto o poder temporal, de administração civil, quanto o espiritual, isto é, o controle religioso e a cobrança de impostos eclesiásticos.

Entre o lançamento oficial da empreitada e a conquista do objetivo último decorreria um longo tempo, precisamente oitenta anos. Apenas em 1498, o cavaleiro Vasco da Gama conseguiria chegar à índia. Morto em 1460, d. Henrique não assistiu ao triunfo da sua cruzada. Mas chegou a ver como, no rastro dela, Portugal ia se tornando a maior potência marítima da Terra.

D. Henrique sagrou-se cavaleiro em 1415, na batalha de Ceuta, no Marrocos, em que os portugueses expulsaram os muçulmanos da cidade. No ano seguinte, o príncipe virou comandante da Ordem. Como a sucessão do

trono português caberia a seu irmão mais velho, d. Duarte, Henrique assumiu o cargo de governador do Algarve. Solteiro e casto, dividia o seu tempo entre o castelo de Tomar, sede da Ordem, e a vila de Lagos, no Algarve. Em Tomar, cuidava das finanças, da diplomacia e da carreira dos pilotos iniciados nos segredos do empreendimento cruzado. O castelo era um cofre de recursos e informações secretas. Lagos era a base naval e uma corte aberta. Lá iam viajantes de todo o mundo, de "desvairadas nações de gentes tão afastadas de nosso uso", escreveu o cronista Gomes Eanes de Zurara na *Crônica da tomada da Guiné.* Os personagens desse livro revelam um pouco do cosmopolitismo do porto de Lagos: havia gente das ilhas Canárias, caravaneiros do Saara, mercadores de Tombuctu (no atual Mali), monges de Jerusalém, navegadores venezianos, alemães e dinamarqueses, cartógrafos italianos e astrônomos judeus.

Uma das regras de ouro da diplomacia era presentear. Assim, o príncipe juntou uma biblioteca preciosa. Entre mapas, plantas e tabelas havia um exemplar manuscrito das *Viagens de Marco Polo.* Não por acaso, a primeira edição impressa dessa obra não foi feita em latim ou italiano, mas em português, em 1534.

Conquistada pelos cristãos na Primeira Cruzada, em 1098, Jerusalém estava de novo cercada pelos árabes em 1116. Foi quando os nobres franceses Hugues de Payns e Geoffroi de Saint-Omer juraram, na igreja do Santo Sepulcro, viver em perpétua pobreza e defender os peregrinos que fossem à Terra Santa. Nascia a Ordem dos Cavaleiros Pobres de Cristo, renomeada, em 1119, Ordem dos Cavaleiros do Templo - a Ordem dos Templários.

Na época, várias organizações cristãs congregavam devotos sob regimento próprio. A dos templários, entretanto, era diferente: os seus membros eram monges-guerreiros. As normas da Ordem eram secretas, só conhecidas, na totalidade, pelo comandante em chefe (o grão-mestre) e pelo papa. Desde o início, os templários foram desobrigados de obedecer aos reis. Podiam, assim, ter interesses próprios. Ao entrar na companhia, o novato conhecia só uma parte das regras que a guiavam; à medida que era promovido, sempre em batalha, tinha acesso a mais conhecimentos, reservados aos graus hierárquicos superiores. Ritos de iniciação marcavam

as promoções. Foi essa estrutura que permitiu, mais tarde, à Ordem de Cristo manter secretos os conhecimentos de navegação no Atlântico Sul.

Enquanto as cruzadas empolgaram a Europa, os templários receberam milhares de propriedades, por doação ou herança, e desenvolveram intensa atividade econômica. Nos seus feudos, introduziram métodos racionais de produção e foram os primeiros a criar linhagens de cavalos em estábulos limpos. Uma rede de postos bancários logo se espalhou por vários países. Peregrinos a caminho da Terra Santa depositavam os seus bens no ponto de partida e ganhavam uma carta de crédito com o direito de retirar o equivalente em moeda local em qualquer estabelecimento templário. Daí para gerirem as finanças de reis como o da França foi um passo.

Mas a sua exuberância gerou inveja. Enquanto houve cruzadas, os templários exibiram orgulhosamente o manto branco com a cruz vermelha - a mesma que depois as naus portuguesas ostentariam. Com a queda da Cidade Santa, em 1244, e a expulsão das tropas cristãs da Palestina, em 1291, a mística da Ordem se dissipou e a oposição monárquica a seu poder tornou-se explícita. Nas décadas seguintes, a confraria seria extinta em toda a Europa. Com a exceção de Portugal.

O rei da França, Filipe iv, o Belo, devia dinheiro à Ordem dos Templários. Os templários franceses eram os mais poderosos da Europa. Controlavam feudos e construções no interior e em Paris. Entre eles, o Templo, um conjunto de igrejas e oficinas que, reformado em 1319, virou o presídio da Bastilha, e mais tarde seria destruído durante a Revolução Francesa.

As derrotas no Oriente Médio alimentaram uma onda de boatos, segundo os quais os cavaleiros teriam feito acordos com os muçulmanos, fugido de campos de batalha e traído os cristãos. Aproveitando o clima, em 13 de outubro de 1307 Filipe invadiu, de surpresa, as sedes templárias em toda a França. Só em Paris foram detidos quinhentos cavaleiros, muitos sendo degolados.

Dois processos foram abertos: um dirigido pelo rei contra os presos e outro conduzido pelo papa Clemente v contra a Ordem. O papa era francês, morava em Avignon e era aliado do rei. Torturas brutais e confissões arrancadas pela Inquisição viraram peças difamatórias escandalosas. O

sigilo da Ordem foi usado contra ela e as etapas dos rituais de iniciação foram convertidas em monstruosidades. Os santos guerreiros foram acusados de cuspir na cruz, adorar o diabo, cultuar Maomé, manter práticas homossexuais e queimar crianças. Todos os seus bens foram confiscados. Esperava-se uma fortuna, mas, como pouco foi efetivamente recolhido, criou-se a lenda de que tesouros teriam sido transferidos em segurança para outro país.

Para muitos, esse país seria Portugal. O rei d. Dinis decidiu garantir a permanência da Ordem em terras portuguesas: sugeriu uma doação formal dos seus bens à Coroa, mas nomeou um administrador templário para cuidar deles. Nem o processo papal nem a execução do grão-mestre Jacques de Molay, em 1314, o intimidaram. Em 1317, reiterando que os templários não haviam cometido crime em Portugal, d. Dinis transferiu todo o patrimônio dos cruzados para uma nova organização recém-fundada: a Ordem de Cristo.

Assim, Portugal virou refúgio para perseguidos em toda a Europa. De vários países chegavam fugitivos, carregando o que podiam. O castelo de Tomar virou a caixa-forte dos segredos que a Inquisição não conseguiu arrancar. Dois anos depois, em 1319, um novo papa, João XXII, reconheceu a Ordem de Cristo. Começava para os cavaleiros uma nova era, com uma nova missão.

Nas primeiras décadas de existência da Ordem de Cristo, os ex-templários estabeleceram estaleiros em Lisboa, fizeram contratos de manutenção de navios e dedicaram-se à tecnologia náutica, aproveitando o conhecimento adquirido no transporte marítimo de peregrinos entre a Europa e o Oriente Médio durante as cruzadas. Ao mesmo tempo, preparavam planos para voltar à ação, contornando a África e, aliando-se a cristãos orientais, expulsar os mouros do comércio de especiarias.

Em 1416, quando assumiu o cargo de grão-mestre, d. Henrique lançou-se à diplomacia. Haviam se passado cem anos desde a condenação dos templários nos processos de Paris, e o Vaticano estava preocupado com a pressão muçulmana sobre a Europa, que crescera muito no século XIV. Com isso, em 1418, o infante consegue o aval do papa ao projeto expansionista. Dali em diante, cada avanço para o sul e para o oeste será

seguido da negociação de novos direitos. Em um século, os papas emitiram onze bulas privilegiando a Ordem com monopólios de navegação na África, posse de terras, isenção de impostos eclesiásticos e autonomia para organizar a ação da Igreja nos locais descobertos.

Até a metade do século XV, os cavaleiros saíram na frente, sem esperar pelo Estado português. Uma vez iniciada a colonização, eventualmente doavam à família real o domínio material dos territórios, mantendo o controle espiritual. À Coroa, interessada em promover o desenvolvimento da produção de riquezas e do comércio, cabia consolidar a posse do que havia sido descoberto.

No Marrocos, os novos cruzados atacaram Tânger, em 1437, e Alcácer-Ceguer, em 1458. O ímpeto guerreiro preponderou sobre o mercantilismo real até 1461, quando o cavaleiro Pedro Sintra encontrou ouro na Guiné, quando a pressão comercial da monarquia começou a ficar maior. Mesmo assim, ainda houve expedições contra os mouros marroquinos em Asilah e Tânger, outra vez, em 1471. Mas, à medida que foi sendo consolidado o comércio na rota das índias, a partir da sua descoberta em 1498, a Coroa foi absorvendo gradualmente os poderes da Ordem. Até que, em 1550, o rei d. João II fez o papa Júlio ui fundir as duas instituições. Com isso, o grão-mestre passaria a ser sempre o rei de Portugal, e o seu filho teria o direito de suceder a ele também no comando dos cruzados.

A Ordem de Cristo controlou o conhecimento das rotas e o acesso às tecnologias de navegação enquanto pôde. Mas, com o ouro descoberto na Guiné, em 1461, o monopólio da pilotagem passara a ser cada vez mais disputado. A partir de então, multiplicaram-se os contratos com comerciantes e as cessões de domínio ao rei para exploração das regiões descobertas. Aos poucos, a sabedoria secreta guardada em Tomar foi sendo passada para mercadores de Lisboa, Flandres e Espanha. Portugal naquela época fervilhava de espiões, especialmente espanhóis e italianos, que procuravam os preciosos mapas ocultados pelos cruzados.

Enquanto o tesouro de dados marítimos esteve sob a sua guarda, a estrutura secreta da Ordem garantiu a exclusividade para os portugueses. Em Tomar e em Lagos, os navegadores progrediam na hierarquia apenas depois que a sua lealdade era comprovada, se possível em batalha. Só então

eles podiam ler os relatórios reservados de pilotos que já haviam percorrido regiões desconhecidas e ver preciosidades como as tábuas de declinação magnética, que permitiam calcular a diferença entre o Polo Norte verdadeiro e o Polo Norte magnético que aparecia nas bússolas. E, à medida que as conquistas avançavam no Atlântico, eram feitos novos mapas de navegação astronômica, que forneciam orientação pelas estrelas do Hemisfério Sul, a que também unicamente os iniciados tinham acesso.

O sucesso, no entanto, atraía a competição. A Espanha, tradicional adversária, também fazia política no Vaticano para minar os monopólios da Ordem, em ação combinada com seu crescente poderio militar. Em 1480, depois de vencer Portugal em uma guerra de dois anos na fronteira, os reis Fernando, de Leão, e Isabel, de Castela, começaram a se interessar pelas terras d'além-mar. Com a viagem vitoriosa de Colombo à América, em 1492, o papa Alexandre VI, espanhol de Valência, reconheceu em duas bulas, as *Inter Caetera,* o direito de posse dos espanhóis sobre o que o navegante genovês havia descoberto. E rejeitou as reclamações de d. João II de que as novas terras pertenceriam a Portugal. O rei não se conformou e ameaçou outra guerra. A controvérsia induziu os dois países a negociarem, frente a frente, na Espanha, em 1494, um tratado para dividir o vasto Novo Mundo que todos pressentiam: o Tratado de Tordesilhas.

Na volta da viagem à América, em 1493, Cristóvão Colombo fez uma escala em Lisboa para visitar o rei de Portugal, d. João II. Um gesto corajoso. O soberano estava dividido entre dois conselhos: prender o genovês ou reclamar ao papa direitos sobre as terras descobertas.

Para sorte de Colombo, decidiu pela segunda alternativa. Como a reivindicação não foi atendida, acabou sendo obrigado a enviar os melhores cartógrafos e navegadores da Ordem de Cristo, liderados pelo experiente Duarte Pacheco Pereira, a Tordesilhas, na Espanha, para tentar um tratado definitivo, mediado pelo Vaticano, com os espanhóis. Apesar de toda a contestação a seus atos, a Santa Sé ainda era o único poder transnacional na Europa do século xv. Só ela podia mediar e legitimar negociações entre países.

O cronista espanhol das negociações, o frei Bartolomeu de las Casas, invejou a competência da missão portuguesa. No livro *Historia de las*

índias, escreveu: “Ao que julguei, tinham os portugueses mais perícia e mais experiência daquelas artes, ao menos nas coisas do mar, que as nossas gentes”. Sem a menor dúvida. Era a vantagem dada pela estrutura secreta da Ordem.

Não deu outra. Portugal saiu-se bem no acordo. Pelas bulas *Inter Caetera*, *os* espanhóis tinham direito às terras situadas mais de cem léguas a oeste e sul da ilha dos Açores e Cabo Verde. Pelo acordo de Tordesilhas, a linha divisória imaginária, que ia do Polo Norte ao Polo Sul, foi esticada para 370 léguas, reservando tudo o que estivesse a leste desse limite para os portugueses - o Brasil inclusive.

Graças à Ordem e à sua política de sigilo, os portugueses sabiam da existência das terras na parte do globo onde hoje está o Brasil sete anos antes da viagem de Cabral. E, trinta anos antes da viagem de Colombo, todos os mapas lusitanos mostravam ilhas com o nome de “Antílias”, a oeste de Cabo Verde. O mais famoso cartógrafo italiano da época, Paolo Toscanelli, escreveu a um amigo português, em 1474, falando da “ilha de Antília, que vós conheceis”. Nesse ano, também há notícia de que o navegador cruzado João Vaz da Corte Real explorou o Caribe e foi até a Terra Nova (o Canadá). Porém, os documentos dessa viagem, como quase tudo da Ordem, nunca foram encontrados.

Diz a tradição que o nome Brasil vem de pau-brasil, madeira cor de brasa. Mas a tradição é insuficiente quando se sabe que, desde 1339, o nome Brasil aparece em mapas. No século XIV, os planisférios dos cartógrafos Mediceu, Solleri, Pinelli e Branco mostravam uma ilha Brasil, sempre a oeste dos Açores. O historiador Sérgio Buarque de Holanda acreditava que a origem do nome fosse uma lenda celta que trata de uma “terra de delícias”, vista entre nuvens.

A primeira carta geográfica com referências seguras ao Brasil real é o mapa de Cantino. Nele se podem ver papagaios, florestas e o contorno do litoral desde o norte até o sudeste. O trabalho foi encomendado pelo espião italiano Alberto Cantino, em 1502, a um cartógrafo de Lisboa e enviado a seu senhor, o duque de Ferrara. E um mistério como foi feito. Afinal, as únicas viagens oficiais de espanhóis e portugueses ao Brasil até 1502 foram as de Vicente

Pinzón, ao estuário do Amazonas, e Pedro Álvares Cabral, até onde hoje é a Bahia. Como explicar então a presença, na carta, do desenho do litoral desde Cabo Frio até o Amazonas?

Fruto provável de suborno do cartógrafo, a julgar pela conta salgada apresentada ao duque, o mapa deixa claro que já havia conhecimento profundo das terras a oeste do Atlântico. Além de 4 mil quilômetros de litoral brasileiro, aparecem no mapa a Flórida, a Terra Nova (hoje parte do Canadá) e a Groenlândia. Historiadores portugueses modernos, como Jorge Couto e Luciano Pereira da Silva, acham que Duarte Pacheco Pereira, o navegador que negociou Tordesilhas e em 1505 escreveu o importante livro *Esmeraldo de Situ Orbis*, sobre as navegações portuguesas, deixou indicações de que esteve no Brasil. Teria visitado a costa do Maranhão e a foz do Amazonas, em 1498, quatro anos depois de Tordesilhas. Mesmo assim, há no mapa de Cantino questões não respondidas. A única certeza é de que entre a versão e o fato agiam em sigilo os cavaleiros da Ordem de Cristo - cuja documentação jamais foi encontrada.

O Brasil visto de fora

O desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro galvaniza as atenções de brasileiros e estrangeiros, a ponto de servir como uma espécie de símbolo do país. Até aí nada de mais, pois o espetáculo é mesmo grandioso. De fato, curiosas são as motivações, muitas vezes inteiramente opostas, que levam a essa simbolização.

Em geral, o olhar estrangeiro vê o desfile como uma alegre homenagem ao caos. A exuberância do ritmo, a falta de roupa em algumas pessoas e o excesso evidente em outras, a liberdade de movimento de todos, a multiplicidade de raças dos sambistas, tudo isso ajuda a alimentar a impressão de uma feérica desordem. Em um mundo em que cada vez mais o espaço das ruas é usado coletivamente apenas para protestos organizados e manifestações políticas, e onde em geral é preciso estar vigilante contra o crime e o desconhecido, as cidades brasileiras tomadas por foliões não deixam de exercer um efeito de contraste, marca de uma alegria já quase perdida, que aquele que vem de fora frequentemente estende ao país inteiro.

A ideia de uma nação caótica, de um povo que não deve ser levado a sério, torna-se assim uma espécie de contraponto necessário à impressão de alegria, um preço a pagar para que o povo capaz de festejar nas ruas encontre um lugar na mente de quem tenta entender o fenômeno. Nesse caso, para entender é preciso exagerar, e o produto mais acabado desse entendimento são os figurinos de Carmen Miranda, a versão hollywoodiana dessa interpretação. É como se toda a variedade tropical tivesse de ser despejada sobre cada indivíduo para compor uma visão aceitável do brasileiro.

O desfile, porém, também pode ser visto por um ângulo inteiramente oposto, embora menos crível para a imensa maioria dos estrangeiros. As escolas de samba nasceram no início dos anos 1930 como uma tentativa de colocar ordem no caos carnavalesco. Os primeiros gestos dos fundadores foram todos nesse sentido: isolar os foliões por um cordão, que demarcava o espaço organizado da escola. Dessa demarcação desdobrou-se a

ampliação da ordem: dentro do cordão, mulheres respeitáveis não corriam risco de assédio e podiam frequentar a festa antes proibida.

O passo seguinte já estava na mente dos fundadores das primeiras escolas. Em um tempo em que o samba era visto como desordem e o porte de um violão era motivo de prisão por vadiagem, eles queriam valorizar um ritmo que consideravam uma forma de arte. Conseguiram com um método impensável até então: negociando com a Prefeitura do Rio de Janeiro. O acordo político gerou a mistura de diversão caótica com desfile organizado.

O governo colocou a polícia para delimitar a área do desfile, garantindo um espaço em separado para as escolas. Montou comissões de julgamento que transformaram em competição regrada o que antes era brincadeira. Ofereceu prêmios para as agremiações mais bem classificadas.

Os membros das escolas, por sua vez, aceitaram uma interpretação particular para a ideia de que o samba era uma forma de cultura. A partir de 1933 passaram a montar enredos apenas com temas relativos à história do Brasil. Logo surgiu uma fórmula de samba-enredo que privilegiava a exaltação patriótica e um carnaval que misturava civismo e folia.

O ordenamento foi progressivamente se estendendo a todos os detalhes. Hoje [1997], cada fantasia é pensada de acordo com o conjunto do enredo; o tempo é rigorosamente cronometrado, e é ponto de honra para as escolas cumprir o horário; a engenharia econômica do desfile, que envolve patrocínios, contratos de *merchandising*, bailes prévios, permite que parte dos membros, em geral os mais pobres, tenham as suas fantasias financiadas pela escola.

Essa entrada progressiva no universo da ordem e da economia formal acabou revelando uma faceta curiosa: aos poucos, o desfile das escolas de samba tornou-se quase uma cópia fiel das procissões oficiais dos tempos coloniais e imperiais, também organizadas em alas, de acordo com a importância da posição social de cada um, e entremeadas por carros alegóricos. De modo não pensado por nenhum dos protagonistas, o desfile das escolas de samba acabou se tornando altamente hierarquizado. No que parece um caos a olhos desavisados há também um rigoroso espelho da ordenação social. O brasileiro que assiste ao desfile participa de um espetáculo de celebração das diferenças simbólicas, reconhecíveis pela

posição de cada membro no conjunto. Ali, todo o imaginário dos papéis em sociedade é passado em revista enquanto a dança progride.

A grande dificuldade de entender o Brasil provém exatamente dessa mistura entre liberdade e rigor, ininteligível ao olhar externo, mas sempre percebida - e há aí certo acordo entre brasileiros e estrangeiros - como uma espécie de marca própria e definidora daquilo que é brasileiro. Essa percepção costuma se impor também a quem assiste a um jogo da seleção brasileira de futebol, outra marca registrada do país. Nesse caso, o universo simbólico envolvido é mais claro para quem vê de fora.

O futebol é um esporte adequado ao Brasil porque tem exigências que à primeira vista parecem contraditórias. É um jogo coletivo, mas de uma forma especial de coletividade, na qual cada um participa como solista quando tem a bola nos pés. Venera-se o grupo, mas sobretudo o craque, o homem que desequilibra o jogo, o cultor do inesperado que rompe as regras táticas - principalmente se disso resulta o milagre do gol.

O futebol brasileiro, arrisco-me a dizer, é o mais bem-sucedido do planeta, tanto em termos plásticos como de resultados, porque os brasileiros têm menos dificuldades para conviver com as exigências contraditórias de sua prática. Em geral, no Brasil, considera-se melhor para a equipe o jogador que tem uma irredutível vontade individual de fazer as coisas à sua maneira, sem se importar com riscos e críticas. Essa característica faz o craque, e este, a diferença entre uma equipe apenas bem montada e um time vencedor. Tem sido aplicada desde que o esporte fez um percurso contrário ao das escolas de samba.

O futebol no Brasil nasceu como um esporte de elite. Nas duas primeiras décadas do século XX, negros ou mulatos eram proibidos de jogar nos campeonatos, para não perturbar a paz racial dos guetos elegantes onde era praticado. Mas mesmo o mais empedernido racista logo teve que se curvar diante do óbvio: mulatos, negros, gente do povo, jogavam com muito mais arte. Rapidamente surgiram arranjos semelhantes aos feitos nas escolas de samba, agora destinados a permitir um outro percurso social. No início, mulatos e negros eram obrigados a maquiar o rosto com pó de arroz, para cumprir o ritual de saudar a plateia como “brancos”. Logo a máscara foi retirada e, em vez de reticências, esses jogadores que encantavam as

plateias passaram a receber dinheiro para jogar. Menos de uma década após a abertura aos não brancos, morria o amadorismo do futebol brasileiro, que se tornou um dos melhores do mundo. Nesse percurso, recriou a temática da liberdade dentro do grupo de maneira mais próxima aos valores ocidentais, por isso mais fácil de ser percebida do exterior. O craque é o indivíduo que vence barreiras por seu esforço, um tipo hoje celebrado como herói-padrão em praticamente todas as culturas em que o mercado é uma instância fundamental.

Futebol e samba constituem, no imaginário mundial, uma parte positiva da imagem do brasileiro. Complementa esse cenário do Brasil a luxuriante natureza da floresta tropical, há algum tempo confundida - literalmente - com o paraíso bíblico.

As primeiras impressões dos europeus que estiveram na América variaram, em uma época em que ciência e misticismo ainda não haviam se separado. Os líderes da aventura eram pessoas que detinham os maiores conhecimentos tecnológicos de seu tempo. Navegar em alto-mar exigia domínio de matemática, astronomia e engenharia. Mas isso não era tudo para seguir viagem. A localização do destino dependia altamente de projetos intuitivos, feitos em geral a partir de relatos de viajantes. Nesse ponto, a fantasia importava tanto quanto os melhores conhecimentos técnicos. Cada navegante tinha uma hipótese a ser testada, mais que um rumo a ser seguido. Uma vez atingida a nova terra, era preciso saber se o lugar correspondia ao material que gerou a hipótese inicial.

Entre as possibilidades hipotéticas oferecidas pelas novas terras, estava a de que a região tropical seria a sede física do paraíso bíblico. As observações de Cristóvão Colombo ao aportar na América levaram-no a concordar com afirmações de alguns teólogos que discutiam a possibilidade de chegar ao lugar descrito no Gênesis: um sítio na banda do Oriente, onde os dias eram iguais às noites, a natureza, exuberante, as pessoas viviam sem pecado e sem doença. Em uma de suas cartas, Colombo afirmou ter certeza de que a região correspondia a essa descrição, faltando apenas percorrê-la completamente para chegar ao Éden: “Creio que, se passando pela linha equinocial, e ali chegando, lá está o paraíso terrestre”.

Os navegadores portugueses que chegaram ao Brasil foram mais

realistas. O primeiro documento sobre a terra, do escrivão Pero Vaz de Caminha, não ia muito além do que seus olhos viam, embora aqui e ali surgissem indícios de cenas paradisíacas: “A inocência desta gente é tal, que a de Adão não seria maior, quanto à vergonha”.

Com o correr do tempo, essa crença inicial transformou-se em objetivo para muitos aventureiros. Delimitou-se o alvo: um grande lago, onde nasceriam quatro rios, no centro do qual estaria o mítico Eldorado. A localização parecia ser o centro do continente sul-americano. Alguns buscavam nele a Arvore da Vida, plantada no Jardim das Delícias, defendida por querubins e serafins; a seu pé haveria uma fonte, e quem bebesse dessa água teria o conhecimento dos segredos do Universo e a eterna juventude. Outros buscavam bens mais terrenos: rios de ouro, palácios de prata cimentados por pedras preciosas, torres de cristal e ruas também de ouro.

Tudo isso ajudou a conformar uma visão do Brasil como uma terra que remediaria os males espirituais e materiais da Europa medieval. Mas a esperança inicial seria temperada por uma sequência de impasses que levariam a uma rápida modificação no quadro. Em lugar de algum aventureiro servir-se de ouro ou pedras preciosas, volta e meia ele era servido em banquetes rituais pelas tribos indígenas. Uma outra imagem, tão etérea como a primeira, não demorou a aflorar como parte de um novo julgamento do paraíso, então perdido: a da terra de homens selvagens, animais ferozes, insetos devoradores - uma sucursal do inferno. Nascia assim uma outra chave de entendimento, complementar e oposta à das esperanças iniciais. E nascia também um jogo de contrastes que marca até hoje o lugar do país na civilização ocidental. Se o samba, o futebol e a natureza podem ajudar a ver o Brasil como um país alegre, luminoso e paradisíaco, também não faltam componentes acentuados para marcar uma visão oposta, de inferno.

Nos últimos anos, o conjunto dessa visão foi formado basicamente por três elementos: violência política, violência social e falta de seriedade. Cada um deles é visto com as mesmas lentes de exagero dos elemento positivos e que escondem complexidades internas dificilmente perceptíveis.

O Brasil tem uma tradição democrática muito antiga. As primeiras

eleições para o Parlamento aconteceram em 1826, pouco mais de três anos após a Independência. Entre 1822 e 1889, durante todo o período do Império - organizado como monarquia parlamentar, portanto com o Poder Executivo dependente do Parlamento -, as eleições parlamentares sucederam-se com notável regularidade. Somente com a proclamação da República - aliás, a única mudança de regime de governo em toda a história do país - é que uma legislatura não completou seu mandato.

O novo regime, no entanto, manteve a tradição. Em pouco mais de um ano, estava novamente o Congresso funcionando, e assim foi até os anos 1930. A crise de 1929 afetou a estabilidade do país, que levou quinze anos para ser recomposta, embora o Congresso tenha funcionado de maneira intermitente no período. A partir daí, o Parlamento voltou a funcionar - inclusive durante o período militar. Em 1964, os generais tomaram o poder, mas mantiveram o Parlamento e governaram dentro de normas aprovadas pelo Congresso. Mesmo durante o período mais violento da repressão, o Legislativo funcionou, garantindo um mínimo de ordem legal para o país.

Em 193 anos como país independente, o Brasil realizou 50 eleições nacionais para o Legislativo; em 47 oportunidades os deputados concluíram seus mandatos. Esse dado é uma marca de estabilidade política e um reflexo de uma estrutura democrática tanto forte como pouco notada. Há quase dois séculos, está consagrada a ideia do mandato popular como única forma de legitimar um governo.

Não à toa, foi o Parlamento o responsável pelas complicadas negociações que garantiram a transição para a democracia em 1984, bem como pelo suporte institucional para tudo o que se seguiria nesse movimento, inclusive o impeachment do primeiro presidente eleito diretamente após três décadas. A tradição parlamentar e democrática brasileira foi fundamental para garantir não só o bom andamento da transição política como a complexa manobra de ajustar a economia, em meio a uma grande crise econômica - em um processo tão difícil de ser entendido no exterior como a própria tradição parlamentar e democrática brasileira.

Como ocorreu no plano político, as lentes do exagero muitas vezes marcaram a avaliação dos processos econômicos brasileiros. A ideia de uma

economia fechada, autárquica, foi sempre mais enfatizada que certas tradições da vida econômica brasileira, as quais também não se apagaram, como se supõe. Desde o nascimento do país como nação, em 1822, havia um consenso em torno da ideia de que o desenvolvimento se daria com apoio do capital externo, segundo normas de acordos internacionais que sempre foram cumpridas.

Já no início da ordenação institucional previam-se garantias para a instalação de empresas estrangeiras. Em 1825, três anos depois da Independência, instalava-se no país a primeira companhia estrangeira, a St. John dei Rey Mining. Essa mineradora continua operando até hoje, marcando a estabilidade das relações dos brasileiros com investidores de fora. Operam hoje no Brasil cerca de três quartos das quinhentas maiores empresas internacionais, dezenas delas (General Motors, Ford, Nestlé, Shell, IBM etc.) há mais de meio século. Nunca, em toda a história do país, um empreendimento externo foi tratado fora da lei. Essa tradição de parceria talvez explique a facilidade com que o país, menos de uma década após o fim do regime militar, tenha conduzido uma profunda transformação em sua economia, visando a um papel dentro de um mundo sem fronteiras econômicas. A legislação para investimentos estrangeiros foi aprimorada: hoje não há distinção entre investidores nacionais e internacionais. Praticamente todos os ramos da economia brasileira são abertos à participação externa. Os regulamentos para remessa de lucros funcionam há mais de meio século.

Esse quadro de estabilidade se completa com uma das mais marcantes características políticas do Brasil: desde que existe como nação, seus governantes entenderam o cenário internacional como um espaço no qual deveriam imperar acordos entre países soberanos, que deveriam ser escritos e cumpridos. Rara na época, essa disposição acabou gerando um sistema que se estabeleceu em 1831 e vem funcionando de maneira inalterada desde então. Todos os tratados internacionais do Brasil são negociados pelo Executivo e sancionados pelo Parlamento - e rigorosamente cumpridos.

O contínuo aperfeiçoamento do sistema permitiu que, um século e meio atrás, o Brasil montasse um corpo diplomático profissional e, a partir dele, uma grande rede de tratados. Tendo fronteiras com dez países, na virada do

século XX já havia sido cumprido um objetivo perseguido por todos os governantes: a demarcação de limites por meio de tratados justos com os vizinhos. Uma tradução desse comportamento é o invejável período de paz e concórdia em toda a região. Na história brasileira, apenas duas guerras foram registradas, a última delas há 150 anos.

A tradição de negociação, aliada ao firme desejo de paz e bom relacionamento com os vizinhos, foi o que permitiu, em menos de uma década, a criação e o fortalecimento do Mercosul. Durante os anos 1990, o comércio bilateral com a Argentina, principal parceiro no bloco, passou de 2 bilhões de dólares ao ano para 15 bilhões de dólares, garantindo o sucesso da empreitada e a criação de um espaço aberto para investidores de todo o mundo.

A tradição brasileira de respeito aos tratados internacionais vale também para os compromissos externos do país. Desde a assinatura do primeiro acordo de crédito externo, em 1823, todos os títulos emitidos em nome do governo foram rigorosamente pagos. A crise da dívida nos anos 1980, que afetou países de todo o mundo, ocorreu em um momento em que o país realizava a sua transição política para a democracia. Na época, pouca gente acreditava na tradição brasileira de honrar os seus compromissos. Mas já no início dos anos 1990 ficou claro que ela prevaleceria - o que acabou acontecendo com a assinatura do acordo da dívida, o qual garantiu o que sempre foi garantido: nenhum investidor jamais deixou de receber por um título emitido pelo governo do Brasil.

A dificuldade para entender as tradições políticas e econômicas brasileiras que estão por baixo das aparências levou a um caminho explicativo sobre o país: que o seu cimento é a violência social, a manutenção da pobreza como objetivo, e a consequente violência humana. É mais do que certo que o Brasil é um país de profundas desigualdades, tanto regionais como entre parcelas da população. E é mais do que certo que essas desigualdades possuem um fundamento histórico.

O Brasil, como colônia de Portugal, foi o primeiro espaço do planeta a conhecer a escravidão na forma moderna. Montado durante o século XVI, o sistema era, apesar do terror inerente, uma forma de organização do trabalho adequada à Europa, que consumia o açúcar produzido pelo braço

africano. Tão adequado que foi reproduzido em minúcias por todas as potências da época: Holanda, Inglaterra, Espanha e França. Uma vasta área do continente americano ficou indelevelmente marcada por tal sistema. Até hoje, as regiões onde houve escravidão enfrentam a sobrevivência de uma mistura de aristocracia com preconceito social e desigualdades de renda, o que é próprio a um sistema em que apenas uma parcela da população atribui a si mesma o estatuto de ser humano.

No Brasil, uma das maiores colônias escravistas do planeta, o sistema não poderia ter deixado de produzir sua herança nefasta. Entre as marcas que permanecem, sem dúvida está a desigualdade social, tão grande que o mais difícil de entender, acima de tudo, é como foi possível, com tal herança, construir instituições democráticas e uma vida política e social estáveis. Em outras palavras, a pergunta não deveria ser “por que tanta alegria no carnaval?”, mas antes “como se consegue fazer o carnaval em meio à desigualdade existente?”.

Essa é uma das facetas mais difíceis de serem compreendidas por um estrangeiro, sobretudo porque a explicação pode ser encontrada em um processo bastante peculiar, que marcou a vida da Colônia que se tornou nação e marca a vida brasileira de modo singular. Ainda quando se acreditava na versão dos trópicos como paraíso terrestre, estava nascendo um processo de encontro civilizatório único. O território brasileiro era ocupado por tribos indígenas dispersas, sem um Estado centralizado, como ocorria no território que hoje corresponde aos Estados Unidos. Não era possível, portanto, uma ocupação europeia, baseada na guerra ordenada, na qual matar o rei equivalia a ter soberania sobre o território do reinado, como aconteceu no México ou no Peru.

No território brasileiro, ao contrário do que ocorria no norte-americano, havia um problema adicional, a floresta tropical: conhecida para o indígena, enigma para o europeu. Plantas diferentes, estações desconhecidas, animais que pareciam fantásticos. No início, os processos de ocupação foram os tradicionais: afastar os nativos e apossar-se da terra. Mas logo ficou patente a impossibilidade de seguir esse caminho no Brasil.

Enquanto na zona temperada era possível transplantar o conhecimento agrícola europeu, nos trópicos era preciso começar do zero. E os únicos

detentores de tecnologia disponíveis eram os que até então haviam sido tratados como adversários. Para aprender o cultivo do milho, do tabaco, do amendoim e do algodão - produtos hoje básicos na agricultura mundial, que só os indígenas conheciam - era preciso uma forma de acordo, que surgiu de maneira inesperada.

Para os indígenas, pertencer a uma tribo equivalia a ter relações de parentesco com todos os seus membros. Afora isso, só havia a hipótese da guerra. Como fórmula intermediária, apenas um caminho: dar uma mulher da tribo em casamento a um estranho que fosse aceito, tornando-o parente de todo o grupo. Foi essa a fórmula que permitiu o contato entre os donos do conhecimento da natureza e os recém-chegados. Além da escravidão, o Brasil se constituiu em torno do casamento de pessoas de raças e culturas muito diversas. A história colonial do Brasil é a história da construção de alianças entre os grupos, já não mais indígenas, mas mesclados, que vieram a se fixar na terra. A partir desse movimento é que lentamente se sedimentaram os valores que até hoje sustentam a face democrática da sociedade brasileira.

No momento da Independência, esse processo encontrou uma maneira de se expressar, na adesão funda aos ideais revolucionários: a *construção de* sociedades abertas e democráticas. Ao lado da escravidão que afastava, o Brasil se desenvolveu com a abertura para o novo que unia. Dos ideais contraditórios, de senhores de escravos desejosos de manter a distância social e de cidadãos livres que desejavam acelerar a mescla, não resultaram políticas uniformes. Mas a tendência geral foi clara. A história do Brasil independente pode ser considerada a da busca de uma fórmula que, empregando a força do processo de abertura racial, pudesse levar a uma superação dos entraves da escravidão.

Essa força democrática interna vem permitindo a superação do que à primeira vista parece impossível. Com uma área de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, quase uma Europa, o Brasil desconhece qualquer diferença de língua - e é assim desde o século XIX, quando mais de 95% da população era analfabeta. Isso aconteceu porque o português se transformou em uma espécie de língua universal, que possibilitava o contato entre os diferentes (no Brasil, falavam-se 170 línguas indígenas e duas dezenas de

dialetos africanos). A uniformidade cultural produzida pelo processo de casamentos mistos alcançou resultados quase espantosos de similaridade. Afora marcas regionais de menor monta, os brasileiros se identificam em qualquer ponto do território. Essa uniformidade está presente no mercado de consumo: não há no país produto que só dá certo em uma região.

Mais que processo social, a abertura étnica é um valor profundo na sociedade brasileira, capaz de absorver e adaptar gente vinda de qualquer direção, o que tornou o Brasil a primeira nação do planeta que se globalizou por dentro. Nela vivem uma população de descendentes de libaneses maior que a do Líbano e algumas das maiores colônias de italianos, alemães, japoneses, árabes e judeus do mundo. Com o importante detalhe de que seus membros rara- mente se identificam como estrangeiros, mas antes como brasileiros. Seguindo o hábito nacional, os casamentos entre membros de origem diversa continuaram acontecendo, agora entre migrantes, ajudando a unir ainda mais os brasileiros em torno da ideia de uma nação global, onde todo ser humano é aceito.

Em um mundo globalizado, necessariamente aberto para novidades, onde a força dos acordos internacionais vem obrigando todos os países a ceder parte de sua soberania para se adaptar às novas condições de produção e onde o problema das etnias incomoda cada vez mais, esse valor confere ao Brasil um grande potencial para o futuro. E por isso vale a pena pensar nos processos brasileiros para além do entendimento mais simples, até hoje observados pelas lentes ora do fascínio ora do horror, que distorcem a realidade. Para os brasileiros, desde os tempos de José Bonifácio, o arquiteto tanto da independência nacional quanto da construção de um país global, havia um único modo de pensar o que parecia estranho ao mundo no momento: “O problema do Brasil”, dizia ele, “é que o real é maior do que o possível”.

A construção do Brasil vem sendo um convite à imaginação. Não para que ela vá além, mas para que simplesmente chegue até as possibilidades muito ricas que se abrem com a integração de todos os homens. Essa é a força percebida em uma escola de samba ou em um time de futebol brasileiro. Uma força alegre, produtora de paz e de fórmulas estáveis e negociadas de progresso. A força de uma nação globalizada por dentro, em

cada indivíduo que a constrói.

Por seu passado, o Brasil é hoje um país com futuro.

Ecos do Parlamento

Assim como uma mirada de cinco séculos coloca em relevo a democracia brasileira assentada na eleição municipal, uma visão geral da vida do país independente permite notar que o Legislativo é um poder mais estruturado para expressar a vontade soberana do eleitor do que o Executivo, marcado pelo poder pessoal do imperador na monarquia e pelo exercício autoritário tanto de técnicos não eleitos como de comandantes de regimes de exceção, durante o período republicano. Esse é um dos temas da entrevista a seguir, concedida em 1999 aos jornalistas Alberto Dines, Florestan Fernandes Jr. e Nelma Salomão. Naquele tempo ainda não circulava a expressão "presidencialismo de coalizão", que definiria a coordenação necessária entre Executivo e Legislativo na vida recente do Brasil como um valor positivo.

Poderia nos contar um pouco da história dos militares como partido no Brasil? Para entendermos por que houve um partido militar, e não só militar, mas técnico, é preciso entender o que foi o sistema político do Império. Nele, só quem era eleito chegava ao poder, o que era bom, mas tinha um grave problema: pouca gente era eleita. Apenas 240 senadores foram eleitos nos setenta anos do Império. Era gente que tendia a ser conservadora, e qualquer mudança parecia muito difícil. A partir de 1870, muitas pessoas no país passaram a ter formação técnica, e essa gente também passou a ter projetos para o Brasil. Evidentemente eram projetos que sempre fracassavam, por causa da interferência indevida dos políticos. O objetivo da mudança do Império para a República foi basicamente levar essas pessoas ao poder.

Os militares são a face mais visível dessas novas camadas, mas existem também muitos médicos e engenheiros, como, por exemplo, Oswaldo Cruz, que era sanitarista; Vital Brazil, que fez o Instituto Butantan; Carlos Chagas, também sanitarista; Pereira Passos, engenheiro que reformou o Rio de Janeiro. Todos achavam, como os militares, que era o conhecimento técnico que gerava a oportunidade de uma pessoa estar no poder. Ela

exerceria o poder porque teria boas ideias e projetos importantes a serem feitos, e que precisavam ser realizados mesmo contra o interesse dos políticos. E uma atitude bastante autoritária, mas era assim. E o modo que essa gente encontrou para ascender ao poder foi pelo cargo de ministro, basicamente por indicação do gerente do Executivo, sem ter de passar por eleição. Foi o caminho pelo qual quase todos os militares e técnicos chegaram ao poder no Brasil. E os militares, além de serem mais organizados e terem mais visibilidade na atuação política, tinham o poder das armas, o que permitia fazer mudanças quando era o caso. Os militares foram, digamos assim, a parte mais visível dessa camada de dirigentes políticos não eleitos do país.

Os dois primeiros presidentes da República eram militares. Eles ganham força principalmente por causa da Guerra do Paraguai. O senhor acha que esse início da República vai marcar o papel dos militares durante o século XX?

Acho que sim. Quer dizer, obviamente o Exército passou a ser uma instituição diferente depois da Guerra do Paraguai. Mas por quê? Porque recebeu um grande investimento técnico. Foi preciso formar engenheiros militares e navais, e o ensino militar, em um país que não tinha universidade, era um substituto importante do ensino técnico. Isso criou esse papel extra para o militar e para o técnico que vai perpassar toda a vida republicana. É o século do técnico, mais do que propriamente só do militar. Isso estará presente na tecnocracia do regime de 1964 e nas discussões de hoje. Obviamente, o Exército, como tal, teve um papel importante na instalação da República. Os dois primeiros mandatos presidenciais foram exercidos por militares. O Exército esteve constantemente em revolta durante toda a República Velha, sustentou a Revolução de 1930, fez oposição ao regime de Vargas, tentou várias vezes um golpe no período democrático, de 1945 a 1964, e dirigiu o país durante o período de 1964 a 1984. Portanto, foi um século de presença dos militares na política, mas também de presença do técnico na política. Eu acho que essas duas coisas estão ligadas.

Como foi a política no Segundo Reinado e na Regência?

O Brasil tinha uma característica de estabilidade política, através dos séculos, coisa que pouca gente nota. É um país que, se olharmos a história política do ponto de vista do Executivo, tem uma trajetória instável. Mas, se olharmos do ponto de vista do Parlamento, tem outra dimensão e um outro grau de estabilidade, de explicação. Como poder independente, o Parlamento é, em primeiro lugar, muito mais antigo do que o Executivo: funciona com regularidade no país desde 1826.0 Brasil já realizou 50 eleições para o Parlamento em sua história, e em 47 delas os deputados chegaram até o fim do mandato - o que dá um grau de previsibilidade maior que 95% para a proposição de um deputado eleito chegar ao fim do mandato. Portanto, essa é a previsão política mais segura que se pode fazer no Brasil com base na história. Muito mais vezes o Parlamento derrubou presidentes da República, e mesmo o imperador, no caso de d. Pedro i, do que o Executivo fechou o Parlamento - o que só aconteceu duas vezes na história do Brasil, com o Estado Novo, em 1937, e com o Ai-5, em 1968. A República, em 1889, e a Revolução de 1930 foram feitas em um intervalo entre mandatos parlamentares (então, a boa época para golpes no Brasil é quando acaba um mandato parlamentar e os novos eleitos ainda não tomaram posse). Isso dá mostra do grau de estabilidade do Parlamento. Ele é a escola de formação de políticos, e é fundamentalmente a fonte de legitimidade do poder. Qualquer poder que não venha de eleição no Brasil é considerado ilegítimo. Ditadura é um desvio, não uma norma na história brasileira, ao contrário do que ocorre em muitos lugares. Essa tradição que existe no Brasil só é igual à de dois países: Inglaterra e Estados Unidos. Na França, a tradição parlamentar é praticamente do século XX, e a de um Parlamento forte veio mais notadamente depois da Segunda Guerra Mundial. Alemanha e Itália conheceram eleições parlamentares em 1870, quando o Brasil já tinha alguma experiência. O Parlamento japonês é da década de 1920, só militares podiam fazer parte dele.

Então, para o Brasil, é uma experiência única, que com certeza não é herança portuguesa; basta examinar a história de Portugal para se constatar que o Parlamento do país funciona para valer depois da Revolução dos Cravos, no século XX. Trata-se, portanto, de uma característica brasileira, não uma herança colonial, não uma herança ibérica; é algo que nos coloca

mais perto do mundo anglo-saxão. Essa tradição está muito longe de ter a explicação histórica que mereceria, por sua importância. Nós ainda não conseguimos contar a história do valor democrático presente na vida brasileira, que é um valor permanente e também um desejo permanente de todos os brasileiros - mais ou menos realizado, é verdade, como aliás no mundo inteiro, mas certamente constante na história do país.

Como era a participação popular no século XIX?
O Brasil começou a sua história provavelmente com o maior grau de participação popular em eleições da época. Isto é, nas décadas de 1820,1830 e 1840, o Brasil era o país que tinha a democracia mais aberta do planeta. Votavam analfabetos, negros eram eleitos, bem como pobres. A participação popular, porém, variou. Da década de 1820 até a de 1850, as eleições eram muito abertas, feitas segundo as mesmas normas de qualquer eleição no mundo: voto aberto, com clientelismo, curral eleitoral, o que era comum em toda parte. A diferença no Brasil é que muito mais pobres votavam do que, comparativamente, na Inglaterra, nos Estados Unidos ou na França, que eram os únicos países que tinham eleições regulares naquela época e com os quais seria possível comparar as estatísticas. Nesse sentido, o Brasil começou muito bem o sistema eleitoral. Houve, entretanto, um problema: ele não evoluiu como os outros países.

Enquanto os sistemas eleitorais evoluíram na direção do voto universal secreto - o que começou a acontecer na segunda metade do século XIX e foi sendo implantado até o final do Oitocentos -, o sistema brasileiro ficou fechado. Em 1879, houve uma reforma eleitoral que excluiu o voto dos analfabetos, o que diminuiu o número de eleitores a um décimo do da eleição anterior. Nós involuímos, enquanto os outros evoluíam. E, a partir daí, alguns aperfeiçoamentos - voto feminino, voto universal, voto secreto - foram sendo introduzidos, já com grande atraso, e o país passou o século XX meio derrapando, até que a Constituição de 1988 estabelecesse um sistema eleitoral aberto e que é, outra vez, igual ao de todos os grandes países.

O senhor acha que a conciliação foi responsável pela manutenção dopais unido? Certamente que sim. Por isso, o centro da vida política e da

conciliação é o Parlamento, pois no Brasil, ao contrário do que ocorreu especialmente nos países da América hispânica, todos os eleitos perceberam que no Parlamento seriam decididas as grandes questões nacionais. E ele se transformou efetivamente em um centro de poder. O parlamentarismo não estava escrito na Constituição do Império, mas foi uma prática a que o próprio poder do Parlamento obrigou. E o que é esse poder? E o poder da discussão e do arranjo, o poder do acordo prevalecendo sobre o da coerção, da decisão direta, da implantação pela via autoritária ou da implantação autoritária de decisões. Essa é uma característica permanente do Brasil, que durou o século XX afora.

Qual é o mecanismo da República Velha, por exemplo? É garantir uma maioria parlamentar. A política dos governadores, que fez funcionar a República Velha, era uma política para garantir maioria parlamentar no Executivo. De 1945 a 1964 houve um período de busca de maiorias parlamentares, e quando não se conseguia essa maioria o sistema entrava em crise. Mesmo o regime de 1964 teve que conviver com o Parlamento. Foi provavelmente a única ditadura que teve como apêndice um Parlamento, com alguns poderes formais mas importantes, porque sem eles a nação não funcionava. Desde a Independência, em quase dois séculos de história, o Brasil passou cerca de oito anos em ditadura absoluta, que foi o que durou o Estado Novo. Desses oito anos, seis foram durante a Segunda Guerra Mundial. O Brasil é inadministrável sem o Congresso.

O senhor disse que o Parlamento foi implantado para dar sustentação ao Executivo. E aí que surgem as alianças?

O Parlamento é o centro da vida brasileira porque ele é o centro das alianças. É ele que permite decisões de consenso, em que cada um cede um pouquinho e se chega à média, ou a uma "pizza", como todo mundo diz. Mas a arte de fabricar algumas pizzas, não todas, é importante para a unidade nacional. O Executivo, às vezes até com bons sujeitos, não consegue isso, porque o Brasil é uma nação múltipla, com uma diversidade regional muito grande e aspirações muito diferentes. Aqui, toda política precisa, digamos assim, de um amaciamento para ser viável. O país funciona bem quando o Parlamento funciona bem. É mais ou menos essa a

regra histórica brasileira. E a necessidade de consenso é imperativa. Ninguém consegue imaginar sistema de poder no país que não envolva, de um lado, o consenso e, de outro - que é o lado melhor-, a consideração de que um governo só é bom se for eleito. Isso é uma coisa profundamente arraigada na nossa vida política, e é importante, pois é o valor democrático fundamental de toda a sociedade brasileira.

Durante a regência de Feijó houve tentativas de rompimento, como a Confederação do Equador; *que já queria fazer uma República... São movimentos ideológicos?* Não. Dois movimentos opostos formaram o país. A maior parte dos historiadores diz que o importante era ter a Coroa e o Estado organizados, o que seria uma herança de Portugal. E colocaram o Parlamento em segundo plano. Mas a verdade é que o Brasil pôs seu Parlamento para funcionar em 1823, com a Constituinte, e já era um Parlamento de oposição ao imperador. Foi fechado, mas o imperador não conseguiu governar sem ele. Foi obrigado a convocar eleições em 1826. Durou mais cinco anos no poder e foi expulso pelo Parlamento. Então, o Parlamento era muito mais importante. O Parlamento de cinco anos, em um país que não tinha conhecido nada similar anteriormente, se tornou o único centro de poder no Brasil. E para o qual era muito cara, durante os anos Feijó, a ideia de federalismo. Ou seja, que cada pedaço do país poderia orientar a sua vida política e econômica, de acordo com as suas próprias necessidades internas, com pouca influência de um governo central. É isso, mais do que qualquer outra coisa, que explica as revoltas que ocorreram no Brasil inteiro. Elas estouraram especificamente em um setor que estava perdendo naquele momento, que eram os produtores para o mercado interno. A verdade é que a Independência foi seguida de uma guerra econômica para saber quem controlaria a economia: se seriam os produtores voltados para o mercado interno, ou seja, quem produzia farinha, comida, tecidos, tropa de mula, todas as coisas de que precisavam os brasileiros, ou se seriam os exportadores de produtos agrícolas, nomeadamente os de açúcar e crescentemente os de café.

Os exportadores queriam o sistema que fora montado, pois eles se subsidiavam à custa da destruição do mercado interno. Depois da

Independência, as revoltas regenciais foram seguidas pela destruição da economia dos lugares onde elas haviam ocorrido. E essa destruição subsidiou a produção escravista. E a triste verdade: foi um desastre econômico gigantesco. O Brasil sofreu uma recessão imensa entre 1820 e 1840 para que esse sistema fosse montado, sacrificou a sua produção para o mercado interno a fim de subsidiar a manutenção do escravismo; e a ideia de que o escravismo tinha um grande futuro nacional estava por trás do programa centralizador. Isso só se desfez, muito lentamente, depois da Abolição e na República. Em 500 anos, o Brasil tem 425 anos, mais ou menos, de economia com desempenho igual às melhores economias do planeta, em qualquer parte. E tem 75 anos de desastre econômico - 20 e poucos anos no quarto final do século XVII e 50 anos, aproximadamente, no século XIX. Esses 50 anos no século XIX foram fatais para que o Brasil se desenvolvesse menos do que os outros países.

Nós entramos no século XIX como a maior economia da América, maior do que a dos Estados Unidos, e saímos do século XIX com uma economia que era um décimo da norte-americana. Essa proporção diminuiu um pouco durante o século XX, quando a economia brasileira foi uma das três que mais cresceram em todo o mundo. O nosso período-chave para explicar o atraso brasileiro são os cinquenta anos iniciais da história do Brasil independente, e isso é um atraso que não se explica por coisas externas. Foram decisões internas dos brasileiros que criaram o problema.

O que é o caudilhismo no Brasil?

O caudilhismo no Brasil, como sistema de poder, é uma invenção republicana. A primeira experiência caudilhista do país para valer foi a Constituição do Rio Grande do Sul - e sobre isso, existe um livro muito interessante de Décio de Freitas, O *homem que inventou a ditadura no Brasil*, uma biografia ficcional de Júlio de Castilhos. De fato, foi o primeiro sistema ditatorial que o Brasil conheceu, organizado como tal, caudilhesco, independente, sem Poder Legislativo, sem contrapeso, sem eleição, onde tudo era imposto como vontade do técnico. Getúlio Vargas é fruto desse sistema. A sua carreira política foi feita dentro do sistema caudilhesco do Rio Grande do Sul, e o que ele fez foi nacionalizar isso, como sistema de

poder, em 1937. O Estado Novo é uma ampliação do caudilhismo da escala local para a escala nacional. Foi a nossa primeira experiência de caudilhismo, um século e meio depois de várias outras dominâncias caudilhescas na América, que não produziram exatamente os melhores resultados econômicos. E, no Brasil, é uma experiência limitada ao período Vargas. Em relação ao nosso outro período de exceção, a ditadura se fez mais em 1968 que em 1964. É importante lembrar que o regime de 1964 foi institucionalizado pelo Congresso, em reformas constitucionais, com o voto de dois terços do Parlamento, que permaneceu atuante até 1968.0 período ditatorial mesmo é o que vem com o Ai-5 e segue até o final do governo Figueiredo. Esse sistema de poder que foi lançado era de fato uma ditadura, mas curiosamente com certas regras formais de democracia, como mandatos presidenciais e eleição dos presidentes pelo Congresso - e para isso se criou um Congresso de poderes limitados. Era uma coisa formal? Era, mas a pergunta é: por que se criou essa forma, se o ditador podia tudo? Provavelmente porque ele devia algo à democracia brasileira.

A descontinuidade administrativa já existia no século XIX?

Não, a descontinuidade administrativa é uma invenção republicana. E uma invenção da chegada do técnico ao poder, porque cada um tem a sua crença. E o técnico que chegou ao comando no Brasil queria poderes absolutos. Cada um tinha o seu grande plano para salvar o país, e os outros que se virassem. Acho que os militares fizeram alguma coisa, mas os mais violentos aplicadores de técnicas autoritárias foram primeiramente os engenheiros, depois os médicos. Pense no que foi a reforma urbanística do Rio de Janeiro feita por Pereira Passos: provavelmente, a mais violenta transformação social já ocorrida em uma cidade brasileira, feita com regras de ditadura para todos os donos de casa, os beneficiados, inclusive expulsando populações inteiras de determinadas áreas, sem dar satisfação; enfim, decisões de uma violência extrema. E era, evidentemente, um plano pessoal de Pereira Passos. A técnica não é uma coisa constante, um técnico não segue outro. O que provoca a descontinuidade é a ideia de que tenho a boa fórmula, e alguém que é eleito me dá o poder para eu experimentá-la; ideia que estava presente nos planos de Pereira Passos, como também no Plano Collor - uma aventura maluca de técnicos que jamais tinham sido

candidatos a uma eleição. A continuidade administrativa é dada pela mediação das necessidades políticas, pelo modo como se temperam as coisas, mais ou menos devagar. O autoritarismo é que introduz essa ideia de que os planos têm de ser seguidos e perseguidos; e isso provoca descontinuidades, pois nenhum plano consegue fazer a realidade político-econômica andar como deve.

Os partidos são representações de classes no Brasil? As classes sociais são fluidas, isso dificulta a criação de partidos fortes?

Não, o Brasil tem uma tradição muito grande de partidos políticos, mas nitidamente no sentido americano. Ou seja, representações de alguns valores gerais, com heterodoxia de classe dos seus membros. O padrão brasileiro é muito parecido com o padrão americano no século XIX: tende inicialmente ao bipartidarismo, e até hoje essa é a realidade dos partidos. E tem de ser assim, porque o Brasil é um país onde não se consegue fazer partidos nacionais, ideológicos, a não ser com muita dificuldade e limitada eficácia política. Porque os cortes não são apenas ideológicos, mas também regionais. É difícil montar um partido que funcione igualmente no Amazonas e no Rio Grande do Sul. Muitas vezes é preciso ceder à realidade local. Mesmo um partido nacional, no Brasil atual, não é homogeneamente nacional. Há partidos que são fortes em um estado e inexistem em outros. Por exemplo: nitidamente, o PFL[1] não existe em São Paulo e é forte na Bahia. O PSDB existe em alguns lugares e não existe em outros. São partidos nacionais. O corte regional muda muito o significado. E o que quer dizer corte regional? É ter uma sociedade inteira de um estado apoiando um partido: várias classes sociais, vários tipos de pessoas, várias profissões, em muitos municípios ao mesmo tempo. Trata-se de uma estrutura muito mais difícil de montar e fazer funcionar do que aquela em que simplesmente se diz às pessoas que elas devem seguir um conjunto de ideias, ou tal modelo de ideias, pois, nesse caso, você está trabalhando com uma realidade que não é assim. A vida partidária brasileira segue mais ou menos o padrão dos Estados Unidos, mais do que o padrão da Europa, onde foram se constituindo partidos de acordo com ideologias, todos eles em territórios muito pequenos, em lugares que têm uma homogeneidade cultural muito grande e é fácil montar a vida política fazendo poucas viagens. Aqui, no

Brasil, isso é muito difícil de ser feito.

Os partidos não são mais fracos do que os caciques?
Não, o Brasil tem vida partidária absolutamente regular, independentemente dos seus caciques, embora eles tenham peso, pois são os que conseguem inclusive fazer os partidos crescerem regionalmente, durante algum tempo. Isso talvez não se aplique à República Velha; mas, de 1945 até hoje, é o que ocorre. O PSD era um partido nacional, a UDN era um partido nacional, o PTB era um partido nacional. Hoje [1999], no Brasil, o PPB,[2] O PFL, O PSDB e O PT são todos partidos nacionais, cada um com seu recorte. Eles dependem de lideranças que estejam no poder naquele momento. Onde o PT tem um governo, ele é mais forte do que onde não tem governo. Se tem mais militantes em um lugar, cresce o interesse pelo partido. Nesse lugar, quem tem o cargo é mais importante do que quem não tem. É o peso dos votos que a pessoa recebeu que está sendo contado. E um peso que tem um corte regional importante no Brasil, e é razoável que as coisas sejam assim.

Na sua opinião, quais são os primeiros estadistas brasileiros?
O primeiro grande estadista brasileiro é José Bonifácio de Andrada e Silva, que é mais do que um estadista, é o pai da pátria e um homem que honraria qualquer nação. Ele tinha um projeto de país, feito nos poucos anos em que esteve no poder, que era uma coisa extraordinária: usar uma característica já existente no Brasil, a diversidade, principalmente a diversidade étnica, e acentuar isso para criar o cidadão livre - livre inclusive de sua origem étnica. Esse seria o grande cidadão brasileiro. É um projeto que está pelo menos duzentos anos à frente de qualquer escrito de ciência política até então, é mais avançado inclusive que os revolucionários da época.

Um segundo grande estadista é o regente Feijó, o verdadeiro responsável por colocar em prática a ideia de unidade nacional, em um momento de extrema dificuldade, de crise econômica. Ele conseguiu fazer com que o Parlamento fosse um centro de poder no Executivo. Ou seja, foi durante o seu governo que os parlamentares avançaram e tomaram o Poder Executivo, organizaram-no como extensão do voto e da vontade nacional e deram um mínimo de características democráticas para uma sociedade que era escravista, onde não havia nada que contribuísse para o acontecimento

da democracia. Eles conseguiram pegar o mínimo múltiplo comum e criar uma democracia. Feijó foi o grande líder dessa tarefa e, para mim, o grande líder da unidade nacional. Depois, no século XIX, temos alguns grandes estadistas ainda de política externa, como o Visconde de Uruguai, e importantes estadistas jurídicos, como o Marquês de São Vicente e Joaquim Nabuco; mais para o fim do século, o Visconde do Rio Branco e o seu filho, o Barão do Rio Branco, dois estadistas nacionais, criados com a visão nacional do estadista do Império. Na República, foi mais complicado existirem homens assim, por causa do corte regional. Quer dizer, os políticos tinham tanta preocupação com a sua própria base que não podiam dedicar tempo a pensamentos sobre a nação. A República Velha não foi um período de formação de grandes estadistas nacionais.

Sem dúvida, o estadista do século XX no Brasil é Getúlio Vargas, um homem que afrontou algumas tradições, entre elas a democracia, mas foi quem moldou o século XX brasileiro. Sem dúvida nenhuma, as instituições brasileiras básicas do século XX foram moldadas entre 1929 e 1933 por Vargas, e sobreviveram até praticamente a década de 1990, quando o modelo varguista começou a ser desmontado. Dificilmente será recomposto, embora ainda não tenha acabado totalmente. Vargas produziu um modo de pensar o Brasil do qual nós não conseguimos escapar: como um lugar onde o Estado é o centro de todas as decisões e a sociedade é algo relativamente fraco. Isso tinha sentido na época de Vargas, mas certamente não tem sentido em duzentos anos de história do Brasil. Isso é um modo de ver as coisas, que, aliás, faz com que entendamos o que, hoje, está levando a uma direção errada. O Brasil da era Vargas era uma sociedade na qual o Estado foi importante, apesar de haver uma sociedade com valores democráticos.

Como o senhor vê o processo político brasileiro?

O processo político brasileiro é bastante consistente quando você o analisa tendo em vista um horizonte de quase duzentos anos, desde a Independência - o que é um pouco diferente de observar o que está acontecendo apenas hoje, ontem ou no mês passado. Ou seja, ele tem uma base, uma espinha dorsal, que é a eleição parlamentar. Tem uma segunda espinha dorsal: o Executivo precisa governar olhando essa maioria parlamentar. Isso é

verdade em quase dois séculos de história do país. Trata-se uma ideia que tem um apoio popular imenso e é o que dá estabilidade para a vida política brasileira. Desse modo conseguiremos fazer a nação. Acho, porém, que essa percepção não é um valor dominante no país. As coisas são assim, apesar de a gente achar que não são. O que é bom. Quero dizer que a instituição que funciona no Brasil é, sobretudo, o Congresso Nacional, independentemente de quem está lá. Muitas vezes, há quem diga: “Mas como é que pode um Congresso funcionar com esses políticos?”. Ao olhar para os políticos, a pessoa pensa: “É gente da pior qualidade moral, alguns têm cara de ladrão; é difícil às vezes distinguir um político de um espertalhão”. No entanto, percebemos que eles produzem como lei coisas muito razoáveis e não muito diferentes do que imaginamos que seja bom para o país. Por que as coisas se passam dessa forma? Porque a instituição obriga a que seja assim. Alguém que não conhece nada de vida parlamentar e se elege deputado, ao chegar ao Parlamento, se depara com uma assessoria que orienta: “Olha, o senhor assina aqui, isso já está pronto, voto de comissão é assim, no plenário o senhor faz isso, o líder do partido diz o que tem que fazer etc.”. No fundo, a instituição faz funcionar até mesmo pessoas que aparentemente não possuem capacitação para a função.

Outra comparação é com os Estados Unidos, onde a maioria dos presidentes da República é pouco mais que medíocre do ponto de vista pessoal, mas a instituição política é muito boa, e o país funciona com qualquer presidente. Mencken, um crítico mordaz da vida americana, dizia que “a democracia é o circo dirigido pelo macaco”. Em certo sentido, isso é verdade. Uma boa democracia, em tese, deve suportar, com suas instituições, qualquer tipo de pessoa que esteja no poder. E o Brasil tem alguma tendência a essa coisa institucional por causa do respeito, da concessão mútua, do arranjo político. Isso, em certo sentido, tem um lado ruim, que é atrasar mudanças que julgamos necessárias e urgentes. Agoniados, falamos: “Poxa, esses políticos não ligam a mínima”. Mas isso tem um lado bom, que é produzir resultados que dificilmente sejam criticáveis. Como as decisões são tomadas coletivamente, é muito difícil o Congresso fazer uma besteira; é muito fácil um presidente errar, porque ele pode decidir sozinho.

Como surgem os partidos políticos no Brasil: são programáticos ou são atos caudilhescos?

Nem uma coisa nem outra. São reuniões de opiniões consistentes na sociedade e, do ponto de vista do tipo de pessoas que vão militar no partido, muito heterodoxas. Ou seja, gente de variadas espécies que acredita naquilo. No caso do Império, houve um dissenso entre conservadores e liberais que demorou vinte anos para ser criado. Hoje temos a eficiência operacional do partido, que é uma ideia mais à direita, e a constância ideológica do partido, que é uma coisa mais típica dos partidos de esquerda, como o PT. Mas, de qualquer forma, são organizações partidárias, máquinas partidárias, ou seja, uma burocracia que cuida para que aquilo ande, para que os candidatos sejam os melhores possíveis, que supre de meios os que estão tentando se eleger, que cobra dos candidatos depois que eles se elegeram e que são nacionais e funcionam nacionalmente. E são parcialmente ideológicos, ou seja, sem trocas partidárias entre campos muito diversos, como, por exemplo, alguém sair da extrema direita e ir para a extrema esquerda. Isso é muito raro. O que temos são alguns arranjos no mesmo campo ideológico. O que não temos é a definição precisa de ideologia como passe de entrada para o partido. É normal que seja assim, dada a diversidade da realidade brasileira.

Qual foi o primeiro partido brasileiro?

O primeiro partido brasileiro organizado em torno de uma ideia foi o Partido Liberal. Seu programa, muito simplesmente, era acabar com os resquícios do absolutismo e das monarquias absolutas no país. Dele saiu um segundo partido, que foi o Partido Conservador, quando se julgou que as reformas já estavam feitas, que era hora de parar com elas e manter as coisas como estavam. Isso aconteceu mais ou menos em 1840 e criou a primeira tradição partidária brasileira, que durou todo o período do Império. O federalismo, a grande reivindicação liberal, que foi derrotada, foi o centro dos partidos republicanos que surgiram no final do século XIX, notadamente o Partido Republicano Paulista, e que chegaram ao poder para realizar o que o Império não tinha feito, um federalismo extremo. O poder dos estados, principalmente o de criar partidos, foi estadualizado no Brasil.

Cada estado tinha o seu, e não havia partidos nacionais. Foi uma má realização da ideia federalista porque, na verdade, estabeleceu-se uma oligarquia local em cada estado e um arranjo, que foi a política dos governadores - uma máquina de fazer maioria no Congresso que deturpou muito a vida política e não criou nada em termos de lideranças nacionais.

Ocorreu a fragmentação da vida partidária brasileira, embora a eleição e a importância do Parlamento tivessem sido mantidas, assim como a necessidade de negociação. Era um regime, no fundo, de partido único. Só voltamos ao pluralismo partidário após a rede- mocratização de 1945, quando se criou algo mais curioso, porque você tinha um partido mais conservador, o que queria dizer liberal, a UDN (União Democrática Nacional), e um mais à esquerda, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). No centro, havia o PSD (Partido Social Democrático), que comandava a vida política se aliando de modo geral ao PTB. Foram partidos de expressão nacional, e isso de alguma forma foi revivido com a redemocratização. Do ponto de vista da orientação política, o Brasil tem um centro muito grande, gente que não é nem muito à esquerda nem muito à direita. É esse centro que elege a maioria. E é na eleição que o partido de centro controla as coisas. Foi mais ou menos esse o caminho que fez ressurgir algo parecido com o sistema partidário de antes de 1945: uma aliança entre a centro-esquerda e a centro-direita, com adesão de toda a direita. Porém, de qualquer forma, existe uma organização partidária que permite um jogo de aparência ideológica, e às vezes de conteúdo ideológico real, e ao mesmo tempo o jogo regional necessário para fazer andar a política brasileira. Em um sentido que é um pouco melhor que o atual, o clientelismo no Brasil começa com a primeira eleição, porque o sistema político era muito aberto no começo do século XIX, o que exigia que os políticos, para serem eleitos, buscassem muitos votos. Na época tratava-se de uma realidade favorável, vamos dizer assim, porque até então o que havia eram poderes absolutos e ninguém almejava ter o apoio de outras pessoas para ser eleito, de um lado, e poder falar com o eleito, de outro.

Em um país que tinha muitos analfabetos e diferenças imensas de renda, isso significava montar um sistema, uma máquina de ganhar eleições e produzir convencimento, que envolvia um pouco de tudo: pressão política

direta, força de hábito, discursos, ideias, enfim, era uma experimentação. As coisas se passaram assim no mundo inteiro naquela época. Nesse sentido, o clientelismo brasileiro até meados do século XIX não divergia em nada do clientelismo americano ou inglês. As discussões sobre o clientelismo e as eleições eram absolutamente idênticas nos Estados Unidos, na Inglaterra ou no Brasil. É possível achar textos reclamando da pressão eleitoral, do roubo em eleições, de uma pessoa que foi para o governo e passou a dar coisas para os apaniguados. É possível achar textos iguaizinhos nos três países, pois não havia diferença quase nenhuma entre eles, nesse aspecto. Mas, como o Brasil começou a ficar atrasado no sistema eleitoral, o clientelismo permaneceu com características arcaicas, mais do que em outros países. O clientelismo típico de curral eleitoral e a ata de voto foram eliminados no século XX em várias nações, mas mais cedo ainda nos Estados Unidos e na Inglaterra. No Brasil, durou mais tempo, convivendo com o clientelismo que surgiu nas democracias novatas, na Alemanha, na Itália e no Japão. Até hoje existe o clientelismo à brasileira. Uma eleição japonesa é muito parecida com a eleição brasileira atual, em que o deputado dá presentes para os seus eleitores, que, por sua vez, votam nele porque recebem presentes - isso são tradições da vida política de qualquer lugar onde a democracia não é muito antiga.

Além disso, a ideia de clientelismo segundo a qual o eleito representa interesses de um grupo é absolutamente vigente, por exemplo, nos Estados Unidos, onde o deputado que se elege na região produtora de leite defende os produtores de leite contra qualquer coisa que lhes aconteça e reivindica favores para os seus eleitores, o que é parte do sistema político democrático. Isso, em si, quer dizer que o interesse dos eleitores está sendo representado na instância geral de decisão. Tal coisa existe em qualquer sistema político. O que o Brasil tem de atrasado nesse ramo é o modo como isso foi feito, vamos dizer, entre o terceiro quartel do século XIX e a década de 8o do século XX: restringir a lisura do voto e restringir a ideia de que o voto representa a vontade do eleitor. Ou seja, a partir de determinado momento, o Brasil começou a se empenhar em fazer perdurar o lado ruim desse sistema de representação, que é a possibilidade de falsear a vontade do eleitor e criar instrumentos para isso. O curral eleitoral brasileiro do século

XX certamente tinha muito mais importância que nos Estados Unidos da década de 1920, onde o curral não definia tudo: o eleitor da cidade votava com muita liberdade, o alfabetizado votava com mais consciência, e tudo resultava em um sistema no qual a vontade do eleitor era mais bem representada. Enquanto isso, o Brasil criava instrumentos para falsear os votos, principalmente na República Velha. Campos Sales tinha um comentário engraçado a respeito. Dizia que ò voto falsificado era muito melhor porque era mais bem escrito, com uma caligrafia mais fácil de ler. “Não sei por que vocês estão reclamando do sistema...”, afirmou. Ou seja, era um presidente defendendo claramente a falsificação da vontade do eleitor - isso sim era uma coisa bastante atrasada. Dos anos 1920 veio o termo “coronelismo” como sintoma do atraso - o que de fato era naquela época. Mas o coronelismo existe em qualquer sociedade, em algum momento da criação da democracia. O coronelismo brasileiro, porém, durou muito mais do que os outros.

No início da República, a presença [política] de Minas Gerais e de São Paulo é muito forte. Como esses estados conseguiram hegemonia?
A hegemonia de Minas e de São Paulo, na verdade, foi construída por Campos Sales com a Política dos Governadores. Era uma política que dizia o seguinte: o governo federal dá apoio ao governador eleito, desde que o governador eleito só mande deputados situacionistas para a capital. Com isso, conseguia-se fazer funcionar um sistema de maioria parlamentar praticamente forçado e que favorecia as grandes bancadas dos estados mais populosos. Uma aliança entre três estados populosos quase sempre incluía São Paulo e Minas. Por exemplo, São Paulo, Minas e Bahia garantiam o presidente da República - ou São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul. E isso fez com que a aliança de São Paulo e Minas fosse o centro da política brasileira durante quase quarenta anos.

Quer dizer que o Congresso não representava como um todo a população brasileira?
Não, na República Velha o Congresso passou a ser nitidamente um sistema partidário. Teve uma função diferente da que desempenhou no resto da história brasileira. Só um partido de cada unidade da federação tinha

representantes no Congresso. Isso é um corte federalista, mas de partido único. Quer dizer, é uma representação sempre complicada. Na República Velha, o sistema nunca funcionou direito. Vivia em permanente crise, exatamente porque não tinha a possibilidade de ser pluralista nem, rigorosamente falando, de ter uma oposição, no sentido democrático.

O senhor acha que o Congresso representa o povo brasileiro, mesmo durante os períodos de exceção?

Representa. Acho que q Congresso, no Brasil, é o que está mais perto de representar o povo brasileiro. Em alguns momentos, consegue fazer isso melhor do que em outros, e se existe algum lugar onde pode haver representação é o Congresso. Os períodos em que o Congresso representou de fato as grandes opções nacionais, digamos assim, são maioria na história do Brasil, mas certamente não se dão o tempo todo.

Há longos períodos em que essa representação não é o mais importante, ou porque q Executivo tem um poder de intervenção muito grande sobre o Congresso, ou porque o país estava sob uma ditadura e, nesses casos, a representação é falseada. De qualquer forma, a única saída para a ditadura no Brasil é ter o Congresso funcionando logo após ó momento em que ela é instalada. Foi o que aconteceu em 1934 e com o Congresso sem poderes desenhado pelo regime de 1964, mas que se tornou o centro de poder na saída dos militares, elegendo Tancredo Neves. Ou seja, Congresso não tem sempre o mesmo poder na história do Brasil, mas com certeza é importante e, quando as coisas estão funcionando normalmente, tende a ter grande poder.

Legislação à brasileira

O debate sobre o papel do Estado no Brasil costuma ser apresentado como um conjunto de ideias que dizem respeito à construção do desenvolvimento futuro. Como tal, o passado entraria na conversa apenas com a lista dos problemas nacionais a serem superados, além de fornecer certo enquadramento ideológico geral para as discussões. Resumindo drasticamente as posições desse enquadramento, analisam-se hoje [2005] dois caminhos: uma via "neoliberal" e outra "desenvolvimentista", para empregar os termos mais frequentes. A bifurcação dessas duas estradas aconteceria justamente no momento de avaliar as crenças sobre o papel do Estado. A via neoliberal pregaria um Estado mínimo, enquanto a alternativa desenvolvimentista - keynesiana ou socialista, segundo seus graus - se fundaria no favorecimento da ação estatal como elemento de desenvolvimento. O ponto de partida histórico implícito no modelo, assim, seria o liberalismo do século xrx - pensado como uma espécie de anacronismo que alguns tentam manter.

O argumento deste artigo é bastante simples: procurar imaginar que, no caso do Brasil, o ponto de partida no século XIX talvez esteja exageradamente avançado no tempo. Para explicar essa sugestão, é necessário começar expondo uma concepção muito antiga.

O princípio fundamental em torno do qual girava toda a organização institucional das sociedades ocidentais, desde a Antiguidade até o século XIX, era o da desigualdade entre os seres humanos. O modelo da teoria era o Aristóteles da *Política*, que definia: "Todos os homens que diferem entre si para pior, no mesmo grau em que a alma difere do corpo e o ser humano difere de um animal, são naturalmente escravos, e para eles nada melhor do que estarem sujeitos à autoridade de um senhor".[1]

Essa desigualdade radical se explicava como imposição do divino e tinha uma consequência imediata na organização da sociedade: a unidade mínima da vida coletiva não poderia ser o indivíduo, pois a lógica exige um mínimo de dois desiguais para valer o princípio fundador. Sendo assim, a

unidade na política era a família - não exatamente a família nuclear de hoje. Na definição do filósofo, “a família, em sua forma perfeita, é composta de escravos e pessoas livres. Os elementos primários e mais simples de uma família são o senhor e o escravo, o marido e a mulher, os pais e os filhos”.[2]

Essa unidade complexa traria uma posição inicial de poder: dentro da casa (*oikos*), a autoridade do senhor é absoluta; ele é o chefe inconteste da família. E só depois de assumir a posição de senhor de escravos, comandante de filhos e mulher, esse detentor de autoridade se transforma em dono de um passe para agir na esfera pública *(polis)*. E, nessa esfera, nova desigualdade se estabelece, agora entre senhores chefes de família e o soberano - que exerce poder sobre os chefes de família da mesma forma desigual que eles o exercem, sobre os membros de sua família.

A sabedoria máxima de um governante digno desse nome estava em não interferir nas desigualdades criadas por Deus na natureza, mas em mantê-las conforme foram criadas. Essa manutenção do desigual, se bem realizada, equivaleria a fazer justiça - e o cumprimento desse objetivo não tinha nada da atual fórmula de tratar a todos igualmente de acordo com a lei. Ao contrário, o ideal de justiça vinha a ser o ato de “dar a cada um o seu direito”, ou seja, tratar desigualmente cada um segundo sua qualidade. Essa capacidade central era nomeada *fuero juzgo* no pensamento hispânico: *“Faciendo derecho el rey, debe aver nomne de rey, et faciendo torto, pierde nomne de rey”*, na expressão de Francisco de Vitoria.[3]

O direito e o torto, por caso, não resultam da ação própria do soberano, mas do fato de que as suas ações preservavam o plano divino, que funcionaria como a régua da vida terrena. E régua com escala que seria conhecida na Terra apenas pelo rei (cujo poder
teria, portanto, origem divina). Medindo com ela e dando a justa parte de cada um, o rei mereceria o seu nome. Nesse modo de pensar, a lei escrita teria um papel secundário: apenas guardaria o registro das medidas dadas por Deus e mantidas pelos reis. Para os mortais, era a tradição que valia - e o papel fundamental do Estado, no Antigo Regime, era o de guardião das tradições, das desigualdades eternas entre os humanos.

A vertente portuguesa dessa concepção recebeu a denominação de “corporativismo”. Nesse modelo - que foi quase uma regra pétrea até o

século XVIII - a etimologia indica o emprego da metáfora do corpo como modelo ideal para o funcionamento de toda a sociedade. Como definiram Barreto e Hespanha, “faz parte deste patrimônio doutrinal a ideia de que cada parte do corpo social, como cada órgão humano, tem sua própria função, de modo que a cada parte deve ser concedida autonomia para o corpo funcionar”.[4]

Nessa metáfora, o governo é concebido como a cabeça da sociedade, e as distintas partes dela, como os órgãos especializados que se subordinam a ele. O corporativismo compunha uma versão atenuada da definição aristotélica, na medida em que se calcava mais no princípio da diferença funcional entre os órgãos do que no da desigualdade. E essa nuance era importante, porque permitiu produzir uma ferramenta eficiente para a ação política: multiplicar concessões que tinham o sentido de reconhecer as particularidades de muitos ramos sociais. Tais concessões eram entendidas como um favor especial pelos recebedores, fazendo com que muito mais agentes se identificassem com o ideal de uma sociedade hierárquica. Mas a eficácia tinha um preço, obrigar o rei a obedecer mais:

> Uma vez que a doutrina corporativa do poder estabelecia como núcleo dos deveres do rei o respeito à justiça, este ficava obrigado a observar o direito, quer enquanto conjunto de comandos (dever de obediência à Lei), quer enquanto instância geradora de direitos particulares (dever respeito aos direitos adquiridos).[5]

Assim como a termo “corporativismo”, a expressão “direitos adquiridos” sobreviveu na linguagem corrente brasileira. Por isso, vale a pena esmiuçar seu significado na época, a fim de evitar confusões. O direito adquirido, nos séculos XVII e XVIII, vinha a ser exatamente o contrário da igualdade. Marcava, antes, o privilégio particular que distinguia um de outro, identificava uma função corporal na sociedade - e funcionava como cimento para a ideia de que as diferenças eram a verdade política criada pela natureza. Nesse universo, as sentenças de juízes concedendo privilégios para súditos particulares funcionavam como leis que se impunham inclusive ao soberano: até o monarca estava obrigado a cumprir

o escrito nos papéis que garantiam os privilégios.

A novidade introduzida com o corporativismo estava no fato de que a justiça passava a funcionar como um "órgão emissor" da moeda da diferença social - algo que não acontecia nas versões mais castiças da filosofia aristotélica, na qual esse papel estava reservado apenas a Deus e ao olho divino do rei. Como resultado dessa "descentralização", houve uma multiplicação na concessão desses direitos, agora adquiríveis não apenas no plano metafísico, mas também pela via mais terrena dos litígios judiciais. Uma vez aberto o caminho, os limites se alargaram.

O princípio da intapgibilidade dos privilégios era uma peça central não apenas no modelo teórico tradicional de sociedade e poder, mas também nas estratégias jurídicas que garantiam o *status quo* político. A tal ponto que mesmo Pascoal de Melo continua a afirmar que "também os privilégios concedidos individualmente a alguém se chamam leis; pois ninguém pode perturbar aquele cidadão na fruição de seu direito".[6]

A extensão permitida pelo princípio da diferença como substituto do da desigualdade acabou levando a uma situação em que o reconhecimento dos privilégios se multiplicou a ponto de fazer "leis" que valiam para indivíduos — e a uma fragmentação do poder, que passou cada vez mais do rei para os tribunais:

> A derrogação de um direito adquirido - a propriedade de bens, a posse de ofícios, a detenção de um privilégio irrevogável, o direito de não pagar impostos ilegalmente criados - só era possível em sede judicial. Dito isso, já se vê como os tribunais, como instância de salvaguarda da justiça e de defesa dos direitos de cada um, ocupam, na esfera jurídica do Antigo Regime, uma função constitucional determinante.[7]

Leis em profusão definindo privilégios que eram entendidos como direito adquirido, portanto, transferiam as decisões do rei para os tribunais, que se tornaram centros capazes de ditar sentença em nome da tradição è gerar despesa para o erário com as suas sentenças, ao menos até ó momento em que o Marquês de Pombal iniciou as suas reformas centralizadoras, já na segunda metade do século XVIII. Mas, nesse momento, todo o edifício

teórico sobre o qual se assentava o corporativismo já estava sob ataque. Começava a voga do pensamento iluminista, que propunha a substituição do princípio aristotélico da desigualdade por seu exato contrário.

Não deveria haver acordo possível entre o modelo aristotélico e o iluminista, como bem notou Norberto Bobbio:

> O estado natural, no modelo aristotélico, é um estado no qual as relações fundamentais são relações entre superior e inferior, e portanto são relações de desigualdade, como é o caso, precisamente, das relações entre senhores e escravos. No modelo jusnaturalista de Hobbes, o estado de natureza, sendo um estado de indivíduos isolados, que vivem fora de qualquer organização social, é um estado de liberdade e igualdade, ou de independência recíproca. É precisamente este estado que constitui a condição preliminar necessária da hipótese contratualista, já que o contrato pressupõe em seu surgimento sujeitos livres e iguais.[8]

Como se pode ver, a diferença central não está relacionada à igualdade empírica entre seres humanos, mas em algo mais abstrato, sendo a liberdade e a igualdade pensadas como expressões de uma universalidade. Esse era o ponto de mudança fundamental, que exigia uma completa e radical alteração na forma de conceber o papel do Estado que vigorava desde a Antiguidade. Segundo a nova filosofia política, a igualdade fundamental entre os seres humanos - a de serem dotados de razão - deveria substituir a desigualdade natural entre os seres humanos como *princípio lógico* organizador das leis. As consequências dessa mudança seriam imensas. O indivíduo livre que se associa aos demais tomaria o lugar de Deus como o findamento *último da* vida social. A capacidade humana de empregar a razão, que se expressa coletivamente no contrato social, entraria no lugar da tradição como fundamento da ordem jurídica.

Dessa radical mudança resultaria também uma nova moralidade ou, para falar no termo da política, uma nova definição de legitimidade. As únicas leis legítimas seriam aquelas derivadas da razão, nunca as fundadas na tradição. E daí outra decorrência seria necessária: só seriam válidas as leis aplicáveis para todos, sem exceções - e inválidos todos os privilégios e

diferenças. Rousseau, o exato contrário de Aristóteles, dizia:

> Nulo é o direito da escravidão, não só por ser ilegítimo, mas por ser absurdo e nada significar. As palavras escravidão e direito são contraditórias, excluem-se mutuamente.[9]

Se para Aristóteles todo o direito se fundava na desigualdade natural entre senhores e escravos, para Rousseau essa mesma desigualdade não tinha sentido no que se refere ao direito. Para os iluministas, a desigualdade era também inteiramente destituída de sentido moral - e de legitimidade política. Dois planos se superpunham. O princípio lógico da igualdade impede o reconhecimento do direito na escravidão, por ser contraditório a este. Mas a igualdade também sustenta o sentido moral da política e das leis, pois é a fonte dos direitos do cidadão. Para Rousseau, "considerando a pessoa moral que constitui o Estado como um ente de razão, porquanto não é homem, cada indivíduo desfrutará dos direitos de cidadão".[10]

Resumindo: no rigor do pensamento iluminista, uma filosofia política de tipo aristotélico era um contrassenso, e o reconhecimento de privilégios não pasmava de um ato ilegítimo.

O Iluminismo logo deixou de ser apenas uma teoria. O primeiro exemplo prático de aplicação desse pensamento como fonte de uma legislação universal, com aspiração a um encontro entre a lógica e a moral, foi o preâmbulo da Declaração de Independência dos Estados Unidos, de 1776. Ela começa com as palavras famosas:

> É evidente por si mesmo que todos os homens foram criados iguais, e dotados por seu Criador de certos direitos inalienáveis, entre os quais o da vida, liberdade e busca da felicidade.

Curioso é que o autor da frase, Thomas Jefferson, tinha 150 escravos no momento em que a escreveu - inclusive oito que eram filhos seus com uma mucama mulata. Mesmo assim, jamais viu nenhuma contradição entre esses detalhes insignificantes e a frase, a ponto de continuar fazendo seus negócios de compra e venda de seres em tese dotados pelo Criador de certos

direitos inalienáveis - e agora sob o império de sua legislação iluminista.

Ao escrever a frase, porém, Thomas Jefferson estava desistindo de incluir a sua atividade escravista no campo do direito legítimo. Toda a lógica da vida política mudava com a sua lei: até então, a ordem divina santificava a desigualdade e a escravidão; agora, as relações desiguais entre senhores e escravos eram transferidas para um território que ficava além do alcance da lei universal e da moral política. Negócios com escravos passavam a ser apenas empíricos, fundados no costume, impostos pela força - jamais negócios que tivessem guarida na moralidade garantida pela lei universal.

O esforço dos primeiros legisladores iluministas tinha o sentido menos de provocar mudanças empíricas, alterar o costume, do que de preservar o espaço legal-racional no qual essa alteração pudesse ser enquadradã no futuro. No momento de escrever a Constituição, os representantes norte-americanos permitiram-se apenas menções muito oblíquas a “pessoas de outro tipo”, “pessoas tidas em serviço em outros estados” ou “outras pessoas” para designar os escravos. Além disso, referiam-se aos índios como habitantes de “outras nações”, ao mesmo tempo que repartiam o território dessas nações. Não se tratava de cinismo, mas de evitar reconhecer na Constituição - que deveria ter o valor lógico da universalidade de aplicação e o valor moral de garantir direitos a todos - algo equivalente a reconhecer o direito fundado na desigualdade. Com isso, preservaram o espaço da lei como aquele das afirmações universais da razão, ainda que para chegar a tal universalidade fosse preciso escamotear o reconhecimento do direito empírico de milhões de pessoas vivendo em cativeiro na pátria da liberdade.

Transformada em prática legislativa nos Estados Unidos, a teoria iluminista teve vários problemas para manter o espaço do direito como aquele da afirmação unicamente de princípios legislativos universais, adequados para formarem em conjunto uma Constituição. Mas a ideia central de um conjunto de leis gerais ficou servindo de modelo para todo o debate político do tempo. Nesse ponto moldou-se a fórmula brasileira para lidar com o tema, em um movimento que começou em 1808, quando a Corte se transferiu para o Rio de Janeiro. Nesse momento, alguns

pensadores conservadores fizeram as suas próprias interpretações do debate, já pensando em uma organização nacional.

Duas figuras foram centrais a esse movimento. Primeiro, a do bispo inquisidor José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, que escreveu nada menos do que um texto cujo nome é *Análise da justiça do comércio de escravos com a costa da África.* Como diz o título, a obra se destinava a provar que os termos "justiça" e "escravidão" eram sinônimos. O argumento para defender Aristóteles e negar Rousseau era simples, construído sobre uma inversão de termos nas posições em debate:

> A seita dos anabatistas, no século XVI, e a dos "novos filósofos", do século XVIII, ainda que pareçam diametralmente opostas entre si, contudo têm a mesma base fundamental, a liberdade, a igualdade, a comunhão de bens. Os anabatistas se diziam rígidos observadores das leis de Jesus Cristo, mas não se embaraçavam em examinar o Dogma, só diziam que o verdadeiro cristão deveria ser justo e santo; a religião deles era arbitrária. Os da nova seita filosófica, que se dizem rígidos observadores da lei natural, e [afirmam] que a lei que é contra o direito natural e a humanidade é injusta, e que, em consequência, não deve ser obedecida, não nos dão, contudo, uma definição clara e distinta dessa sua humanidade, desse seu direito natural, nem nos dizem como ele deve ser aplicado: o seu direito é arbitrário e só de nome.[11]

Segundo o argumento, as leis ditadas pela razão não seriam universais, mas apenas particulares; seus defensores eram uma seita, não pessoas capazes de moldar a ordem geral. Produziam arbítrio, não justiça - e esta ficava reservada para as leis da natureza, capazes de revelar os verdadeiros fundamentos de uma política sábia:

> A natureza que criou os homens para a sociedade foi a mesma que os criou, quer eles queiram quer não, com diferentes e desiguais dotes.[12]

Apresentando a desigualdade como um princípio moral e lógico universal, e as leis da razão com validade muito particular, o bispo

Coutinho negava, como impossibilidade empírica, a ideia do pacto, metáfora da racionalidade universal:

> Conforme o sistema de pactos sociais, que se dizem anteriores e produtores de sociedades, é necessário supor muitos absurdos, e alguns impossíveis, alguns dos quais são: primeiro, que o homem, logo que nasce e se pode arrastar, ainda sem se conhecer, nem a seus pais, foge deles para os matos e para as brenhas, e ali se faz silvestre e solitário; segundo, que ainda antes de ter algumas ideias sobre os males e bens da sociedade, já sabe discorrer e fazer pactos e convenções.[13]

A conclusão lógica era que princípios racionais produziam leis arbitrárias no lugar de direito e justiça, e não passavam de coisa de malucos. Enquanto isso, o reconhecimento de desigualdade natural entre os seres humanos e da justiça na escravidão permitia a disseminação de sábias legislações. Resumidamente:

> Bem pensadas as coisas, toda a lição que os brasileiros teriam a tirar da época era a de cuidar para que alguns excessos mais evidentes do sistema tivessem mais atenção da Justiça do soberano.[14]

O apelo à justiça - como definida pela tradição corporativa, entendida como sanção dos direitos adquiridos e não a uma mudança de sistema e à adoção de perigosas e inúteis leis racionais, viria a ser a grande solução, a mais adequada para o projeto de modernizar o Brasil.

Argumentação em todo semelhante, mas centrada na economia, foi produzida pelo segundo personagem conservador do momento, o Visconde de Cairu. Sua estratégia retórica era ainda mais curiosa que a do bisp»o. Ele publicou seus *Princípios de economia política* com a intenção explícita de divulgar a obra de Adam Smith A *riqueza das nações,* mas de modo muito peculiar. Para começar, Cairu simplesmente não acreditava que o interesse individual de pessoas agindo em um mercado livre fosse um princípio adequado para regular a economia. Eximia Adam Smith desse pecado e atribuía tal absurdo a um “paradoxista de Genebra”, que vinha a ser o

próprio Jean-Jacques Rousseau, o qual “ataca o sistema do regime patriarcal como incompatível com as circunstâncias atuais da sociedade”.[15]

Cairu também defenderia Aristóteles contra o Iluminismo, mas empregando outro argumento. Ele explica desta maneira o processo da divisão do trabalho que estaria descrito na obra de Adam Smith:

> O soberano deve prover que se faça o devido trabalho, particular e público, com o mais livre, extenso e lucrativo emprego possível das pessoas e capitais, em maneira que jamais falte ocupação honesta a quem oferecer serviço, a fim de que se obtenha periodicamente em cada ano no Estado o maior e mais valioso produto da geral indústria.[16]

A bondade do soberano em prover seus súditos seria o princípio promotor da divisão do trabalho, enquanto a liberdade de agir dos dependentes dele seria sua filha; a riqueza da nação, um fruto para o Estado, que está muito acima dos “particulares”, como se dizia com os termos aristotélicos. Enfim, um resumo do antigo grego era atribuído ao economista inglês. A retórica de Cairu seguia a mesma estratégia daquela do bispo: inverter os termos do problema, apresentando a universalidade iluminista como mais um caso particular, que podia ser incorporado sem dificuldades no modelo eterno - aliás, ajudando a provar o valor universal do princípio da desigualdade de Aristóteles.

Esse modo de pensar os princípios iluministas como valores não universais ia além do campo conservador. Em 1817, revolucionários pernambucanos tomaram o poder e imediatamente espalharam por Recife um panfleto que começava com as seguintes palavras:

> Patriotas pernambucanos! A suspeita tem se insinuado nos proprietários rurais: eles creem que a benéfica tendência da presente liberal revolução tem por fim a emancipação indistinta dos homens de cor e escravos. O governo lhes perdoa uma suspeita que o honra. Nutrido em sentimentos generosos, não pode jamais acreditar que os homens, por mais ou menos tostados, degenerassem do original tipo de igualdade; mas está totalmente convencido de que a base de toda a sociedade regular é a

> inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade. Impelido destas duas forças opostas, deseja uma emancipação que não permita lavrar entre eles o cancro da escravidão. Mas deseja-a lenta, regular e legal.[17]

Aqui aparece o mesmo dilema visto no caso Thomas Jefferson, a incongruência entre o princípio lógico e universal da igualdade e a desigualdade empírica da escravidão. Tal dilema é analisado com algumas vantagens pelos pernambucanos, a começar pela de expor com clareza o problema em vez de escamotear, passando pela completa separação entre raça e a situação de escravo. Mas, exatamente porque esse? pontos são vistos de maneira aberta, a solução do dilema não pode ser feita na mesma forma de colocar o princípio na lei e deixar de lado o costume. Vai ser preciso sacrificar a extensão da ideia de liberdade para incluir a situação empírica.

A igualdade não aparecerá no texto como o princípio racional e moral absoluto que sustenta as leis, mas antes como uma ideia que tem o mesmo peso daquela da "inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade". Razão e tradição ganham, assim, o mesmo peso; como resultado dessas duas forças opostas, o governo não tem simplesmente nada de prático a propor com relação aos escravos (como, aliás, não tinha o próprio jefferson) e reconhece a posse dos senhores até que uma ação "lenta, regular e legal" disponha outra coisa sobre esse privilégio. Quem determinaria a solução não seria o governo nem os princípios, mas a justiça, entendida como instância reguladora da tradição, como pregava a receita corporativa. Em vez de ser deixada de lado na lei, a igualdade dos escravos é transferida para o futuro como utopia.

Somando as coisas, tanto o panfleto revolucionário como as arengas conservadoras repetiam, em formas muito diversas, a mesma dúvida com relação ao emprego de princípios universais da razão como fundamento das leis e do direito. O argumento conservador, que fazia sentido até mesmo para revolucionários no poder, mostrava a amplitude da tradição no Brasil. Mas, antes de entrar nas minúcias desse domínio, vale a pena lembrar que tal disseminação não deve ser pensada como uma espécie de destino do pensamento brasileiro para a galhofa, senão como resultado de uma

realidade na qual a desigualdade empírica de conhecimentos era grande a ponto de tornar implausível a régua do direito racional.

A desigualdade não existia apenas entre senhores e escravos, onde o corte era radical, mas também predominava entre os homens livres. A sustentação de uma política iluminista, naquele início de século XIX, dependia inteiramente de uma elite de cidadãos informados, os poucos com direito a voto (menos de 2% da população, na Inglaterra e nos Estados Unidos, na virada para o século XIX) que se viam como bem informados e qualificados para tomar em mãos a tarefa de legislar com racionalidade. Esse topo civil era inimaginável em um território onde imperou o mais rigoroso regime de ignorância jamais imposto a uma colônia: a primeira prensa entrou no Brasil acenas em 1808, em um tempo em que até os índios das reduções jesuíticas espanholas tinham as suas; foi trazida a um lugar em que não havia faculdades - quando as primeiras universidades dos Estados Unidos datavam do início do século XVII.

Apesar de todas essas dificuldades, ainda assim foi possível empregar no Brasil as ideias do Iluminismo para manter a unidade nacional e pôr em funcionamento um sistema político democrático - no sentido que essa palavra foi ganhando, jamais no anacronismo tosco de medir as franquias do século XIX pelas normas atuais, para concluir pelo “atraso” ou pela “falta de democracia”. E isso só foi possível porque gênios como José Bonifácio de Andrada e Silva conseguiram fazer a interpretação possível do Iluminismo para o caso brasileiro: fundar as pretensões de igualdade universal iluministas no costume e não na lei - na sociedade, não no Estado. Ele percebeu djue a sociedade brasileira, embora marcada pela desigualdade extrema, tinha pessoas com baixo preconceito contra conviver com ela em casa. Desse modo, propôs que a utopia da universalidade iluminista, no Brasil, se aglutinasse em torno do objetivo de construir na vida privada (esfera agora de cidadãos individuais, não mais de particulares sujeitos ao senhor) uma igualdade substantiva entre homens e mulheres de todas as culturas e raças.

Disse José Bonifácio: “Nós não conhecemos diferenças nem distinções na família humana. Como brasileiros serão tratados por nós o chinês e o luso, o egípcio e o haitiano, o adorador do sol e de Maomé”. O termo

“brasileiros” não se funda em raça nem em religião, mas no tratamento igual dado a todos os humanos. A igualdade não está na natureza, que fez todos diferentes, mas na razão, que é dada a todos e os trata como iguais. Esse modo de ver as coisas estava muito além do pensamento dos mais radicais iluministas. O próprio Rousseau considerava quase impossíveis a democracia e a liberdade civil nos trópicos, onde os povos “querem ser governados despoticamente”;[18] Jefferson considerava que os povos de raça negra tinham uma capacidade de empregar a razão “muito inferior à dos brancos”.[19]

Naquele momento, a crença na universalidade da razão como princípio estava muito distante da crença em uma igualdade substantiva da capacidade de empregar a razão dos seres humanos - e a confiança em uma igualdade substantiva entre todos os seres humanos nesse campo estava além da capacidade de entendimento dos mestres iluministas.

Por isso, a adaptação proposta por José Bonifácio parecia estranha aos ideais iluministas clássicos. O método de construção da igualdade universal brasileira não seria o do apelo à esfera pública, induzindo-a pela lei geral, mas o do incentivo aos indivíduos privados a agir livremente em sociedade. Tal modo de pensar tinha imensas consequências na avaliação do espaço público. A unidade política não viria da esfera da lei racional universal, mas de um costume coletivo que a lei não reconhecia. O próprio Bonifácio, que conhecia muito bem os iluministas, sabia que sua ideia seria pouco aceita fora da esfera local, mas ainda assim insistia: “Amemos os nossos usos e costumes, ainda que a Europa se ria de nós”. E o projeto que poderia ser motivo de riso na Europa da época pregava a seguinte receita:

> E tempo que vamos acabando gradualmente com os últimos vestígios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar uma nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes. É da maior necessidade ir acabando com tanta heterogeneidade física e civil. Cuidemos, pois, de combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários, em amalgamar metais diversos, para que saia um todo homogêneo.[20]

Ao contrário dos Estiados Unidos, onde as esperanças se concentravam na lei, que trazia uma igualdade ainda não reconhecida pelo costume, no Brasil o costume social igualitário sustentaria a lenta dissolução das desigualdades, criando uma igualdade que a lei não podia admitir.

Algo do que há de moderno na sociedade brasileira derivaria da sabedoria dessa percepção inusitada, fundando no casamento entre diferentes a substância da igualdade e universalidade dos humanos e seus direitos, e deixando a esfera pública como elemento marginal para a construção do ideal iluminista. Segundo a fórmula do patriarca, o Brasil se faria com uma sociedade tolerante e um Estado que funcionaria segundo a receita antiga, pensando-se como cabeça aristocrática sobre uma sociedade incapaz de pensar por si mesma, como um centro mantenedor das agora velhas tradições e diferenças. Enquanto o Estado cultuaria a imobilidade e a prudência, a sociedade construiria em casa o amálgama brasileiro responsável por mostrar ao mundo que a igualdade humana não dependia de origem étnica ou social. Mas, ao seguir esse caminho, havia um preço a pagar: o governo não faria parte dessa igualdade, mas se conceberia, no modo da tradição aristotélica, como algo que está acima da sociedade. O próprio José Bonifácio pensava que esse Estado arcaico seria o mal necessário e o defenderia com firmeza.

Com praticamente todas as vertentes de pensamento que concordem quanto à impossibilidade da adoção de uma legislação apenas racional, o resultado prático não poderia ser outro senão o da heterodoxia, no momento em que se fez o conjunto de leis para reger a vida da nação. A primeira Constituição brasileira começava com as fórmulas universais iluministas. Mas isso era apenas a introdução para se aplicar estritamente o molde preconizado por conservadores como Azeredo Coutinho e Cairu: enquadrar os ideais racionais como forma particular de aperfeiçoar o sistema aristotélico, fundado na desigualdade. Esse enquadramento acontecia sobretudo no artigo 98 da Carta de 1824, que definia um poder acima dos três poderes da tradição iluminista, o Poder Moderador.

Segundo esse artigo, tal poder seria “a chave de toda a organização política, delegado privativamente ao imperador, como chefe supremo da nação e seu primeiro representante, para que incessantemente vele sobre a

manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais poderes públicos". De novo, Aristóteles vencia Rousseau: a independência dos poderes seria garantida por sua total dependência ao soberano que está no alto. A igualdade não seria o princípio absoluto, mas uma posição relativa: todos os cidadãos livres estavam igualmente abaixo do imperador.

Não se tratava apenas de uma desigualdade formal, mas de uma assimetria com muita substância: o Poder Moderador era absoluto e irresponsável - isto é, não sujeito a enquadramento legal -, enquanto os poderes subordinados eram responsáveis. Na prática, isso queria dizer, conforme expresso no artigo 135, que um ministro podia ser processado como responsável por algum ato, mesmo quando apresentasse em sua defesa uma "ordem escrita do Imperador" determinando esse ato. Como anotei em meu livro A *nação mercantilista:* "Este o verdadeiro corte. Se há igualdade, é porque todos, na esfera da Lei, estão sujeitos ao arbítrio. Arbítrio cujas portas só a chave reservada ao alto abre. Abrem como graça e concessão, jamais como direito universal".[21] A Constituição de 1824, na verdade, definia uma hierarquia, uma separação entre aqueles que estão sujeitos à lei, indivíduos subordinados, e os que estão acima dela - governantes irresponsáveis. Estava mais próxima da desigualdade aristotélica do que da diferença corporativa, com sua divisão entre o doce exercício irresponsável do poder e a amarga obrigação responsável da obediência. E criava dilemas próprios ao Brasil, na nova universalidade que se construía no Ocidente com legislações racionais. Se, nos Estados Unidos, havia a dificuldade de universalizar de fato o que se universalizou de direito, no Brasil a dificuldade veio a ser exatamente universalizar o direito segundo normas da razão. Em maior ou menor grau, as Constituições brasileiras - e a própria multiplicação no ramo já é indicativa de pouca universalidade do conteúdo - perseveraram em ser repositório do reconhecimento de diferenças, ou seja, mantiveram o fundamento lógico oposto ao da igualdade. Assim, foi se estabelecendo, já no período republicano (e abolido o Poder Moderador), uma filosofia constitucional, na qual os ideais da legislação nunca foram a concisão e a limitação à exposição de princípios gerais, na receita castiça do Iluminismo. Antes, instalava-se a combinação entre afirmações universais, postas como

preâmbulo válido para todos, e uma lista de tópicos válidos para alguns, que a lei geral reconhecia.

Tais ecos distantes podem eventualmente ser encontrados até no texto da Constituição de 1988. O corte se insinua, por exemplo, no próprio "Preâmbulo" da carta:

> Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

Não parece ser a igualdade dos cidadãos dotados de razão e vivendo na sociedade criada pelo contrato entre eles como indivíduos o que garante os direitos e a liberdade, mas o Estado construído por cima dela pelos representantes, que "vela paternalmente" para assegurar tais direitos.

Outro eventual eco do passado está nas muitas referências a grupos particulares, que ganham "cada um o seu direito" - as mais evidentes das quais podem ser encontradas no título "Disposições constitucionais gerais". Ali, ao contrário da denotação capitular, define-se o reconhecimento de particularidades que fugiriam às regras gerais. Listam-se algumas, colhidas ao acaso: "os serviços notariais e de registro serão exercidos em caráter privado, por delegação do poder público"; "40% da arrecadação do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público" será administrada "através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social"; "aos empregados que percebam até dois salários mínimos de remuneração mensal, é assegurado o pagamento de um salário mínimo anual, computado neste valor o rendimento das contas individuais"; "o Colégio Pedro II, localizado na cidade do Rio de Janeiro, será mantido na órbita federal"; "a lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos

edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência"; "a lei disporá sobre as hipóteses e condições em que o poder público dará assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso"; a demissão de servidor público "somente ocorrerá mediante processo administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa".

O simples correr de olhos por essa lista de constitucionalizações de direitos adquiridos por grupos particulares - direitos estes que a própria Constituição afirma não serem passíveis de eliminação - dá uma ideia da substância daquilo que podemos chamar Iluminismo constitucional à brasileira. Quando a lei geral traz um artigo que garante a determinado colégio um direito particular que o destaca de seus iguais, explicitando uma diferença, algo acontece. Esse colégio foi tornado mais do que outros, mereceu a atenção de todos os constituintes. A leitura do texto que afirma o seu privilégio pode gerar o sentimento de que a particularidade corporativa, o fundamento na tradição que justifica um tratamento diferente para aquele colégio específico, está acima da busca da uma lei universal como princípio jurídico. A moeda do prestígio parece valer alguma coisa, além de contar com emissor.

É óbvio que tal hábito legislativo não visa exatamente à eliminação das diferenças no mundo empírico, mas a manter vivo o princípio do reconhecimento das diferenças - entendidas como "direitos não universais acima das regras gerais" - como norte da atividade de legislar. Tais exceções periféricas têm a função de manter uma regra. Acima do princípio lógico da igualdade, continuaria a operar o princípio da diferença, com a sua proverbial capacidade de acomodação. Claro, esse princípio vai ficando cada vez mais longe do centro: não aparece mais como necessidade, como nos tempos de José Bonifácio. Mas ressurge como eco em pontos secundários, mantendo a diferença como elemento fundamental da vida social. E essa crença é essencial, por exemplo, para manter viva a suposição de que o Estado seria a entidade pensante que faz as leis para "resolver problemas" de uma sociedade imaginada como incapaz de solucioná-los.

Aqui se volta ao tema central. Repito o argumento inicial: o ponto

mínimo do debate sobre o papel do Estado no Brasil pode não ser a disputa do século XIX entre liberalismo, social-democracia e socialismo, pois esse enquadramento impede o reconhecimento de uma herança mais antiga, que talvez possa ser considerada. Há poucos anos, depois de receber a notícia de uma sentença jurídica que confirmava o "direito adquirido" de um grupo particular, o então ministro Pedro Malan proferiu uma frase lapidar: "O problema da economia brasileira não é o das incertezas quanto ao futuro, mas das incertezas com relação ao passado". Uma dessas incertezas pode dizer respeito ao papel do Estado na sociedade brasileira. O debate segundo a fórmula liberalismo *versus* desenvolvimentismo coloca a questão como se fosse uma discussão de tipo inteiramente pós-iluminista, uma opção entre mais e menos de um Estado que seria, em ambos os casos, uma extensão da sociedade. Mas, eventualmente, talvez ainda valha a pena considerar no debate as fórmulas de tempos anteriores, quando a grande questão era trazer para o mesmo plano da sociedade um Estado que estaria acima dela. Caso essa questão seja ainda relevante, o emprego da filosofia do direito do Antigo Regime talvez seja útil no debate sobre o papel do Estado no Brasil - até mesmo para moldar o lugar que nele ocuparia a sociedade, a qual, segundo o modelo de José Bonifácio, seria a portadora dos valores universais brasileiros.

História resumida do voto no Brasil

I. PERÍODO COLONIAL, OU A ERA DOS PELOUROS (1500-1822)

Eram eleitos: vereadores e juízes, com autoridade no território das vilas (equivalentes aos atuais municípios).
Poderes dos eleitos: os vereadores acumulavam as atuais funções do Legislativo e parte dos poderes do Executivo, especialmente de administração e fiscalização. Os juízes acumulavam as funções de julgar causas menores, de organizar e comandar o policiamento, além de controlar os registros cartoriais.
Eleitores: as pessoas qualificadas para comparecer à reunião eleitoral, também chamada Câmara.
Podiam ser eleitos: apenas os chamados "homens bons". A expressão designava, nos moldes do Antigo Regime, os chefes de família (nela incluídos não apenas os parentes dependentes, como os empregados de uma propriedade e os escravos) que tivessem títulos de fidalguia e não exercessem ofícios mecânicos (comércio e indústria).

Funcionamento das eleições

1. Guardando os pelouros
As eleições nas vilas coloniais aconteciam a cada três anos. Era um processo complexo.

Primeiro, o juiz que comandava o ato ouvia em segredo a indicação, de cada um dos presentes, de seis nomes de homens bons. Ao lado dele, um escrivão anotava os nomes, que compunham o chamado rol.

Formado o rol, o juiz e o escrivão se reuniam com os juízes e vereadores cujo mandato estava terminando e, na presença deles, fazia-se a contagem dos nomes mais indicados. Os seis mais votados eram chamados, na época, de "eleitores".

Os eleitores eram divididos em três grupos de dois. Cada um desses grupos era mantido em uma sala separada, sem contato uns com os outros.

Esses grupos faziam um segundo rol, com três nomes para cada cargo eletivo existente na vila.

Os novos róis eram entregues ao juiz, que contava os votos. Depois, escrevia em pedaços de papel o nome dos três mais votados para cada cargo. Para manter segredo, o papel com o nome do eleito era guardado em uma bola de cera, inviolável, chamada pelouro.

Os pelouros eram agrupados por cargo, formando grupos de três. Cada grupo era guardado em um saco. Todos os sacos de pelouros eram então guardados em um cofre de três fechaduras, cada uma com chave diferente. Dois vereadores e o juiz guardavam, cada um, uma das chaves.

2. Escolhendo os eleitos

No início do ano, os guardiões das chaves eram chamados na Câmara. Ali, na frente do povo, abriam o cofre e retiravam os sacos com os pelouros. Então, como dizia a lei, “um menino com idade de sete anos meterá a mão em cada repartimento, e revolverá bem os pelouros, e tirará um de cada repartimento. Os que saírem nos pelouros serão os oficiais neste ano, e não outros”. Enquanto a reunião de designação dos nomes era chamada Câmara, o sorteio que determinava o nome do escolhido recebia a denominação de Eleição.

3. Um modelo eficaz

A eleição nos pelouros era tão mais eficiente quanto menor e mais distante a vilaJ Criava adesão ao Reino mesmo onde não havia autoridade metropolitana; produzia uma gestão de consenso nos ermos; os governantes locais eram capazes de resolver os problemas sem apelo a outras instâncias - nem custo para a Coroa. Por isso, foi largamente empregada com sucesso em todo o vasto território do Império português, espalhado por quatro continentes ao longo de três séculos. Na índia, em Goa, no Brasil, em Angola ou na metrópole, a regra eleitoral era a mesma e de fácil aplicação.

A eleição municipal firmou o hábito do voto e a rotatividade de eleitos no poder - ideias que se tornariam fundamentais mais tarde, na democracia.

4. 1821: a primeira eleição geral

Após a Revolução do Porto, em 1820, foi convocada a primeira Assembleia

Constituinte de Portugal. Dela fariam parte deputados brasileiros, a serem eleitos em cada uma das capitanias (divisão administrativa equivalente aos atuais estados). As regras para a eleição eram uma adaptação da tradição de sufrágios existente. Previam que as vilas escolhessem seus eleitores pelo sistema usual. No lugar de ficarem separados em pares, os seis eleitores escolhidos deviam ir até a sede da comarca. Ali, o procedimento seria repetido, com os eleitores se transformando em votantes para fazer a escolha dos eleitores de comarca. Os eleitores de comarca, por sua vez, iam para a sede da capitania, onde por fim eram eleitos os deputados que a representariam.

No geral, a adaptação funcionou bem. As capitanias menores e as mais próximas de Lisboa conseguiram enviar os seus eleitos a tempo. Mas houve casos de capitanias maiores, como Minas Gerais, onde o processo completo levou vários meses; quando finalmente se completou, já era tarde demais: o Brasil se tornava independente.

II. IMPÉRIO, OU A ELEIÇÃO NOS ALTARES (1822-89)

Eram eleitos: deputados e indicados em uma lista tríplice para o Senado (um deles era escolhido pelo monarca), deputados provinciais, juízes e vereadores nas vilas.
Poderes dos eleitos: deputados e senadores faziam as leis do Brasil. Representantes da Assembleia Provincial propunham e supervisionavam a implantação das políticas locais. Vereadores e juízes das vilas continuavam com os mesmos poderes dos tempos da Colônia.
Eleitores: homens que fossem chefes de família, maiores de 25 anos, com renda anual superior a 100 mil-réis. No período de maior representatividade, na década de 1870, votavam algo em torno de 10% da população adulta brasileira; naqueles de menor representatividade, menos de 2% dos brasileiros adultos votavam.
Podiam ser eleitos: para exercer a função de eleitor (isto é, do escolhido em assembleias paroquiais para eleger os representantes na capital da província), exigia-se uma renda anual de 200 mil-réis. Para deputado, uma renda acima de 400 mil-réis anuais. Para senador, renda superior a 800 mil-

réis anuais. Essas exigências, da Constituição de 1824, foram modificadas ao longo do período.

Funcionamento das eleições

1. Eleição na Igreja
Pensando em dar um caráter sagrado ao ato eleitoral, José Bonifácio de Andrada e Silva, ministro do Império, incluiu no regulamento eleitoral da Assembleia Constituinte do Brasil, de junho de 1822, a obrigação de abrir os trabalhos eleitorais com uma missa. Em um tempo em que o Estiado controlava a Igreja, d. Pedro 1 decretou um regulamento eleitoral, em 1824, que determinava um local para a eleição diferente da tradicional Casa da Câmara: “Será posta uma mesa no corpo da igreja, tomará o presidente a cabeceira dela, ficando ao seu lado direito o pároco, ou sacerdote, em cadeiras de espaldar. Todos os demais assistentes terão assentos sem precedência e estarão sem armas”. A eleição ao lado do altar seria o modelo monárquico.

2. Um modelo próprio
A peculiar forma da Independência, com a manutenção da monarquia, permitiu uma fórmula híbrida de organização política. O espaço de poder para os cargos eletivos foi ampliado, com as escolhas por voto para um órgão provincial e para o Legislativo nacional. Mas o Executivo, controlado pelo poder pessoal do imperador, manteve as suas características autocráticas, ficando de fora do controle pelo voto. O Judiciário também manteve o seu caráter misto, em que os juízes focais eram eleitos e os demais eram indicados pelo monarca.

3.Poder ao Parlamento
Com a renúncia de d. Pe^lro 1, em 7 de abril de 1831, o Poder Executivo passou a ser controlado pelos parlamentares, que governavam como regentes do herdeiro do trono, d. Pedro n, então com cinco anos. Embora não estivesse previsto na Constituição, o regime parlamentarista foi introduzido na prática: todos os ministros eram escolhidos entre os

deputados e senadores eleitos. O controle do Executivo representava um imenso aumento de poder para os representantes escolhidos pelo voto e se manteve até o final da monarquia.

4. Partidos políticos

O aumento de poder do Parlamento acarretou um grau muito maior de competição nas eleições. Na busca por mais poder, os militantes passaram a se agrupar a partir do Parlamento, em torno das ideias que os líderes tinham para as grandes questões nacionais - até formarem partidos políticos capazes de dar um caráter de pregação unificada aos eleitores. Na década de 1840, firmaram-se os partidos Liberal e Conservador, que manteriam a hegemonia no Legislativo.

5. Voto distrital

Em tentativa de minorar o grau de disputa eleitoral, adotou-se o voto distrital a partir de 1855. A ideia era reduzir o grau de conflito pela divisão do número de candidatos e multiplicação dos territórios de disputa. Na mesma direção, a lei criou uma lista de inelegibilidade, a fim de evitar que detentores de cargos públicos empregassem o poder que tinham para pressionar os eleitores.

6. Exclusão dos analfabetos

Em 1879, uma reforma eleitoral mudou radicalmente as regras da Constituição. Além de manter o corte de renda, a chamada Lei Saraiva limitou o direito de voto apenas aos eleitores alfabetizados. Em um tempo em que algo em torno de 12% da população era alfabetizada, a limitação foi severa. Na primeira eleição realizada segundo a nova regra, o eleitorado foi reduzido a um número próximo de um décimo - apenas 1,5% da população adulta votava.

A mesma lei trouxe outra alteração importante: a eleição passou a ser direta, com todos os eleitores votando e sendo eleito o candidato com mais votos, extinguindo-se o sistema de estágios.

III. PRIMEIRA REPÚBLICA, OU O VOTO DE LISTAS (1889-1930)

Eram eleitos: o presidente da República, deputados federais e senadores, no nível nacional. Nos estados e municípios, as regras eleitorais, os poderes do^ eleitos e os cargos eletivos eram definidos nas respectivas Constituições, com a obrigação constitucional de haver um órgão legislativo. Criou-se uma enorme variedade de situações locais.
Poderes dos eleitos nacionais: o presidente da República comandava o Executivo. Os deputados e senadores faziam as leis. Foram extintas as eleições para juízes locais, com a transformação do Judiciário em poder independente.
Eleitores: homens, maiores de 21 anos, alfabetizados e que não fossem mendigos, militares de baixa patente nem religiosos de ordens monásticas.
Podiam ser eleitos: todos os eleitores, exceto os que estivessem cumprindo pena criminal ou tivessem, segundo o artigo 71 da Constituição de 1891, "incapacidade física ou moral".

Funcionamento das eleições

1. A novidade do presidente
A maior mudança trazida pela República foi a transformação do comando do Executivo em uma decisão pelo voto. Era uma imensa ampliação do poder dos eleitores, que exigiu a adaptação de todo o sistema político. O primeiro presidente eleito pelo voto popular foi Prudente de Morais, que tomou posse em 1894 e governou até 1898.

2. Pressão sobre 0 eleitor
A República separou o Estado da Igreja, e com isso as eleições passaram a acontecer em repartições públicas. E, apesar das diferenças de regras regionais, as eleições passaram a marcar uma efetiva troca de comando no sistema político sob o comando dos eleitores - portanto, tornaram-se ainda mais disputadas. Na via inversa, o grau de pressão dos candidatos sobre os eleitores em busca do voto também aumentou muito, e a violência se tornou norma.

3. Política dos Governadores

Em tentativa de organizar os muitos conflitos trazidos à tona com as eleições republicanas, o presidente Campos Sales montou um acordo não escrito com o Parlamento, que ficou conhecido como “Política dos Governadores”. Pelo acordo, uma comissão do Congresso, a de Verificação dos Poderes, julgaria a legalidade das eleições estaduais para deputados federais. Na prática, ela simplesmente impugnava o mandato dos eleitos que faziam oposição aos governadores (a chamada “degola”) e trazia os seus aliados para o Parlamento. Em troca desse poder arbitrário para deturpar a expressão dos eleitores, os deputados apoiavam o presidente.

4. O curral eleitoral

A garantia automática de apoio do presidente ao governador transformou o comandante do Executivo estadual em figura central da organização das eleições. Com a certeza da impunidade na fabricação de uma maioria, o governo se tornou fonte de pressão sobre o eleitorado. Governadores nomeavam autoridades, especialmente delegados de polícia, para afastar os adversários e proteger os aliados nos pleitos. A impunidade permitiu criar currais eleitorais, nos quais os eleitores eram transformados em clientes subordinados dos candidatos governamentais.

5. A lista eleitoral

A pressão direta sobre 0 eleitor se completava com o voto aberto na lista. O eleitor era obrigado a declarar publicamente o nome do candidato em que votava, na frente de todo o aparato de pressão montado pelo governador. O voto era registrado em lista. O sistema do voto aberto em lista permitia um imenso grau de pressão sobre o eleitor. Como se não bastasse, a lista podia ser facilmente manipulada pela autoridade: era comum que se acrescentassem votos de pessoas que não tinham estado presentes. Assim, a liberdade de escolha do eleitor era quase uma ficção.

6. Campanha civilista

A Política dos Governadores garantia a vitória do candidato oficial do presidente à sua sucessão. Mesmo assim, em 1909, Rui Barbosa lançou-se como candidato de oposição. Sua plataforma, basicamente, consistia em

tornar públicas as distorções na vontade dos eleitores trazidas pelo sistema eleitoral vigente e em propor regras universais e seguras para aferir a vontade deles. Rui Barbosa perdeu a eleição, mas levou temas como o voto secreto e as eleições imparciais para a pauta política do país.

7. Primeira cessão ao Judiciário
A medida que iniciou a transformação das eleições em forma de aferir livremente a vontade dos eleitores foi tomada pelo presidente Venceslau Brás, em 1916. Para tirar o controle eleitoral dos candidatos de governadores interessados, ele transferiu o alistamento eleitoral para a esfera do Judiciário. A ideia era impedir o costume das autoridades eleitorais ligadas a governadores de impugnar como não qualificados os eleitores de oposição e colocar nas listas os eleitores sob o seu controle.

IV. A REVOLUÇÃO DE 1930, OU GRANDES MUDANÇAS COM POUCOS GESTOS (1930-7)

Foram eleitos: na Constituinte de 1934, deputados federais e senadores.
Poderes dos eleitos: escrever uma nova Constituição.
Eleitores: homens e mulheres maiores de 21 anos, alfabetizados e que não fossem mendigos, militares de baixa patente nem impedidos por motivos religiosos.
Podiam ser eleitos: todos os eleitores com mais de quatro anos de cidadania, exceto os que fossem impedidos por leis ordinárias criadas no futuro.

Funcionamento das eleições

1. A eleição moderna
O Código Eleitoral de 1932. modernizou radicalmente a organização das eleições no Brasil. A base visível dessa modernização estava na adoção do voto secreto, colhido na urna, e na introdução do voto das mulheres. E, para garantir a real vontade do eleitor, foi montada toda uma nova estrutura de organização eleitoral. Tanto a fase prévia (qualificação dos eleitores, registro de candidaturas, supervisão nos locais de votação) como o controle

da eleição e dos atos posteriores (contagem dos votos, proclamação do resultado e diplomação dos eleitos) foram transferidos para o Poder Judiciário, com a criação do Tribunál Superior de Justiça Eleitoral, atual TSE.

Infelizmente, essa base moderna foi praticada uma única vez em todo o período do governo provisório, na eleição da Assembleia Constituinte de 1934* E os eleitos nem sequer completaram o mandato, pois o Congresso foi fechado no golpe de 1937.

V. ESTADO NOVO, OU O PERÍODO NEGRO (1937-45)

Quadro-resumo: a ditadura imposta pelo golpe de 1937, que durou até 1945, foi o único período em toda a história do Brasil no qual não houve eleições para nenhum cargo. A vontade popular foi totalmente desprezada. *Àté* mesmo nos mais distantes municípios só havia autoridades nomeadas.

VI. A SEGUNDA REPÚBLICA, OU A ERA DAS URNAS (1946-64)

Eram eleitos: no nível federal, o presidente da República, senadores e deputados. No nível estadual, governadores e deputados estaduais. No nível municipal, prefeitos e vereadores.
Poderes dos eleitos: presidentes, governadores e prefeitos comandavam o Poder Executivo em suas respectivas esferas da federação; senadores, deputados e vereadores faziam as leis nessas mesmas esferas.
Eleitores: homens e mulheres maiores de dezoito anos, alfabetizados, com "domínio da língua nacional", segundo o artigo 132 da Constituição de 1946, que não estivessem cumprindo pena criminal nem fossem praças militares, nem impedidos por motivos religiosos. O voto passou a ser obrigatório para todos os eleitores.
Podiam ser eleitos: todos os eleitores, exceto os detentores de cargos executivos (a reeleição era proibida), os governadores e prefeitos candidatos a cargos legislativos e os juízes eleitorais.

Funcionamento das eleições

1. O voto quase universal

A Constituição de 1946, além de dar uniformidade nacional aos poderes dos cargos eletivos, determinou a escolha pelo eleitor do comando de todos os cargos executivos e legislativos nas diversas esferas federativas. Assim, o poder do eleitor sobre o sistema tornou-se muito maior. A maior exclusão passou a ser a dos analfabetos, muito significativa na época.

2. A vontade respeitada na urna

O controle de todas as fases do processo eleitoral pelo Tribunal Superior Eleitoral foi mantido. O voto secreto, colocado na urna indevassável, passou a ser o símbolo da nova era. Por trás dele, havia todo um aparato para garantir o respeito à vontade do eleitor. Ele ia desde a confecção do título eleitoral até o controle sobre a contagem dos votos, a proclamação dos resultados e a diplomação dos eleitos. Tudo isso garantia que o voto refletisse a vontade livre do eleitor.

3. Boca de urna e cédula única

A modernização do aparato eleitoral pela Justiça reduziu drasticamente a capacidade de pressão sobre os eleitores. De modo geral, a eleição voltou a ser um dia festivo. Comparados aos currais eleitorais da Primeira República, os esquemas de boca de urna que surgiram a partir de 1946 eram bem menos violentos. Uma série de leis foi feita para garantir melhor expressão do eleitor, entre elas a introdução de cédulas únicas oficiais, a partir da eleição de 1956.

4. Alternância real no poder

A melhor expressão da vontade popular trazida pelas novas regras permitiu um progresso efetivo. Na Colônia, firmou-se a alternância de eleitos no poder local. No Império, a alternância no Legislativo. Na Primeira República firmou-se o mandato presidencial de tempo limitado, mas com substituição do eleito por um aliado. A alternância no comando do Poder Executivo começou apenas com Getúlio Vargas: em 1950, ele foi o primeiro candidato que não era do partido do antecessor a ser eleito presidente da República.

5. O primeiro referendo

A boa organização eleitoral tornou possível ao Brasil, em 1963, realizar seu primeiro referendo. Os eleitores escolheram entre o regime parlamentarista e o presidencialista, com a vitória desta última forma de governo. Era a primeira vez que se colhia a vontade dos eleitores a respeito de ideias, não de candidatos.

VII. REGIME MILITAR, OU O RETROCESSO (1964-84)

Eram eleitos: no nível federal, senadores e deputados. No nível estadual, deputados. No nível municipal, prefeitos e vereadores de algumas cidades - nas mais importantes, havia nomeação dos prefeitos pelo Executivo federal.
Poderes dos eleitos: deputados e senadores tinham poderes muito limitados. A maior parte das franquias de fazer leis e controlar o governo foi transferida para o Executivo, com um quase ditador governando por decreto e sem contraste. A mesma transferência se deu no nível estadual. Em muitas cidades, como o prefeito era designado pelo Executivo federal, restavam apenas os vereadores como representantes populares.
Eleitores: homens e mulheres maiores de dezoito anos, alfabetizados. Presidente da República e governadores passaram a ser eleitos indiretamente, por um colégio eleitoral.
Podiam ser eleitos: todos os eleitores, exceto aqueles cidadãos cujos direitos políticos o Executivo podia cassar, sem direito à defesa.

Sobre as eleições

1. Uma emenda peculiar

O regime de 1964 foi legalizado pelo Ato Institucional n^{2} 1 (AI-1)**,** votado pelo Congresso Nacional. Esse ato, em tese, mantinha a Constituição de 1946, ap mesmo tempo que determinava que o “poder revolucionário” era absoluto e não tinha contrastes. Com essa forma dúbia, começava o novo regime - e essa forma foi testada já na primeira eleição, para governadores, realizada em 1965, com várias vitórias oposicionistas.

2. Bipartidarismo oficial

Como a vontade popular não batia com a dos comandantes do regime, logo após as eleições de 1965 o Ato Institucional n^2 2 foi baixado, dessa vez sem a aprovação do Congresso. O AI-2 extinguiu os partidos políticos existentes para criar dois, um de apoio ao governo e outro de oposição. Suprimiu a eleição direta de governadores. Diminuiu ainda mais o poder do Congresso.

3. *AI-5*

O regime bipartidário ainda permitia certa manifestação da vontade dos eleitores - a qual não demorou a ser considerada excessiva pelos dirigentes militares. Em 13 de dezembro de 1968, um novo ato do regime reduziu ainda mais os poderes dos eleitores. Foi mantido um Parlamento, mas com poderes muito limitados, e as representações legislativas estaduais e municipais ficaram com poderes igualmente enfraquecidos. Era um rebaixamento dos poderes dos eleitores sobre o governo a níveis semelhantes aos existentes no Primeiro Reinado.

4. A eleição de governadores

A recuperação do poder dos eleitores foi lenta, mas construída a partir do Congresso Nacional, onde se concentravam os representantes eleitos de maior poder. Dali foram negociadas as condições que permitiriam uma progressiva volta ao regime democrático. Em 1979 foi extinto o bipartidarismo, e recomeçou a construção de um sistema partidário. No mesmo ano, uma anistia tornou elegíveis os cidadãos com direitos políticos suspensos. Em 1980, o Parlamento aprovou uma emenda constitucional que reinstaurava a eleição para governador. Em 1982, a eleição dos governadores voltou a ser feita pelo voto - e vários candidatos oposicionistas foram eleitos.

5. Diretas-Já

Na falta de canais institucionais, a população brasileira buscou nas ruas a recuperação do direito de escolher todos os governantes pelo voto. Ao longo de 1984, a partir de um comício promovido pelo governador de São Paulo, André Franco Montoro, que reuniu 300 mil pessoas na Praça da Sé,

começou a campanha das Diretas-Já. Milhões de pessoas saíram às ruas em apoio à ideia. A campanha permitiu reunir as forças que elegeriam Tancredo Neves, o candidato de oposição, no colégio eleitoral. Terminava o regime militar.

VIII. VOTO UNIVERSAL E URNA ELETRÔNICA (1988 E DEPOIS)

São eleitos: no nível federal, o presidente da República, senadores e deputados. No nível estadual, governadores e deputados estaduais. No nível municipal, prefeitos e vereadores.
Poderes dos eleitos: presidentes, governadores e prefeitos comandam o Poder Executivo em suas respectivas esferas da federação. Senadores, deputados e vereadores fazem as leis nessas mesmas esferas.
Eleitores: homens e mulheres maiores de dezesseis anos. O voto é obrigatório para todos os alfabetizados que têm entre dezoito e setenta anos, e facultativo para os analfabetos, menores entre dezesseis e dezoito anos e maiores de setenta.
Podem ser eleitos: eleitores inscritos nos partidos políticos reconhecidos, exceto detentores de cargos executivos em segundo mandato e, quando para a disputa do mesmo cargo, seus parentes.

Funcionamento das eleições

1. O voto realmente universal
Uma das primeiras medidas do Congresso Nacional após a redemocratização foi a aprovação de uma lei que, a partir de julho de 1985, reintroduziu o voto dos analfabetos, proibido 104 anos antes. Finalmente o voto se tornava universal no Brasil. Essa universalidade dos eleitores, somada à capacidade de escolherem os detentores do comando do Executivo, deu às eleições brasileiras o perfil de uma democracia plena.

2. Dois turnos
A Constituição de 1988 introduziu a exigência de maioria absoluta para as eleições a cargos do Executivo. As eleições passaram a ser em dois turnos, exceto nas cidades com menos de 200 mil eleitores. Essa exigência visava a

dar maior legitimidade ao eleito.

3. Diretas para presidente
A primeira eleição em dois turnos foi para presidente da República, realizada em 1989. Após um intervalo de 39 anos, os brasileiros escolheriam pelo voto o comando do Executivo. E os dois turnos foram necessários para a eleição de Fernando Collor de Mello.

4. Impeachment
Em 1992, a vontade popular ganhou uma nova forma de manifestação na história do Brasil. Pela primeira vez, em meio a investigações sobre corrupção, o Congresso Nacional abriu um processo de impeachment de um presidente eleito, com apoio de grandes manifestações populares.

5. A urna eletrônica
Depois de uma década de preparação, a Justiça Eleitoral conseguiu empregar as novidades da eletrônica para criar uma fórmula capaz de garantir, ao mesmo tempo, a lisura do processo de captar a vontade dos eleitores e uma apuração rápida e segura dos votos. Começava, em 1994, a era da urna eletrônica, com a esperança de que a junção entre o exercício do governo e a vontade popular seja plena.

O lugar do empreendedor

História do Brasil com empreendedores é um livro que trata de dois planos que se cruzam. De um lado, a economia do Brasil no período colonial; de outro, os modos pelos quais essa economia foi pensada ao longo do século passado. No centro desse cruzamento está uma ideia própria: entender a figura do empreendedor como a que permite entender essa clivagem como uma totalidade. Em outras palavras, traz a figura do empreendedor para o centro da história brasileira - o que configura um terceiro plano de ideias, assunto específico deste ensaio.

Para melhor entendimento desse tema específico, vale uma breve recapitulação dos dois primeiros planos. No que se refere à economia colonial, a apresentação no livro gira em torno de uma série bastante grande de estudos de historiadores econômicos, todos eles mostrando uma direção unívoca: ao longo dos trezentos anos durante os quais o Brasil era uma colônia dentro do Império português, sua economia revelou um dinamismo muito forte - ao menos, bem superior ao da metrópole. Por volta de 1800, seria bem mais correto dizer que a economia do reino era inteiramente dependente daquela de sua colônia.

Em regime de monopólio comercial, só há um modo de tal fenômeno acontecer: a produção para o consumo interno da própria colônia ter uma dinâmica maior do que a do setor que produzia para fazer trocas com a metrópole. Os indícios apontam fortemente nessa direção. Estudos da conjuntura do último terço do século XVIII mostram um crescimento constante da economia brasileira, em um momento em que a portuguesa estava em retração. A análise desse movimento revela que a dinâmica estava concentrada na atividade interna. Entre aqueles que se arriscaram a quantificar dados para o início do século XIX, a indicação obtida foi de um mercado interno equivalente a 84% do Produto Interno Bruto - apenas para comparar, em 2008 o mercado interno representou 86,7% do PIB.

As análises sociológicas dessa realidade econômica apontam para um centro dinâmico da economia: a população livre. Para que se tenha uma

ideia censitária, no início do século XIX as pessoas livres compunham 74,8% da população (incluídos os índios, pois eram livres segundo as leis da época e - mais importante - o seu papel econômico era o de agentes livres). Mesmo que se cometa a barbaridade de segregar os índios, como fazem alguns, ainda assim a população livre equivaleria a 69,1% da população total.

Além de formar a maioria da população, esse contingente tinha baixa relação com o trabalho escravo. Apenas 9% dos homens livres eram proprietários de escravos. E apenas algo em torno de uma em cada quatro unidades produtivas conhecia o trabalho escravo. Mesmo dentro do reduzido grupo dos proprietários de escravos, os pequenos formavam a imensa maioria. A média de escravos por proprietário girava em torno de cinco, na virada para o século XIX.

Mais ainda, os estudos revelam que, do ponto de vista sociológico, as unidades produtivas sem escravos e aquelas com poucos escravos eram totalmente indistinguíveis. Não havia nenhuma atividade econômica nem qualquer espaço social que essas unidades não compartilhassem.

Somando economia e sociologia, os estudos revelam que o centro do Brasil colonial éra a pequena exploração econômica tocada por homens livres, sem escravos ou com um número pequeno deles. O chamado sítio ou roça, unidade basicamente familiar, era a unidade produtiva dominante.

No outro lado, o dós mais ricos, os estudos revelam que a riqueza se concentrava, na forma de capital comercial, nas mãos de uma rede de comerciantes locais, regionais e extracoloniais, toda ela instalada no próprio Brasil. No topo dessa rede estavam os traficantes de escravos. Eles controlavam, do Rio de Janeiro, Salvador e Recife, tanto os negócios locais como toda a rede de captura no continente africano 1 o transporte para a Colônia. Como, ao mesmo tempo, eram os maiores compradores da produção das propriedades escravistas no mercado interno, toda a apropriação de ganhos sobre a produção escrava acontecia no próprio âmbito da economia colonial.

Somando a força do controle da face africana com a interna, os comerciantes coloniais conseguiam manter sob controle as massas de capital necessárias para financiar, do próprio Brasil e segundo a lógica

interna, os investimentos que faziam da economia colonial uma realidade bem mais dinâmica que aquela de Portugal.

Claro que esse é um resumo bastante breve dos dados, mas capaz de mostrar o essencial para entrar no segundo plano - o modo como a realidade econômica da Colônia foi pensada ao longo do século passado.

A apresentação feita acima tem um claro ruído em relação ao grande modelo pelo qual se interpreta atualmente a história brasileira. Em um resumo dramático, o argumento desse modelo pode ser apresentado da seguinte forma: interessado em lucrar com sua colônia, o governo português incentivou a formação de grandes
latifúndios produtores de matérias-primas, onde trabalhavam muitos escravos na produção exportadora. Tudo era disposto de tal forma que o sentido da colonização era permitir a transferência de riquezas para fora.

Nesse modelo do latifúndio agrário-exportador, o mercado interno é visto como secundário. Sociologicamente, a resultante seria uma realidade na qual apenas os senhores latifundiários e os escravos tivessem papel relevante - e na qual os homens livres pobres não passariam de uma malta dependente dos grandes senhores, agregados ou capangas, dispostos a tudo para recolher migalhas.

Pela importância do modelo, o livro traz um estudo bastante detalhado de sua gênese. De modo geral, Caio Prado Jr. é saudado como o seu grande formulador, especialmente a partir de *Evolução política do Brasil*, de 1933, e *Formação do Brasil contemporâneo*, de 1942.

História do Brasil com empreendedores revela algo mais que a interpretação usual, aquela que atribui a força e a validade do modelo ao fato de empregar a metodologia marxista. Traz, por comparações claramente demonstradas, as relações entre as ideias de Caio Prado Jr. e alguém que costuma ser pensado como seu antípoda ideológico: Oliveira Vianna.

Como notou Rafael Cariello, em notável resenha de *História do Brasil com empreendedores* publicada no caderno “Mais!”, da *Folha de S.Paulo:*

> Foi Vianna, antes de Prado Jr., quem colocou o “latifúndio” no centro de seu modelo explicativo sobre as razões do atraso brasileiro. Para o

> conservador, as consequências da importância exacerbada da fazenda exportadora eram, sobretudo, políticas. A sociedade brasileira se via reduzida à oposição entre senhores e escravos, e entre eles uma massa de homens dependentes dos proprietários, incapazes de se associar livremente e criar o substrato social necessário para a vigência, mais tarde, da democracia. Daí por que o modelo liberal - incluindo o voto direto - era estranho ao país e não deveria ser importado, dizia Vianna.[1]

Mesmo com essa muito reduzida apresentação do segundo plano, aquele das ideias século passado, fica claro que os dois planos formam uma relação de oposição. De um lado, os indicativos de uma realidade dinâmica - dinâmica fundada sobre o contingente majoritário dos homens livres; de outro, modelos que julgam que essa realidade tem estrutura diametralmente oposta, sem nenhuma dinâmica social interna, pois baseada na desigualdade completa da escravidão, na miséria da população livre e na ausência de liberdade, de atividade criadora, de democracia.

Entre um plano e outro, assim postos em oposição, a figura do empreendedor.

Ela está no título do livro, portanto no centro de uma sugestão para uma nova compreensão do Brasil. Mas tem algo de frágil, como uma flor que brotou no asfalto da avenida.

As perturbações para seu entendimento não são poucas. Do lado dos dados econômicos, vale com sentido ainda maior a genial frase do ex-ministro Pedido Malan: “O problema da economia brasileira não é o das incertezas quanto ao futuro, mas das incertezas com relação ao passado”. Não é nada comum que os historiadores econômicos descubram imensas discrepâncias de magnitude, mesmo quando tratam do passado distante. Em histórias minimamente assentadas, nenhum deles teria a pretensão de buscar grandes revisões - seja sobre a França medieval, a China antiga ou os Estados Unidos.

Uma revisão de grande porte, incluindo não apenas dados como também modelos interpretativos, é ainda mais perturbadora. Como dizia sabiamente Machado de Assis, “os mortos ficam bem onde caem”. Por isso, o bom passado é aquele no qual as grandes lições estão guardadas de modo

permanente, e de onde se pode extrair não apenas sabedoria, mas também segurança e uma ideia de estabilidade.

Para aumentar o problema, existe a vertigem ideológica. A complementaridade de ideias conservadoras, reacionárias mesmo, e de um julgamento marxista parece cenário de filme expressionista: tudo se distorce.

Nesse cenário de perturbações, qualquer forma tradicional de enquadramento leva diretamente de volta ao problema - e para longe de perspectivas inovadoras. Para que não se perca esse território novo de empreendedores, alguns poucos pontos são essenciais na configuração de um terceiro plano.

O primeiro tem a ver com a própria definição de empreendedor empregada no livro. Ela tem como característica essencial uma combinação entre trabalho e capital que é ainda primeva: o empreendedor transforma um no outro, algo que só é possível em um ambiente onde os indivíduos possam deter os meios de produção e incorporar à sua renda o resultado do trabalho - como lucro. Essa era a condição dominante na América anterior ao capitalismo, povoada por pessoas que abandonavam a ordem e a cultura medievais para ter uma vida cujo sentido era o enriquecimento.

Se essa era uma figura geral da América, a ligação direta com a cultura tupi-guarani dará a característica específica da realidade brasileira. O hábito nativo de ceder uma mulher para alguém de fora aceito no grupo criará não apenas uma população mestiça, mas também uma sociedade aberta. O casamento sagrava uma aliança, na base da qual estava a mudança transformadora - tanto para o europeu, que abaridonava a sua origem, como para o nativo, que via radicalmente modificado o seu modo de vida.

Todos se transformavam, todos empreendiam. E assim se pode entender o primeiro ponto essencial: a quantidade. A figura do empreendedor é central não apenas pelo papel econômico, mas também por sua dominância numérica. O suporte do empreendedorismo colonial não estava no ralíssimo topo letrado, mas na grande base mestiça. O livro mostra em detalhes essa capacidade de montar empreendimentos desde a base mais baixa da sociedade até o topo - além do entrelaçamento entre as partes, por meio de redes de aliança familiar e negócios.

Essas redes, que ligavam toda a população livre, da grande base ao topo, tinham como característica essencial uma larga confiança na capacidade empreendedora de cada um - traduzida em instituições que misturavam financiamento com relações pessoais. Fiado, dote, armação, quarta e empréstimos se complementavam como formas de disseminação da figura do empreendedor por todos os poros da sociedade.

É evidente que um processo social desse porte não se extingue da noite para o dia. O livro trata dele apenas até o início do século XIX. Mas parece claro que não houve nenhuma hecatombe sobre os empreendedores - e a imigração do final daquele século reforçou a contínua leva de empreendedores que se casavam no Brasil.

Nesse cenário, pode ficar uma primeira sugestão. Eventualmente, a vontade de empreender, de correr riscos, não é apanágio de uma minoria. Do ponto de vista técnico, até aquele tipo que hoje corre as ruas de carrocinha, recolhendo papelão, é um empreendedor: dono de seus meios de produção e remunerado pelo resultado total de sua atividade.

Se isso tiver um mínimo de sentido, o apelo de instituições que apoiem o empreendedorismo poderá ter, a partir de um renovado conhecimento da história, uma nova dimensão. Falar de empreendedor é falar para a maioria da população - e falar pensando nessa nova dimensão pode produzir eco geral. Note-se, de novo, que nem se está fazendo aqui uma afirmação de cunho histórico nem sobre o livro, mas apenas um convite a refletir de modo mais amplo sobre o lugar do empreendedor em nossa sociedade.

Uma segunda sugestão tem a ver com o lugar do governo. Parece mais que claro que o empreendedorismo no Brasil colonial não se desenvolveu como programa de governo. Tudo o que se diz sobre o governo do período, como um governo exclusivamente colonial, com a função central de arrecadar impostos, mas não investir dinheiro público para ampliar a produção, a oposição ao enriquecimento dos colonos brasileiros, tudo, enfim, é verdadeiro. Desse modo, parece evidente que a sociedade era a responsável pelo progresso, a despeito das formulações da política econômica. Muito disso mudou depois da Independência; ainda assim, parece difícil atribuir o caráter empreendedor do brasileiro às ações do Estado.

A terceira sugestão se relaciona à própria elite. Não foram os analfabetos que criaram, mesmo em campos ideológicos opostos, modelos explicativos do Brasil nos quais o mercado e os homens livres são grosseiramente subestimados, enquanto o papel de uma classe senhorial que vive deles - mas não os apoia - aparece como muito maior que a realidade indica.

Com essas sugestões, pode-se caminhar na direção de um contorno um pouco mais preciso das eventuais indicações que a figura do empreendedor como centro da história brasileira pode trazer. Em uma frase, o amor pela liberdade e pela transformação talvez seja muito mais amplo no Brasil do que as limitações de percepção dos *modelos tradicionais* (tanto o conservador como o marxista, nisso xifópagos) deixam entrever.

O problema central, portanto, está nas limitações do conhecimento ordenado, do conhecimento erudito, quando trata de lidar com a população livre do Brasil. Se a figura do empreendedor e o valor do empreendedorismo forem pensados como valores aceitos e praticados pela maioria, podem resultar em alguma forma nova de encontro entre líderes e sociedade.

Povo local e universal

Há cinco séculos a globalização é um fenômeno que ocorre no interior da vida brasileira. As condições naturais (floresta tropical), sociais (ocupação do território por grupos indígenas isolados) e tecnológicas (domínio de instrumentos trazidos da Europa pelos portugueses e dos conhecimentos agrícolas e biológicos da floresta tropical pelos povos ameríndios), no período inicial do contato entre culturas diferentes, ainda no século XVI, influíram para a formação de uma mistura complexa, entre a miscigenação e a escravidão. Casamento, guerra e submissão tornaram-se os catalisadores de uma intensa troca cultural, que permitiu o rápido surgimento de um tipo da terra, nem europeu nem índio.

Esse mundo de trocas culturais foi bastante ampliado com a chegada de escravos africanos - e, posteriormente, imigrantes de outras regiões do planeta. A extensa base original de trocas culturais permitiu que, mesmo dentro dos moldes bastante excludentes da escravidão, houvesse espaço para o entendimento do outro, do diferente. Criaram-se, assim, as condições práticas para a realização do ideal renascentista: nada do que é humano se tornou estranho ao Brasil. Obviamente, era uma realização enviesada por hierarquias, mas que nunca chegava a dominar de todo o espaço social da abertura para o diferente.

Se a escravidão provocou entraves econômicos - entre os maiores deles, as dificuldades para passar ao capitalismo no século XIX e as desigualdades econômicas e educacionais que perduram até o presente o convívio permanente de cada brasileiro com outras culturas abriu espaço para as soluções: um ideal de democracia política, cuja maior expressão são os quase duzentos anos de funcionamento do Parlamento e as mais de cinquenta eleições nacionais em nossa história; a disposição de abrir a economia para investimentos externos; a política internacional de paz.

Desde a Independência, em 1822, todo o esforço de modernização do país esteve centrado na ideia de empregar as possibilidades culturais da aceitação da diversidade para criar um ambiente institucional de

investimento fora do universo escravista e do autoritarismo implícito no sistema. Eram esforços necessariamente universalistas, cuja maior expressão no século XIX foi o Barão de Mauá, empresário multinacional e refundador do Banco do Brasil, em 1851, como uma empresa voltada para o financiamento desse progresso. Como, no Brasil, nem mesmo os setores de produção mais atrasados socialmente desconheciam o mercado internacional (afinal, o tráfico de escravos era uma forma de comércio internacional considerada lícita até o século XIX), as barreiras culturais para entender a economia como um universo tão global quanto o da cultura sempre foram mínimas. De modo geral, os dirigentes econômicos do país sempre entenderam que tirariam mais proveito dessa situação do que do isolamento.

Mesmo durante o período de maior fechamento da economia, a partir dos anos 1930, foram mantidas as condições básicas de recebimento de influxos externos, sobretudo a busca de apoio ao capital estrangeiro e a manutenção de empresas multinacionais no país. Por isso, assim que o fenômeno da globalização provocou o rompimento das restrições políticas da Guerra Fria, que obrigavam os países a alinhamentos automáticos, abriu-se para o Brasil a possibilidade de aproveitar a sua tradição como potencial na era pós-Muro de Berlim. Em menos de uma década, as amarras que tinham sido internalizadas foram cortadas, uma após a outra, por vontade popular, traduzida em apoio ao Congresso para votar mudanças.

Além da velocidade e da profundidade dessas mudanças, salta aos olhos o fato de que elas não vêm provocando mais do que reações localizadas de setores que se beneficiavam da proteção monopolística do mercado fechado e dos privilégios sociais de seus controladores, dentro e fora do Estado. Isso ocorre porque, no Brasil, os impedimentos culturais que a globalização traz, expressos em reações xenofóbicas de variada espécie, são praticamente desprezíveis. Pelo contrário, o maior acesso ao mundo exterior é visto como um bem pelo cidadão comum e como uma realidade inevitável pelo empresariado, que enfrenta com coragem as duras consequências da decisão nacional de abrir velozmente a sua economia.

Expostos à competição internacional em condições internas que os tornam uma das categorias mais atingidas, os empresários fazem grandes

esforços para aproveitar o lado bom da situação: aumentar a produtividade, melhorar o desempenho de suas empresas, buscar o mercado externo. Nesse caminho, muitas vezes têm contado com o apoio dos trabalhadores, que chegaram até a aceitar a diminuição de salários para permitir a continuidade do esforço de modernização.

A aceitação generalizada da diversidade cultural como valor é a base social que permite a absorção do impacto produzido pela abertura da economia. Apesar das dificuldades, predomina a crença de que é um ganho para o país o contato intensivo com o mundo externo - e de que o país tem capacidade cultural para retrabalhar a seu favor os impulsos do processo. Graças a essa base e a um governo engajado em tais anseios, o Brasil vem conseguindo montar um quadro institucional adequado ao mundo globalizado - e aos brasileiros que vivem a globalização como uma realidade permanente de sua formação.

Intuições sobre a ausência do Brasil em *O capital no século XXI*

A poderosa argumentação de Thomas Piketty em O *capital no século XXI* está estribada em urda fusão disciplinar rara. Na base de todos os argumentos, existe um conjunto de estatísticas históricas sobre o desempenho da economia planetária nos últimos três séculos. Esse conjunto serve como fundamento para o autor dialogar com diversas áreas de conhecimento. No lado da economia, as estatísticas são empregadas como contraponto de prova empírica para teoremas matemáticos; na história, como dados estruturados que colocam à prova argumentos narrativos; nas ciências sociais, como instrumento de análise de opções institucionais. Não bastassem tantos contatos, as estatísticas do passado trissecular também servem para fazer algumas projeções de cenários futuros, a partir das quais o autor discute a desigualdade na distribuição de riqueza em escala mundial nas próximas décadas e propõe alternativas de política econômica global.

Ao longo de toda essa maciça apresentação, o Brasil aparece apenas *enpassant*, em unia queixa sobre a falta de fornecimento de dados fiscais pelo governo. Esses dados permitiriam calcular algumas tendências sobre desigualdade a partir da segunda metade do século passado, que fariam parte de um conjunto sobre os países emergentes. Em todo o mais, o Brasil é inexistente.

Este pequeno* ensaio procura oferecer o possível, embora pareça muito pouco, para atenuar a exclusão: algumas intuições pessoais, treinadas em vinte anos de pesquisas sobre história econômica brasileira, abrangendo desde a produção das sociedades pré-cabralinas até o capitalismo. A intenção é tentar fornecer, até onde as pesquisas e os conhecimentos permitam chegar, elementos numéricos que possibilitem vislumbrar um lugar para a economia brasileira na comparação com as séries estatísticas mundiais do livro - mas, sobretudo, indicações de hipóteses para estabelecer diálogos com as disciplinas com as quais Piketty interage.

A tarefa parece grande, e as limitações são evidentes, a começar pela pretensão de empregar a obra pessoal, recendente a cabotinismo. Mas, por

outro lado, tal contraste pode ser mais bem entendido com uma avaliação sumária do cenário geral. Piketty não emprega estatísticas trisseculares brasileiras porque elas, com um grau de precisão vagamente semelhante àquelas empregadas no livro, simplesmente inexistem. E não existem porque é fraca no país a tradição que as gerou. Tão fraca que sua história ainda precisa ser contada.

O livro de Piketty é fruto de uma linha de pesquisa que tem um poderoso marco inaugural: a publicação, em 1974, nos Estados Unidos, do livro *Time on the Cross,*[1] de autoria da dupla Robert Fogel e Stanley Engerman. Os dois empregaram a tecnologia da informação para construir bancos de dados históricos quantitativos sobre a escravidão e técnicas estatísticas para organizar séries capazes de servir de teste para argumentos de economistas e historiadores tradicionais sobre a economia da escravidão. Anos mais tarde, Fogel explicaria desta forma os interesses iniciais no trabalho:

> Assim como muitos outros estudiosos, eu não estava especialmente interessado na história da escravidão norte-americana, mas um acidente de pesquisa acadêmica transformou a economia da escravidão em um teste para a aplicação de métodos estatísticos.[2]

O *"acidente" se* amplificou pelo grande impacto do livro. A análise a partir dos dados quantitativos levou a dupla a conclusões diametralmente opostas a várias crenças até então sustentadas por economistas e historiadores sobre a produção escravista. Entre as mais polêmicas, a constatação de que o trabalho escravo era tão produtivo quanto o assalariado, de que a qualidade da alimentação dos escravos era semelhante à dos pobres livres e de que a acumulação de capital era muito efetiva na sociedade escravista.

Prevendo que teriam problemas no diálogo com os historiadores e economistas que sustentavam o inverso, os autores resolveram tornar públicos e abertos os seus bancos de dados, para quem quisesse formular séries e argumentos contrários a partir deles, exigindo apenas que os pesquisadores que os usassem também tornassem igualmente públicos e

abertos os dados novos que obtivessem.

Assim, além de criar um novo instrumento de análise, os dois inauguraram um procedimento de pesquisa e debate intelectual no qual o enriquecimento dos dados seria feito de modo coletivo, colaborativo e aberto - para gerar conhecimento progressivamente consistente em torno de novos argumentos. Deu certo. Não apenas o repto foi aceito, como historiadores e economistas de diversas tendências se apresentaram para debater e colaborar. O que parecia impossível aconteceu muito depressa.

Já em 1975, Stanley Engerman e o principal estudioso marxista norte-americano da escravidão na época, Eugene Genovese, publicaram juntos *Race and Slavery in the Western Hemisphere?* O livro marcou não apenas o início de uma trajetória interdisciplinar como também a ampliação do escopo dos estudos sobre escravidão, de um país para o Ocidente como um todo. Graças às novas relações entre os pesquisadores, nas quais a ideologia contava menos que a precisão dos dados no debate, a área da economia da escravidão se transformou em um laboratório efervescente, no qual se combinaram os bancos de dados sempre enriquecidos, a análise quantitativa comum e a interpretação qualitativa diversa.

Para resumir em um parágrafo: Fogel ganhou o prêmio Nobel de economia em 1993, Engerman se tornou o padrão de referência em história econômica em seu país: é o organizador de *The Cambriàge Economic History of The United States*,[4] e praticamente todos os artigos que a compõem são baseados em estatísticas históricas, cobrindo não apenas a escravidão, mas todos os demais aspectos da economia. O estudo experimental se transformou muito depressa em padrão.

Não foi apenas um processo local. Os métodos quantitativos e as pesquisas colaborativas desenvolvidos a partir da fonte original da escravidão foram sendo empregados para vários outros objetos e para as histórias de muitos países, gerando uma profusão de dados e estudos em vários campos.

Essa imensa massa de trabalho passado sobre dados quantitativos está por baixo de cada linha de cada gráfico do livro de Piketty. Até chegar a estabelecer números comparáveis entre vários países e por períodos longos de cobertura, correram décadas de trabalho de centenas de pesquisadores.

Graças às tradições da pesquisa colaborativa, Piketty foi capaz de encontrar parceiros que o ajudaram a construir as monumentais séries de dados unificadas que estão na base de sua obra.

Toda essa tradição passa muito ao largo da vida intelectual brasileira. Não deixa de ser significativo que quase nenhum dos clássicos produzidos no mundo inteiro a partir desses procedimentos, a começar por *Time on the Cross*, o inaugurador, tenha sido traduzido no Brasil.

Ao longo das últimas quatro décadas, prevaleceu por aqui a tradição das disciplinas rigidamente separadas pelas paredes dos departamentos universitários. Os principais cursos de história do país formam profissionais que cultuam um solene desprezo pela estatística; as faculdades de economia mantêm o amor pelos teoremas matemáticos e o desdém pelas narrativas; os estudantes de estatística com um mínimo de talento acabam contratados por bancos ou seguradoras antes de poderem se exercitar com números históricos; nas escolas de ciências sociais, que misturam formação em estatística com estudos institucionais, poucos se interessam em enfrentar as barreiras já postas para a multidisciplinaridade.

Desse isolamento nasce a sensação de novidade da discussão integrada. O livro de Piketty teve sucesso no Brasil por, entre outros méritos, ter permitido ao leitor se surpreender e se acostumar com raciocínios que não levam em conta as barreiras mentais imperantes entre as disciplinas e os profissionais acadêmicos brasileiros. Por outro lado, tornou também evidente o estado marginal do conhecimento sobre o país nos novos moldes interdisciplinares, fundados em números comparáveis, relativos a vários períodos e a várias realidades.

Por isso, fica para o leitor brasileiro a impressão de irrelevância, de marginalidade de sua história. E ela não pode ser vencida se a pretensão for igualar o rigor dos números apresentados no livro. Nesse registro, seria impossível argumentar com propriedade ao modo de Piketty para o caso local. A tábua de referências fundamental para sustentar afirmações - números relativamente consensuais sobre aspectos comparáveis do passado econômico — inexiste. Para se ter uma ideia da precariedade, só há cálculo do PIB brasileiro a partir de 1947, e as inferências mais sistemáticas sobre a economia como um todo só chegam a 1900.

Nesse cenário, não resta mais que o apelo ao impressionismo para ensaiar um tratamento para o passado brasileiro que leve em conta, ao mesmo tempo, as séries estatísticas de longo prazo e os diálogos multidisciplinares. Como Piketty trouxe para o leitor brasileiro uma base de dados mundial e séries seculares muito focadas, o emprego de sua obra como referência permite apresentar essas sugestões impressionistas de uma forma que, embora pessoal, pode eventualmente ser significativa para alguns leitores.

A minha obra foi construída dentro das limitações da realidade brasileira, mas penso que lidou de alguma forma com desafios interdisciplinares que permitem construir, no diálogo com os dados do livro, um roteiro, ainda que impreciso, das etapas necessárias para chegar a um conhecimento da história econômica brasileira que leve em conta as novas possibilidades comparativas trazidas por Piketty.

O autor trabalha basicamente com duas séries clássicas: produção, em que olha para a economia pelo lado dos fluxos, e riqueza, em que considera os estoques. Divide os dados seculares em períodos, tendo como prioridade a produção. O primeiro deles, que iria do ano zero até 1700, seria caracterizado pela estabilidade relativa dos níveis da produção. Em seguida viria uma época de crescimento lento, até 1820. Depois disso, um tempo de crescimento com desigualdade, que atravessaria o século XIX e chegaria a 1913. Finalmente, o período que iria até 2012.

Essa não é a periodização usual para história do Brasil. Mas será adotada aqui como a tábua de comparação capaz de ajudar a pensar a história econômica local na sua relação com o ritmo da economia mundial definido pelas séries estatísticas de Piketty. O primeiro dos períodos isolados nessas séries foi assim caracterizado por ele:

> Segundo os cálculos de Maddison, as taxas de crescimento demográfico e econômico entre o ano zero e 1700 eram inferiores a 0,1% ao ano (mais exatamente: 0,06% por ano para a população e 0,02% para a produção por habitante). A precisão dessas estimativas é, sem dúvida, ilusória: nosso conhecimento sobre a evolução da população mundial entre o ano zero e 1700 é muito limitado - e as informações sobre a

> evolução da produção por habitante são quase inexistentes. No entanto, quaisquer que sejam as incertezas sobre a cifra exata, o que, aliás, não tem tanta importância, não há dúvida alguma de que o crescimento foi muito baixo da Antiguidade até a Revolução Industrial, inferior a o,1-0,2% ao ano.[5]

Uma simples visada impressionista sobre a economia da Colônia nesse período permite imaginar certo dinamismo, em vez da estagnação notada pelo autor: instalou-se a produção mercantil do açúcar e do tabaco, no Nordeste; criou-se a estrutura de tráfico internacional de escravos, com centro no Rio de Janeiro e braços em Angola e em Buenos Aires; estabeleceu-se um complexo de trocas com as produções nativas, tanto em Belém como em São Paulo, além de uma pecuária no interior do Nordeste.

Um indício mais forte desse dinamismo vem do detalhamento da capacidade de gerar fluxos de produtos e estoques de renda monetária no setor considerado menos dinâmico pelos historiadores tradicionais, o das regiões cujo maior negócio eram as trocas com as produções indígenas. O meu livro O *banqueiro do sertão*[6] contém um estudo bastante detalhado de uma das redes de negócios montada com o sertão de São Paulo, inaugurada e comandada pelo capitão Guilherme Pompeu de Almeida e continuada por seu filho de mesmo nome, o padre Guilherme Pompeu de Almeida, entre 1630 e 1713.

A rede cresceu a partir de um empreendimento de processamento de ferro, a mercadoria básica para as trocas com os nativos. Começando com uma oficina de ferreiro artesanal, o empreendedor se tornou sócio das caravanas comerciais e guerreiras que percorriam o interior, fornecendo ferro como adiantamento de capital e recebendo em troca mercadorias trazidas do sertão. Acumulou renda suficiente para transformar a oficina artesanal em manufatura especializada, com cinco oficinas de fundição e acabamento que ocupavam mais de uma centena de trabalhadores permanentes, entre livres e escravos (alguns dos quais tinham significativos ganhos monetários).

Juntou capital bastante para se lançar em negócios mais ousados, em uma rede que ligava o Peru ao Brasil. O fruto mais desejável desse

intercâmbio eram as moedas de prata de Potosí. Trazendo moradores e prata pelo sertão, de um lado, e financiando trocas marítimas com Buenos Aires, de outro, o capitão que nunca saía de Santana de Parnaíba passou a acumular cada vez mais prata.

O filho, padre Guilherme Pompeu de Almeida, foi ainda mais longe. As moedas de prata trazidas do Peru que herdou foram empregadas por ele em mais negócios com o sertão. Um deles foi financiar os primeiros grandes descobridores de ouro - e os ganhos das descobertas foram aplicados em incursões para comprar gado no Sul e escravos em Salvador, vendidos com altíssimos lucros para os mineradores. O estoque de riqueza manteve a mesma forma da moeda peruana, mas o aumento de escala da acumulação foi brutal. No testamento do padre, que raramente saía de seu palácio de Araçariguama, foram registrados, entre outros bens, nada menos que 113 quilos de prata, com valor equivalente a 1% das exportações da Colônia no período.

É necessário ainda dizer que nem o capitão nem o filho padre foram os paulistas mais ricos da capitania em seu tempo, muito menos os colonos mais ricos do Brasil. Aliás, sobre o restante da Colônia, nos oito primeiros capítulos de A *nação mercantilista*[7] podem ser encontrados os conjuntos de indícios numéricos detalhados para as afirmações resumidas abaixo.

Pernambuco e Bahia tinham uma dinâmica acelerada de crescimento. Não se tratava apenas do plantio de cana e processamento de açúcar (o engenho, embora manufatura que empregava mão de obra escrava combinada com trabalho livre, guarda mais afinidades com a atual indústria do que com a produção artesanal regulada pelas corporações de ofício), mas também de uma estrutura de produção local que incluía a pecuária (e isso significou a ocupação, para produção mercantil, de um vasto sertão), energia (corte e transporte de lenha para as caldeiras), divisão do trabalho (o plantio da cana era no geral “terceirizado”, para brincar com um termo atual). Além disso, a região do Recôncavo baiano sediou a produção de tabaco. Para completar, traficantes locais do Rio de Janeiro comandavam os negócios com a África, do qual resultavam tanto o trabalhador vendido como mercadoria como a riqueza na forma de prata.

Tal prata leva diretamente para as referências ao estoque, a riqueza

acumulada que funcionava como capital. Ao contrário de São Paulo, onde as fortunas particulares tinham um peso grande e apenas as ordens terceiras funcionavam como investidores institucionais, a Bahia chegou a ter uma Santa Casa que funcionava como banco, capaz de fornecer crédito para os grandes negócios locais. Em um espaço intermediário, estavam Pernambuco e o Rio de Janeiro, onde se acumularam capital e crédito suficientes para bancar tanto a expansão produtiva quanto os arriscados negócios oceânicos e internacionais do tráfico de escravos.

No todo, tal conjunto de indícios parece indicar um quadro geral de dinamismo tanto dos fluxos de produção quanto dos estoques de acumulação. Eles sugerem uma razoável possibilidade de considerar a economia da Colônia até 1700 como um espaço com características de crescimento que contrastavam com a estabilidade da produção que Piketty apontou no restante do mundo.

Se essa intuição estiver correta, os diálogos disciplinares ganhariam outra forma. A nova tábua de comparações traz outras exigências explicativas: seria preciso entender que características institucionais dessa economia colonial brasileira permitiriam um dinamismo superior ao da economia europeia do mesmo período. Apenas para registro indicativo, na direção das sugestões, valeria a pena notar que as instituições coloniais brasileiras tinham algumas características importantes para estimular a acumulação - o que o Ocidente só conheceria muito mais tarde. A sugestão pode começar com apelo às palavras do próprio Piketty:

> Muitas sociedades aristocráticas tradicionais têm como base [do sistema de herança] o princípio da primogenitura, dando ao filho mais velho a totalidade da herança, ou ao menos uma parte desproporcional do patrimônio parental, de modo a evitar seu esfarelamento e preservar - ou fazer crescer - a fortuna familiar. [...] Em relação à riqueza, a Revolução Francesa e o Código Civil por ela cunhado fundaram-se em dois pilares essenciais: a abolição das substituições hereditárias e da primogenitura, com a afirmação do princípio da divisão igualitária dos bens entre irmãos e irmãs. [...] A revolução americana, não sem certa polêmica, chegou às mesmas conclusões [...], e o princípio de divisão igualitária

> das heranças entre irmãos foi inscrito na lei como regra padrão. [...] No Reino Unido [...] a primogenitura continuou como regra padrão até 1925 [...], na Alemanha foi necessário esperar a República de Weimar em 1919 para que se abolisse [a primogenitura].[8]

Quando se trata do sistema de heranças, o caso brasileiro é singular. A herança igualitária entre irmãos era a regra geral e absoluta na Colônia desde o século XVI, enquanto no Reino ainda imperava o princípio da primogenitura, na versão castiça dos morgadios. Desse modo, a economia colonial conheceu, muito antes do restante do Ocidente (inclusive dos Estados Unidos), os benefícios da distribuição de oportunidades entre os herdeiros, um estímulo ao empreendedorismo, incentivo ao mérito e à desconcentração de rendas.

Vale notar que os benefícios do mecanismo da herança igualitária eram ainda mais reforçados por alguns outros, derivados da cultura tupi e estudados com certo detalhe em O *banqueiro do sertão*.[9] A regra matrimonial tupi era a manutenção das mulheres na casa e a circulação dos homens: no casamento, os filhos precisavam se mudar para fora, e os genros iam para a casa dos sogros. Em poucas palavras: as mulheres eram educadas para casar com gente “de fora”. Tal regra se tornou praxe entre os coloniais do tempo (e foi além: não por coincidência, mulheres que se casam com migrantes moldam uma situação que se repete pela história afora). No século XVII, para atrair genros havia o emprego generalizado da instituição do dote, por meio do qual os membros da geração maior adiantavam capital para as mulheres mais jovens que se casavam e se tornavam geralmente sócios dos negócios do novo casal - o que era mais uma forma de incentivar o empreendedorismo.

Outra peculiaridade da economia colonial em um tempo europeu de aristocratas e morgadios era o fato de que a terra sempre havia sido mercadoria. Era comprada e vendida à vontade, embora as instituições medievais trouxessem certa dificuldade para que os credores tomassem unidades produtivas inteiras (especialmente engenhos no Nordeste) para receber uma fração de seu valor, impedindo o seu pleno funcionamento como garantia creditícia. Apenas no século XIX essa seria a norma no

Ocidente.

Piketty liga a herança igualitária a outros valores importantes, que levam da sociologia para a política:

> Nossas sociedades democráticas se apoiam em uma visão meritocrática do mundo ou, ao menos, em uma esperança meritocrática - a crença em uma sociedade na qual as desigualdades seriam mais fundadas no mérito e no trabalho que na filiação e na renda.

Essa visão geral está aqui para lembrar que a sociedade colonial brasileira nos dois primeiros séculos de existência teve como instituição fundamental de poder político a administração local, que foi regularmente eleita em todas as vilas brasileiras ao longo do período, inclusive naquelas dos mais brutos sertões. Vereadores escolhidos pelos moradores exerciam a soma dos atuais Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Mais ainda, a autoridade local era quase a totalidade daquilo que se chama “governo”: a instância intermediária de administração era a capitania, no geral sob comando de donatários particulares ausentes; a instância central, o governo-geral, tinha ação efetiva quase sempre restrita à capital, Salvador, com a exceção de uns poucos funcionários nas alfândegas e dos padres jesuítas (embora quase todos os demais clérigos fossem funcionários, eles não recebiam do governo central).

Nunca é demais relembrar: a menção às instituições incentivadoras do dinamismo econômico, como o sistema de heranças ou o governo local, não tem o sentido de funcionar como prenúncio do que viria depois no Ocidente. Tanto o sistema de heranças como a administração das vilas por representantes eleitos conviviam com a escravidão e com genocídios, apenas para lembrar duas outras características conspícuas da vida colonial. A sua presença como ingrediente substantivo desse todo, porém, permite eventualmente entender a existência de um dinamismo econômico maior que aquele do Ocidente na mesma época.

A economia colonial brasileira do século XVII não conheceu o capitalismo nem a democracia moderna. No entanto, a soma dessas instituições incentivadoras do crescimento com os indícios estatísticos

possíveis, retirados da análise de testamentos, contratos de empréstimo, orçamentos municipais e registros alfandegários, certamente permitiria um quadro capaz de transformar essa intuição do crescimento, ditada apenas por indícios, em uma afirmação de história econômica com rigor quiçá semelhante ao de Piketty.

Já com relação ao segundo período definido pelo autor, que vai de 1700 a 1820, talvez seja possível ir além da pura intuição. Nele teria começado a aceleração da economia mundial, embora em escala ainda modesta. O ritmo de crescimento da produção, segundo Piketty, teria passado de 0,1% para 0,5% ao ano, enquanto o crescimento da população teria passado de 0,1% para 0,4% - o que resultaria em um incremento anual de 0,1% da renda *per capita*.

Os números brasileiros para o final desse período, tanto para a população como para a produção, já têm certa consistência. Por isso, há sentido em certa inversão da exposição: começar pelo retrato mais preciso da população, produção e estrutura social no ponto final, para então voltar à evolução como um todo. Em meu livro *História do Brasil com empreendedores*, apresento alguns dados censitários, não apenas da população total, mas também dos grupos de proprietários e não proprietários de escravos:

> Segundo as estatísticas oficiais brasileiras disponíveis, em 1819 a população total brasileira seria de 4,39 milhões de pessoas, considerados os índios livres. A composição da população seria a seguinte: 56,6% de colonos livres; 18,2% de índios livres (portanto um total de 74,8% de pessoas livres); 25,2% de escravos. [...] Como as pesquisas indicam que o número médio de escravos por proprietário era de cinco cativos, o número de proprietários de escravos pode ser estimado em 220 mil - ou 9% do contingente de pessoas livres. Sendo assim, 2,26 milhões de pessoas livres não eram proprietários de escravos - mas representavam 62% da população.[10]

A própria existência desse tipo de evidência de maior precisão estatística já indica os pontos onde o avanço do conhecimento quantitativo

do passado econômico brasileiro traz as suas marcas - no caso, a marca da área pioneira de aplicação da nova metodologia, o conhecimento sobre a escravidão. Um dos poucos historiadores econômicos cuja obra se construiu no novo modelo, Francisco Vidal Luna, resumiu com estas palavras o grande impacto das revelações trazidas pela inovação sobre as interpretações históricas:

> Nos últimos trinta anos emergiu no Brasil uma nova compreensão da sociedade escravista organizada nos períodos colonial e imperial, especialmente no modo como a mão de obra cativa foi utilizada. [...] A visão dominante começou a ser contestada na década de 1980, com os estudos mostrando que os pequenos proprietários de escravos predominaram na economia extrativa de Minas Gerais nos períodos colonial e imperial. [...] Não só os plantéis foram pequenos mas também a própria posse de escravos distribuiu-se mais amplamente pela sociedade do que antes se supôs. A profunda dicotomia *que* existiria entre uma minoria de senhores de engenho, que concentravam seus cativos nas culturas de exportação, e a maioria dos brancos, pretos e pardos livres que não possuíam escravos foi também questionada nos novos estudos.[11]

Um dos estudos que realizaram tal questionamento foi o de Iraci del Nero da Costa, que analisou censos de todo o Brasil colonial para comparar as relações entre a minoria de proprietários de poucos escravos e a maioria dos produtores livres. Suas conclusões:

> O crescimento econômico, mesmo quando orientado pela expansão do comércio exterior, vinha acompanhado de oportunidades das quais usufruíam também os não proprietários, de sorte que estes não eram excluídos das áreas economicamente mais dinâmicas, nem perdiam sua posição numericamente dominante. [...] A conclusão maior é que, tanto na órbita demográfica como daquela marcada por elementos de natureza socioeconômica, não havia hiato absoluto a distinguir proprietários e não detentores de cativos. A impressão deixada pela análise era a de que

estávamos a tratar de duas amostras da mesma população.[12]

Essa sociedade relativamente uniforme de pequenos proprietários-produtores (sem escravos, ou com poucos escravos) que sai do retrato estatístico da estrutura de população ajuda a entender melhor a estrutura da produção. Na virada do século XIX a economia brasileira teria uma dinâmica fundada em domínio da produção interna sobre a parte das transações metropolitanas segundo proporções que já pude resumir em números:

> Entre 1796 e 1807, as exportações brasileiras corresponderam a 83,7% de todas as colônias portuguesas para a metrópole; no mesmo período, as reexportações dessas mercadorias foram responsáveis por 56,6% das receitas portuguesas no comércio exterior. Na via inversa, o Brasil consumia 78,4% dos produtos enviados por Portugal a todas as suas colônias e 59,1% dos produtos importados pelo Reino. Mas essa alta participação nos negócios metropolitanos era obtida com uma fração relativamente reduzida da produção local. Estudos recentes indicam que algo em torno de 85% da produção brasileira era consumida no mercado interno e apenas 15% era destinada à exportação.[13]

Nesse cenário pode-se entender melhor outro fenômeno constatado por medições quantitativas: uma dinâmica de crescimento da produção que era própria do espaço colonial. No último quartel do século XVIII a economia metropolitana portuguesa entrou em período recessivo, enquanto a economia colonial brasileira manteve um ritmo forte de expansão - mesmo com o declínio do ouro. Trata-se de um indício muito forte de que a sua dinâmica interna, a produção marcada por trocas mercantis entre pequenos produtores do litoral e do sertão, era já totalmente dominante.

Feito o retrato do momento final, com apelo a dados quantitativos de melhor qualidade, fica mais fácil entender a evolução durante todo o século. Os arranjos produtivos, construídos com base em uma combinação de pequena produção familiar e pequeno capital comercial, iniciados no século XVI, ampliaram-se mesmo com a monetização proporcionada pelo ouro no

século XVIII, ajudando a formar uma sociedade fundada na produção de empreendedores capazes de combinar adiantamentos de capital com trabalho (inclusive escravo, mas predominantemente livre).

Quanto crescimento econômico esses arranjos permitiram em um período no qual ele era bastante baixo no Ocidente ainda é uma questão em aberto. Uma comparação da produção mercantil interna da virada para o século XVII com a de seu final revela, porém, uma expansão espacial notável: do Rio Grande do Sul à Amazônia, do litoral até Mato Grosso e Goiás, por todo o sertão nordestino, havia agora atividades econômicas conectadas pelo capital e pela acumulação.

Do ponto de vista dos estoques de riqueza, apenas uma palavra marca as novas possibilidades desse século: ouro. Ele tomou o lugar da prata espanhola como estoque de riqueza e capital que moveu a economia colonial brasileira em um ritmo elevado e permitiu que ela chegasse a um patamar relevante.

Em termos de tamanho no cenário da América, a economia colonial brasileira era provavelmente maior que a norte-americana na primeira década do século XIX. Nessa época, as duas economias tinham exportações de valor semelhante (em torno de 4 milhões de libras esterlinas anuais), mas o mercado interno brasileiro ocupava uma área bem mais extensa e com atividades mais variadas que as treze colônias originais.

Somando tudo, parece provável que a economia brasileira tenha conhecido uma expansão notável ao longo do século XVIII. Embora as taxas ainda não possam ser estimadas, as evidências são bem mais indicativas que meras intuições, tendo já uma base estatística mais sólida ao menos para o final do período.

Assim, pode-se passar a outra espécie de problema. No terceiro período definido por Piketty, que vai de 1820 a 1913, a economia do Ocidente passa por uma transformação muito profunda, trazida pela disseminação do capitalismo. Os limites da aristocracia e dos impedimentos estamentais para a circulação ampliada do capital e o seu domínio sobre o trabalho foram vencidos - e o resultado numérico aparece com toda a sua potência nos números apresentados no livro.

O ritmo de crescimento da produção econômica passa de 0,5% para

nada menos de 1,5% ao ano, enquanto o crescimento populacional vai de 0,4% para 0,6%. A combinação das duas tendências faz com que o crescimento da renda *per capita* ganhe uma velocidade exponencialmente maior, saltando de 0,1% para 0,9% anuais.

Para o caso brasileiro desse período, não são necessárias grandes intuições para definir a relação entre a economia local, agora organizada politicamente como nação independente, e o andamento do mundo. Essa relação, no entanto, apresenta grandes disparidades que obrigam a uma divisão do período geral em dois. O primeiro subperíodo iria de 1820 ao fim do século. Apenas um dado estatístico resume tudo que se passou na economia.

Segundo Angus Maddison, a renda *per capita* do Brasil era de 670 dólares em 1820 - e de 704 dólares no final do século.[14] O crescimento teria sido de míseros 5% em um gigantesco período de oitenta anos - ou seja, a economia brasileira no século XIX teria regredido aos padrões mundiais de crescimento anteriores ao século XVIII.

Algumas poucas comparações extraídas da mesma fonte dão uma dimensão do pífio desenvolvimento no século XIX. Apenas entre 1870 e 1900 a renda *per capita* da Argentina mais que dobrou, passando de 1,3 mil para 2,7 mil dólares. Nos Estados Unidos a renda *per capita* mais que triplicou entre 1820 e 1900, passando de 1,3 mil para 4 mil dólares. Em Portugal, o crescimento entre 1870 e 1900 foi de 40%, com a renda chegando a 1,4 mil dólares. Até mesmo a Indonésia teve desempenho melhor no século, com a renda *per capita* passando de 614 dólares para 670, entre 1820 e 1900, com um crescimento de 9%.

Por mais que os números sejam imprecisos, as tendências não são. O período que vai de 1820 até o final do século XIX dificilmente deixará de ser enquadrado como aquele no qual a economia brasileira perdeu pé em relação ao Ocidente - uma época certamente de atraso em relação ao mundo agora capitalista em redor, mas talvez até mesmo de regressão em uma era de crescimento forte no além-fronteiras.

Como, no entanto, o longo século XIX de Piketty vai até 1913, é preciso considerar ainda o comportamento da economia brasileira em um período do século XX. E, também para resumir, basta um dado estatístico para

marcar uma mudança radical de ritmo. Carlos Peláez e Wilson Suzigan fizeram a seguinte observação sobre o período que vai de 1906 a 1918:

> Durante a valorização [do café] a economia brasileira experimentou pela primeira vez uma taxa de crescimento real *per capita* superior à dos Estados Unidos. A taxa foi provavelmente maior que *2%* ao ano. Com base em qualquer dos indicadores de preços pode-se concluir que a economia cresceu rapidamente.[15]

A conclusão é evidente: aconteceu uma mudança muito radical no ritmo de crescimento da economia brasileira em um mesmo período do crescimento mundial. Em um primeiro momento, fora do país houve uma revolução milenar no ritmo da economia ocidental, enquanto a estagnação dominava a produção brasileira. Logo em seguida, e muito rapidamente, o Brasil encontrou um caminho. Sua economia passou a se recuperar do atraso e ganhou uma dinâmica que recolocou sua produção entre as de maior crescimento no mundo.

Tal estrutura sugere fortemente que fatores internos sejam responsáveis pela transformação radical. E mudança nenhuma é mais coincidente com a cronologia de ruptura que a troca de regime político, a derrubada da monarquia e a implantação da República.

Essa passagem está tratada em detalhes no meu livro *Júlio Mesquita e seu tempo*,[16] que inclui um volume inteiro com dados estatísticos que podem ser reunidos para o entendimento do fenômeno de mudança feroz no ritmo de crescimento interno.

A dimensão da mudança é tal que os números se tornam detalhe diante de uma questão fundamental: para passar da estagnação ao crescimento acelerado não foi necessário mudar radicalmente nem a estrutura do mando político nem a educação da população tradicional. E isso sugere outro foco, capaz de explicar a mudança: as reformas do papel do governo promovidas pelos republicanos, começando pelo governo central.

Nos tempos do Império, o Poder Moderador, o poder irresponsável reservado constitucionalmente e de maneira privativa ao monarca, mantinha com zelo uma série de monopólios.[17] Dele partiram as políticas

explicitamente destinadas a impedir mudanças institucionais na direção do capitalismo, que transformava o padrão de crescimento econômico no Ocidente. Entre elas, podem ser destacadas aquelas que impediam a liberdade de formar empresas, a política monetária extremamente restritiva e as tentativas permanentes de impor uma taxa de câmbio elevada - que acabavam tornando a produção local pouco competitiva e subsidiavam as importações para consumo.

Todas essas políticas foram abatidas em um dia, pelos decretos de Rui Barbosa do dia 17 de janeiro de 1890, dois meses após a mudança de regime.

O primeiro dos quatro decretos assinados no dia transferia do Estado para a sociedade, do Poder Moderador para o cidadão, o poder de constituir empresas segundo a sua vontade, e limitava o papel do Estado ao registro das empresas criadas e à verificação de se não feriam a lei. Era uma revolução tardia: por todo o Império, a capacidade de um cidadão investir a sua própria poupança pessoal foi considerada perigosa para o bem público, por isso estava sujeita à tutela do Poder Moderador, no caso das sociedades anônimas, ou à mistura compulsória, por causa da lei das contas das pessoas físicas e jurídicas, nos demais.

Só essa medida dá uma dimensão do monumental atraso construído pelas instituições imperiais em relação ao Ocidente agora capitalista.

Havia mais, no entanto. Dois decretos de Rui Barbosa modificavam os chamados direitos de propriedade. Um deles buscava tornar plenamente alienável a terra - eliminando as dificuldades dos credores de tomar propriedades (que eram razoáveis ou boas no século XVII, quando comparadas aos direitos da nobreza, mas um fóssil que sobrevivia no Ocidente da virada para o XX). O segundo dispunha sobre a transformação de outros bens em garantias para empréstimos, o que permitia um imenso impulso para o sistema de crédito.

O último decreto acabou sendo o mais famoso. Ele permitia que bancos de desconto se estabelecessem sem autorização do governo - e o Brasil de 1889 tinha uma dúzia de bancos, em um tempo em que eles andavam pela casa da dezena de milhar nos Estados Unidos. Por outro lado, mantinha restrições para o estabelecimento de bancos emissores, aos quais era dada a

franquia de emitir papel-moeda.

A reforma do governo central brasileiro foi completada com outra transferência de poderes do Estado diretamente para a sociedade: a administração da Igreja foi entregue ao Vaticano, cortando outro pedaço arcaico do governo central.

Também houve a transferência de poderes e recursos do governo central para outras esferas. Aconteceu uma tímida reforma tributária, com a transferência de impostos para os estados, que deixariam de ser, ao menos em tese, financeiramente subordinados à esfera federal. Além disso, os governadores dos novos estados passaram a ser eleitos, não eram mais delegados do poder central, como os antigos presidentes de província.

Já em 1906, alguns governadores foram responsáveis por uma nova mudança institucional, juntando-se na tentativa de regular o mercado internacional de café (o que era uma política setorial) e firmar uma taxa de câmbio favorável (esta, sim, uma política nacional). O sucesso da mudança, combinada para gerar crescimento da economia, é hoje claramente mensurável em números - e são esses números que sustentam a afirmação do forte crescimento da economia brasileira.

Mudanças institucionais raramente são levadas em conta por historiadores tradicionais ou pelos economistas. Ganham outro peso, no entanto, quando confrontadas com evidências quantitativas como as que sugerem uma mudança de ritmo local em um mesmo período global. Com elas, é talvez possível explicar a mudança radical de comportamento da economia brasileira nos dois subperíodos transcorridos no ciclo mundial de crescimento entre 1820 e 1913.

No primeiro deles, sob regime monárquico, a taxa de crescimento *per capita* foi próxima de zero, levando a um gigantesco atraso em relação ao Ocidente. No segundo, sob regime republicano, ocorreu uma violenta aceleração do crescimento: já a partir de 1906 as taxas brasileiras haviam superado as do crescimento da economia dos Estados Unidos - e mantinham um ritmo muito superior à média mundial do período.

Essa monumental diferença não é fruto apenas da intuição, uma vez que já existiam evidências estatísticas de certo relevo capazes de identificá-la. No entanto, só pode ser explicada como um todo a partir de mudanças

institucionais trazidas pela mudança de regime - e aqui o retrato estatístico volta a se chocar violentamente com as tradições dos historiadores. Não é preciso mais que a sobrevivência do arcaísmo “República Velha” para mostrar o tamanho das mudanças interpretativas que serão necessárias para ajustar o quadro local, definido por julgamentos normativos de valor, ao cenário geral das comparações numéricas - no momento em que forem estabelecidas séries estatísticas confiáveis sobre o comportamento da economia brasileira de todo esse período.

Problema semelhante, mas com sinais invertidos, acontece no período seguinte definido por Piketty, aquele que vai de 1913 a 2012. Nele, o crescimento da produção mundial teria se dado em ritmo ainda maior, saltando de 1,6% para 3,0% ao ano. O crescimento populacional teria passado de 0,6% para 1,4% anual - e assim a renda per *capita* mundial teria tido um incremento de 1,6% ao ano.

A relação entre a economia brasileira e essa realidade mundial começa com sinais iguais no subperíodo que vai de 1913 até os anos 1970. Nesse momento, a economia brasileira tem, provavelmente, um dos melhores desempenhos em termos de crescimento econômico *per capita* em todo o planeta - às vezes superado apenas pelo do Japão.

Também são relativamente consensuais as avaliações das causas institucionais desse sucesso: a manutenção do crescimento com abertura econômica ao longo dos anos 1920; a rápida adequação à crise de 1929, com uma intervenção governamental capaz de minorar as perdas em relação ao restante do mundo; políticas consistentes de industrialização no pós-Segunda Guerra Mundial.

A partir daí, no entanto, basta novamente um número para aquilatar a extensão do novo descolamento entre o ritmo local e o mundial. Em 1973, o PIB brasileiro era maior, em números absolutos, que o da China.

De novo, o problema: a economia brasileira com dois ritmos opostos, enquanto o mundo tem apenas um. De novo, as questões institucionais: o desempenho fraco que acontece da década de 1970 em diante, em um cenário em que as estatísticas de PIB existem em profusão para funcionar como medida, poderia eventualmente ser explicado pelas mudanças institucionais às quais o Brasil não se adaptou - fim do padrão-ouro,

condições legais favorecedoras dos fluxos de capital de empresas e investimentos entre países, construção de unidades supranacionais (Comunidade Europeia e Zona do Euro), fim da Guerra Fria.

Mudanças produtivas também poderiam entrar nas explicações: separação de plantas industriais e sedes corporativas entre diversos países, telecomunicações que permitem lançamentos financeiros em tempo real, internet, robotização, produção *just intime* etc. Cada uma dessas mudanças decerto importa nas explicações sobre o mau desempenho da economia brasileira nas últimas décadas, mas eventualmente levaria a perder o fio da relação entre o desempenho econômico brasileiro e o mundial, a partir dos importantes números de Piketty.

Tendo como norte de sua periodização da economia mundial os ritmos de aumento da produção e da renda *per capita*, Piketty reúne, em um conjunto único de aceleração produtiva, o século seguinte a 1913. A análise fundamental do livro, contudo, está centrada não naquilo que une mas no que separa radicalmente os subperíodos 1913- -anos 1970 e anos 1970-2012 - não por acaso, dois momentos em que a economia brasileira tem relações opostas com o conjunto mundial.

Para realizar tal análise, Piketty introduz um novo conjunto de dados estatísticos reveladores. No momento em que trabalhava com períodos seculares, o foco analítico estava nas estatísticas sobre produção e renda *per capita*, indicadoras da tendência secular única, ascendente. Para opor duas tendências dentro desse período maior, o autor traz um novo conjunto, o das séries que mostram o destino dos ganhos econômicos após as mercadorias serem produzidas, ou seja, as formas pelas quais os ganhos sobre os fluxos de produção se transformam em estoques de riqueza.

Os dados para os países ricos (Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, Japão, Canadá^ França, Itália e Austrália) revelam uma tendência clara, assim enunciada:

> Há uma tendência de longo prazo no conjunto dos países ricos entre as décadas de 1970 e 2010. No início da década de 1970 o valor total da riqueza privada - subtraídas as dívidas - era de entre 2 e 3,5 anos da renda nacional em todos os países ricos de todos os continentes.

> Quarenta anos mais tarde, no início dos anos 2010, a riqueza privada representa entre quatro e sete anos de renda nacional, também em todos os países estudados. A evolução geral não deixa dúvida alguma: além das bolhas, estamos assistindo à volta triunfal do capital privado nos países ricos.[18]

Uma afirmação como essa poderia levar a supor que o fenômeno da acumulação de riqueza pelo setor privado seria limitado aos ganhos da globalização pelos países ricos sobre os menos desenvolvidos. A parte seguinte do livro, no entanto, traz estatísticas comparadas de distribuição de riqueza no interior de diversas economias, inclusive de países ricos menores (Suécia) ou com menor renda *per capita* (Índia, Indonésia, África do Sul, China, Argentina e Colômbia). A conclusão é igualmente uniforme:

As ordens de grandeza obtidas para a parcela do centésimo superior na renda nacional das nações pobres ou emergentes são, a princípio, extremamente próximas das observadas nos países ricos. Durante as fases de maior desigualdade, em particular ao longo da primeira metade do século XX, [...] o centésimo superior detinha em torno de 20% da renda nacional nos quatro países considerados [Índia, África do Sul, Indonésia e Argentina] [...]. Nas fases de maior igualdade, ou seja, entre os anos 1950 e 1970, a parcela do centésimo superior caiu para níveis de 6-12%, de acordo com o país [...]. A partir dos anos 1980, assistimos a uma recuperação mais ou menos generalizada da parcela do décimo superior.[19]

É importante notar que a tendência vale inclusive para a China:

> Na China observamos um forte aumento da parcela do centésimo superior na renda nacional ao longo das últimas décadas, mas que partiu de um nível relativamente baixo, quase escandinavo, em meados dos anos 1980: menos de 5% da renda nacional para o centésimo superior. [...] O aumento das desigualdades chinesas foi muito rápido após o movimento de liberalização da economia nos anos 1980 e durante o crescimento acelerado dos anos 1990-2000, mas, de acordo com nossas

> estimativas, a parcela do décimo superior [...] situa-se em torno de 10-11% da renda nacional.[20]

E vale também para a Suécia, em especial no que se refere à concentração de capital nas mãos da parcela mais rica da população:

> A Suécia não é o país estruturalmente igualitário que costumamos imaginar. A concentração de riqueza na Suécia por certo atingiu nos anos 1970-1980 o ponto mais baixo observado em nossas séries históricas, [...] [mas ela] aumentou sensivelmente desde os anos 1980-1990.[21]

Os dados deixam clara uma tendência relativamente universal de concentração de riqueza no setor privado a partir dos anos 1970, tanto em países ricos como nos hoje chamados emergentes. Tal uniformidade não exclui nem mesmo os antigos países socialistas que conseguiram reciclar as suas economias na direção do crescimento da atividade produtiva - o que leva a uma eventual inferência.

A lista de países que apresentam a mesma tendência de acumulação de riqueza no setor privado inclui variantes políticas expressivas: regimes dominados monopolisticamente por um partido único, como a China; direções predominantemente social-democratas, como na Suécia; países com o Estado grande, como a França ou a Itália, que no período alternaram políticas conservadoras e à esquerda, sem que as tendências de concentração mudassem; a Alemanha, onde os sociais-democratas e conservadores se revezaram no poder; o Japão, majoritariamente dirigido por forças próximas ao centro; Reino Unido e Estados Unidos, onde os conservadores neoliberais se alternaram no poder com os trabalhistas e os democratas - tanto uns quanto outros incapazes de alterar a tendência geral.

Embora Piketty não faça inferências políticas, a dominância unânime do processo econômico sobre a variedade das opções políticas pode eventualmente levar a imaginar que a capacidade dos Estados nacionais de impedir a concentração de riqueza no setor privado - e, entre os mais ricos, dentro do setor privado - tem sérios limites. Ou, pensando na via inversa, o

sucesso na globalização econômica não está sendo uma questão de ideologias políticas (conforme sugere o espectro dos anos 1970), mas de imposição real de uma estrutura econômica mundial sobre sistemas políticos nacionais de qualquer natureza.

A própria concentração de riqueza no setor privado pode ser mais bem entendida quando essa relação geral se estabelece. Os Estados nacionais são capazes de ordenar o processo produtivo apenas em seu espaço. Enquanto isso, os capitais privados majoritariamente movimentam os circuitos globais de investimentos e estoques, produção e acumulação. Em outras palavras, o peso dos Estados nacionais vai se tornando menor com o progresso da acumulação privada em escala mundial.

É nesse contexto que se pode propor uma última intuição sobre o lugar do Brasil no livro de Piketty. Voltando mais uma vez ao problema: no que se refere ao desempenho produtivo secular, os indícios são de que a economia local alterna bons e maus momentos - andando em paralelo ao ritmo universal, em dado momento, e contrapondo-se a ele, em outro. Mais ainda, parece possível imaginar que tal alternância tenha mais a ver com instituições ou decisões internas do que com imposições externas.

Por isso, as causas para o pífio desempenho brasileiro do período pós-1970 talvez devessem ser procuradas nas decisões nacionais. Assim, por exemplo, talvez valesse a pena olhar de outra forma para as escolhas feitas no momento da mudança de sinais na direção da acumulação global e privada, na década de 1970.

A primeira reação nacional ao processo caminhou na direção inversa do movimento geral de abertura aos capitais globais e de fortalecimento da participação privada na acumulação de riqueza: a partir de 1974, o Brasil deu início a um ciclo de investimentos feitos na suposição de que o mercado nacional deveria ser o motor quase único de seu desenvolvimento - e que o Estado nacional seria o grande controlador do processo de acumulação. O resultado não foi exatamente melhorar a posição do país na economia mundial, como se viu a partir do início da década de 1980.

Já a tentativa de realizar uma inserção tardia na mudança, baseada na abertura e no crescimento do setor privado, realizada com grandes esforços nos anos 1990, foi revertida na década seguinte com mais uma rodada de

investimentos cujo norte seria novamente um crescimento fundado no mercado nacional e na acumulação controlada pelo governo via favores. Os resultados desse último ciclo aparecem agora.

Essa é, entretanto, apenas uma intuição - que só pode ser verificada caso seja vencido um problema de natureza significativa. Seria interessante se houvesse à disposição dos brasileiros duas séries estatísticas capazes de permitir uma avaliação numérica efetiva e de vencer a imprecisão intuitiva.

Em primeiro lugar, é preciso delinear um quadro claro da composição da riqueza pública e privada nos últimos quarenta anos. Com ele seria possível debater se houve ou não aumento dos estoques privados de riqueza, segundo a tendência mundial. Ou, caso a resposta seja negativa, esmiuçar as razões do descolamento e do isolamento da economia local do grande motor de crescimento mundial do subperíodo.

Outra série seria aquela que Piketty tentou obter: a concentração de renda construída a partir de dados fiscais. Ela permitiria não apenas complementar a primeira série, mas também aquilatar a espécie de apropriação de riqueza no interior da elite empresarial privada.

Porém, aqui, significativamente, o problema muda de figura. No que se refere ao passado, a inexistência de estatísticas ajuda a manter a análise do desempenho da economia brasileira no campo das impressões dogmáticas, das narrativas tradicionais, na escuridão da falta de critério. Esse cenário foi se tornando cada vez mais marginal na história econômica a partir de 1974.

A exclusão do debate para o período pós-anos 1970 é de outra natureza. Como bem apontou Piketty, os dados para montar as séries que tornariam o caso brasileiro numericamente comparável aos demais no mundo existem, mas o governo, que os detém, julga que eles são perigosos demais para estar à disposição de cidadãos e estudiosos do país e do exterior.

A situação lembra um pouco o modo como o Poder Moderador julgava a capacidade dos súditos de discernir sobre investimentos: um conhecimento acima da capacidade de seres comuns, de modo que deveria estar reservado apenas aos dirigentes do Estado. Lembra também onde anda o atraso local: todos os países relevantes tornam públicos os dados derivados da ação fiscal.

Sendo basicamente uma decisão de Estado que promove a exclusão do

Brasil no período crucial analisado no livro (e dos brasileiros no debate sobre as causas do mau desempenho de sua economia), tornam-se impossíveis para o leitor local tanto o conhecimento do passado como os debates comparados sobre o futuro.

A falta de comparação, somada à falta de coordenação intelectual na produção do conhecimento, cobra o seu preço. Disciplinas estanques, considerações ideológicas fossilizadas na dicotomia entre esquerda e direita da extinta Guerra Fria, com o seu desenho de um mundo não global, planos nacionais autárquicos que levam o país na direção contrária do que está dando certo no mundo ficariam mais visíveis como as fontes institucionais do atraso, caso fossem realmente confrontadas com as tendências estatísticas mundiais mostradas no livro.

E assim vai aqui uma última intuição: o surgimento de estatísticas que permitam argumentar da forma global de Piketty para o período pós-anos 1970 pode vir a mostrar uma correlação entre fraqueza da acumulação no setor privado (o único capaz de, na globalização, reter riqueza como estoque, como mostra à exaustão o autor) e o baixo crescimento da produção brasileira.

Pena que essa intuição seja apenas parte do atraso vigente. O cenário de futuro proposto por Piketty contempla hipóteses sobre regulamentação global de fluxos de capital como forma de conter a desigualdade e o surgimento de novas bolhas e crises. E o livro nem toca na questão ecológica, outra possível fonte de regulamentação mundial. No que se refere ao debate de tal futuro, o atraso brasileiro pode ficar ainda maior caso os seus agentes continuem a pensar de modo autárquico.

O grande livro de Thomas Piketty permite que, a partir do silêncio nos números e argumentos, seja possível, fugindo das limitações da intuição - e enfrentando as indicações dos números mundiais -, começar a pensar um lugar para o Brasil.

Notas

JEAN DE LÉRY E A TEORIA DO VALOR TUPINAMBÁ

1 *Léry, Jean de. Viagem à terra do Brasil.*
2 Aristóteles. *Política*, p. 27.
3 *Smith, Adam. A riqueza das nações, v. 1, p. 49.*
4 Idem, p. 50.
5 Idem, p. 53.
6 Idem, p. 285.
7 Idem, ibidem.
8 Idem, p. 286.
9 Idem, p. 290.
10 Marx, Karl. *El Capital, v.* 1, p. 3 [tradução do autor].
11 Idem, Y. 3, pp. 574-5.
12 Idem, v. 3, p. 602.
13 Idem, v. 3, p. 810.
14 Idem, v. 3, pp. 812-3.
15 Idem, v. 3, p. 759.
16 Horkheimer, Max; Adorno, Theodor. "Conceito de Iluminismo", p. 115.
17 Idem, p. 91.
18 Idem, p. 93.

FREI VICENTE DO SALVADOR E O CARANGUEJO ORIGINAL

1 Salvador, Frei Vicente do. *História do Brazil*, 1.1, cap. 3, fl. 6.
2 Idem, 1.1, cap. 2, fl. 4.
3 Idem, ibidem.

JOÃO CÂNDIDO E A REVOLTA DA CHIBATA

1 *Relato de João Cândido, s/d. Ver: Morél, Edmar. A revolta da chibata*

(subsídios para a história da revolta na esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910), p. 51.

2 Idem, ibidem.

3 Mensagem das guarnições Minas Gerais, São Paulo e Bahia. Rio de Janeiro, 22/11/1910. Ver: Morél, Edmar, op. cit., pp. 45-6.

4 Andrade, Oswald de. *Um homem sem profissão: sob as ordens de mamãe*, apud Morél, Edmar, op. cit., pp. 110-1.

5 Idem, p. 111.

6 Idem, pp. 111-2.

7 Idem, p. 112.

8 Manifesto dos Marinheiros a bordo do encouraçado São Paulo ao Presidente da República, marechal Hermes da Fonseca, em 22/11/1910. Ver: Morél, Edmar, op. cit., pp. 64-6.

9 Manifesto dos "Marinheiros da Armada Brasileira", 23/11/1910. Ver: Morél, Edmar, op. cit., p. 69.

10 Discurso de Pinheiro Machado na 98ª sessão do Senado Federal, em 24/11/1910. Congresso Nacional. *Annaes do Senado Federal, v.* v. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912, p. 140.

11 Mensagem de José Carlos de Carvalho ao Minas Gerais, em 24/11/1910. Ver: Morél, Edmar, op. cit., p. 104.

12 Amado, Gilberto. "A Semana". O *Paiz*, Rio de Janeiro, 27/11/1910, p. 3.

13 Idem, ibidem.

14 Idem, ibidem.

ECOS DO PARLAMENTO

1 Partido da Frente Liberal, rebatizado em 2007 como Democratas (DEM), [N.E.]

2 O Partido Progressista Brasileiro foi rebatizado em 2003 de Partido Progressista (PP). [N.E.]

LEGISLAÇÃO À BRASILEIRA

1 Aristóteles. *Política*, p. 18.

2 Idem, p. 17.

3 Vitória, Francisco. "De potestate civili", n. 8.

4 Xavier, Angela Barreto; Hespanha, Antonio Manuel. “A representação da sociedade e do poder”, p. 125.
5 Idem, pp. 129-30.
6 Idem, p. 131.
7 Idem, ibidem.
8 Bobbio, Norberto. “O modelo jusnaturalista”, pp. 44-5.
9 Rousseau, Jean-Jacques. *Do contrato social*, p. 75.
10 Idem, p. 41.
11 Coutinho, Joaquim da Cunha de Azeredo. “Análise sobre a justiça do comércio de escravos com a costa da África”, pp. 236-7.
12 Idem, p. 246.
13 Idem, p. 241.
14 Caldeira, Jorge. A *nação mercantilista*, p. 346.
15 Lisboa, José da Silva (Visconde de Cairu). *Princípios de economia política*, p. 112.
16 Idem, p. 121.
17 Caldeira, Jorge. A *nação mercantilista*, p. 346.
18 Rousseau, Jean-Jacques, op. cit., p. 102.
19 *Finkelman, Paul. Slavery and the Founders: Race and Liberty in the Age of Jefferson, p. 108.*
20 Andrada e Silva, José Bonifácio de. “Representação sobre a escravatura”, p. 212.
21 Caldeira, Jorge. A *nação mercantilista*, p. 377.

O LUGAR DO EMPREENDEDOR

1 Cariello, Rafael. “Caldeira fervente”. *Folha de S.Paulo,* caderno “Mais!”, 11/4/2010

INTUIÇÕES SOBRE A AUSÊNCIA DO BRASIL EM *O CAPITAL NO SÉCULO XXI*

1 *Fogel, Robert William; Engerman, Stanley L. Time on the Cross: The Economics of American Negro Slavery.*
2 *Fogel, Robert William. Without Consent or Contract: The Rise and Fall of*

American Slavery, p. 13.

3 *Engerman, Stanley L.; Genovese, Eugene D. (orgs.). Race and Slavery in the Western Hemisphere: Quantitative Studies.*

4 *Engerman, Stanley L.; Gallman, Robert E. (orgs.). The Cambridge Economic History of the United States.*

5 Piketty, Thomas. O *capital no século XXI*, pp. 78-9.

6 As referências bibliográficas à minha obra têm aqui o sentido de conduzir o leitor a conjuntos mais completos de argumentos e dados empíricos de referência.

7 Caldeira, Jorge. A *nação mercantilista*, pp. 13-202.

8 Piketty, Thomas, op. cit., pp. 353-4.

9 Ver: Caldeira, Jorge. O *banqueiro do sertão.*

10 *Caldeira, Jorge. História do Brasil com empreendedores, p. 15.*

11 Luna, Francisco Vidal; Klein, Herbert S. "Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830", pp. 197-200.

12 *Costa, Iraci del Nero da. Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil, pp. 115-6.*

13 Caldeira, Jorge. "O processo econômico", p. 168.

14 *Maddison, Angus. Monitoring the World Economy: 1820-1992.*

15 *Peláez, Carlos Manuel; Suzigan, Wilson. História monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias, p. 152.*

16 *Ver: Caldeira, Jorge. Júlio Mesquita e seu tempo.*

17 Essa relação é estudada em detalhes nos cinco capítulos finais de A *nação mercantilista.*

18 Piketty, Thomas, op. cit., p. 171.

19 Idem, p. 318.

20 Idem, ibidem.

21 Idem, p. 337.

Bibliografia

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. “Representação sobre a escravatura”. In: Caldeira, Jorge (org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva.* São Paulo: Editora 34, 2002.

ARISTÓTELES. *Política.* Trad., introd. e notas de Mário da Gama Kury. ed. Brasília: Editora da UNB, 1997.

BARATA, Filipe Themudo. *Navegação, comércio e relações políticas: os portugueses no Mediterrâneo Ocidental (1385-1466).* Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1998.

BOBBIO, Norberto. “O modelo jusnaturalista”. In: Bobbio, Norberto; Bovero, Michelangelo. *Sociedade e Estado na filosofa política moderna.* Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996, pp. 11-100.

BRASIL. Carta de lei de 25 de março de 1824. Manda observar a Constituição Política do Império, oferecida e jurada por Sua Majestade o Imperador. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1824.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, pp. 1-36.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria Especial de Informática. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, ouL/1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 13/8/2015.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Raízes *do Brasil.* Brasília: Editora da unB, 1963.

. *Visão do Paraíso.* São Paulo: Brasiliense, 1994.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio; PANTALEÃO, Olga. *Franceses, ingleses e holandeses no Brasil quinhentista.* In: Buarque de Holanda, Sérgio (dir.). *História geral da civilização brasileira*, tomo 1, v. 1. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

BUENO, Eduardo. *Náufragos, traficantes e degredados.* São Paulo: Objetiva, 1998.

CALDEIRA, Jorge. A *nação mercantilista.* São Paulo: Editora 34,1998.

. “Futuro e pretérito”. In: O *dever do Estado.* Porto Alegre: IEE,

2006. Coleção Pensamentos Liberais, v. 10, pp. 133-50.

. *História do Brasil com empreendedores. São Paulo: Mameluco, 2009.*
.*Júlio Mesquita e seu tempo.* São Paulo: Mameluco, 2015, 4 v.
. *Mauá: empresário do império.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
. "Na Lusa, nada é simples". *Folha de S. Paulo*, caderno "Esporte", 15/12/1996, p. 7. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1996/i2/i5/2Ó4/>. Acesso em: 13/8/2015.
. O *banqueiro do sertão.* São Paulo: Mameluco, 2006.
. "O processo econômico". In: Costa e Silva, Alberto da (coord.). *Crise colonial e independência: 1808-1830.* Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010, v. 1. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, pp. 161-204.
. "Torcida ao pé do ouvido". *Revista da Folha,* São Paulo, ano 15, n. 720, 28/5/2006, p. 18. Disponível em: < http://acervo.folha.com.br/fsp/20o6/o5/28/ioi/>. Acesso em: 13/8/2015.
CARIELLO, Rafael. "Caldeira fervente". *Folha de S. Paulo*, caderno "Mais!", 11/4/2010.
COSTA, *Iraci del Nero da. Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil. São Paulo:* MGSP, *1992.*
COUTINHO, Joaquim da Cunha de Azeredo. "Análise sobre a justiça do comércio de escravos com a costa da África". In: *Obras Econômicas.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, pp. 231-307.
DAILLIEZ, Laurent. *Regle et Statuts de XOrdre du Temple.* Paris: Dervy, 1972.
DEMURGER, Alain. *Augey caída de los Templários.* Trad. Fabián García- -Prieto. Barcelona: Martinez Roca, 1986.
DESGRis, Alain. LEsotérisme templier: Le livre des mystères et des révélations. Paris: Editions Guy Trédaniel, 1998.
ENGERMAN, Stanley L.; GALLMAN, Robert E. (orgs.). *The Cambridge Economic History of the United States.* Nova York: Cambridge University Press, 2000.
ENGERMAN, Stanley L.;GENOVESE, Eugene D. (orgs.). *Race and Slavery in the Western Hemisphere: Quantitative Studies.* Princeton: Princeton University Press, 1975.
FERNANDES, Isabel Cristina; PACHECO, Paulo (coords.). *As ordens militares em Portugal e no sul da Europa.* Actas do 11 Encontro sobre Ordens Militares. Lisboa: Colibri, 1997.
FERREIRA, Tito Lívio. A *Ordem de Cristo e 0 Brasil.* São Paulo: Ibrasa, 1980.

FiNKELMAN, Paul. Slavery and the Founders: Race and Liberty in the Age of Jefferson. Londres: E. Sharp, 1996.
FOGEL, Robert William. Without Consent or Contract: The Rise and Fall of American Slavery. Nova York: Norton, 1994.
FOGEL, Robert William; ENGERMAN, *Stanley L. Time on the Cross: The Economics of American Negro Slavery. Boston: Little, Brown, 1974.*
FONSECA, Luís Adão da. Os *Descobrimentos e a formação do Oceano Atlântico: século xiv-século XVI.* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
FREITAS, Décio de. O *homem que inventou a ditadura no Brasil.* Porto Alegre: Sulina, 1999.
GÂNDAVO, Pero de Magalhães. Tratado da terra do Brasil; História da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil. São Paulo: Edusp, 1980.
HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. "Conceito de Iluminismo". In: Benjamin, Walter et alii. *Textos escolhidos.* Trad. José Lino Grünewald et alii. São Paulo: Abril Cultural, 1980, Coleção Os Pensadores, pp. 89-116.
KNIVET, Antonio. "Notável viagem que, no ano de 1591 e seguintes, fez Antonio Knivet, da Inglaterra ao mar do sul, em companhia de Thomas Candish". *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil.* Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & C, 1878, pp. 183-272, tomo XLi, parte 1.
LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil.* Trad, e notas Sérgio Milliet. São Paulo: Martins/Edusp, 1972.
LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairu). *Princípios de economia política.* Rio de Janeiro: Pongetti, 1956.
LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. "Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830". in: Luna, Francisco Vidal; Costa, Iraci del Nero da; Klein, Herbert S. *Escravismo em São Paulo e Minas Gerais.* São Paulo: Edusp/Imesp, 2009, pp. 197-228.
MADDISON, Angus. *Monitoring the World Economy: 1820-1992.* Paris: Development Centre Studies (OECD), 1995. Disponível em: <http://www.ggdc.net/maddison/Monitoring_the_world/1995_Monitoring_the_World/TextTables/tables_chapten.pdf>. Acesso em: 10/9/2015.
MARX, Karl. *El capital: Crítica de la economia política.* Cidade do

México: Fondo de Cultura Económica, 1978, v. 1, v. 3.
MATOS, Cláudia Neiva de. Acertei no milhar: malandragem e samba no tempo de Getúlio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
MORÉL, Edmar. A revolta da chibata: subsídios para a história da revolta na esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910. Rio de Janeiro: Pongetti, 1959.
NÓBREGA, Manuel da. "Diálogo sobre a conversão do gentio, 1556". In: Leite, Serafim. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil.* São Paulo: Comissão do iv Centenário da Cidade de São Paulo, 1956-7, v. 2, pp. 54-6.
OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. *Evolução do povo brasileiro.* Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.
PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. História monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias. 2 ed. Brasília: Editora da unB, 1981. Coleção Temas Brasileiros, v. 15.
PERES, Damião. História dos descobrimentos portugueses. Porto: Vertente, 1992.
PiKETTY, Thomas. O *capital no século XXi.* Trad. Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo.* São Paulo: Brasilien- se, 1987.
RENAULT, Gilbert. *Les Caravelles du Christ.* Paris: Librairie Pion, 1956.
ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social.* Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brazil. In: Oliveira, Maria Lêda. A história do Brazil de Frei Vicente do Salvador: história e política no Império Português do século XVII. 2 v. Rio de Janeiro/São Paulo: Versai/ Odebrecht, 2008.
SANCEAU, Elaine. D. *Henrique, 0 navegador.* Porto: Civilização, 1988.
SMITH, Adam. A *riqueza das nações.* Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983, v. 1. Coleção Os Economistas.
SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícias do Brasil.* Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.
The Rule ofthe Templars. The French Text of the Rule of the Order ofthe Knughts Templar. Trad, para o inglês de J. M. Upton-Ward. Suffolk (EUA): The Boydell Press, 1992.
VITÓRIA, Francisco. "De potestate civili", n. 8. In: *Obras completas.*

Madri: BAC, i960.
XAVIER, Angela Barreto; HESPANHA, Antonio Manuel. “A representação da sociedade e do poder”. In: Matoso, José (org.). *História de Portugal.* Lisboa: Estampa, 1998, v. 4, pp. 121-55.

Fontes dos textos

JEAN DE LÉRY E A TEORIA DO VALOR TUPINAMBÁ: publicado em versão resumida com o título “Teoria do valor tupinambá: o lugar da natureza nas ideias econômicas” na *Folha de S .Paulo*, caderno “Ilustríssima”, pp. 4-*5*, 31/5/2015.

PERO LOPES DE SOUSA E A TRADIÇÃO DEMOCRÁTICA COLONIAL (OU OS INTELECTUAIS BRASILEIROS NÃO ESTAMOS PREPARADOS PARA A DEMOCRACIA): publicado com o título “Voto secreto: nossa dívida intelectual com a democracia” na *Folha de S. Paulo*, caderno “Ilustríssima”, pp. 4-5, 27/5/2012.

FREI VICENTE DO SALVADOR E O CARANGUEJO ORIGINAL: inédito.

CLEMENTE ÁLVARES, O PRIMEIRO FUNDIDOR DO BRASIL: publicado com o título “O primeiro fundidor do Brasil” na revista *Máquinas e Metais*, ano 15, n. 146, fev. 2005.

DIOGO ANTÔNIO FEIJÓ E A SOCIEDADE JUSTA: introdução de *Diogo Antônio Feijó*, organizado por Jorge Caldeira (São Paulo: Editora 34, \999, PP-11-41)-

JOSÉ BONIFÁCIO: UMA PERSPECTIVA DE LIBERDADE: Capítulo do livro *Ideias e consequências* (vários autores, Instituto Liberdade/Sulina, 2007, pp. 101-11).

VISCONDE DE MAUÁ E A EXPOSIÇÃO AOS *CREDORES1* publicado com O título “Visconde de Mauá: autobiografia” como capitulo do livro *Um banquete no trópico*, organizado por Lourenço Dantas Mota (Editora Senac, 1999, v. 1, pp. 97-111).

JOÃO CÂNDIDO E A REVOLTA DA CHIBATA: publicado COm O título “A Revolta da Chibata” na revista *Brasileiros*, n. 36, jul. 2010, pp. 58-67.

OS TEMPLÁRIOS E O DESCOBRIMENTO: publicado com o título “A cruzada do Descobrimento” na revista *Superinteressante*, ano 12, n. 2, fev. 1998, pp. 36-45.

O BRASIL VISTO DE FORA: publicado com o título “Cenários” como capítulo do livro *Brasil: território, povo, trabalho, cultura*, organizado por Marino Lobello (Prêmio Editorial, 1997, pp. 10-25).

ECOS DO PARLAMENTO: capítulo do livro *Histórias do poder: 100 anos de política no Brasil*, organizado por Alberto Dines, Florestan Fernandes Jr. e Nelma Salomão (São Paulo: Editora 34, 2000, v. 2, pp. 137-55).

LEGISLAÇÃO À BRASILEIRA: publicado com o título "Futuro e pretérito" como capítulo de *O dever do Estado* (Instituto de Estudos Empresariais, 2006, v. 10).

HISTÓRIA RESUMIDA DO VOTO NO BRASIL: texto da exposição "História do voto no Brasil", organizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2008.

O LUGAR DO EMPREENDEDOR: conferência sobre o livro *História do Brasil com empreendedores*, de Jorge Caldeira, realizada em 2009 no Centro Internacional de Arte e Cultura Recanto Maestro (São João do Polêsine - RS).

POVO LOCAL E UNIVERSAL: publicado no relatório anual do Banco do Brasil de 1997.

INTUIÇÕES SOBRE A AUSÊNCIA DO BRASIL EM O *CAPITAL NO SÉCULO XXI:* publicado na revista *Política Externa*, v. 23, n. 4, abr./jun. 2015.

Este livro foi composto na fonte Albertina e impresso em novembro de 2015 pela Corprint, sobre papel pólen soft 80 g/m2.